



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
FACULDADE DE MOTRICIDADE
HUMANA



**Avaliação do Impacto da Implementação de um Programa de Formação para o
Empreendedorismo em Técnicos Penitenciários**

Dissertação elaborada com vista à obtenção do Grau de Mestre em Educação Especial

ORIENTADORA

Professora Doutora Maria Celeste Rocha Simões

JÚRI

PRESIDENTE

Doutora Maria Margarida Gaspar de Matos, Professora Associada com Agregação da
Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.

VOGAIS

Doutor Rui João Abrunhosa de Carvalho Gonçalves, Professor Associado com Agregação da
Escola de Psicologia da Universidade do Minho.

Doutora Maria Celeste Rocha Simões, Professora Auxiliar da Faculdade de Motricidade
Humana da Universidade Técnica de Lisboa.

Sílvia Marina da Silva Damião

2010

“ Digo-me por vezes. Se o verme pode transformar-se em borboleta, porque é que não seríamos capazes de uma metamorfose desse tipo? Não quer dizer que nos nascessem asas nas costas, mas talvez tivéssemos qualquer coisa de mais alado no espírito”.

Edgar Morin in Educação e Cultura, 2002

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos são dirigidos à Professora Doutora Celeste Simões pelo precioso e incansável apoio, pelo saber partilhado e pela sua larga compreensão e paciência. Agradeço também à Dra. Paula Vicente pela confiança depositada quando nos lançou este desafio.

Quero ainda agradecer à Graça pela disponibilidade e prontidão na partilha do saber, sempre actualizado e ainda um agradecimento especial à Andreia Cavaca pela colaboração, pela valiosa experiência, saber, espírito de ajuda e cooperação.

Por último, à minha companheira de viagem, Sandra Rosa, pelo empréstimo da sua amizade, confiança nesta aliança académica e pelo seu espírito livre e empreendedor, porque sem ele o meu seria seguramente mais só. Que os nossos sonhos desemboquem em realizações de sucesso acopladas a outros sonhos intermináveis. Obrigada.

RESUMO

O presente estudo teve como objectivo avaliar em que extensão a implementação de um Programa de Empreendedorismo para Reinserção Social de Reclusos (PERSR), em quatro estabelecimentos prisionais portugueses, se traduziu, na perspectiva dos técnicos superiores de reeducação (TSR), guardas prisionais e directores, em resultados positivos para os reclusos no que concerne o estabelecimento de negócio próprio, prossecução de estudos, trabalho por conta de outrem e não reincidência (no prazo de dois anos).

A investigação decorreu em quatro estabelecimentos prisionais que integraram um projecto-piloto no âmbito do PERSR entre 2006 a 2007, promovida pela Direcção dos Serviços Prisionais. A amostra contemplou seis técnicos, dois guardas prisionais e um director de estabelecimento prisional.

Como estratégia de investigação optou-se pelo método qualitativo e utilizou-se uma entrevista semi-estruturada, como instrumento de recolha de dados. As respostas transcritas foram submetidas a análise de conteúdo, com categorização à *posteriori*.

As principais conclusões revelaram que, na perspectiva dos TSR, guardas e director, os objectivos primordiais do PERSR: obtenção de emprego por conta própria e/ou por conta de outrem e prossecução dos estudos e não reincidência, não foram atingidos pela maioria dos reclusos. A expressão dos resultados positivos revelou-se ao nível da melhoria de competências pessoais e sociais, nomeadamente ao nível da comunicação e comportamento assertivo e ao nível do desenvolvimento das capacidades de raciocínio e pensamento planeado.

Um outro aspecto a realçar nesta investigação, perscrutadas as opiniões, foram o carácter inovador do tema *empreendedorismo* e a novidade e o entusiasmo suscitado pelas experiências associadas às metodologias do PERSR.

Palavras-chave: Inclusão Social, Formação, Emprego, Empreendedorismo, Competências, Reclusos.

ABSTRACT

This study aimed to assess to what extent the implementation of a training program for entrepreneurship in four prisons resulted, in the perspective of the technicians, prison guards and director, in positive results as regards the raising of self-employment and or establishing their own business by the inmates.

The research took place in four prisons integrated in a pilot project that was the implementation of a training program for entrepreneurship from 2006 to 2007, promoted by the Portuguese Prison Service. The sample included six technicians, two prison guards and a director.

As a research strategy was chosen the qualitative method and used a semi-structured interview as the instrument of data collection. The answers, after transcribed, were subjected to content analysis, with the subsequent categorization.

The main findings revealed that, in the perspective of the technicians, guards and director, the main objectives of the Program were not achieved.

From the data analysis, the positive results are the improvement of personal and social skills, particularly the communication and assertive behaviour and level of development of thinking skills and planned thinking. To note in this investigation the entrepreneurship as a innovative subject and the innovation and enthusiasm aroused by the experienced Program methods.

Keywords: Social Inclusion, Training, Employment, Entrepreneurship, Skills, Prisoners.

ÍNDICE

RESUMO.....	4
ABSTRACT	5
ÍNDICE DE QUADROS.....	7
ÍNDICE DE ANEXOS.....	8
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	12
1. Exclusão/Inclusão: uma sociedade dividida	12
1.1. Exclusão Social	14
1.2. Exclusão Social e Cidadania.....	19
1.3. Formas de Exclusão Social.....	22
1.3.1. Alojamento e Bairros.....	22
1.3.2. Jovens	23
1.3.3. Educação.....	23
1.3.4. Delinquência e Crime	25
2. Desvios por caminhos desviados: Delinquência, Crime e Prisões.....	27
2.1. Teorias do Crime e do Desvio	27
2.2. Punição, Crime e Sociedade	42
2.2.1. Sociedade punitiva: objectivos, funções e contradições	43
2.2.2. Prisões	49
2.2.2.1. Breve revisão histórica	49
2.2.2.2. Prisões: Características Gerais.....	50
2.2.2.3. Prisões e subculturas.....	53
2.2.2.4. Tratamento Penitenciário.....	54
2.2.2.5. Técnicos Superiores de Reeducação e Guardas Prisionais	59
2.2.2.6. Formação nas Prisões	66
3. Rotas para a Inclusão Social	70
3.1. Desemprego, criminalidade e subclasse social	70
3.2. Educação e Formação.....	76
3.3. Aprendizagem ao Longo da Vida	78
3.3.1. Dispositivos para a qualidade da Formação: Motivação, Envolvimento e Participação.....	82
3.3.1.1. Motivação	83
3.3.1.2. Envolvimento e Participação	87
3.3.1.3. Comunicação, Empenhamento e Mudança Organizacional	89
CAPÍTULO II – MÉTODO	92
1. Tipo de Estudo.....	92
2. Participantes.....	93
3. Instrumentos.....	95
4. Procedimentos	96
4.1. Procedimentos de tratamento de dados.....	97
CAPÍTULO III – RESULTADOS	99
CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO	140
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES.....	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	153
ANEXOS.....	160

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro1: Frequências absolutas respeitantes aos grupos amostrais por Estabelecimento Prisional.....	94
Quadro 2: Caracterização sociodemográfica dos indivíduos.....	95
Quadro 3: Razões e motivação para a participação no PERSR: categorias.....	100
Quadro 4: Expectativas face ao contributo do PERSR: categorias.....	104
Quadro 5: Envolvimento e participação no PERSR: categorias.....	108
Quadro 6: Perspectiva Crítica do PERSR: categorias.....	115
Quadro 7: Perspectiva acerca do processo de inclusão/exclusão: categorias.....	130

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1: PERSR.....	161
Anexo 2: Questionário Sociodemográfico.....	162
Anexo 3: Dados Sociodemográficos do Sujeito A.....	163
Anexo 4: Dados Sociodemográficos do Sujeito B.....	164
Anexo 5: Dados Sociodemográficos do Sujeito C.....	165
Anexo 6: Dados Sociodemográficos do Sujeito D.....	166
Anexo 7: Dados Sociodemográficos do Sujeito E.....	167
Anexo 8: Dados Sociodemográficos do Sujeito F.....	168
Anexo 9: Dados Sociodemográficos do Sujeito G.....	169
Anexo 10: Dados Sociodemográficos do Sujeito H.....	170
Anexo 11: Dados Sociodemográficos do Sujeito I.....	171
Anexo 12: Guião de Entrevista.....	172
Anexo 13: Categorização da Dimensão 1.....	175
Anexo 14: Categorização da Dimensão 2.....	182
Anexo 15: Categorização da Dimensão 3.....	190
Anexo 16: Categorização da Dimensão 4.....	201

INTRODUÇÃO

O fim do último século fortemente marcado pela tecnologia da informação e do conhecimento parece ter estreitado as distâncias entre os seres humanos, inscrevendo-os em número crescente, no círculo da humanidade. Mas, e como refere Morin (2005), se por um lado sabemos mais sobre o mundo, não o sabemos melhor, pelo que deixamos muita da população mundial votada às fronteiras desse círculo.

A ciência e a tecnologia esperançaram, em vão, os mais fervorosos adeptos da viagem da humanidade rumo ao progresso e ao desenvolvimento. Falhada a missão que Marx, Bacon, Descartes, Buffon, em nome da ciência, confiaram à humanidade: a conquista da natureza humana e o domínio do mundo (Morin, 2005), resta-nos problematizar as falhas e os enclaves desta viagem. Sob esta perspectiva, a exclusão social surge como um tropeção que a democracia mundial tem vindo a experimentar ao mesmo tempo que caminha na rota da liberdade e da igualdade de oportunidades.

Não sendo um fenómeno apenas confinado aos países pobres, a exclusão social apresenta-se como o destino de proporções maioritárias da população mundial, vítimas de processos geradores de desigualdades (Sawaia, 2004). Estas desigualdades assumem-se de várias formas na sociedade actual e opõem-se ao desejo de uma sociedade coesa. Múltiplos fenómenos sociais diferenciados tais como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza irão produzir contingentes de cidadãos que vêem negado o acesso aos seus direitos de cidadania e excluídos das práticas sociais comuns.

Partindo do pressuposto que o trabalho constitui o aspecto central dos processos de coesão social (Centeno, 2001), é nele que deverá recair a atenção especial por parte dos decisores políticos para que depois de erguida a bandeira “Educação para Todos”, se erga a sua subsequente, “Trabalho para Todos”.

Se os diagnósticos sociais apontam o desemprego como a “grande rota da pobreza” e se a educação falha no percurso de jovens que precocemente abandonam a escola, acumula-se fora das rotas da inclusão, um número crescente de cidadãos que escolhem a delinquência como modo de vida. Orientar as velas de um barco à deriva rumo à inclusão visa providenciar

novos percursos educativos e profissionais capazes de fazer vislumbrar um projecto de vida de cidadãos activos, participativos e empenhados numa tarefa social comum.

As exigências da sociedade da informação e do conhecimento requerem, portanto, cidadãos habilitados e competentes pessoal e socialmente, sendo que, de entre as competências-chave para a aprendizagem ao longo da vida para o Séc. XXI se destaque o empreendedorismo. A acção empreendedora tem vindo a ganhar notoriedade pelas vantagens que apresenta em termos da geração da riqueza e da criação de postos de trabalho (Sexton & Landstrom, 2000) uma vez que os seus protagonistas orientam-se fortemente para o alcance dos objectivos, e perseguindo com perseverança o sucesso dos seus projectos. O empreendedorismo ganha desta forma relevo no que se refere ao aumento da criação de postos de trabalho sendo esta acção empreendedora o resultado da influência de características e competências de pessoas fortemente empenhadas. McClelland (1961) define os empreendedores como pessoas com elevada necessidade de auto-relização, que apresentam elevada actividade enérgica, responsabilidade individual, conhecimento dos resultados das acções e antecipação de futuras possibilidades e moderada propensão para o risco. Neste quadro, podemos entender o empreendedorismo como uma característica pessoal capaz de reforçar a autonomia e dotar o indivíduo de múltiplas competências técnicas, sociais e pessoais com vista ao desenvolvimento de projectos de vida sustentáveis. Neste âmbito, é de fácil dedução a sua pertinência na formação de cidadãos em contexto prisional.

O trabalho de investigação que aqui se apresenta tem como objectivo central avaliar em que extensão a implementação de um Programa de Empreendedorismo para Reinserção Social de Reclusos (PERSR), em quatro estabelecimentos prisionais (EP) portugueses (EP de Castelo Branco, EP de Leiria; EP de Beja e EP de Sintra), se traduziu, na perspectiva dos técnicos superiores de reeducação (TSR), guardas prisionais e directores, em resultados positivos para os reclusos no que concerne o estabelecimento de negócio próprio, prossecução de estudos, trabalho por conta de outrem e não reincidência (no prazo de dois anos).

Desta forma procurou-se saber, através das ideias e opiniões perscrutadas, quais os contributos que o PERSR teve no desenvolvimento de competências pessoais e sociais necessárias ao ingresso no mercado de trabalho por parte dos reclusos, para o sucesso da sua reinserção social; e ainda o nível de motivação e envolvimento dos Directores, Técnicos e

Guardas durante a implementação do PERSR, enquanto aspectos preditores do seu investimento e desempenho no decorrer do programa.

A pertinência deste estudo recai, sobretudo, na inovação que a formação para o empreendedorismo traz no contexto prisional e o impacto que este programa tem no percurso de vida do cidadão, bem como o seu contributo para a inserção no mercado de trabalho e a promoção da inclusão dos ex-reclusos na comunidade. Neste contexto, a perspectiva e as acções dos técnicos que acolhem e dinamizam estes projectos ganham uma importância significativa na medida em que eles são os principais veículos de motivação para a aprendizagem e os desafios da transformação e reorientação dos percursos de vida dos reclusos.

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Exclusão/Inclusão: uma sociedade dividida

A democracia é o nome dado a uma forma de governo adoptada na antiga cidade de Atenas, considerada a matriz da democracia moderna. A *ágora*, enquanto elemento principal do espaço urbano da *polis*, cidade grega da antiguidade clássica, manifestava-se como espaço e expressão de cidadania. Na perspectiva de Tezanos (2001), a representação colectiva de que a *ágora* ateniense seria um paradigma quase perfeito de democracia está longe de se verificar na sua correspondência real. No ponto de vista da prática aplicada, este espaço era vedado às mulheres, escravos e mendigos, pessoas que se viam excluídas da participação e discussão política e, portanto, excluídas da sua condição de cidadania (condição essa que a própria *ágora* reclamava no seu fundamento existencial). Esta sociedade, que foi maternidade da democracia social, comportava já *fenótipos* de uma sociedade dividida “com base em categorias humanas, estatutos jurídicos e sociais diferenciados e consequentemente com posições de poder, prestígio e oportunidades de vida muito desiguais” (Tezanos, 2001, p.138).

Este direito, possuído ou não possuído, à cidadania remete-nos para uma imagem dual de uma sociedade que se reclamava originalmente democrática. A tentativa de ultrapassar esta dualidade básica de condição tem sido a força motriz para as conquistas sociais experimentadas na história da democracia nos dois últimos séculos. Apesar da lógica inclusiva e igualitária, suscitada e legitimada pelos direitos universais tomados, damos conta da existência de forças de regressão que parecem afectar, de maneira não suficientemente explicada, a medula das sociedades democráticas actuais. Neste sentido, a exclusão social surge como uma condição/processo que veda o acesso à participação social, antagonista do direito de cidadania. Aqui temos as linhas e os contornos de uma sociedade dual onde de um lado se configura o sector incluído e, do outro, o sector excluído.

O carácter dualizador das sociedades humanas ocidentais suscita a existência de dinâmicas inscritas numa lógica de *dentro-fora*, das quais as teorias sociológicas se têm vindo a ocupar, elaborando conceitos como a marginalização, segregação, alienação, desvio etc. (Tezanos, 2001). No que diz respeito a esta dinâmica *dentro-fora*, Sawaia (2004) refere que “a

sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o carácter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das actividades económicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do económico” (p.8).

A exclusão é desta forma, um conceito cujo significado comporta um sentido negativo uma vez que, enquanto fenómeno ele contém em si, forças e mecanismos que invertem os caminhos da inclusão social, afastando o horizonte da garantia da condição de cidadania para todos os seres humanos.

Se assentarmos a nossa discussão no reconhecimento de que as sociedades actuam com base nesta dialéctica de inclusão/exclusão, partiremos para explicações que nos permitam compreender, por um lado, as dinâmicas subjacentes aos processos e situações de exclusão, e por outro, identificar e apontar direcções no âmbito da reinserção social com vista à retoma do percurso inclusivo destes cidadãos exportados da sua condição de cidadania.

O primeiro ponto deste capítulo pretende, numa primeira parte, fazer uma breve abordagem à questão da exclusão, onde se inserem categorias de pessoas que, de alguma maneira, se encontram fora das oportunidades vitais que determinam e garantem a sua condição plena de cidadania. Apontadas algumas teorias que dão corpo às explicações do fenómeno de exclusão estamos em condições de compreender melhor a condição/situação (por vezes imposta, por vezes escolhida) em que reclusos e ex-reclusos se encontram, ao mesmo tempo que perspectivamos os entraves e problemas que se colocam no direito à inclusão social, ou seja, no direito à cidadania.

Esta forma desejada de se “estar em sociedade” constituirá o pano de fundo do ponto que se segue neste capítulo, em que iremos abordar o tema da exclusão social aliado ao conceito de cidadania social, sendo que, na perspectiva de José Félix Tezanos, não é possível compreender os fenómenos de inclusão/exclusão sem compreender o conceito de cidadania.

1.1. Exclusão Social

Apesar de terem sido muitas as modalidades de diferenciação, que a realidade social nos deu a conhecer, ora sob forma de castas, grupos de *status* ou de classes (Fernandes, 1991), e de terem coabitado historicamente, nos espaços sociais, universos estigmatizados de mendigos, pedintes, marginais, vagabundos, só a partir dos anos 90 a noção de *exclusão social* protagoniza o debate intelectual e político nacional. Apesar deste ser um tema cada vez mais recorrente, a sua abordagem tem vindo a ser dificultada pelo seu carácter polissémico, ambíguo e controverso (Sawaia, 2004), considerado um paradigma em construção (Schnapper, 1996 in Geremek, 1996). Trata-se de um fenómeno multidimensional que implica uma abordagem articulada com outros fenómenos sociais tais como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza entre outros (E. V. Rodrigues, 2000).

Para Tezanos (2001) o entendimento cabal do conceito de exclusão social pressupõe, na sua raiz conceptual, a existência de três blocos de conceitos: um primeiro bloco relacionado o modo de viver em sociedade, o segundo associado às questões económicas e um terceiro que se ocupa das situações sociais relativas ao trabalho.

No primeiro bloco estão incluídas as perspectivas que colocam o assento nas vivências sociais e que implicam um afastamento voluntário ou involuntário no que diz respeito à cultura e modos de estar referentes a uma determinada sociedade. Neste bloco, o autor inclui o conceito de *desvio social* que se define por oposição ao *conformismo social* que preconiza o ajuste e aceitação voluntária das normas e valores da sociedade, bem como a adopção de formas de se comportar em conformidade com essas normas. A noção de *marginalização* surge como o segundo conceito deste bloco, que pressupõe também um afastamento do núcleo central da sociedade mas de forma involuntária. Está associado a variáveis de natureza ética e/ou racial.

O terceiro conceito encontra-se relacionado com o anterior embora num âmbito cultural mais amplo. A *segregação* reporta-se ao conjunto de acções e regulamentos de natureza voluntária, ainda que sancionadas juridicamente, e remetem certos grupos da população (minorais étnicas ou raciais) a posições sociais secundárias carentes de direitos liberdades e oportunidades vitais. Estes casos de segregação são acompanhados da

manifestação pública de sentimentos de repúdio que nos encaminham para a noção de *estigma*.

O segundo bloco de conceitos situa-se no território do económico e é aqui que o autor inclui o conceito de *pobreza*. Enquanto que os conceitos anteriores colocam assento nos modos de estar, ou de não estar, na sociedade ou no grupo, neste bloco a ênfase é colocada na carência de recursos materiais considerados como o mínimo vital necessário a uma vivência social condigna. Estes mínimos vitais foram estabelecidos pelas Nações Unidas através dos índices específicos de pobreza e desenvolvimento humano que reflectem as condições básicas em que os cidadãos vivem. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (*Human Development Report 2010*, 2010) é uma forma padronizada de avaliação que mede o bem-estar de uma população e inclui os países numa escala ordinária nas categorias de subdesenvolvido, em desenvolvimento e desenvolvido. O IDH (2010) é uma medida comparativa que engloba três dimensões: riqueza, educação e expectativa de vida ao nascer avaliando situações de saúde, educação, trabalho, habitação, salários e nível de vida. O conceito de pobreza é na perspectiva de Tezanos (2001) susceptível de alguma crítica na medida em que os pobres se têm apresentado como uma realidade estática no percurso das sociedades, sendo que, as análises sobre a pobreza apenas têm servido para fins estatísticos ou para colocar a intervenção num plano meramente caritativo e assistencial.

O terceiro bloco de conceitos encontra-se relacionado com a problemática da *alienação social*. Aqui o conceito surge associado à centralidade que o trabalho toma na organização e funcionamento das sociedades actuais sendo que, a situação de ter ou não ter trabalho digno ou normal, implica incorrer no risco de se ver fora dos parâmetros estandardizados de pertença social. O desemprego de longa duração poderá colocar em causa a possibilidade do indivíduo colocar em prática as suas capacidades criativas e produtivas rompendo com a lógica da acção recíproca do indivíduo com a sociedade afastando-o do espaço social.

O conceito moderno de exclusão é para Tezanos (2001) uma síntese destes três blocos e conceitos e que inclui uma dimensão cultural e uma dimensão económica relacionada com os efeitos da pobreza. Este enquadramento conceptual permite situar a exclusão social num cenário de processos e relações onde o trabalho/situação de trabalho surge como o mecanismo fundamental de inserção social nas novas sociedades tecnológicas.

Para Xiberras (1998), abordar a problemática da exclusão social é antes de mais precisar o espaço de referência onde se desencadeiam os processos e as acções de rejeição. Uma das primeiras formas de exclusão apontadas por esta autora diz respeito à ruptura do laço económico que liga o indivíduo ao modelo de sociedade, provocada pelos fenómenos da pobreza e do desemprego. Os pobres são todos aqueles que se vêem incapazes de participar na troca material e simbólica dentro na esfera das sociedades de consumo onde o modelo social dominante é o “*Homo economicus*”. Enquanto que a pobreza significa incapacidade de participar no mercado de consumo, o desemprego reforça a incapacidade de participar no mercado de produção e, por consequência, no mercado de consumo. As vítimas do desemprego e pobreza estão sujeitas a forças de rejeição uma vez que ficam votadas aos espaços externos da esfera dos bens e dos privilégios económicos. Todos os que não possuem capacidade de participar neste mercado serão percebidos como excluídos.

Outras das esferas de rejeição que a autora nos reporta diz respeito às representações normalizantes da sociedade actual. Estas representações dizem respeito a um modelo normativo que sugere que os indivíduos estejam habilitados a participar naquilo que este modelo institui como *bem, belo, conveniente*. Todos os que actuam abaixo destes níveis de normalidade são remetidos para classificações referentes ao insucesso, que por sua vez parece constitutivo dos processos de exclusão. A educação apresenta-se no discurso de Xiberras (1998) como uma esfera de rejeição bastante significativa, uma vez que a educação nacional define o nível escolar que se deve atingir para que os percursos individuais não apresentem falhas em relação à normalidade. O insucesso repetido atira crianças e jovens, nos primeiros anos de vida em sociedade, para as primeiras categorias de exclusão da escolarização normal.

O insucesso escolar experimentado precocemente pode antever configurações de situações de exclusão uma vez que a escolarização fornece, em grande parte, os instrumentos que habilitam os indivíduos a participarem normativamente no modelo social instituído. Outras esferas onde actuam forças de rejeição importantes dizem respeito à relação intrasubjectiva, à relação que o sujeito tem consigo mesmo, no que concerne aos níveis médios impostos pelo próprio sujeito a si mesmo, de auto-realização tendo em conta os níveis normalizantes sujeitos à influência social de amigos e familiares, media ou grupos profissionais. Tratando-se de aderir a uma imagem de si próprio conforme o modelo imposto, na ausência desta correspondência, emergem de si próprio forças de rejeição não menos importantes que as mencionadas anteriormente.

Em síntese, as rotas da exclusão embora não estejam directamente determinadas pelos aspectos anteriormente mencionados parece haver, na perspectiva de Xiberras (1998) vectores que lhes estão subjacentes que conduzem um número significativo de indivíduos ao destino da exclusão. Apesar do insucesso escolar nem sempre conduza à rejeição social, os repertórios de processos de exclusão, incluem na sua maioria, um início marcado pela rejeição da escola. Da mesma forma que o pobre (físico ou mental) não esteja, logo à partida, votado à exclusão, uma situação de desemprego de longa duração desmultiplica os riscos de precariedade e de exclusão económica. Já para os deficientes físicos ou mentais, as sociedades modernas encontraram redes especializadas de apoios que, na tentativa de evitar as tendências de enclausuramento e segregação de outrora, inscrevem estes indivíduos em circuitos fechados de actividades específicas, muito longe da integração normal ou inclusão social.

Basicamente, os fenómenos de exclusão estão, na perspectiva desta autora, associados a uma acção de *ruptura*. O rompimento do laço social ou simbólico do indivíduo à sociedade significa o afastamento e desligamento deste aos outros indivíduos e às representações que lhes eram comuns.

Costa (2007) decide também incluir esta noção de laço social para explicar os fenómenos de exclusão, especialmente numa das duas abordagens que nos apresenta. Preferindo pelo conceito no plural, as *exclusões sociais* (vários tipos) dão início a uma discussão sob duas importantes perspectivas: a pertencente à escola Francesa que enfatiza sobretudo os aspectos afiliativos/relacionais e a defendida pela escola Britânica, que remete para o conceito de pobreza. Na primeira perspectiva, a exclusão social assume-se como a última fase de um processo que conduz à quebra progressiva dos laços que ligam os indivíduos aos diferentes contextos que compõem a sua vida social tais como o trabalho, a comunidade, os vizinhos e a família. Enquanto a segunda perspectiva enfatiza sobretudo os aspectos distributivos relacionando a noção de exclusão sobretudo com a problemática da pobreza.

Foi em França que a noção de exclusão social surge pela primeira vez, decorrente da tradição francesa em analisar e discutir os problemas associados às pessoas e grupos desfavorecidos (Tezanos, 2001). Robert Castel, uma das principais referências desta escola, define exclusão social como a última fase do processo de marginalização que se constitui como um processo descendente de sucessivas rupturas na relação entre o indivíduo e a

sociedade (A. B. d. Costa, 2007). Apesar da ruptura que o indivíduo experimenta com o mercado de trabalho, no caso de desemprego prolongado, constituir um aspecto de extrema importância, ela não determina a condição de exclusão. Em última instância, à condição de exclusão estão subjacentes rupturas com mercado de trabalho além das rupturas de natureza afectiva e familiares. Na perspectiva de Castel (1990, in Costa, 2007), poderá haver pobreza sem exclusão e exclusão sem pobreza. Exemplo desse facto são os pobres do meio rural que, apesar da deficiente condição material e financeira, estão integrados na rede de relações da comunidade.

Não muito longe da perspectiva Britânica, a expressão começa a surgir, no princípio dos anos noventa, no discurso da União Europeia e em documentos formalmente submetidos ao Conselho Europeu. Afastada da perspectiva original francesa, a expressão apresenta-se com dois sentidos distintos, em substituição do termo pobreza, por um lado e, por outro, como o próprio processo de marginalização em si. Esta forma de entender a exclusão social despoleta algumas dúvidas e questões de natureza conceptual e é alvo de intensos debates por parte da comunidade intelectual e científica. A discussão do tema no plano Europeu passa a ser alargada ao plano mundial através dos análises teóricas e estudos empíricos levados a cabo pelo Instituto Internacional de Estudos do Desenvolvimento OIT – com o objectivo de, a partir do conhecimento deste fenómeno, apoiar a o estudo de situações sociais complexas que enfrentavam os países em vias de desenvolvimento.

Actualmente a “Exclusão Social” é um fenómeno que afecta países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento em gradação crescente e, por isso, alvo de intenso debate. Longe de qualquer consenso, este tema vem assumindo, ora uma posição mais próxima da escola Britânica, ora mais próxima da escola Francesa. Na tentativa de ultrapassar este impasse terminológico-conceptual e com o objectivo de abraçar os melhores contributos das duas perspectivas apresentadas, Costa (2007) apresenta-nos uma concepção de exclusão social próxima e articulada da noção de cidadania. A ligação a este conceito decorre de uma reflexão que parte de uma questão fundamental: “Está-se ou é-se excluído de quê?” Existe, portanto, um contexto de referência ao qual se refere a situação de se estar “à parte”, “à parte” de “quê”? A noção de “social”, quase sempre associada ao conceito de “exclusão”, evoca a noção de “sociedade” e sugere-nos esta como o sistema de referência do qual se está à parte. É nesta combinação de ideias que este autor, assim como os anteriores, nos apresentam a noção de “cidadania” como um conceito estreitamente associado ao de “exclusão social”.

Assim como Tezanos (2001), que nos apresenta uma sociedade dividida em dois sectores se opõem (excluídos/incluídos) também Costa (2007) explica a exclusão social resgatando toda a ideia que lhe é oposta: inclusão social, integração social, inserção social, e em especial, o exercício pleno de cidadania.

O próximo ponto do presente trabalho recai sobre o conceito de cidadania que se apresenta neste contexto, por oposição ao conceito de exclusão. Ser ou estar excluído de uma sociedade significa não aceder aos direitos de cidadão previstos em qualquer Estado Social. Significa não ter acesso à sua condição, por direito, de cidadania.

1.2. Exclusão Social e Cidadania

Para Fernandes (1991) a exclusão social é um tema que surge associado às questões da pobreza e da injustiça social. Ao falar do fenómeno de pobreza, este autor evoca um corolário de situações que, na sua essência, se traduzem em duas grandes ausências: capital humano e material. A injustiça social surge, neste contexto, como a negação do acesso à participação social e exercício de poder devido à posição que o indivíduo ocupa na estrutura social. Esta negação é não mais do que a negação do direito de cidadania, confinado a qualquer indivíduo.

T. H. Marshall foi, a par de Gosta Esping-Andersen, nos anos 60 quem mais influenciou a discussão da emergência dos estados-providência com base nos direitos de cidadania. Ao garantirem os direitos de cidadania os estados-providência desempenham um papel preponderante na “redução de desigualdades entre a população através da provisão ou subsídio de certos bens ou serviços (...) sendo o objectivo da previdência contrariar os efeitos negativos do mercado em pessoas que, por uma variedade de razões, lutam por satisfazer as suas necessidades básicas” (Giddens, 2001, p.334). Na perspectiva de Marshall (1997) cidadania implica não só a posse e o exercício dos direitos civis (liberdade de expressão, pensamento, religião, propriedade, tratamento legal justo) e políticos (direito ao voto, à participação política, aquisição de cargos políticos), como também direitos sociais: “todo esse espectro que vai desde o mínimo de bem-estar económico e de segurança, ao direito de participar plenamente do património social e viver a vida de um ser civilizado de acordo com os *standarts* predominantes da sociedade” (p.302). A condição de cidadania implica o acesso a todos os direitos e oportunidades económicas, sociais, culturais, jurídicas e políticas instituídos pelas conquistas dos Estados Sociais (Tezanos, 2001). Significa, na perspectiva de

Costa (2007), a relação plena que indivíduo estabelece com os cinco domínios dos sistemas sociais básicos: social, económico, institucional, territorial e o das referências simbólicas. No domínio social estão presentes os sistemas onde o indivíduo se insere, os quais podemos agrupar e designar de *mais imediatos* (família; vizinhança); os *intermédios* (grupo de amigos; pequena empresa; associação cultural ou desportiva) e os *mais amplos* (comunidade local; mercado de trabalho; comunidade política). Os laços sociais a que a escola francesa se ocupou de estudar inserem-se sobretudo nesta área. O mercado de trabalho, surge neste contexto, não como fonte de rendimento (reportando-se, nesta perspectiva ao domínio económico) mas como local e *factor de socialização e integração social*. “Argumenta-se que, precisamente por causa do papel de integração social inerente ao mercado de trabalho, um emprego mesmo quando precário e com salário baixo, é preferível ao desemprego, mesmo quando lhe corresponde um subsídio de desemprego razoável” (A. B. Costa, 2007, p.34).

Ao domínio económico reportam-se três sistemas principais: os mecanismos geradores de recursos (mercado de trabalho, sistema de segurança social e os activos) o mercado de bens e serviços (para além dos serviços básicos, incluem-se neste grupo os financeiros e os respeitantes ao crédito) e o sistema de poupanças. O sistema de poupança surge neste contexto como uma necessidade a ter em conta, uma vez que muitos dos indivíduos enfrentam situações não previstas e descobertas pelo sistema segurança ou protecção social. A impossibilidade de constituir poupança torna a situação dos indivíduos mais vulnerável económica e socialmente.

O domínio institucional refere-se a dois tipos de sistemas: aos sistemas prestadores de serviços, que à partida, se encontram parcial ou totalmente protegidos pela maioria das sociedades, mesmo as que dispõem de uma economia de mercado, aos quais todos os indivíduos têm acesso e direito independentemente dos meios que possuem (é o caso do sistema de saúde, educação, justiça e habitação); e o sistema onde se encontram agrupadas as instituições relacionadas com os direitos cívicos e políticos. Incluem-se aqui o sistema burocrático e as instituições ligadas à participação política.

A importância de se evocar o domínio territorial nesta abordagem diz respeito ao facto de existirem situações em que a exclusão social deixa de se reportar ao indivíduo ou à família para se reportar a todo um espaço ou território. Estamos a falar dos bairros degradados, de certas freguesias ou concelhos rurais, de espaços habitacionais que congregam minorias

étnicas e até de países inteiros, quando os seus habitantes vivem excluídos das condições de vida e de progresso experimentadas pelos países do resto do mundo.

Outro dos domínios valorizado pela escola francesa no estudo da exclusão social diz respeito ao sistema das referências simbólicas. Este domínio prende-se com a dimensão *subjectiva* da exclusão dizendo respeito a todo o conjunto de perdas que o excluído experimenta e se agravam com a permanência do indivíduo em situação de exclusão: perda de identidade social; de auto-estima; de auto-confiança; de perspectivas de futuro; de capacidade de iniciativa; de motivações, do sentido de pertença à sociedade, etc.

Costa (2007) ao propor um esquema que agrupa os sistemas sociais básicos em cinco domínios distintos esclarece que os mesmos estabelecem relações de interdependência mútua e até de sobreposição. Como forma de ilustrar esta afirmação, o autor dá o exemplo da perda de emprego que poderá implicar a perda de recursos (domínio económico), a perturbação das relações sociais (domínio social) e ainda a afectação da sua identidade social (domínio das referências simbólicas). O autor esclarece ainda que a questão da exclusão social não se coloca em termos de “acesso” e “não acesso” aos sistemas, coloca-se pois em termos de “níveis de acesso” os quais determinam *graus* diversos de exclusão. Não distante desta lógica de configuração do fenómeno de exclusão social, Robert Castel apresenta-nos o modelo de plano inclinado o qual sugere que o indivíduo vai experimentando “diversas e sucessivas rupturas, sendo o extremo caracterizado pela ruptura de laços familiares e afectivos” (in A. B. Costa, 2007)(A. B. Costa, 2007). Fica deste modo evidente a tónica colocada no domínio dos laços sociais, tanto quanto a perspectiva Francesa, embora esta não seja a única dimensão de exclusão, como vimos anteriormente. Por último, a pobreza surge neste contexto explicativo como uma forma de exclusão social já que o pobre é excluído dos sistemas sociais básicos, os quais qualquer indivíduo deverá ter acesso no seu pleno direito de cidadania.

Estar ou ser excluído é, não mais do que a impugnação prática desta concepção de cidadania social. É ver interrompidos os percursos de indivíduos e grupos rumo a uma pertença social plena, pela constatação da impossibilidade de gozar os seus direitos sociais.

Na ausência de garantia dos direitos de cidadania, os quais os estados-providência estão confinados a assegurar, os riscos e as vulnerabilidades sociais desmultiplicam-se tornando, nos contextos económicos de mercado livre, fértil o terreno para a disseminação de formas de exclusão social pelas quais os indivíduos e as comunidades sentem a exclusão. As

investigações têm-se debruçado por tópicos tão diversos como: a habitação, a educação, o mercado de trabalho, os jovens, os idosos e o crime (Giddens, 2001). Falaremos de seguida sobre estes tópicos, embora mais em pormenor uns do que outros, dada a pertinência para o presente estudo.

1.3. Formas de Exclusão Social

1.3.1. Alojamento e Bairros

A *sociedade dividida* de que nos fala José Tezanos (2001) adquire formas mais visíveis do que outras. A habitação e a forma de dispersão territorial são na perspectiva de Sawaia (2004) uma das formas mais explícitas de exclusão. Recorrendo aos exemplos de ordenamento e dispersão da habitação nos centros urbanos no Brasil (Sawaia, 2004) dá-nos conta de uma dispersão desigual através da qual os indivíduos se dispõem, em função do nível sócio-económico, em círculos concêntricos em torno da zona nobre da cidade. No centro estão concentrados todos os bens e serviços, dos quais os mais favorecidos económica e socialmente usufruem directamente, empurrando para os círculos periféricos as pessoas com menos posses e bens económicos. A natureza da exclusão social está, através do sector da habitação, à vista desarmada. Enquanto que, para uns, as casas são confortáveis e espaçosas, para outros, onde o desemprego e os baixos salários são uma constante, a aquisição de habitação condigna e ajustada ao agregado familiar torna-se um objectivo difícil de atingir.

Desta forma, a exclusão assume também uma dimensão espacial (Giddens, 2001) nos quais os bairros dispõem de condições desiguais em termos de segurança, condições ambientais, serviços e instalações públicas. As redes sociais, nos bairros mais desfavorecidos, também são mais fracas diminuindo a quantidade e qualidade de informação relativa ao emprego, actividades políticas e comunitárias. Este desprovimento de bens, serviços e informação aliado às suas causas e consequências, como o desemprego e baixos salários, propiciam ambientes de insegurança e hostilidade quer fora de casa (aumento de delinquência e crime), quer dentro de casa onde a tensão familiar mina a qualidade de vida das famílias e dos bairros.

A dinâmica que se instala nestes bairros parece fazer perdurar estas condições de vida, da mesma forma que a atenuação dos conflitos e dos problemas sociais parece não se fazer sentir (Giddens, 2001). Isto porque, à medida que os que tentam melhores condições de vida

tendem a migrar para zonas residenciais com melhores condições, chegam ao bairro os “novos residentes carenciados, novatos no mercado de trabalho” (p.329).

1.3.2. Jovens

Contrariamente ao que somos levados a pensar, os jovens que, na flor da idade, deveriam em consequência do auge da energia vital, reunir condições para se afastarem das teias da exclusão, são confrontados com uma realidade na qual, lutando para a sua integração na sociedade, se vêem excluídos dela. As mudanças no mercado de trabalho fazem com que muitos jovens fiquem votados às franjas do mercado de trabalho e emprego, sendo obrigados a subsistir através de empregos precários e pouco remunerados. A garantia de uma habitação e de um rendimento capaz de assegurar o início da constituição de uma família e de um futuro ficam adiadas. O tempo de permanência na casa dos pais é dilatado à medida que se foram perdendo os subsídios ao alojamento e financiamento, na transição para a vida adulta (no caso Português, estamos a falar da revogação do artº 7, 3) do Dec. Lei 27/2001 de 3 de Fevereiro, em Outubro de 2002, aquando o orçamento de Estado para 2003, que reduz consideravelmente os casos elegíveis para o Regime de Crédito Jovem Bonificado)

1.3.3. Educação

A montante do mercado de trabalho em mudança está um sistema de ensino e formação profissional os quais são, na perspectiva de Costa (2007), o início e o fim de um círculo vicioso da pobreza e exclusão social. Constituindo uma das principais pontes de transmissão de pobreza de uma geração para outra, a educação parece fazer perpetuar os baixos níveis de capital cultural, social e humano impedindo a mobilidade social na sociedade portuguesa (Centeno, 2001; A. B. Costa, 2007). Se a escola expulsa percentagens significativas de jovens do processo de produção de capital humano desejável para as sociedades, engrossando em consequência os números da pobreza, ela encerra em si, seja pelos números preocupantes revelados pelos relatórios da OCDE (OCDE, 2010) (menos de 30% da população entre os 25 e os 64 anos tinham completado o ensino secundário em 2007, abaixo das taxas dos países como a Turquia e o México com taxas a rondar os 30%), seja pelo papel que educação desempenha na persistência da pobreza enquanto fenómeno social, mecanismos importantes de exclusão e de (re)produção de pobreza. Os baixos níveis de

capital cultural, social e humano que se verificam de uma forma persistente em certas camadas sociais, mais vulneráveis à exclusão, poderão ser explicáveis à luz da teoria da reprodução cultural de Bourdieu. “Por reprodução cultural entendemos os modos como as escolas, conjuntamente com as instituições sociais contribuem para perpetuar as desigualdades económicas e sociais ao longo das gerações” (Giddens, 2001). A escola enquanto reprodutora de desigualdades parece falhar a os seus nobres propósitos na construção de uma sociedade cada vez mais coesa e democrática. Ao invés, parece dispor de meios que influenciam aprendizagem dos valores, atitudes e hábitos ocultos num “*currículo escondido*” (Illich, 1973 in Giddens, 2001) através dos quais o *habitus* (prática social sem consciência, pré-reflexiva) adquirido, de que Bordieau nos fala, é reforçado através da aprendizagem e do conformismo do seu lugar na sociedade, aceitando acriticamente, e aprendendo desde cedo a legitimar, as posições e as acções da classe dominante (Caria, 2005).

Se por um lado, a educação parece-se constituir a oportunidade e a uma estratégia para a mobilidade social, formação e inclusão, através do fornecimento de conhecimentos e de competências para vida e para o trabalho por outro, “liga os cidadãos entre si e ao estado, subvertendo outras narrativas e, deste modo, a possibilidade de outras narrativas autorizadas e autónomas”. Finalmente a narrativa dominante cria os limites e as possibilidades das instituições envolvidas no controlo social (Teodoro & Torres, 2005).

Parecem existir números significativos de crianças e jovens, que habitam os bairros e os espaços habitacionais de que falamos, num dos pontos anteriores, que parecem crescer fora dos padrões da escolarização e desenvolvimento (cognitivo, social, psicossocial e emocional) desejáveis para as sociedades actuais (Fonseca, 2004). Estes jovens e todos os outros que não habitam estes bairros mas que se encontram situação de igual vulnerabilidade social parecem estar completamente alienados do quotidiano da vida escolar e das metas de aprendizagem que o sistema educativo estipulou para os seus percursos de vida (Hespanha et al., 2001).

Aparentemente conformados com o distanciamento social e a marginalização, aprendida e/ou concedida pela escola no seu papel pervertido de includente/excludente, (Kuenzer, S.D.) estes jovens não se sentem motivados frequentemente para adquirirem habilidades vendáveis de que fala Max Weber, nem se projectam num futuro mais ou menos distante, com um projecto de vida e como cidadãos activos e empenhados numa tarefa comum. O mundo em que vivem possui uma cultura muito diferente daquela que encontram

fora, constituindo-se uma resistência à abertura e à mudança, tornando persistentes os fenómenos do analfabetismo, iliteracia, falta de qualificação profissional e, por fim, a pobreza (Centeno, 2001). Tal como nos revelam os dados do relatório da OCDE (Education at a Glance, 2003), Portugal apresenta uma percentagem elevada de jovens de 18-24 anos fora do ensino (da educação e da formação) e com emprego, “o que conjugado com as taxas de saída precoce remeterá para um excesso de emprego não qualificado” (Canavarro, 2004).

Ao mesmo tempo, a mudança nos padrões de emprego fez a educação parecer irrelevante para estes jovens, já que a aposta num percurso educativo sem enclaves nem sempre é preditor de um emprego seguro. O que é facto é, que se por um lado a obtenção de um grau superior na educação já não seja sinónimo de um bom emprego, continua a ser verdade que quanto maior é o nível de escolarização, maior é probabilidade de vir a obter um bom rendimento. À medida que os trabalhos não especializados dão lugar a posições que requerem capacidades e perícia nas novas tecnologias, o número de jovens desempregados, com fraca ou sem qualificação profissional, aumenta. Paralelamente, a par do fenómeno do desemprego que afecta incisivamente estes grupos, que viram o seu percurso educativo interrompido, e portanto, grupos desprovidos de qualificações profissionais, os estudos da sociologia da educação revelam que a exclusão escolar surge também associada aos fenómenos de delinquência e crime (Giddens, 2001) os quais trataremos no ponto seguinte, enquanto formas de exclusão social.

1.3.4. Delinquência e Crime

Os resultados do trabalho de investigação nas áreas da delinquência e crime apontam para uma forte associação entre estes dois fenómenos e a exclusão social. A explicação poderá estar relacionada com a própria dinâmica do mercado de trabalho. A extensividade dos horários laborais deixa uma percentagem de jovens entregues a si mesmo, crescendo sem a supervisão e apoio necessários por parte dos adultos (adultos familiares/pais/tutores). À medida que integram progressivamente os valores da sociedade do consumo estes jovens começam a sentir-se cada vez mais seduzidos pela ideia de obter bens ao mesmo tempo que se confrontam com a escassez de oportunidades para integrarem o mercado de trabalho. Esta limitação de oportunidades é, em consequência, impeditiva da obtenção dos bens desejados, perspectivando-se, desta forma, outros caminhos (menos legítimos) conducentes ao estilo de vida desejado (Giddens, 2001).

Como refere Currie (in Giddens, 2001), o fenómenos de pobreza e de exclusão social fazem-se sentir sobretudo em aglomerados de população que vivem em bairros na periferia das grandes cidades, longe dos serviços e redes sociais importantes, e se vêem progressivamente privados do acesso a meios de subsistência, e confrontados com o aumento do custo do alojamento. A privação económica é acompanhada do enfraquecimento da coesão social, sendo que o resultado desta associação introduz interferências negativas na estabilidade familiar. A resposta na superação do problema económico encontra solução na acumulação de empregos por parte dos adultos, levando o excesso de stress e ansiedade que eleva os níveis de tensão e conflitos familiares. O “empobrecimento social” e o enfraquecimento da coesão na comunidade reduzem também as oportunidades dos pais que recorrem a outras famílias e parentes para obterem apoio na co-orientação dos filhos. Como resultado, a socialização e a educação das crianças e dos jovens ficam enfraquecidas, ao mesmo tempo que os programas de intervenção junto das populações juvenis excluídas são reduzidos pelos governos, que re-equacionam cada vez mais o papel e a razão de ser dos Estados-sociais. Os caminhos da delinquência e do crime são, desta forma, o horizonte numa perspectiva cada vez mais afunilada de oportunidades.

O ponto que se segue tratará de pôr em relevo algumas das perspectivas sobre delinquência e crime onde as razões e os aspectos inerentes a estes fenómenos sociais nos ajudarão a compreender os percursos de vida antecedentes da reclusão.

2. Desvios por caminhos desviados: Delinquência, Crime e Prisões

À primeira vista os signos desvio e crime estão carregados de significados negativos na sua aceção semântica. Porém, no ano em que celebramos o primeiro centenário da Primeira República Portuguesa, damos-nos conta que a história contém em si exemplos positivos de desvio à norma, lançando reptos ao conformismo perante a lei vigente. Os ideais políticos como a liberdade individual e a igualdade de oportunidades, hoje tidos como inquestionáveis direitos das sociedades democráticas, depararam-se em tempos com a resistência daqueles que se opunham aos que desafiavam a ideologia dominante e à lei que a defendia. À coragem e autodeterminação dos infractores de outrora, devemos muitas das conquistas e direitos sociais de que hoje gozamos. Porém, este espaço que as sociedades dispõem para aqueles cujas actividades não estão em conformidade com as normas seguidas pela maioria é o mesmo que outros encontram para a prática do crime e da violência. Estamos, nesta situação perante o “desvio nocivo” (Giddens, 2001).

Perante esta introdução apercebemo-nos que o desvio é um termo conceptual muito mais vasto que o crime. O desvio serve para designar comportamentos relativos ao indivíduo ou ao grupo que não estão em conformidade com um determinado conjunto de normas, aceite por uma maioria, numa comunidade ou sociedade. Por seu turno, o crime serve para designar a conduta inconformista que viola a lei, a qual pode ser seguida de procedimentos legais e de punição formal (Giddens, 2001; Marsh, 2006).

2.1. Teorias do Crime e do Desvio

Apesar do desvio à norma e a infracção à lei se poderem constituir em relatos ocasionais da própria conduta de uma grande parte dos indivíduos (pequenos furtos, infracções na condução, consumo de marijuana), o crime regular apenas diz respeito a uma minoria. As explicações deste facto estão naquilo que designamos de controlo social por via de mecanismos formais e informais. Os mecanismos informais são exercidos pelo processo de socialização, onde a escola e a família desempenham um papel determinante, durante o qual a criança aprende que roubar e enganar está errado e não se deve fazer. Os mecanismos formais dizem respeito à lei e ao sistema punitivo que visam a sanção sempre que a lei não é cumprida (Marsh, 2006). Desta forma, se um indivíduo aceita viver de acordo com lei, estamos perante

a influência dos mecanismos informais de controlo social, porém, se o seguimento da lei se dá porque tememos as sanções negativas consequentes, estamos perante a acção influente dos mecanismos formais de controlo social. Dependendo das circunstâncias, as justificações do seguimento da lei e da norma devem-se porque tememos a sanção e penalização (caso dos furtos e violação grave ao código da estrada) ou, porque estamos de acordo e sentimos que determinados comportamentos são errados (violação e homicídio).

Se por um lado, as teorias do controlo social parecem explicar cabalmente a conduta da maioria que age em conformidade com a lei vigente, parece não haver uma teoria acabada que integre as perspectivas do crime e a sua explicação havendo, portanto, diversas abordagens: biológicas, psicológicas e sociológicas.

Em tempos, as explicações do crime encontravam fundamento nos traços herdados de personalidade, nas condições precárias de habitação dos bairros degradados que criavam “más pessoas” e no controlo parental desajustado. Embora a investigação recente não ponha de lado a importância que os factores ambientais, nomeadamente as condições de privação de que dispõem os bairros desfavorecidos, parece existir uma certa controvérsia acerca da pré-disposição genética ou herança de certos comportamentos e sentimentos (Marsh, 2006).

Teorias Biológicas

As teorias biológicas foram as primeiras a tentar arranjar explicação para o crime dando-nos conta da existência de “tipos criminais”. O crime encerrava um carácter biológico inerente à individualidade do sujeito que o praticava, na medida em que este dispunha de um conjunto de traços inatos determinante da conduta para o desvio e para o crime. Cesare Lombroso, um criminologista italiano dos anos setenta (Séc. XIX) acreditava que os criminosos eram seres biologicamente degenerados que dispunham de traços anatómicos que remontavam os primeiros estádios da evolução humana (molares salientes, estrabismo, orelhas sem lóbulo, braços pequenos). Assim sendo, ainda não se tinham desenvolvido inteiramente como seres humanos e tendiam a agir de forma não conformada com as leis sociais (Giddens, 2001). A conduta era assim consequência de características individuais inatas e desta forma irrecuperável (Dias & Andrade, 1997; Gonçalves, 2008; Queirós, 1997).

Apesar de controversa suscitada pela teoria Lombrosiana, no que respeita aos seus métodos e conclusões, outros estudos se seguiram provando a importância que a biologia assume na explicação e compreensão fenómeno criminal, nomeadamente nas áreas da

genética, bioquímica, neurologia e psicofisiologia (Agra, Queirós, Manita, & Fernandes, 1997), que hoje se poderiam integrar naquilo que designamos de neurociências.

Evidências nos estudos com gémeos e estudos de adopção sugeriram a existência de influência hereditária no comportamento criminoso. Os factores genéticos aparecem nestes estudos como variáveis explicativas do comportamento anti-social ou criminoso uma vez que os gémeos monozigóticos ou “verdadeiros” parecem revelar uma maior taxa de concordância deste tipo de comportamentos (traduzida pelo número de vezes que ambos os elementos do par cometem infracções) face ao outro tipo de gémeos, os dizigóticos ou gémeos “falsos”, que não partilham a totalidade do património genético. Estudos posteriores parecem corroborar esta diferença de médias, encontrada por Lange (pioneiro neste tipo de estudo com gémeos nos anos 20 do Séc. XX) na concordância nas condutas anti-sociais para gémeos mono e dizigóticos. Garrido na revisão de seis estudos entre 1966 e 1977, encontram um valor médio para a concordância em mono e dizigóticos de 64 e 41, respectivamente (Gonçalves, 2008).

Na tentativa de ultrapassar as críticas dirigidas a estes estudos com gémeos no que diz respeito ao controlo das variáveis do meio (Mednick, Brennan, & Kandel, 1988), realizaram-se estudos com crianças adoptivas cujas conclusões vieram reforçar a explicação anterior com fundamento nos factores genéticos. Estes estudos com sujeitos adoptados puderam em evidência a maior propensão para o risco apresentada pelos filhos de pais criminosos criados em famílias adoptivas (com pais não criminosos) face à generalidade de crianças adoptadas.

Ainda enquadradas nesta perspectiva biológica, aparecem as explicações orgânicas que associam as desordens do comportamento a lesões cerebrais. Estudos com sujeitos com certo tipo lesões no cérebro revelaram que associadas ao comportamento anti-social poderão estar alterações significativas das funções do cérebro ao nível da capacidade de compreensão e manipulação de material conceptual, ao nível das tarefas de ligação sequencial e de organização perceptual, no processamento de informação visual e na execução de tarefas que exijam elevados níveis de atenção e concentração. Estas alterações reduzem a capacidade de aprendizagem e desempenho, especialmente as que recorrem ao uso do hemisfério esquerdo (Gonçalves, 2008; Queirós, 1997).

Através dos estudos de António Damásio, no caso do Phineas Gage descrito no seu livro “O Erro de Descartes”, foi possível concluir que não eram só as suas funções cognitivas que estavam alteradas, fortemente dependentes da estrutura física do cérebro lesionado, como

também o seu comportamento social e moral (Pedro, 2007). A zona do cérebro responsável pela “responsabilidade moral” identificada por Damásio (Gonçalves, 2008) veio trazer um forte contributo para a explicação de certos comportamentos desviantes com base em explicações das neurociências, uma vez que se comprovou, através dos dados fornecidos por IRM (Imagem de Ressonância Magnética), que é possível observar certas zonas do cérebro activadas (córtex cingular posterior, giro frontal mediano, sulcus temporal superior) quando um grupo de sujeitos é confrontado com um problema moral, e a não serem de todo activadas num outro grupo de sujeitos que apresentam uma lesão ao nível do córtex pré-frontal e ventromediano (Pedro, 2007).

Outros estudos igualmente com enfoque biológico para a explicação da conduta delinvente foram levados a cabo. Liu e Wuerker (2005) verificaram que existência de diversos factores orgânicos relacionados com problemas ocorridos durante o desenvolvimento embrionário, poderão estar na base de comportamentos violentos. O consumo maternos de álcool, tabaco e de outras substâncias psicoactivas na fase pré-natal poderá desencadear alterações na estrutura e funcionamento cerebrais do feto, concretamente ao nível do sistema límbico que constitui a área onde são despoletadas as emoções. Da mesma forma, ligeiras anomalias físicas (eg., língua sulcada, baixa implantação das orelhas) resultantes de perturbações no desenvolvimento fetal, poderão constituir indicadores para a exibição de comportamentos delinquentes na adolescência. Não obstante da existência destas anomalias predizerem a existência de perturbações no comportamento adolescente, deveremos salientar o papel relevante que a aparência desempenha no processo de socialização, pelo que a presença de anomalias físicas, ainda que subtis, possa reduzir a auto-estima e dificultar o contacto com pares, desencadeando condutas anti-sociais (Liu & Wuerker, 2005).

Da mesma forma, a qualidade da alimentação parece ter um papel importante no desenvolvimento embrionário, período no qual se processa o desenvolvimento do sistema nervoso do futuro feto. Parece haver evidências que baixos níveis de colesterol e glucose, deficiências proteicas e carência de ferro e zinco, com o incremento da toxicidade metálica e de dificuldades na produção de neurotransmissores, poderão estar associados a um aumento da propensão para a violência. Este seria explicado pela relação entre níveis reduzidos de colesterol, glucose, proteínas e aminoácidos e a diminuição na produção de serotonina, enquanto a carência de ferro e zinco iria agir sobre o metabolismo da dopamina (Anckarsäter, 2006; Liu & Wuerker, 2005). Fica desta forma também provada, o papel que os

neurotransmissores assumem no desempenho de actos delinquentes uma vez que, estudos comprovam que a produção reduzida de serotonina e dopamina e elevada de norepinefrina são frequentes em indivíduos delinquentes, do género masculino, da mesma forma que são constatados níveis excessivos de testosterona e de cortisol, em delinquentes do género feminino. A baixa activação fisiológica do sistema nervoso autónomo, evidente através do abrandamento das ondas alfa, de um ritmo cardíaco lento e da reduzida actividade electrodérmica também parece estar relacionada com a prática de comportamentos delinquentes (Dolan et al., 2008). O consumo excessivo de álcool também tem sido amplamente citado como factor de facilitador da prática de crimes uma vez que este actua como um forte desinibidor do comportamento (Bolognini, Plancherel, Winnington, Bernard, Stéphan & Halfon, 2007; Gonçalves, 2008; Liu & Wuerker, 2005; Puntniš, 2006; Shepherd, 2007).

Outros estudos no âmbito da psicofisiologia, neuro e bioquímica vieram reforçar as explicações do crime com base em factores biológicos. Contudo, ao invés das teorias clássicas que afirmaram a “exclusividade e definitividade das características físicas, as versões mais recentes sustentam que os factores bioantropológicos interagem continuamente com variáveis de índole sociológica e ambiental” (Machado, 2008, p. 33) .

Teorias Psicológicas

A par das interpretações biológicas sobre o crime e o desvio estão as teorias psicológicas também elas centradas nas variáveis individuais. Enquanto que as abordagens biológicas começaram por encontrar uma associação entre traços físicos e comportamento criminoso, as teorias psicológicas decidiram centrar-se nos traços de personalidade, preditores do delito. Inicialmente, os estudos em prisões identificaram algumas características psicológicas comuns aos praticantes do delito. A “debilidade mental” e a “degeneração” eram as mais evocadas nos primeiros estudos em criminologia (Giddens, 2001).

Hans Eysenck nos anos 60 e 70 defendeu que o crime resultava da interacção de três factores (neuroticismo, psicoticismo, extroversão) presentes no temperamento do indivíduo, propondo um modelo tri-dimensional da personalidade. Assim, um maior nível de neuroticismo leva a uma reacção excessiva a um determinado estímulo, da mesma forma que níveis elevados de psicoticismo revelam indivíduos mais frios e insensíveis. Por fim, altos níveis de extroversão associam-se a elevados graus de excitabilidade, procura de sensações fortes e impulsividade.

A variável inteligência também é tida em conta por este autor na medida em que aos actos criminais está associada um fraco desempenho cognitivo para além de outras dificuldades (Gonçalves, 2008).

Ainda nesta década do Séc. XX, Pinatel evoca o conceito de personalidade criminal apontando pré-disposições fundamentais que distinguem a personalidade do criminoso da do não-criminoso designadamente: maior propensão para a passagem ao acto e a disposição de traços psicológicos agrupados num nó central que determinam essa passagem ao acto (egocentrismo, labilidade, agressividade e indiferença afectiva), associados a variantes relativas factores de temperamento, aptidões físicas, intelectuais e profissionais, razões aparentes e necessidades nutritivas e sexuais e por último, a disposição de dinamismo proveniente do modo e da forma como se articulam e interagem as características constitutivas anteriormente referidas (Gonçalves, 2008).

Outros estudos incidiram na personalidade criminal inerente ao sujeito praticante do delito, igualmente focados no momento da passagem ao acto. São exemplos as investigações de Le Blanc, Fréchette e Favard, enfatizando sempre a relação existente entre perigosidade e este tipo de personalidade (Dias & Andrade, 1997; Manita, 1997).

Actualmente as teorias enquadradas no âmbito da psicologia, nomeadamente as psicodinâmicas vão-se centrar na história biográfica do indivíduo e nos processos dinâmicos de formação da personalidade. O conflito entre os impulsos naturais e as resistências criadas no processo de socialização que decorrem dos mecanismos que induzem à conduta normalizante (sociedade repressiva e punitiva) parece ser o aspecto central destas abordagens. Contudo, são as teorias psicanalíticas e comportamentais que sustentam a prática no que se refere ao tratamento e reabilitação de delinquentes (Machado, 2008).

As abordagens biológica e psicológica, parecem confluir na pressuposição de que o desvio é um sinal de algo “errado” que se passa com indivíduo inerente a variáveis relacionadas com a estrutura e/ou funcionamento do corpo e mente, fora do seu controlo. Embora algumas teorias da psicologia já incluam a variável sociedade, esta só ganhou centralidade na explicação do crime aquando o surgimento das teorias sociológicas. Estas teorias vêm enfatizar a importância do contexto social em que crime e criminosos são

perspectivados, em relação um com o outro e em relação com um conjunto específico de condições e oportunidades (Giddens, 2001; Marsh & Keating, 2006).

Teorias Sociológicas

A abordagem do crime na perspectiva da sociologia tende a ser globalizante, preocupando-se não só em “explicar porque se cometem crimes, mas também em problematizar a própria ordem social, compreender as implicações político-criminais e delinear moldes, conteúdos e alcances de práticas de associação entre a teoria e a prática, nomeadamente ao nível da reinserção social e prevenção da delinquência” (Machado, 2008, p.33).

Assim, a explicação do crime tem prendido a atenção de muitos investigadores surgindo uma diversidade de abordagens, não só no que diz respeito às variáveis em estudos, como aos métodos recorridos, como ainda à natureza das explicações. Sem pretensão de abarcar na sua extensividade todas as teorias sociológicas produzidas no campo da criminologia, faremos uma breve revisão pelas principais.

Teorias Funcionalistas

Subjacente a todas as teorias funcionalistas, neste campo, está a importância que é dada à partilha de normas e valores enquanto a base da ordem social. Enquadrado nesta perspectiva Durkheim define crime como a ausência de normas e falta de referência a regras práticas de vida em sociedade. Esta definição surge acoplada ao conceito de *anomia* originalmente introduzido por este sociólogo e posteriormente utilizado por Merton. Durkheim defendia assim que o crime e o desvio constituíam fenómenos normais, próprios de sociedades saudáveis, sendo até necessários na medida em que estes podem ser funcionais. O argumento está no facto do crime, enquanto quebra de normas e leis e desafio à ordem social instituída, encoraja a mudança social ao mesmo tempo que reforça os valores e as regras que são realizados na sociedade (Marsh & Keating, 2006). A teoria da anomia refere-se assim a tensões que decorrem da própria estrutura social que induzem à adopção de soluções desviantes (Machado, 2008).

No seguimento desta ideia, Robert Merton recorre ao conceito de *anomia* engendrando uma teoria explicativa do crime. Na sua óptica, o crime ocorre porque a estrutura social e organizacional encoraja os indivíduos a delinquir, na medida em esta dispõe de um conjunto

de padrões culturais que enfatizam a ambição e o sucesso suscitando a competição. Ainda no enalço de uma sociedade justa e igualitária, o acesso aos meios de concretização legítimos colocados à disposição pelas instituições é mediado pela classe social de pertença, não estando portanto ao alcance de todos. A este desfasamento entre meios e fins em que o indivíduo se depara com a aspiração de ser bem sucedido e a impossibilidade de o realizar pelos meios socialmente aceites, Merton dá o nome de anomia – estado de desorganização (Gonçalves, 2008; MacDonald, 1997). Desta forma, as normas que usualmente regulam o comportamento perdem a sua influência e ficam sujeitas a serem ignoradas: a partilha de valores e normas deixam de determinar os comportamentos (Marsh & Keating, 2006).

Ainda nesta perspectiva, Albert Cohen's, nos anos 50, no estudo da delinquência atribui a causa do comportamento delinquente ao desejo de obtenção de bens materiais. A escola surge na centralidade dos seus discursos na medida em que esta falha na disponibilização das oportunidades necessárias a que os alunos das classes mais baixas atinjam estatutos equivalentes aos das classes altas. Os modos distintos de socialização dentro das duas classes são distintos, não permitindo uma competição de igual para igual. Em alternativa, os caminhos da delinquência são perscrutados, na tentativa de igualar esse estatuto desejado, emergindo uma nova sub-cultura: a da delinquência. Bloqueadas as avenidas do sucesso, estes jovens começam a sofrer daquilo a que Cohen designou de “status frustation”.

Agrupados em sub-culturas de delinquência, acolhem condutas regidas por regras e valores com as quais se passam a identificar: as do crime. A escola e o sistema educativo são, desta forma, rejeitados assim como, negados todos os seus imperativos e propósitos (Dias & Andrade, 1997; Giddens, 2001; Gonçalves, 2008; Marsh & Keating, 2006).

Teorias Interaccionistas

Na tradição desta corrente, o desvio é perspectivado como um fenómeno socialmente construído ao invés de se assumir a existência de tipos de condutas inerentemente desviantes. As questões às quais procuram responder dizem respeito ao modo como determinados comportamentos são tidos como desviantes e porque é que alguns grupos são designados de desviantes e outros não (Giddens, 2001).

A noção de *associação diferencial* introduzida por Edwin H. Sutherland em 1949, refere que numa sociedade onde coexistem diferentes sub-culturas, alguns ambientes sociais

tendem a estimular comportamentos desviantes, embora outros não. Isto acontece porque o comportamento delincente é adquirido através de um processo de aprendizagem que decorre da associação de indivíduos a outros que são portadores de normas criminais. Pondo de lado as teorias que remontam a defesa das diferenças psicológicas para a distinção de indivíduos criminosos e não criminosos, esta teoria coloca a ênfase na aprendizagem do comportamento criminoso, da mesma forma que os outros comportamentos socialmente aceites, em prol das mesmas necessidades e valores (a obtenção de dinheiro para fazer face às necessidades são objectivo do ladrão e do empregado que o faz mediante estratégias lícitas) (Giddens, 2001; Marsh & Keating, 2006).

A *teoria da rotulagem* é talvez a ideia chave da perspectiva interaccionista. O desvio é tido segundo este ponto de vista, como algo que resulta de um processo de interacção entre aqueles que se desviam e os outros que não o fazem, refutando ideia que os criminosos se distinguem dos não criminosos com base nas características inerentes ao indivíduo ou ao grupo (Giddens, 2001; Marsh & Keating, 2006).

Dentro deste quadro explicativo existem os agentes da rotulagem que são as pessoas que representam as forças da lei e da ordem, com capacidade legitimada para impor a moralidade convencionalmente aceite e partilhada pela maioria. Além destes, existem os rotulados perspectivados como desviantes, delinquentes ou criminosos. Os rótulos, quando aplicados na criação de categorias de desvio, traduzem, na perspectiva destes interaccionistas a estrutura de poder de uma determinada sociedade. “De um modo geral, as regras que definem o desvio e os contextos em que são aplicadas são estabelecidas pelos ricos para os pobres, pelos homens para as mulheres, pelos mais velhos para os mais novos e pela maioria étnica para a minoria” (Giddens, 2001, p.212).

Howard Becker, um dos sociólogos mais conectados a esta perspectiva enuncia que “os grupos sociais criam o desvio ao fazer as regras cuja infracção constitui desvio e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulando-as como *outsiders*. Segundos este ponto de vista, o desvio não é qualidade do acto da pessoa que o comete, mas sim uma consequência da aplicação por outras pessoas de regras e sanções a um indivíduo que se desvia. O desviante é alguém a quem aquele rótulo foi aplicado com êxito, o comportamento desviante é o comportamento que as pessoas assim o etiquetam” (Becker, 1963 cit in Giddens, 2001, p.619).

Ilustrando esta afirmação, Giddens (2001) dá-nos o exemplo das crianças que correm nos jardins e que por vezes se envolvem em actividades como partir vidros, roubar frutas ou vaguear pelas ruas. Nos bairros mais abastados, estes comportamentos podem ser vistos como próprios da infância, ao passo que se estes comportamentos ocorrerem em bairros degradados facilmente são rotulados de preditores de delinquência. Embora os actos sejam os mesmos nos dois casos, ambos acarretam significados diferentes. Neste sentido, Gonçalves (2008) sublinha que “o comportamento humano não é uma entidade estática mas antes uma acção dinâmica que ocorre continuamente no contexto de interacção social (p.118). Sempre susceptível à avaliação dos outros, o comportamento está repleto de significados atribuídos resultantes desse processo avaliativo.

A criança rotulada de delinquente está sujeita a um estigma de criminosa. A identidade desta forma construída poderá acolher com êxito o rótulo que lhe foi posto, perpetuando os actos que com ele condizem. Assumida esta nova identidade, os actos deixam de ser guiados pelos impulsos dos primeiros actos ilícitos, mas norteados por esta nova identidade. Neste sentido, Lemert (1967) distingue desvio primário de desvio secundário na medida em que o segundo é aquele em que o comportamento deixa de ser impelido por factores circunstanciais (sociais, psicológicos, biológicos) passando a ser realizado segundo uma identidade que acatou o rótulo de delinquente e que se mostra ao mundo já enquanto tal. No desvio primário, os actos ilícitos não assumem a centralidade na identidade da pessoa, ocorrendo um processo de normalização do acto desviante (Dias & Andrade, 1997; Giddens, 2001; Gonçalves, 2008; Larrauri, 1991).

A adopção destas novas identidades poderá revelar-se vantajoso para o indivíduo que se desviou, na medida em que ao aceitar o rótulo que lhe designaram e acolhendo esta nova identidade, podem-se constituir facilitadores de integração num novo grupo social. Neste grupo social, nesta subcultura desviante, o indivíduo terá acesso a alternativas de comportamentos perdidos ao mesmo tempo que estabelece novas relações, novas experiências e conhecimentos. Esta (re)inclusão anula os seus sentimentos de exclusão provocados por sentimentos de rejeição decorrentes da rotulagem e estigmatização (Downes-Rock, 1988, in Larrini, 1991).

Foi Becker que se preocupou em demonstrar que as identidades desviantes são produzidas através da rotulagem, ao invés de serem o resultado das motivações ou

comportamentos desviantes (Giddens, 2001). O desvio é, desta forma, resultado de uma interação simbólica na qual o indivíduo interpreta e define o acto e o seu autor de desviante ou não desviante. Desta forma, o crime é uma construção social não sendo o acto em si desviante mas sim o seu significado atribuído (Larrauri, 1991).

A ênfase nesta teoria deve-se em parte ao interesse *interaccionista* que ela assume em relação à natureza política do crime e do desvio. As leis enquanto produtos políticos da ideologia vigente, reflectem o poder que as classes dominantes têm na imposição das suas ideias acerca do que é certo ou errado ao resto da sociedade. Embora aplicáveis a todos os indivíduos, alguns interacionistas demonstraram que existe uma execução selectiva da lei, na medida em que ela é menos aplicada a alguns grupos e vigorosamente aplicada a outros.

Os estudos de Cicourel (1976) no âmbito da justiça juvenil nos Estados Unidos da América trouxeram argumentos capazes de reforçar esta teoria. Os resultados indicaram que os jovens brancos da classe média têm menos probabilidade de serem considerados pela polícia e pelos técnicos de reinserção social como potenciais delinquentes. Da mesma forma, a polícia está mais pré-disposta a reagir aos grupos e indivíduos identificados como sendo mais propensos a praticar actos de delinquência mesmo antes de terem cometido tais actos (Marsh & Keating, 2006).

As consequências dos processos de rotulagem, bem como a sua integração identitária, suscitaram o interesse de investigadores como Leslie Wilkins (1964). Este autor, interessado pela gestão da identidade desviante e a sua integração na vida quotidiana enuncia a noção de *amplificação do desvio* para designar “as consequências indesejadas quando uma agência de controlo rotula um determinado comportamento como desviante, provocando um aumento do mesmo”. A pessoa que assume a identidade de delinquente com base na integração rótulo é susceptível de mais reacções por parte das agências de controlo. Assim, o comportamento indesejado passa a ser predominante e mais resistente à mudança. Vários têm sido os exemplos de controlo por forças policiais dos a que designam de marginais que, ao invés destas acções cumprirem o seu propósito inicial, têm efeito ricochete na medida em que chamam atenção para os fenómenos tornando-os muitas vezes populares pelos seus semelhantes etários e/ou culturais. Da mesma forma, as coberturas extensivas e sensacionalistas pelos *media* produzem amplificação dos efeitos do fenómenos que envolvem o crime suscitando o pânico moral, sintomático de desordem social geral (Giddens, 2001;

Marsh & Keating, 2006). Considerando que os meios de comunicação assumem para grande parte das pessoas a principal fonte de informação e análise do crime e do sistema de justiça criminal, as representações sobre o crime e punição raramente são neutras. Na base da crença e das expectativas sobre o crime está um quadro conceptual preconcebido e transmitido através de narrativas morais que os *media* concebem para criar sensações ampliadas ao espectador (J. Roberts, Stalans, Indermaur, & Mike, 2003).

Teorias do Conflito: A nova criminologia

As teorias do conflito vieram romper com a lógica explicativa do desvio anterior, começando por rejeitar a ideia de que o desvio ocorre por factores biológicos, de personalidade, por anomia, pela desorganização social ou rotulagem. Baseadas em determinados aspectos do pensamento de Marx, vieram preconizar que o desvio é uma acção deliberada e muitas vezes de natureza política. São as desigualdades produzidas pelo sistema capitalista que obrigam a uma decisão por parte determinados indivíduos, optando pelo desvio.

O crime na perspectiva dos marxistas era visto como “um produto do capitalismo, sendo que o comportamento criminosos e anti-social era indicador das contradições e dos problemas inerentes ao sistema capitalista” (Marsh & Keating, 2006, p.620).

A novidade destas teorias é que introduziram questões relativas à justiça social, ao poder e à política na análise e no debate do crime e do desvio. Os estudos produzidos neste dentro deste quadro teórico vieram trazer visões alternativas acerca de determinados incidentes sociais ocorridos na Grã-Bretanha na década de 70. Estes teóricos defenderam que o pânico moral suscitado em torno de alguns assaltos ocorridos nas ruas terá sido encorajado pelo poder e pelos meios de comunicação de forma a desviar a atenção da sociedade para o declínio dos salários, do emprego e outras falhas. O estudo sobre a aplicação das leis levou os adeptos destas teorias a concluir que as leis não são mais do que ferramentas concebidas e usadas pela classe dominante de forma a manter as suas posições de poder na estrutura da sociedade. As leis não são “neutras” e não são aplicadas imparcialmente a todos os cidadãos. O entendimento do crime e do desvio deve pois ser considerado em função do contexto das desigualdades que o sistema capitalista promove e dos interesses contrapostos entre os grupos sociais. (Giddens, 2001; Marsh & Keating, 2006; Marshall, 1997).

O Realismo da Nova Esquerda

As teorias do conflito foram acusadas por uma nova escola de pensamento (O Realismo da Nova Esquerda) por não atender aos aspectos reais do crime e das consequências imediatas que ele provoca nas populações. Foram produzidos estudos sobre vítimas do crime, na década de 80, que revelaram que o crime constitui um problema sério que afecta as zonas mais pobres dos centros das cidades. Baseando-se nos contributos de Merton, Cloward e Ohlin as teorias do realismo da nova esquerda afirmam que dos centros urbanos emergem subculturas criminais não associadas ao fenómeno de pobreza em si, mas por falta de integração na comunidade mais ampla. Os jovens delinquentes operam desta forma à margem da sociedade respeitável, revoltando-se contra ela. Os índices de crime e vitimização estão, desta forma, concentrados nos subúrbios marginalizados, sendo que os grupos desfavoráveis incorrem numa situação de maior vulnerabilidade no se refere à probabilidade de se envolver em acções deste tipo e de constituírem eles próprias as vítimas das acções criminosas (Giddens, 2001; Marsh & Keating, 2006).

Teorias do Controlo Social

As teorias do controlo social focam-se nos factores que determinam o conformismo em detrimento dos que determinam o desvio. A conformidade dos indivíduos resulta das acções exercidas pelo controlo social sendo o desvio o resultado da ausência das mesmas. Reckless (1961, in Gonçalves, 2008) evocando a teoria da contenção (containment theory), refere que o comportamento desviante ocorre por ausência de influência do controlo-social sendo este o produto do equilíbrio de forças internas e externas. As forças externas dizem respeito às forças sociais impulsionadoras do comportamento desviante (pobreza, conflitos sociais, pertença a subculturas delinquentes), por sua vez as forças internas dizem respeito às forças psicológicas associadas a sentimentos de frustração e inferioridade.

As teorias do controlo social sugerem que qualquer indivíduo é susceptível de praticar actos criminosos, contudo não o faz porque existem igualmente forças internas e externas de contenção que o impedem dessa prática. As forças de contenção interna dizem respeito ao auto-controlo, sentimento de responsabilidade, capacidade de tolerância à frustração, resiliência. As forças de contenção externa dizem respeito ao controlo, disciplina e expectativas positivas.

Assim, na ocorrência da redução das forças de contenção internas e externas, aumenta probabilidade do envolvimento de comportamentos desviantes, ao invés, o conformismo é mais provável (Gonçalves, 2008; Roger, 2005). Por seu turno, Travis Hirschi (1969, in Giddens, 2001) dá-nos conta da existência de laços que ligam o indivíduo à sociedade e ao comportamento socialmente aceite: apego, compromisso, participação e crença. A força destes laços determina a eficácia do controlo social e da conformidade. Quando fortes, não existe espaço para a transgressão das normas, quando fracos os caminhos do desvio e delinquência vislumbram-se com facilidade. Os delinquentes são vistos por este autor como indivíduos que possuem baixo autocontrolo em virtude de uma socialização empobrecida em casa e na escola.

Demartis (2006) apresenta-nos três tipos de sistemas de controlo social: internos directos (sentimentos de culpa e embaraços por parte de transgride normas); internos indirectos (afecto, sentimentos de afiliação e conservação de estima) e externos (vigilância e controlo por parte das agências de controlo social tais como polícia e outros agente de segurança pública). Parsons (s.d., in Demartins, 2006) por seu turno, apresenta-nos três modelos de controlo social que incluem o isolamento, o afastamento e a reabilitação. O isolamento pressupõe que os transgressores das normas sociais se afastem do grupo sem que seja prevista qualquer forma de reabilitação; o afastamento implica uma limitação dos contactos entre os desviante e a sociedade por um período determinado de tempo, perspectivando uma eventual reabilitação do sujeito, por último, a reabilitação visa a reintrodução do indivíduo na sociedade sendo que o mesmo terá que aceitar as normas vigentes e adequar o seu comportamento às mesmas.

Em síntese, as teorias do controlo social pressupõem que o crime é o resultado de actos voluntários e racionais que são praticados pelos indivíduos consoante as oportunidades e a avaliação do risco benefícios envolvidos nessas acções. Partindo desta crença, as autoridades e as polícias têm-se concentrado em reduzir estas oportunidades mediante técnicas de *dissuasão*. Desta forma, são constantemente ensaiados mecanismos de intervenção directa nas situações de probabilidade de ocorrência de crime. Aumentam os sistemas de alarme e segurança em residências e locais públicos, instalam-se sistemas de vigilância em ruas, estabelecimentos e transportes, entre outros. Na sequência destas acções aumenta paralelamente as técnicas de infracção e de cometimento de delitos por via de estratégias de grupos bem organizados, dispondo de meios e tecnologias avançadas assim como os alvos do

crime menos sofisticados são deslocados para zonas mais vulneráveis e desprotegidas (Giddens, 2001).

Como podemos constatar, a explicação do crime goza de uma extensividade e abrangência que determina o uso de diferentes áreas do saber, bem como diferentes ferramentas no sentido de obter conhecimento válido nesta área. Assim sendo, e na linha do que de Edwin Sutherland (considerado o pai da Criminologia americana) propõe em 1939, o estudo do crime deverá comportar três dimensões de análise: a primeira integra o campo de análise da sociologia do Direito que se dedica ao estudo das leis e a sua produção; a segunda visa abarcar áreas do saber da antropologia, da psicologia, da psiquiatria, da economia e da ciência política, pretendendo incidir sobre a violação das leis e as suas causas; e por último, deve-se analisar a reacção ao crime remetendo o estudo não só ao comportamento da opinião pública face ao acto criminoso, como também à examinação das determinantes da criação de normas de conduta e das fontes de legitimidade das reacções às infracções dessas normas e ao crime (Machado, 2008).

Teoria Geral do Crime

Esta teoria data dos anos 90 quando Gottfredson e Hirschi se juntaram para construir um modelo teórico que integrasse a teoria do controlo social (Hirschi, 1969) combinada com as perspectivas da teoria da actividades rotineira (Cohen e Felson, 1979) e a teoria da escolha racional (Clarke e Cornish, 1985) e ainda elementos biosociais e psicológicos.

A ideia central desta teoria diz respeito ao autocontrolo, desenvolvido a partir da primeira infância. Para estes teóricos a ausência do autocontrolo aumenta a probabilidade do sujeito cometer delitos. As acções destas pessoas com mais vulnerabilidade para o crime são orientadas pela impulsividade com vista à gratificação imediata dos seus desejos. Centradas no “aqui e agora” são incapazes de planear projectos e acções que originem resultados a médio longo prazo. O risco para si e para os outros está presente, embora subsista a crença de que não será apanhado ou castigado.

Integrando esta ideia de autocontrolo na teoria explicativa do crime estes autores salientam que a taxa de crime pode diminuir se limitarmos as oportunidades para o cometimento do crime (tal como preconiza a teoria de controlo social), mas não diminui o número de sujeitos com tendências para a prática do crime, uma vez que este se mantém constante.

Segundo estudos desenvolvidos neste âmbito teórico, “o baixo autocontrolo aparece tipicamente associado a indivíduos que carecem com frequência de competências cognitivas e habilitações escolares necessárias à planificação dos seus comportamentos, que são insensíveis ao sofrimento dos outros e de si próprios e que não se preocupam com as consequências da sua conduta” (Gonçalves, 2008, p.128). Não podendo afirmar que o delito é consequência directa do baixo autocontrolo, este interfere em vários comportamentos que estão consequentemente associados a actos antisociais e criminosos (Gonçalves, 2008).

Embora o autocontrolo surja neste contexto como característica inerente ao indivíduo, com um carácter estável no que concerne ao traço da personalidade, os autores assumem simultaneamente que este poderá ser modela mediante a intervenção através de práticas educativas e familiares que promovam a socialização, aumentando o autocontrolo, ou ao invés, práticas que resultem num enfraquecimento dos laços sociais (e.g. ausência de supervisão parental, sociabilização empobrecida, reforço do egocentrismo).

No confluir do conhecimento proveniente destas áreas, as diferentes abordagens ao centrarem-se no *homem delinquente* ou na *sociedade criminógena*, evocam especificidades de análise que nos remete para a perspetivação do indivíduo, da sociedade e do resultado da interacção dos mesmos, em simultâneo. Aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno do crime, os seus actores e os contextos sociais, permitem-nos uma compreensão mais preparada de como actuar tanto na resposta como na prevenção. A coesão e o bem comum é um horizonte que deverá estar sempre presente quer nas acções das organizações e Estado quanto nas acções individuais. Assim é imperativo convocar as responsabilidades individuais e organizacionais sempre que ameaças à coesão social e ao bem comum se imponham.

2.2. Punição, Crime e Sociedade

A ameaça à coesão social foi uma das ideias preconizadas por Durkheim no que diz respeito à justificação da existência de um sistema de justiça que prevê modalidades de sanções penais que visam ser aplicadas a quem perturbe essa coesão e ponha em causa o poder do Estado, enquanto determinador e regulador das normas sociais (Kunh, 2009).

Apesar das evidências demonstradas no que concerne ao falhanço que a implementação destas modalidades tiveram na diminuição ou erradicação do crime, quer seja

pelos insucessos inscritos no currículo histórico dos sistemas de justiça, quer pelos resultados de diversas investigações levadas a cabo no âmbito da sua aplicação, a lei penal ainda é hoje a via pela qual os estados visam reduzir as taxas de criminalidade (Marsh & Keating, 2006). Também foi em nome da lei que muitas das atrocidades foram cometidas no decorrer do Séc. XX, justificação pela qual muitos adeptos da criminologia “crítica” propõem simplesmente a abolição dessa mesma lei penal (Holsman & Celis cit in Kuhn, 2009). Sem (ainda) colocar em causa a eficácia da aplicabilidade da punição formal, revisitemos os objectivos e as funções que a orientam.

2.2.1. Sociedade punitiva: objectivos, funções e contradições

Marsh & Keating (2006) referem que os cinco grandes objectivos da punição são: a dissuasão, retribuição, reabilitação, incapacitação e reparação. A *dissuasão* está relacionada com a perspectiva utilitária da punição. Cavadino e Digman (2002), ao debruçarem-se sobre sistema penal de Inglaterra e País de Gales, referem a dissuasão como algo que ocorre a dois níveis: individual e geral. A nível individual quando os infractores encaram a punição como fonte de desprazer e prejuízo para si próprios, sendo que nunca mais repetem a infracção no sentido de evitar a consequente punição. O efeito dissuasor associado à sanção é uma das razões que poderá justificar a sua aplicação, na crença de que a mesma fará o sujeito infractor tomar consciência da gravidade do seu acto e retirar-lhe toda a vontade de retomar esse mesmo acto; aquilo que se pode designar prevenção especial (Kunh, 2009). Ao nível da prevenção geral a dissuasão funciona na medida em que quando os infractores são punidos, esta acção não só detém os mesmos de reincidir como desencoraja outros de o fazer.

A propósito da função dissuasora da punição Gonçalves (2000) define prisão como “a resultante de um processo de controlo e segurança do grupo social que coloca o condenado como alguém que, simultaneamente, é objecto de submissão ao poder punitivo e, sobretudo, é exemplo didáctico para o povo, tal qual garante a lei e o poder” (Gonçalves, 2000, p.138).

Com base nesta perspectiva utilitária da punição seria de prever que penas mais duras fossem, mais desencorajantes das novas práticas infractoras. Contudo, não é isto que os estudos têm evidenciado. Cavadino e Digman (2002) comprovam, nas investigações que levaram a cabo, que os reclusos que sofreram penas mais severas não só incorrem numa maior probabilidade de reincidir, como desenvolvem uma auto-imagem mais vincada e mais dura no

que diz respeito à identidade criminosa, especialmente os indivíduos mais novos. Neste sentido, Kunh (2009) afirma que nos Estados Ocidentais a taxa de reincidência geral ronda os 50%, o que poderá ser perspectivada como medida de sucesso ou insucesso tendo em conta as expectativas que se tem do poder do efeito dissuasor da aplicação das penas. Ainda contra-argumentando o propósito dissuasor da punição, Walker (1991) refere que a maior parte dos infractores acreditam numa possibilidade remota de vir a sofrer consequências por infringir as normas, outros vêem a punição como parte do risco, já os possíveis infractores preocupam-se mais com a probabilidade de serem apanhados e de serem estigmatizados do que propriamente com a dureza das penas associada ao crime cometido.

Assim sendo, a grande evidência de que o tipo ou a severidade da sanção associada a crime dissuade a maioria dos indivíduos a reincidir ou infringir normas fica por comprovar. A lógica da *retribuição* aplicada à punição prende-se com aquilo que poderíamos designar de “motivo de vingança”. Segundo Marsh e Keating (2006) este objectivo das acções punitivas legais está associada à ideia de dívida e merecimento ou como refere Kuhn (2009) uma espécie de “recompensa negativa” ou “castigo”. A ideia subjacente à punição merecida tem a ver com o assumção de que a gravidade do acto criminoso deverá ser determinante da severidade da pena. Noutros termos, “parte-se de ideia de que a violação de uma regra social causa prejuízo à sociedade no seu conjunto e que esta deve reagir infligindo o autor um mal de intensidade idêntica, destinado a restabelecer um certo equilíbrio” (Kuhn, 2009, p.66). Não é assim de estranhar que com frequência as vozes de alguma da opinião pública se levantem para afirmar que “certos delitos merecem determinadas punições, na ausência dessas, a lei e a ordem estarão postas em causa” (Marsh e Keating, 2006, p.640).

A *reabilitação* enquanto objectivo da punição está aliada à crença de que os infractores são educáveis através de ensinamentos que os conduzam a atitudes e comportamentos de obediência face à lei, tal como os cidadãos “normais”. Também se usa o termo “reforma” embora este sentido esteja mais associado à ideia de dar espaço para que o recluso ou infractor se remida e modifique o seu comportamento, em função da punição aplicada. A ideia da *reabilitação*, ou da *ressocialização* segundo Kuhn (2009), prende-se mais com acções estruturadas e planeadas tendo em vista a reinserção do infractor na normatividade socialmente instituída. O objectivo é tentar adaptar ou readaptar o infractor ao meio envolvente, no esforço de pôr fim às suas tendências não conformistas, ao mesmo tempo

que se oferece a possibilidade de retomar a vida em sociedade, de acordo com os seus princípios da ordem e com as suas normas (Kunh, 2009; Marsh & Keating, 2006).

Como exemplo mais perto da ideia de reforma, está a crença que imperou na época vitoriana na Inglaterra de que a prisão deveria ser um espaço no qual o recluso “poderia tornar-se numa pessoa reformada, preconizaram-se assim longos períodos na solitária durante os quais os reclusos deveriam perscrutar as suas almas e consciência, levando muitas horas a rezar” (Marsh & Keating, 2006, p.641)

A concepção de que os reclusos podem optar por mudar as suas atitudes e comportamentos em detrimento da via do crime está na base da Justiça Restaurativa que surgiu nos anos 70 na Europa e tem orientado muitas das práticas ao nível da justiça nos últimos anos. Perpetua-se contudo a contradição comum a todos os sistemas penais, por um lado o seu objectivo reabilitativo por outro o retributivo. Apesar da ausência de sucesso dos resultados obtidos na aplicação de penas duras encoraje medidas reformadoras ao nível da justiça, estas medidas hão-de suscitar a sensação por parte de muitos, de que muitas pessoas não têm uma resposta ajustada tendo em conta os danos sofridos por actos criminosos (Marsh & Keating, 2006).

A ideia de *incapacitação* está subjacente ao facto de indivíduos que praticam crimes ou infracções estarem temporariamente impedidos de o fazer pela punição a que estiveram sujeitos. São exemplos a prisão preventiva e a retirada temporária da licença de condução (Marsh & Keating, 2006).

Kunh (2009) refere a função de *eliminação* como a ideia que esteve (está) subjacente às medidas que levam à “supressão – mais ou menos definitiva – da sociedade dos seus elementos perigosos e/ou incómodos” (p.69). Exemplos destes actos são a pena capital e a sanção penal que prevê a expulsão de cidadãos estrangeiros. Apesar do exílio e o desterro constituírem episódios da História remota, facto é que hoje muitos países ainda prevêem a aplicação da pena capital e a expulsão de cidadãos das sociedades. Como exemplos temos os sistemas jurídicos e penais do Irão, China e Estados Unidos que durante o ano de 2002, juntos, executaram 82% dos 1526 reclusos condenados a pena capital por 31 países (Marsh & Keating, 2006). Os Estados Unidos da América, considerado um dos países mais desenvolvidos do mundo, 3335 prisioneiros aguardavam execução no corredor da morte,

sendo que desde 1976 – data da última revisão da legislação dos estados federados sobre a sentença de morte levada a cabo pelo supremo tribunal – o número tenha aumentado de 500 para 1500 em 1990 (Giddens, 2001). Como exemplo de expulsão temos o caso de França que sob directrizes do actual governo “em Agosto de 2010, foram desmantelados 128 campos e 979 ciganos foram expulsos para Bulgária e Roménia, 151 dos quais de forma coerciva “ (Renate Weber, 2010, p.3).

O objectivo da *reparação ou compensação* visa obrigar o autor do crime ou da infracção a reparar o dano que causou, que poderá ser através de indemnizações directas à vítima, contributos para associações de ajuda a vítimas ou trabalho prestado a favor da comunidade (Kunh, 2009). A função *reconciliadora* da sanção penal, inerente ao princípio da Justiça Reparadora ou Restaurativa, pressupõe que delinquente ou criminoso deverá estar face a face com a vítima dos seus actos de forma a poder ter uma participação activa no processo de punição levando a pensar sobre como reparar esses danos, seja através de um pedido de desculpas e/ou através de outro tipo de compensações que achar mais adequadas.

Como referem Mantle, Fox e Dhami (2005) os princípios da justiça restaurativa estão subjacentes a uma visão criminalidade na base de um conflito que ocorre entre indivíduos e não entre agressor e Estado. Nesta lógica, a gestão e administração do crime e segurança é um assunto que diz respeito à comunidade, devendo comportar uma responsabilidade partilhada. A Justiça Restaurativa é desta forma perspectivada sob uma abordagem humanitária do crime pondo em relevo questões como perdão, cura, reparação e reintegração (Zehr e Mika, 1998, in Mantle, Fox & Dhami, 2005).

Normalmente a acção reflexiva implícita na participação da resolução, por parte do delinquente, está subjacente a uma acção de mediação que implica um processo de resolução de conflito ou problema, com vista a uma solução, do qual fazem parte o autor, a vítima e uma autoridade judiciária. Esta participação é ao mesmo tempo uma forma de responsabilização e de recompensa, quer do indivíduo que sofreu danos e prejuízos, quer a comunidade que ficou sujeita a uma infracção das suas normas (Kunh, 2009; Marsh & Keating, 2006)

Apesar dos actos punitivos ocorrerem em diversos contextos, como na família, na escola e no trabalho, sob modalidades informais, a sanção penal é a modalidade de punição

privilegiada pela maioria das sociedades ocidentais. Não obstante desse seu propósito reabilitativo e reconciliador, a sanção penal está longe de cumprir a sua grande finalidade – redução do crime – visto que os números indicam que as taxas de criminalidade têm vindo a aumentar nos últimos anos em quase todos os países do Ocidente (Giddens, 2001; Knepper, 2007; Kuhn, 2009; Lacey, 2008; Lambropoulou, 1999; Marsh & Keating, 2006). Como exemplo apontamos Inglaterra e o País de Gales que só em 1997 tinham 67.000 reclusos, sendo mais presas pessoas, proporcionalmente à população do que em qualquer outro país europeu, excepto Portugal (Guardian, 2000, in Giddens, 2001). Enquanto as sociedades mais avançadas teorizam sobre o crime e aplicam sanções tendo em vista a redução do crime e violência, pretendendo proteger a coesão social (Lambropoulou, 1999), outras sociedades – designadas primitivas – encaram o crime talvez de uma forma menos “primitiva” ao considerarem-no um desequilíbrio introduzido no grupo, sendo portanto, necessário um restabelecimento desse mesmo desequilíbrio. Medidas como casar com a viúva ou adoptar o filho da vítima mortal, constitui neste caso, um de muitos exemplos de processos de reinserção levados a cabo nestas sociedades. Ao invés de excluírem, como fazem as nossas sociedades marginalizantes, estas sociedades encaram os delinquentes e os criminosos como elementos integrantes do grupo e têm nele um papel *continuum*. A *sanção* (será que merece este nome, nestes contextos?) nestas sociedades trata-se de “uma espécie de talião sem elemento destrutivo que é a vingança, na qual o autor perde a sua identidade e desaparece em benefício da vítima que renasce” (Kuhn, 2009, p.71).

Por seu turno, nas sociedades “civilizadas”, “progressistas” e “verdadeiramente democráticas” os sistemas penais constituem a estratégia encontrada pelos governos para gerir a criminalidade, sendo que a intensidade da criminalidade associada à saliência tomada pela política de justiça criminal constitui um dos indicadores comumente referidos na avaliação da competência de um determinado governo (Lacey, 2008).

A crescente politização da justiça criminal alimenta o crescimento dos rácios de condenados (J. Roberts, Stalans, Indermaur, & Mike, 2003). Ao que parece, o “populismo penal” (Garland, 2001) assente no número de condenações e na severidade das penas parece apaziguar e tranquilizar a ansiedade popular face ao crime (Lacey, 2008). Embora as investigações académicas comprovem que as pessoas parecem ser menos punitivas do que os políticos pensam e os meios de comunicação sugerem, os mesmos tendem a reforçar a política

penal, aparentemente convencidos que estão apenas a fazer o que o público quer (Robert et al, 2003).

A comprovar a afirmação anterior estão os estudos de Ferreira, Nogueira e Esteves (2002), no âmbito de investigação levada a cabo sobre atitudes face à Justiça Restaurativa na área metropolitana de Lisboa. Subjacente a uma amostra bastante significativa (N=1190) os resultados de um Inquérito de Vitimização evidenciaram que uma proporção significativa de inquiridos preferia que os autores do crime não fossem punidos através de penas de prisão ou através de multa.

Os propósitos reabilitativos e reconciliadores postos em causa por Kunh (2009) vêm o seu fundamento numa sociedade contraditória. As contradições desta “sociedade punitiva” contemporânea assentam por um lado na “percepção da necessidade de enfrentar a criminalidade como um aspecto constitutivo e inexpugnável da sociedade contemporânea, o que resulta numa *“criminologia do eu”*, do criminoso com agente racional à nossa imagem e semelhança, e aponta para uma “administração” desse facto social normal; e do outro, a negação histórica dessa realidade, o que resulta numa *“criminologia do outro”*, do criminoso como monstro, e que aponta para um recuo de estratégias de combate ao crime mais primitivas e meramente simbólicas” (Garland, 1999, p.2).

Embora as estratégias “primitivas” assumam conotações diferentes na perspectiva de Kuhn e Garland, excluída a diferença das visões antropológicas, ambos estão de acordo no facto dos sistemas penais falharem na resposta ao problema social para o qual foram criados. Falha a missão de reconciliar, de ressocializar e reabilitar, tal como os seus objectivos preconizam.

Como refere Moreira (1994) a pena ao assumir-se como garante da ordem social, é calculada não em função do crime mas da sua repetição. Assim Foucault (1980) diz que a punição “é uma arte dos efeitos; mais que opor a enormidade da pena à enormidade da falta, é preciso ajustar uma à outra, as duas séries que seguem o crime; os seus próprios efeitos e os da pena” (p.85).

2.2.2. Prisões

As sociedades ocidentais actuais são caracterizadas pelas suas componentes acentuadas de urbanização e industrialização. Se, por ventura, o valor alto dessas medidas, pareçam constituir à partida, sinais de evolução e desenvolvimento, processa-se uma *involução* no que concerne aos laços que unem os indivíduos entre si, e entre si e a comunidade. “Este traço urbano e industrial esbate que esbate os laços de solidariedade, debilita os mecanismos de controlo social imediato e reforça o anonimato, os comportamentos desviantes - espelhando a desagregação individualista do tecido social - que tendem a ser ocultados no corpo dos infractores. Estes são, por sua vez, escondidos no interior de aparelhos especializados na produção normativa e no controlo e recuperação das diferentes anomalias – as prisões” (Moreira, 1994, p.102).

A prisão enquanto dispositivo penal assume um percurso na história das sociedades modernas, identificado com a necessidade de punir o desvio de acordo com princípios correctivos determinados pela ideologia vigente, no tempo e no espaço, e segundo as determinantes da moral e da religião (Gonçalves, 2000). Situa-la no tempo e nesse espaço, de acordo com as ideologias dominantes, parece ser um pressuposto irrecusável se a quisermos conhecer e compreender melhor.

2.2.2.1. Breve revisão histórica

No enquadramento do contexto Português, comecemos por nos referir às prisões aquando a promulgação do primeiro Código penal, em 1852, dentro de uma conjectura ideológica fortemente marcada da filosofia das Luzes, no plano internacional, e ainda na sequência das revoluções liberais da primeira metade do Séc XIX, no plano Nacional. A lei que viria a abolir a pena de morte em Portugal, em 1867 estabelece um sistema penitenciário marcado pelo regime celular onde a pena de prisão assume uma tripla dimensão: castigo, intimidação e emenda (Fatela, 1996).

Por oposição aos métodos punitivos mais antigos que prendiam atingir mais o corpo do que a alma, esta penalidade que Michel Foucault designou de “incopórea” pretendia através do isolamento, da religião e do trabalho reeducar o espírito e purificar a alma (Fatela, 1996; Vieira, 1998). A punição visa actuar na alma do indivíduo através do mecanismo

reflexivo que o leva a considerar as suas condutas, os seus hábitos, em suma a sua personalidade (Gonçalves, 2000, p. 142). Os desígnios das prisões abrem desta forma possibilidade à regeneração do indivíduo mediante um processo de reflexão e arrependimento levado a cabo pelo indivíduo durante o cumprimento da pena, num espaço que se concebe entre a “cura” e a “punição” (Vieira, 2005). O trabalho assume neste contexto, um papel reeducativo, uma vez que a prisão reconhece, já nesta fase, que não basta apenas isolar os indivíduos da sociedade para prevenir a criminalidade. O desenvolvimento de competências de trabalho, interpessoais e sociais são preconizadoras do sucesso reabilitativo do delinquente (Gonçalves, 2000).

Já no decorrer do Séc. XX a prisão, mais precisamente o tratamento penitenciário, é entendido num *continuum*, percepcionado não como um fim mas um meio através do qual de processa uma aprendizagem que visa a reintegração, a ressocialização e a reinserção. As fronteiras entre a prisão e a sociedade que irá acolher o ex-recluso tendem a diluir-se mediante o esforço da prisão e de outras instituições fora da prisão que visam dar continuidade ao trabalho de transformação da personalidade e do viver do recluso com vista à inclusão plena na sociedade (M. I. Cunha, 2002; Gonçalves, 2000).

2.2.2.2. Prisões: Características Gerais

A afirmação que Gonçalves (1994) profere no seu “Olhar sobre as prisões” constituirá o ponto de partida para compreendermos melhor esta instituição atendendo à sua verdadeira génese. É neste contexto que é bom que nos lembremos que “as prisões nasceram por força de um desígnio de exclusão social, isto é, a existência de produtos sociais negativos ou menos bons obrigou à criação de locais de isolamento e tratamento, onde tais sujeitos permaneceriam o tempo que fosse necessário (podia/pode ser toda a vida), até que fosse designado o momento em que estavam aptos a reinserir-se no corpo social donde originariamente tinham sido excluídos” (Gonçalves, 1994, p.63). Outras instituições totais se inscrevem neste *continuum* tais como hospitais psiquiátricos, reformatórios, asilos etc. O termo *instituições totais* deve-se ao sociólogo americano Erving Goffman que investiga o fenómeno social mediante a perspectiva e os significados atribuídos pelos actores sociais. Através da experiência vivida pelos indivíduos que passam por estas instituições, Goffman descreve-as como instalações de grandes dimensões nas quais os seus residentes vivem uma existência isolada do exterior coersivamente imposta. As dimensões dos seus muros e dos seus portões

são a mensagem simbólica proporcional ao seu grau de “fechamento”. Os residentes recém chegados são despidos do seu sentimento de si e da sua individualidade e “reconstruídos” segundo as normas e as regras da instituição. Este novo mundo é provido de uma estrutura e funcionamento rígidos, organizados, planeados e supervisionados que visam regular o tempo e o espaço. A garantia de submissão dos indivíduos a estas regras e a estas normas é garantido pelo processo de “mortificação do eu” que visa a humilhação e o rebaixamento com vista à quebra do autoconceito que o indivíduo transportou consigo do exterior (Goffman, 1996).

Assim, segundo este autor as prisões são exemplos de instituições totais na medida em que são locais “de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (p.11).

Uma das críticas dirigidas a Goffman prende-se com enfoque colocado no “ajustamento”. Cohen e Taylor (1972, in Giddens, 2001) referem que existem formas de resistência às normas e à autoridade muito mais frequentes e salientes, ao contrário do que Goffman preconizava. Greves de fome, motins, revoltas colectivas, campanhas de baixo-assinados constituem formas explícitas, não muito raras, de resistência ao aprisionamento. Da mesma forma, a rejeição de da diminuição da imagem que os reclusos têm de si, bem como a recusa da atribuição de rótulos de criminosos pelas autoridades, constituem formas de resistência não pública de conformismo (Giddens, 2001).

Foucault (1975) reintegra esta análise no contexto de uma sociedade que designou de “disciplinante”, termo que recorreu para caracterizar a sociedade moderna. Nestas sociedades, a monitorização, o controlo e a punição da população humana assumem estratégias primordiais de disciplina e conformidade (Giddens, 2001). As prisões são na perspectiva de Foucault *organizações de encarceramento* onde os indivíduos estão confinados a viver num espaço bem determinado, privadas do ambiente social exterior e vedado às relações com o exterior. A disciplina assume um sinónimo de hierarquia tanto mais acentuada quando maior é o carácter totalitário que a instituição encerra (Gonçalves, 2000).

Em suma, segundo estas importantes perspectivas, a prisão é um exemplo de uma instituição total que visa fundamentalmente a regulação e o controlo dos seus utentes. Este controlo assume três dimensões: o tempo, o espaço e relação vigilantes/vigiados. O espaço é

delimitado e determinado e visa o controlo mediante regras de isolamento e regras de colocação e enquadramento (Gonçalves, 2000; Vieira, 1998). O controlo do tempo é assegurado por um processo de transformação do tempo pessoal do recluso num tempo administrativo/institucional (Pauchet, 1984, in Vieira, 1998) com vista à redução da autonomia e, em última instância, à prisionação. Este termo foi usado por Clemer, considerado o pai da sociologia das prisões, para referir ao processo de assimilação da sub-cultura carceral tendo em conta os valores, modos de pensar e agir que esta encerra (Gonçalves, 2000).

O controlo da relação de vigilante/vigilado é mediado pelo desempenho de dois papéis que inevitavelmente têm que co-existir. Por um lado, temos o vigilante que perscruta constantemente o ajustamento dos comportamentos dos reclusos (vigiados) às normas, por outro, temos o vigiado que se vê frequentemente coagido a agir em conformidade com essas normas, mesmo sem os reparos dos vigilantes. Esta dinâmica interrelacional entre observado e auto-observado desencadeia, no recluso, “o desenvolvimento de fortes mecanismos de auto-controlo, que se manifestam em sentimentos persecutórios em relação ao sistema prisional e à desorganização da vida psicológica” (Vieira, 1998, p.47).

Além destas características enunciadas pelos modelos explicativos preconizados Goffman e Foucault, as prisões dispõem de outras específicas que se encontram directamente associadas ao facto destas se constituírem como instituições prisionais. Lapasse e Lourau (1973, in Gonçalves, 2000) referem que a este tipo de instituição está subjacente um funcionamento caracterizado e determinado por um conjunto de valores e normas que por sua vez são o resultado da influência de natureza económica, política e ideológica e dos poderes que lhes estão subjacentes, nomeadamente utilitário, coersivo e simbólico. Essas normas também cumprem a função de determinar o que é legítimo e não é dentro dessa instituição (Mendras, 1979, in Gonçalves, 2000).

Na perspectiva de Foucault as prisões, enquanto instituições da sociedade moderna tornaram-se organizações burocráticas, enquadradas em redes complexas de agências estatais que incluíam os sistemas legais e de justiça criminal. Enquanto organizações burocráticas, dispunham fragilidades que Merton (1957, in Giddens, 2001) referiu serem próprias da sua natureza burocrática. Estas fragilidades dizem respeito à tendência que os burocratas têm para confiar invariavelmente nas regras e nos procedimentos preconizados por estas instituições,

sendo que esta aderência às regras burocrática poderá assumir prioridade subjacente aos objectivos subjacentes à organização.

Em síntese, as instituições manifestam-se – quer ao nível dos grupos – quer ao nível das organizações – através da imposição de horários, normas de trabalho, regras de comunicação, estatutos, papéis etc., contribuindo decisivamente para a construção e identidade de uma determinada realidade social (Gonçalves, 2000, p.144).

A ruptura que a prisão estabelece com o exterior conserva ainda o seu carácter totalitário, embora na actualidade, o isolamento apenas assuma uma função coerciva, se concebermos esta enquanto sistema aberto, o recluso que sofre essa ruptura, vê-se obrigado a partilhar todos os aspectos da sua vida com outros num espaço determinado e controlado por uma única autoridade, que lhe impõe regras formais devidamente regulamentadas. Da mesma forma, são controlados os seus tempos através da imposição de horários e rotinas. O recluso perde direito pessoal ao seu espaço, do seu tempo, do seu comportamento e progressivamente, à sua identidade (Silva & Gonçalves, 1999).

2.2.2.3. Prisões e subculturas

No âmbito do trabalho que aqui apresentamos é importante salientar a existência concomitante de dois tipos de subculturas: criminal e prisional, as quais influenciam e determinam as vivências e comportamentos dos sujeitos, na sociedade ou na prisão (Irwin e Cressey in Gonçalves, 2000). Tendo já sido referido, numa fase anterior deste trabalho, as subculturas criminais dizem respeito uma parte da cultura geral da sociedade caracterizada por valores, normas e estilos de vida próprios e distintos (Demartins, 2006) orientados em função da prática do crime. A vida em liberdade é ditada através de determinados critérios que acabam por constituir um código criminal (Gonçalves, 2000) que determinam atitudes de não traição e de lealdade, de confiança, e comportamentos conduzidos de forma premeditada e objectiva (Vieira, 1998). É esta cultura criminal que, posteriormente, irá originar a cultura prisional dentro da prisão. A *prisonação* diz respeito ao processo de socialização ou assimilação da cultura prisional que realizada em menor ou maior grau, e evoluindo sob uma proporcionalidade directa em função do tempo de reclusão determina o índice de prisonação do recluso (Gonçalves, 2000). A *criminalização* é um outro termo que importa referir na medida em que este conceito diz respeito ao processo de aprendizagem que os reclusos de habilidades e competências, com vista ao melhor desempenho na actividade criminosa, bem

como à perpetuação das suas carreiras criminosas e ao reforço da alienação face à sociedade em geral (Gonçalves, 2000).

Esta subcultura que Vieira (1998) designou de carcerária “é geradora de relações internas, com códigos próprios e estruturas hierarquizadas de papéis. O sujeito que infringir estas normas fica sujeito a sanções específicas aplicadas pela hierarquia informal do grupo podendo constituírem-se através do desprezo, punições física e até a morte”. Comparativamente ao funcionamento das sanções na cultura criminal, fora da prisão, a humilhação e a violência associada a estes actos punitivos visam o reforço do estatuto e da reputação dos indivíduos e das posições que assumem na hierarquia informal. Desta forma, a subcultura criminal bem como a prisional instiga a retaliação e a violência através de uma justiça informal (Bennet e Brookman, in Swift, 2009).

Clemer (1940, in Gonçalves, 2000) refere que a prisionação é um processo lento e gradativo em que o seu último fim é a conversão da identidade do recluso ao anonimato. À medida que o recluso vai assimilando as normas e as regras do sistema social informal, o seu índice de prisionação aumenta, ocorrendo uma diminuição dos conflitos com os outros reclusos, começam ocorrer práticas homossexuais e atitudes de inconformismo face às tarefas e ao trabalho destinado e a interiorização de ódios e rancores nomeadamente em relação ao pessoal de vigilância (Gonçalves, 2000).

Desta forma, Vieira (1998) dá-nos conta da existência de um conflito entre um sistema normativo informal e um sistema normativo formal. Por um lado temos o sistema normativo que dispõe de código de normas devidamente regulamentadas, criado pela administração, por outro, um sistema social informal que constitui ele próprio um sistema de valores e normas (Vieira, 1998; Gonçalves, 2000). O cumprimento das normas num sistema obriga à negação dos valores da outra cultura. A coexistência destes dois códigos de conduta são contraditórios é “fonte de desajustamento normativo do recluso pela dificuldade em cumpri-los simultaneamente” (Vieira, 1998, p.48).

2.2.2.4. Tratamento Penitenciário

Além do isolamento a que o indivíduo está sujeito, devido ao carácter totalitário que a prisão encerra, o caminho a percorrer durante a sua estadia (mais ou menos longa) no sistema

prisional visa torná-lo mais apto e ajustado às normas e regras que a sociedade preconiza, fim último dos métodos e procedimentos providenciados pelos pressupostos e práticas reabilitativas e ressocializadoras do sistema prisional. “O tratamento penitenciário representa desta forma, um processo de normalização e normatização social, visando uma readaptação à sociedade que o indivíduo faz parte” (Gonçalves, 1998, p.65).

Para a maior parte dos leigos na matéria criminal, o termo “tratamento penitenciário” remete à partida para uma ideia ou acção com propósitos médicos ou curativos. Esta crença poderá ter o seu fundamento no esquema ideológico que a suporta, o esquema técnico-médico determinado pela intervenção das Ciências Humanas (Sociologia e Psicologia) no acompanhamento da pena, e do protagonismo que a Psicologia toma nos contextos do sistema prisional desde os anos 30 à década de 70.

Assim Pinatel (1975, in Gonçalves, 2000) considerava o tratamento penitenciário, com enfoque exclusivo no indivíduo, enquanto uma acção centrada na modelação da personalidade com vista à reinserção social e à não reincidência. Ainda nesta linha, Alcon Bravo (1986, in Gonçalves 2000) refere-se ao tratamento penitenciário como sendo uma ajuda preconizada pelas ciências do comportamento, com vista à superação dos condicionalismos o conduziram à delinquência e à capacitação do mesmo, para a vivência em sociedade de acordo com a lei que a rege. Ainda no seu sentido restrito, centrado no indivíduo, podemos considerar o tratamento penitenciário como “a elaboração de um plano individual de acompanhamento de cada recluso, consoante as características da pena a cumprir mas onde predomina uma preocupação com a forma como se procura a sua adaptação à prisão” (Pinatel, 1975; Stéfani Levasseur & Jambu-Merlin, 1982 cit in Gonçalves, 2000, p.181).

Com o ultrapassar do carácter restrito destas definições, com enfoque sobretudo no recluso, entendamos o tratamento penitenciário sob uma perspectiva mais abrangente. Gomez (1979, in Gonçalves, 2000) considera que o âmbito da intervenção do tratamento penitenciário deverá comportar três pressupostos de acção: evitar que o delinquente assimile a cultura carceral e novas aprendizagens na “nova escola do crime”; influenciar o comportamento dos reclusos; incidir sobre a conduta futura com vista a evitar a reincidência. As medidas de intervenção que estão subjacentes a estes pressupostos da acção, visam não só o indivíduo, mas também a organização onde está inserido, considerando os demais actores

intervenientes no meio prisional (directores, técnicos, guardas), com intuito de melhorar o seu clima social.

Já as recomendações provenientes do Conselho Europeu, através do Comité Européen pour les Problèmes Criminels, em 1986 vão, segundo Gonçalves (2000), de encontro a uma concepção de tratamento penitenciário enquanto as próprias disposições jurídico-legais que a administração implementa prisional implementa, não só dando cumprimento às leis que tutelam o encarceramento dos indivíduos como também melhorando as condições de vida na prisão tendo em conta controlo da lotação, a melhoria da habitabilidade das celas, a escolaridade, trabalho e formação profissional, actividades de lazer etc.

As recomendações, com vista a reinserção social do recluso, preconizadas por um grupo directivo de dez estados membros e a Equal (iniciativa comunitária) decorrentes do Fórum Político “Prevention or re-imprisonment” realizado em Varsóvia , em 2007, perspectivam a intervenção em meio prisional num *continuum* que prevê uma intervenção dentro da prisão com enfoque, sobretudo, na sua ressocialização e reinserção na sociedade, prevendo a actuação da legislação vigente, o trabalho cooperativo do pessoal técnico e vigilante e direcções e uma articulação estreita entre a organização prisional com a comunidade.

É neste perspectiva que a intervenção no meio prisional dever-se-á realizar, subjacente à sua conceptualização enquanto sistema aberto. Ao invés do castigo, o objectivo da prisão visa sobretudo a limitação da liberdade, a segregação temporária e a ressocialização. Contam para esta ‘abertura’ as transacções que a prisão estabelece com a comunidade envolvente, sobretudo os protocolos que visam um trabalho articulado com o Ministério da Educação, do Trabalho e da Solidariedade Social, Ministério da Saúde, Universidades e outras entidades públicas ou privadas. Segundo esta perspectiva de prisão, o recluso deixa de ser visto como agente passivo sob o qual intervém o tratamento penitenciário e passa a desempenhar um papel activo na vida do próprio sistema encerrando em si “o meio e o fim, o actor e o produto de toda a cadeia de auto-regulação que o sistema impõe” (Gonçalves, 2008, p.189).

Não obstante das directrizes internacionais, nomeadamente as Europeias para a transformação da prisão com vista a uma eficácia maior dos seus propósitos, em especial os da ressocialização, facto é que as taxas de reincidência não diminuíram (Giddens, 2001) pelo

que, parte das culpas ficam ao cuidado da própria intervenção no meio prisional, em especial no que se refere ao tratamento penitenciário.

Uma outra questão que parece ter sido determinante na condução das directrizes e estratégias levadas a cabo prendeu-se com o facto de, na maioria das intervenções, se conceber o recluso como alvo dessas intervenções e não o sistema. Neste sentido, os erros e os defeitos estão no recluso e não na prisão. Decorrentes desta acepção errónea da intervenção, muitas foram as estratégias que conduziram ao insucesso. A adjudicar a esta acepção errónea estão alguns mitos que se instalaram ao longo do tempo acerca do mundo das prisões e que têm influenciado, ao longo do tempo, as representações e sobre os seus propósitos e o seu papel, pondo em causa a sua eficácia na ressocialização do recluso (Gonçalves, 1998).

Um dos mitos está relacionado com a ideia do delinquente inválido. Esta ideia é suportada por duas crenças: a primeira refere-se à ideia de que a comunidade não dispõe de oferta de trabalho, em especial em tempos de crise, para os reclusos, pelo que estes ficam votados às margens do trabalho e a segunda é que o delinquente não trabalha por deliberada vontade, pelo que o desemprego é causado pela sua vontade não decorrendo por isso, da situação em que se encontra (Gonçalves, 1998). A contrariar este mito estão os estudos de Fize (1981, in Gonçalves, 1998) em comprovam que os resultados das taxas de reincidência verificadas por reclusos que frequentaram cursos de formação profissional são inferiores às representadas por reclusos que não frequentaram esses cursos, na década de 70 em França. Pelo que o somos levados a afirmar que o trabalho pelo recluso poder ser obtido e mantido se providenciarmos as competências cognitivas e comportamentais necessárias à actuação eficaz em sociedade.

Outro dos mitos deslindados por Gonçalves (1998) prende-se com a perspectiva não-intervencionista defendidos pelos adeptos das teorias da etiquetagem-social e da nova defesa social com o objectivo de minimizar os danos provocados pela dessocialização experimentada na prisão. Ora esta perspectiva poderá conter alguns perigos e contradições uma vez que a melhor maneira de minimizar os danos referidos anteriormente é precisamente através de intervenções em meios prisionais que conduzam os reclusos a restabelecer novos laços e contratos sociais com a comunidade de pertença. A não intervenção certamente agradará a alguns adeptos do descrédito da intervenção nas prisões até pelo que, segundo algumas

opiniões publicadas e opinião pública são muitos os custos que as prisões acarretam em termos de orçamento do Estado. Outro mito que vale a pena referir diz respeito à perspectiva que encara o recluso como um ‘doente’ a tratar encarando o tratamento penitenciário como um tratamento médico. Na obstante de muitos dos reclusos disporem ou desenvolverem perturbações mentais ou sintomatologia psicopatológica durante a sua estadia na prisão, a realidade é que isso corresponde a uma percentagem limitada tendo em conta o universo dos reclusos. Não ignorando esses casos assim como os casos de toxicodependência e os de personalidade anti-social, facto é que a maioria é caracterizada sobretudo pela carência que apresenta ao nível das competências e habilidades sociais que a exposição prolongada a modelos veiculados pelas culturas criminais inviabilizou (Gonçalves, 1998). Um outro moto refere-se à “Intervenção Ingénua” que pressupõe que a tentativa de intervenção vista à “conversão” do recluso é ingénua uma vez que ele é produto da sociedade criminogénica, pelo que só transformando a sociedade obteríamos resultados positivos. Esta visão pode constituir uma falácia correndo o risco de jamais se fazer algo. Na opinião de Gonçalves (2008) não faltariam pois prisões-asilos do século passado para acolher os reclusos enquanto se espera pelas transformações sociais. O perigo desta ideia está sobretudo na crença, como já foi referido, “de não se poder intervir no comportamento dos indivíduos uma vez que não dispomos de meios para intervir na sua matriz original” (Gonçalves, 19998, p.71). O princípio de que nada se pode fazer, tem talvez alimentado a parcimónia que se tem desenvolvido na forma de encarar os problemas das prisões, quer dos políticos quer dos agentes que actuam directamente com os reclusos (directores, técnicos e guardas). Um outro mito diz respeito à crença de que só uma intervenção especializada poderá produzir efeitos na mudança dos comportamentos. Esta ideia é errada uma vez que o papel de directores, técnicos e guardas é fundamental uma vez que são eles que melhor conhecem as necessidades e potencialidades dos reclusos. A sua intervenção é pois vital na gestão e condução do tratamento penitenciário reclamando pois políticas de gestão organizacional das prisões que ponham em marcha estratégias de empenhamento, envolvimento e compromisso de todos os recursos humanos que participam na vida actual do recluso. O tratamento penitenciário é, desta forma, cada vez mais visto e encarado como um trabalho que apela à participação e empenhamento de todos os agentes intra e extra-penitenciários com a colaboração de técnicos especializados, sendo que o resultado do sucesso das intervenções dependerá do contrato que se estabelecer com o recluso e o sistema prisional (Gonçalves, 1998; Vieira, 2005).

Neste sentido, salienta-se o trabalho dos técnicos e guardas bem como as atitudes por eles preconizadas em relação aos reclusos e às intervenções a que eles são sujeitos em meio prisional. Este será o assunto ao qual nos dedicaremos no ponto seguinte deste trabalho.

2.2.2.5. Técnicos Superiores de Reeducação e Guardas Prisionais

Tendo em conta o referido anteriormente, o tratamento penitenciário visa em última análise, a reabilitação e ressocialização com vista a uma futura reinserção do recluso na sociedade. Este mecanismo que a sociedade recorre para a transformação útil do indivíduo, implica resultados que espelhem o sucesso do processo inerente a esse tratamento. “Esses resultados, tendo em conta que estamos perante um processo em que a matéria-prima e os instrumentos de trabalho são seres humanos, vão depender tanto da operacionalidade do sistema como da qualidade das relações que inevitavelmente se estabelecerão” (Moreira, 1994,p.103). Como refere Gonçalves (2002, in Gonçalves e Vieira, 2005) a intervenção não deve estar focada no recluso ela deve pressupor um envolvimento intrínseco dos guardas, técnicos e direcção.

Partindo do pressuposto de que os Técnicos Superiores de Reeducação (TSR) e os Guardas Prisionais (elementos da vigilância) detêm uma intervenção junto dos reclusos, mais directa, começemos por compreender, nesta fase, os papéis e as funções que os primeiros assumem no contexto prisional, mais concretamente, no âmbito do tratamento penitenciário.

Técnicos Superiores de Reeducação (TSR)

A introdução de pessoas licenciadas em Ciências Humanas nos quadros profissionais das prisões decorreu das transformações sofridas pelo Código e Processo Penal em 1982. Outras transformações se sucederam desde então, arquitectónicas, semântico-linguísticas, e ao nível do tratamento penitenciário, com vista a tornar a prisão num sistema aberto (Gonçalves e Vieira, 1997). No desenrolar das alterações produzidas pela nova legislação da década de oitenta, a função do então técnico de educação passou a ser mais encarada como sócio-terapêutica. À nova categoria de Técnico Superior de Reeducação (Dec. Lei 346/91 de 18 de Setembro) são-lhes juntadas funções relativas à análise e intervenção psicológica.

Ao compararmos as funções dos Técnicos de Educação, anteriormente designados, e as dos Técnicos Superiores de Reeducação verificamos que a tónica da sua intervenção em

meio prisional deixou de incidir nas vertentes principais de ensino/instrução e animação cultural e desportiva para se passar a dar maior importância às funções de intervenção em grupos de risco e à implementação de investigações, retirando-lhes funções de controlo institucional ou da vertente assistencial (Gonçalves & Vieira, 1997).

No âmbito de um estudo levado a cabo por Gonçalves e Vieira (1997) no decorrer da transição da legislação que regulamentava a carreira de Técnico de Educação e que passou a regulamentar a nova categoria de Técnico Superior de Reeducação (segundo semestre de 1991), tentou-se clarificar o desempenho destes técnicos estudando variáveis (sexo, idade, tipo de estabelecimento e formação prisional) que presumidamente, poderiam influenciar o desempenho dos técnicos nas suas funções na sua vertente burocrática, de controlo, equilíbrio e crise. Os resultados apontam para a não existência de diferenças no desempenho dos dois sexos; a idade e o tempo de serviço não influenciam significativamente os resultados em termos de desempenho e por último, a formação académica também não parece influenciar o desempenho das suas funções nas quatro vertentes, embora se verifique uma preponderância das pessoas formadas em psicologia para as funções de crise, que poderá ser explicada pelas competências adquiridas durante a sua formação académica. É de ressaltar nesta investigação a forma positiva com que os técnicos encaram as suas funções à excepção do desencanto manifestado pelos técnicos quando se fala nas funções de controlo institucional (Gonçalves & Vieira, 1997).

As alterações produzidas nas carreiras dos Técnicos vieram trazer alterações no que concerne à ênfase agora colocada na vertente psicológica, na investigação na intervenção e na prevenção da criminalidade. Na obstante da alteração da tónica para a vertente mais técnica e científica no que concerne às funções dos técnicos, muitas das funções que pertenciam aos Técnicos de Educação mantêm-se, pelo que algumas críticas se levantam quando nos deparamos com a multiplicidade de papéis e de funções que agora cabem aos técnicos, interrogando-nos sobre a sua eficácia. Assim, muitos investigadores afirmam que as funções dos técnicos não vão muito além do imediato, circunscrevendo-se muitas vezes a um papel de “apaga fogos”. Não existe tempo nem lugar para a planificação, para a inovação, para a criatividade no que concerne ao providenciamento de estratégias eficazes para a intervenção com os reclusos. No fundo, “se por um lado nos congratulamos com o facto de o conteúdo funcional da carreira dos TSR apresentar várias vertentes inovadoras e adaptadas à problemática actual da reclusão, não vemos como essa função poderá ser adequadamente

desempenhada sem uma formação prévia adequada e de um número de técnicos adequada” (Gonçalves e Vieira, 1997, p.125).

Com o objectivo de anular o risco da reprodução incipiente e ineficaz da formação académica dos técnicos e guardas, Gonçalves e Vieira (1997) propõem que o estabelecimento de programas de formação e técnicos em início de funções que visem a revisitação pelos temas pertinentes das áreas da psicologia, sociologia, criminologia, direito e a sua articulação e simulação em situações contextuais práticas. Não esquecendo também o valor dos conteúdos éticos e deontológicos essenciais no desempenho das suas funções.

Papel dos Guardas Prisionais (elementos da vigilância)

A profissão de Guarda Prisional encerra funções nos remetem para um ambiente dotado de uma certa hostilidade na medida em que estas se concentram em impedir fugas de reclusos, manter a ordem e segurança no estabelecimento prisional, receber novos reclusos, supervisionar as funções que lhes estão atribuídas e conduzir a rotina quotidiana Jacob e Retsky (1975). Considerados por si mesmos como um categoria profissional à parte, a função de guarda reveste-se de algum isoladamente devido a um horário de trabalho peculiar, com riscos para a segurança e integridade físicas e submetido ainda à estigmatização da restante população que, segundo os autores, via esta carreira com algum desdém, prevalecendo a crença e o estereótipo de que os guardas eram “sádicos, corruptos, estúpidos e incompetentes” (Jacob & Retsky, 1975, p.10).

Devido as alterações produzidas na forma de conceber as prisões e atendendo aos seus propósito ressocializadores foram exigidas aos técnicos que investissem numa tarefa progressivamente reabilitativa que exige um acompanhamento mais personalizado, ao invés de um tratamento impessoal e distanciado.

Esta exigência vem embater de certa forma com o carácter totalitário que muitos estabelecimentos prisionais ainda detêm, reforçando uma ideologia frequentemente estereotipada de que, em relação aos subordinados, dever-se-á manter uma distância social, evitando a identificação com os mesmos. Goffman (1961, in Jacobs & Retsky, 1975).

Alguns autores (Carroll, 1977) salientam que a atribuição de funções reabilitativas aos guardas prisionais foi acompanhada de transformações humanitárias nas prisões libertando

alguns reclusos de certas privações a que estavam sujeitos, o que trouxe consequências para a coesão estrutura social, encorajando a ocorrência de mais episódios de violência. A par destes fenómenos foi veiculada a ideia de que, inerente à sua função mais reabilitativa, o guarda apresenta-se agora sob a imagem de alguém que deverá ser mais amigável e apoiante, corroendo a sua imagem de autoridade até então conservada pelo guarda prisional. Com o objectivo de fazer cumprir a ordem, ao mesmo tempo que são preconizados desempenhos mais próximos das funções reabilitadoras e ressocializadoras da prisão, os guardas foram levados a estabelecer novos contratos psicológicos com os reclusos, em especial com as suas lideranças, levados a cabo através de acordos, favores e tolerância a transgressões, que adulteram a qualidade da relação entre ambos, anulam o compromisso profissional e aumentam a sensação de abandono experimentada pelos guardas face aos quadros administrativos (Carrol, 1997). A apoiar este comportamento está a teoria defendida por Hepburn e Crepin (1984) que preconiza que todas as relações humanas estão sujeitas a um grau de um grau de dependência e reciprocidade mesmo naquelas em que existe desigualdades de poder. Neste sentido, os reclusos dependem dos guardas para assegurar a protecção face a outros reclusos e distribuir tarefas, enquanto a segurança pessoal dos guardas e a concretização dos seus objectivos profissionais estão, pelo menos parcialmente, dependentes dos reclusos.

Da mesma forma, os estudos conduzidos por Poole (1980) e Regoli (1980) salientam a ambivalência produzida pelo papel de guarda, nas duas vertentes punitiva e reabilitativa, que suscita um aumento do cinismo, negligência de deveres, comportamentos que afectam a relação entre os guardas prisionais e outros profissionais, bem como a sua relação com os reclusos.

Além das transformações do seu papel, tanto os técnicos como os guardas prisionais depararam-se com outro tipo de problemas decorrente de algumas reformas do sistema prisional e modificações a nível social como sejam: a limitação das sanções a que se pode recorrer para controlar os reclusos; o encarceramento de delinquentes mais jovens e violentos; a fragmentação da coesão entre reclusos devida essencialmente à importação de afiliações com gangs; a politização dos reclusos; e a sobrelotação dos estabelecimentos prisionais. Todos estes constrangimentos vieram limitar a acção dos guardas e incrementar os seus receios relativos à segurança pessoal, pondo em causa o equilíbrio relacional, suscitando

comportamentos mais repressivos e punitivos por parte dos guardas, acentuando a conflituosidade de papéis (Hepburn & Crepin, 1984).

Estes comportamentos e atitudes fazem com que os guardas prisionais emirjam em sub-culturas que se caracterizam pelo autoritarismo, intolerância e repressividade, identificando-se com objectivos bastante distantes dos reabilitativos (Hepburn & Crepin, 1984).

Afirmações contrárias se levantam no que concerne à existência destas subculturas. A posição de Lombardo (1985) que recorre a conceitos da Psicologia Social explicativos do comportamento grupal é a de que os guardas prisionais não comunicam o suficiente e dispõem de relações muito baseadas na competitividade inviabilizando características fundamentais das sub-culturas tais como a coesão e identificação grupal.

Estudos levados a cabo por outros autores vieram comprovar que até existe uma preponderância para o desempenho de funções mais reabilitativas e mais humanitárias. Esta preponderância é verificada sobretudo nos guardas que desempenham funções em meios rurais e pertencentes a faixas etárias mais elevadas (Hemmens & Stohr, 2000; Klofas & Toch, 1982).

No que concerne à satisfação profissional a revisão de literatura produzida por Lambert, Hogan e Barton (2002) refere que os guardas prisionais mais satisfeitos laboralmente são mais produtivos, são mais empenhados e apresentam atitudes mais próximas do papel reabilitativo. Variáveis como a escolaridade, a idade e a experiência profissional parecem surgir associadas à satisfação profissional, influenciando o desempenho. Contudo, é o ambiente laboral que mais tem produzido impacto sobre a satisfação que por sua vez influencia o desempenho.

As exigências físicas e psicológicas a que os guardas prisionais estão sujeitos quando iniciam funções e são confrontados com um ambiente desconhecido e volátil onde têm de manter a ordem, levam Crouch e Alpert (1982) a defender que estes profissionais atravessam um processo de socialização ocupacional associado a uma homogeneização atitudinal que se processa ao longo das suas carreiras. A orientação mais punitiva e mais ressocializadora dependerá de variáveis como a idade, a natureza do contexto (rural/urbano) onde se insere

prisão, do ambiente profissional entre outras. Apesar da influência destas variáveis a formação dos guardas com vista à integração progressiva das suas funções no âmbito dos objectivos ressocializadoras da prisão, parece assumir um papel fundamental.

Uma das investigações mais recentes no âmbito das atitudes dos guardas face aos reclusos foi conduzida em Portugal por Gonçalves e Vieira (2005) numa amostra de 105 guardas prisionais. Os resultados deste estudo revelaram que, embora os guardas apresentassem atitudes mais favoráveis face aos reclusos, que as dos agentes policiais, obtiveram resultados inferiores aos da amostra de estudantes e licenciados. Uma análise mais detalhada no que concerne variáveis demográficas dos participantes vieram corroborar os resultados de alguns dos investigadores anteriormente referidos, revelando que os guardas mais velhos e com mais tempo de serviço, evidenciaram atitudes mais favoráveis face aos reclusos, o que poderá resultar do efeito da experiência na adopção de uma perspectiva mais tolerante.

Da mesma forma que os técnicos deverão ser submetidos a uma formação inicial quando encetam as suas carreiras, esta mesma formação deverá ser providenciada para os guardas. Assim os mesmos autores (Gonçalves e Vieira, 2005) defendem que o desempenho adequado da profissão e o sucesso na ressocialização dos reclusos deverão ser potenciados através da modificação atitudinal que deverá ocorrer num estágio inicial da carreira, focando a desconstrução de crenças erróneas e preconceitos, a aprendizagem de estratégias para lidar com o *stress* profissional e a antecipação de dificuldades. Para isso, a formação não deverá ser encarada “como um luxo mas sim, uma necessidade, um imperativo e um investimento” (Gonçalves & Vieira, 1997, p.126).

“Apesar de terem vindo a abandonar as suas características de isolamento (função meramente coersiva), tornando-se num sistema relativamente aberto (função ressocializadora, recuperadora), as prisões ainda conservam muitas das características das instituições totais apontadas por Goffman (segregativas, homogeneizantes, estigmatizantes e normalizantes)” (Silva & Gonçalves, 1999, p. 249).

“A prisão é uma ambiente fortemente marcado pela rigidez organizacional, pela estereotipia de papéis e pela resistência à mudança (Gonçalvez 2002) sendo isso mais visível nos reclusos forçados ao desempenho de papéis da subcultura carcerária e da

obediência aos regulamentos – e nos guardas eles próprios reféns de um universo totalizante” (Lopez-Coira, 1992, in Vieira e Gonçalves, 2005).

A formação nas prisões parece assim revestir-se de extrema importância não só no que concerne à mudança das atitudes por parte de todos os seus actores (membros da direcção, técnicos, guardas e reclusos) como na provisão de técnicas, saberes e competências no âmbito das várias ciências da “ciência criminal” (Machado, 2008), com vista a promover o *empowerment* dos indivíduos e organizações na conquista de melhores ambientes de aprendizagem de relação e de desempenho, com objectivo último do alcance do sucesso da ressocialização.

Neste prisma, a formação para o empreendedorismo poderá desempenhar um papel importante.

McClelland (1961) define os empreendedores como pessoas com elevada necessidade de auto-realização, que apresentam elevada actividade enérgica, responsabilidade individual, conhecimento dos resultados das acções e antecipação de futuras possibilidades e moderada propensão para o risco.

O empreendedorismo tem vindo a ganhar notoriedade pelas vantagens que apresenta em termos da geração de riqueza e da criação de novos postos de trabalho (e.g. Sexton & Landstrom, 2000). Este impacto dever-se-á, na perspectiva de Lucas (1988) a três razões principais: estas organizações constituem um importante mecanismo de difusão (*spillover*) do conhecimento (Lucas, 1988), apresentando a capacidade tanto para gerar novo conhecimento como para adaptar nova tecnologia e novas ideias desenvolvidas noutras organizações; o aumento do número de empresas empreendedoras que, de acordo com Porter (1990), gera uma maior competição inter-empresarial; e por fim, as organizações geram maior desenvolvimento ao introduzirem maior variedade no mercado, potenciada pela predominância de empresas especialistas para os vários nichos de mercado.

Com base nas transformações da sociedade actual, as políticas dos países ocidentais determinaram que as competências-chave para a aprendizagem ao longo da vida são a realização pessoal (capital cultural); empregabilidade (capital humano); cidadania e inclusão social (capital social). Assim a estratégia de Lisboa preconizou em 2000, que as apostas da Europa deverão recair numa cultura mais empreendedora, na adopção de atitudes e valores culturais favoráveis à capacidade e iniciativa de empreender.

2.2.2.6. Formação nas Prisões

É sobretudo, na crença de que melhores níveis de educação e formação predizem melhores oportunidades de emprego, que se desmultiplicam práticas de educação e formação com o objectivo de preparar os seus públicos-alvo para o mercado de trabalho.

A formação transforma-se numa componente essencial da gestão e mobilização dos recursos humanos nas organizações. Através de uma estratégia de formação global, participativa e interactiva, é possível “construir uma visão partilhada e consensual do futuro da organização, das suas finalidades, dos meios de acção e dos valores que lhes estão subjacentes. Esta passagem, em termos de gestão, de lógica dos factores para uma lógica de actores faz emergir a importância estratégica da formação no quadro do projecto da organização” (Le Boeuf e Muchieli, 1989 in Rodrigues & Ferrão, 2006, p.3).

Como refere (Salgado, 1997) “formar e/ou ensinar devem ser processos ao serviço da criação de emprego. A não se verificar esta dialéctica, o investimento efectuado traduzir-se-á em desperdício de esforço e de tempo (...) a escola existe para ‘vender’, no mercado de trabalho, o produto de formação – perfiz profissionais que prepara. No seu processo de ‘venda’ há que ter em conta, por um lado o seu principal objectivo – desenvolver competências – e por outro, a relativização dos seus processos e métodos, uma vez que terá que dar, aos produtos em venda, um cunho técnico e funcional, capaz de satisfazer os ‘clientes’” (p.30).

Esta, pelo menos aparente, inevitabilidade configura-se no quadro da reestruturação dos modelos de organização e gestão dos recursos humanos e de trabalho e do mercado de emprego com vista a providenciar indivíduos mais qualificados para aceder ao mercado de trabalho, a par da excedentarização de mão-de-obra previsivelmente qualificada (formada e certificada) para aceder ao mercado de trabalho (Correia, 1996; Dubar, 2000; Piotet, 2002 in Caetano 2007).

No que diz respeito à transferência da formação para o contexto do trabalho, Baldin e Ford (1988, in Caetano, 2007) afirmam que “é necessário que as competências ou comportamentos aprendidos sejam generalizados ao contexto de trabalho e mantidos durante

um período de tempo após a formação” (p. 24). Daí que o momento que precede a formação terá que ser provido de prática profissional, para o formando colocar em prática as suas novas competências e aprendizagens e manter os seus conhecimentos. Salgado (1997), corroborando o anteriormente fundamentado, aponta que a aplicação prática dos conhecimentos, valores e técnicas adquiridos será o percurso fundamental para a formação adequada do profissional. Tal justifica-se pelo facto de que o ensino e a formação devem colocar-se ao serviço da criação de emprego; se tal não se verificar, o processo de formação será visto como um “desperdício de esforço e tempo, para não referir, também, a frustração resultante de quantos neles se envolveram” (Salgado, 1997, p. 31). Só com uma articulação adequada entre a formação e o mercado de trabalho, é que os meios de ensino poderão tornar-se eficazes, como afirma a autora.

É importante que se harmonize os objectivos da organização com os da formação, adaptando os conteúdos às diferentes e possíveis situações (Salgado, 1997), tendo em conta o objectivo primordial de pedagogia, por exemplo, assegurar que as pessoas aprendam o que é realmente preciso aprender (Caetano, 2007). Por tal, é fundamental que “a formação inclua conhecimento sobre o modo de transferir a aprendizagem para o local de trabalho e que integre oportunidades de transferir” (Caetano, 2007, p. 25). Só assim, o participante na formação poderá perceber a dimensão da sua aprendizagem no contexto prático e real. Caso contrário, “as metodologias pedagógicas e os conteúdos programáticos que não sejam produtos de um processo de recolha de informação sistemática, no contexto onde irão ser aplicadas, estarão condenadas à entropia cada vez mais acentuada” (Salgado, p. 30). É necessário, como a autora afirma, que a formação se construa sobre uma vasta investigação acerca do contexto da profissão e do potencial mercado de trabalho onde se irá inserir o formando. Aliada a isto, surge uma base clara de objectivos pedagógicos e uma estrutura coesa do processo de avaliação de competências.

Mas não será apenas na formação e na sua própria concepção que residirá esta questão de transferência: a literatura indica os formandos e o clima organizacional como potenciais dinamizadores desta transferência. Relativamente aos formandos, é indicado que as suas características, competências, personalidade, nível de motivação e atitudes poderão condicionar o processo de transferência (Caetano, 2007). Deve-lhes ser proporcionado “meios para prolongar, ou antes poder manter, ao longo da sua vida um espírito de busca que conduza a uma constante actualização das experiências e dos conhecimentos” (Salgado, 1997, p. 30).

Ao nível do clima organizacional, como defende Caetano (2007), é essencial que a organização promova uma aprendizagem contínua, através de diversos momentos de formação, de modo a obter melhores resultados ao nível da aplicação dos conhecimentos no contexto real. Para tal, contribui o clima no qual se desenrola a formação: este deverá proporcionar diversos momentos de prática, deverá estar munido de recursos adequados e deverá, ainda, permitir o acesso ao feedback sobre o desempenho dos formandos. Salgado (1997) acrescenta ainda, que deve-se desenvolver determinadas aptidões nos formandos que irão permitir uma maior vontade e motivação para a aprendizagem. Assim, todos estes aspectos irão influenciar o nível de motivação dos participantes na formação e, por consequente, a retenção das aprendizagens e a melhoria da prática profissional (Caetano, 2007).

A solução para uma transferência mais eficaz da formação para o contexto de trabalho passa por uma constante avaliação do processo de formação, por parte da organização (Caetano, 2007). Desta forma, será possível compreender até que ponto a formação está adequada às necessidades do público a que se dirige. Para além de que, avaliando sistematicamente, a organização poderá inovar e apresentar aos seus formandos novas estratégias de ensino e formação (Salgado, 1997).

Partindo da observação de que aspectos como: problemas sociais, baixo nível de escolaridade, pouca experiência laboral, suporte familiar deficitário, entre outros, concorrem para a reincidência dos reclusos, Hunter e Boyce (2009) apontam como fundamental a implementação de estratégias junto dos reclusos que visem a motivação para a mudança e para a criação de projectos de vida. Para além do trabalho realizado em contexto prisional, os autores referem que, em liberdade, os ex-reclusos devem ser suportados por serviço de apoio social que aplique uma política de redução da reincidência. Para evitar a reincidência, o ex-recluso precisa de ter adquirido uma determinada maturidade, aliada a uma mudança significativa na sua identidade pessoal. Agregado a esta evolução, o apoio social e familiar e a existência de um emprego poderão concorrer para minorar a tendência de voltar a cometer um crime (Hunter e Boyce, 2009). Os autores afirmam que as principais barreiras ao emprego são “qualificações académicas ou vocacionais limitadas, problemas de literacia, falta de competências ou nenhuma experiência profissional recente e baixa auto-estima (...) pobreza, problemas de dependência de substâncias e doença mental (...) e ainda atitudes dos

empregadores, que muitos excluem ex-reclusos quando recrutam” (Hunter & Boyce, 2009, p. 118).

Os autores Hunter e Boyce (2009) realizaram um estudo recente sobre um programa de treino de competências para o emprego (NVQ – *National Vocational Qualification*) que visava qualificar os participantes para a procura activa de emprego. Os reclusos eram acompanhados por um “tutor” que colaborava directamente no trabalho desenvolvido. Aliado a isto, cada recluso teria que realizar um voluntariado, progredindo para um contrato de trabalho. Neste estudo foi detectado que participar no programa permitiu o aumento da motivação por parte dos reclusos, uma vez que “participando no NVQ e no trabalho do tutor tiveram estrutura nos seus dias e aumentaram a interacção social entre eles” (Hunter e Boyce, 2009, p. 122), para além de que começaram a encarar a experiência na prisão como positiva. A participação no programa permitiu, também, adquirir experiência de trabalho e qualificações. Foi referido que, ao estarem inseridos no programa, os reclusos afastavam-se da agitação da prisão, o que era positivo.

Ao longo dos tempos, o trabalho na prisão tem sido encarado como “passatempo”, uma vez que não implicava uma verdadeira experiência de trabalho e não contribuía para a preparação para a liberdade (Simon and Corbett, 1996, in Hunter e Boyce, 2009) porque, historicamente, os trabalhos realizados no seio prisional passavam por áreas de baixa qualificação como cozinha e limpeza. Mas, o presente estudo dos autores, comprova que os trabalhos dentro do estabelecimento prisional são encarados como apropriados e adequados à preparação para a vida laboral no exterior.

Foi referida a importância das competências adquiridas no seio prisional, pelas formações oferecidas e esquemas de treino, serem colocadas em prática. Será, assim, permitida a consolidação de conhecimentos. O acompanhamento do “tutor”, quer dentro da prisão como fora, foi indicado como bastante importante na manutenção do novo estilo de vida dos reclusos (Hunter e Boyce, 2009).

Como desvantagem do programa, foi apontado o período curto de experiência de trabalho e a desilusão de, algumas vezes, os reclusos não se sentirem verdadeiramente apoiados na procura do seu futuro trabalho ou não verem realizadas as suas expectativas iniciais de ficarem a trabalhar a contrato (Hunter e Boyce, 2009).

3. Rotas para a Inclusão Social

A importância do trabalho reveste-se não só pela sua valência inclusiva (A. B. Costa, 2007) mas porque este é uma forma adquirir dinheiro e aceder a certos níveis de consumo e determinados estilos de vida que os indivíduos ambicionam (Grotenhuis & Meijers, 1994). Para Maguire & Maguire (1997) o emprego não providencia apenas meios monetários para assegurar a sobrevivência ele é, antes de mais, uma forma de obter qualidade de vida e bem-estar psicológico e social, na medida em que ele assegura meios para a obtenção e manutenção da auto-estima, identidade e sentido para a vida (maturidade e orientação). A importância da qualidade de vida reveste-se de extrema importância porque ela traduz o grau em que estão satisfeitas as necessidades pessoais nas várias esferas da vida, tendo em conta que as medidas de qualidade de vida (Churchman, 1992, in Simões, 2007) estão relacionadas com os domínios da vida como a saúde e a capacidade funcional; o psicológico e o bem-estar; o social e o estatuto económico (Browne, McGee & O'Boyle, 1997; Ribeiro, 1994 in Simões, 2007).

O desemprego, por seu turno, surge como factor desencadeante de muitos dos problemas sociais actuais. Grotenhuis & Meijers (1994) avançam com três hipotéticas consequências do desemprego nas sociedades ocidentais, especialmente no que concerne ao desemprego na juventude: declínio da ética laboral; aumento da taxa de criminalidade; e emergência de uma subclasse social. Não obstante da importância da primeira hipótese, uma vez que o declínio da ética laboral reproduz formas de discriminação e de precarização do trabalho e do emprego centramo-nos nas duas últimas, tendo em conta a pertinência que representam no âmbito do tema deste trabalho. No que concerne o papel que o desemprego tem no aumento das taxas de crime, Grotenhuis & Meijers (1994) baseiam-se nalgumas das teorias sociológicas já aqui referidas para a explicação do crime.

3.1. Desemprego, criminalidade e subclasse social

Recuperando a teoria de anomia (*General Strain Theory*) de Merton (1967, in Giddens, 2001), damos conta da existência de um conflito ou de tensões entre as aspirações de jovens oriundos de determinados grupos sociais e as oportunidades que a sociedade lhes reserva. De acordo com este autor, o processo de socialização pelo qual os indivíduos passam determina a forma como a maior parte destes aspira um conjunto de

objectivos que parecem ser comuns à maioria dos indivíduos, tais como um emprego bem pago determinante do estilo de vida desejado. Como nem todos os indivíduos dispõem dos mesmos meios para conseguir alcançar esses objectivos, existem trajectórias alternativas que se delineiam – a delinquência. Assim, a delinquência é o caminho resultante do conflito entre a aspiração de alcançar determinados objectivos e a restrição das oportunidades. “O desemprego é uma restrição implacável às oportunidades e aos recursos; que frustram a maior parte das ambições. Se uma pessoa não consegue aceitar isto e se sente que isso é produto de um destino injusto o crime poderá ser uma solução” (Ploeg, 1991 in Grotenhuis & Meijers, 1994, p.236).

Uma das outras teorias que poderá explicar a relação entre o desemprego e o crime é a teoria do “controlo social” de Hirschi (1969, in Giddens, 2001). Como já vimos esta teoria pressupõe que a maior parte dos indivíduos não comete acções criminais devido aos laços que o indivíduo estabelece com outros que lhe são mais próximos e com a sociedade em geral. Porque estes dispõem de obrigações para com outras pessoas importantes tais como as pais, os amigos, os professores; porque estão comprometidos com certos objectivos que pré-determinaram para si no âmbito do seu percurso educativo e do emprego; e porque as suas crenças se enquadram dentro do quadro das normas e dos valores preconizadas pela sociedade e pela ordem moral, são as grandes três razões pelas quais as pessoas não cometem crimes. Para a grande maioria, os laços são suficientemente fortes para aguentar situações de desemprego mais ou menos temporárias. Para estes, os pais e os amigos constituem uma rede suficientemente sólida para estimular atitudes positivas e proactivas no que diz respeito à busca perseverante de emprego (Grotenhuis & Meijers, 1994). Mas para algumas franjas da sociedade, cada vez mais representativas, o enfraquecimento destes laços determinam a probabilidade de um indivíduo recorrer a meios mais ou menos lícitos para atingir os seus objectivos. Assim o desemprego afecta os laços mais fragilizados, daqueles cuja família e comunidade não conseguiu cativar ou enlaçar. O crime será o meio para os ganhos materiais que ambicionam.

Além destas teorias sociológicas que sustentam a relação entre crime e desemprego, resultados de investigações produzidas vêm, da mesma, corroborar esta relação. Um estudo longitudinal levado a cabo por Farrington, Gallagher, Morley, St. Ledger, and West (1986, in Grotenhuis & Meijers, 1994) provou que os jovens estão mais propensos à prática do crime durante períodos de desemprego do que durante os períodos em que estão empregados.

Uma outra consequência diz respeito à emergência de uma subclasse social constituída por indivíduos que dispõe de empregos precários, dispõe de uma educação empobrecida e são marginalizados socialmente. Pertencer a esta subclasse implica enfrentar percursos de vida decorridos à margem da sociedade, enfrentar fortes constrangimentos estruturais inerentes a essa sociedade e deparar-se oportunidades estritamente limitadas. O emprego e a educação surge neste contexto, como a exceção à regra, uma vez que o que distingue os indivíduos que se identificam com esta subclasse de outros grupos desfavorecidos é precisamente a ligação muito ténue ou inexistente que mantêm com o mercado de trabalho, ou a relação fortalecida que mantêm com o mercado paralelo (Grotenhuis & Meijers, 1994; MacDonald, 1997). Sobre este último aspecto Ruggiero (2001) refere que existe uma grande discrepância entre os números oficiais sobre o emprego/desemprego e a realidade. O certo é que a estrutura social actual está repleta de constrangimentos no que se refere ao acesso ao mercado de trabalho. As pessoas que advêm de grupos desfavorecidos ou da subclasse aprendem desde cedo a ascensão social, à custa de uma boa posição no emprego ou de uma promoção, é uma mobilidade que está confinada só a alguns. No fundo, estes permanecem estagnados, na mesma posição, demasiado tempo. A ambição por um estilo de vida melhor decorre de uma flexibilidade que estes indivíduos são estimulados adoptar, ingressando em actividades laborais no mercado paralelo e/ou ilegal. A droga, o tráfico ilegal de recursos, a prostituição são alguns dos exemplos de actividades que integram uma economia escondida, que muitos indivíduos adoptam com o intuito de satisfazer os seus desejos materiais (MacDonald, 1997; Ruggiero, 2001). O mercado de trabalho paralelo ou oculto hospeda um número significativo de empreendedores que deambulam entre o mercado legal e este mercado escondido. Devido à sua condição de empreendedores e às sedução que advém deste mercado, a sua estadia por lá começa a ser de longa duração a um passo do mercado do crime. Já neste mercado são estabelecidas alianças e várias formas de consórcios das quais é difícil retornar (Ruggiero, 2001).

Da mesma forma que estes desempregados encorajados ou forçados pelos condicionalismos decorrentes da estrutura social, a ingressar no mercado do crime têm dificuldade em quebrar estes laços, outros desempregados parecem aceitar a sua condição, desistindo de investir em si próprios e da procura de emprego e até acomodando-se positivamente a esta nova situação. Estudos de Engbersen (1990) e Grotenhuis (1991) (in Grotenhuis & Meijers, 1994) levados a cabo na Holanda nos anos 80/90 identificaram estratégias de *coping* muito comuns e recorrentemente identificadas em muitos

desempregados. Mediante as estratégias recorridas estes autores identificaram quatro “culturas de desempregados”: conformistas, autônomos, individualistas e fatalistas. Enquanto que os *conformistas* valorizam a situação de estar empregado, sendo a situação de desemprego fonte de tensões e de desmotivação, os *individualistas* acomodam-se positivamente à situação de desemprego. Ao passo que os conformistas estão perfeitamente integrados, e assumir o desemprego perante os seus vizinhos é motivo de vergonha, os individualistas vêem no emprego uma forma exclusiva de ganhar dinheiro pelo que, se assistência social providenciar esses ganhos, isso é suficiente, sendo o emprego formal uma coisa perfeitamente desnecessária. Assim como nos individualistas, nos *autônomos* a influência do controlo social neste grupo é insignificante. Caracterizados por disporem de uma educação melhor, estes indivíduos não procuram um emprego. As relações que mantêm com a comunidade são as indispensáveis, não procuram emprego mas também não aceitam adoptar estratégias ilícitas para obter dinheiro. As alternativas ao emprego, disponibilizadas pelas instituições, são muitas vezes a sua opção. Os *fatalistas* são caracterizados por dependerem fortemente da assistência social. São indivíduos sós e muito isolados. A sua vida é totalmente regulada e controlada por entidades associadas à assistência social. Com uma percepção de auto-eficácia muito baixa, estes indivíduos vivem sem expectativas de futuro enquanto o tédio e a desmotivação dominam todos os aspectos da sua vida. Já não estão empenhados na procura de emprego. A posição económica e social remete estes indivíduos para a subclasse social a qual é marginalizada. Apesar dos conformistas não se identificarem com esta subclasse, incorrem nesse risco uma vez que as tentativas de procura de emprego são frequentemente mal sucedidas sendo a resignação e o conformismo o episódio que se segue (Grotenhuis & Meijers, 1994).

A importância relacionada como a probabilidade que os indivíduos dispõem de emergirem ou nascerem nesta subcultura diz respeito à perpetuação dos comportamentos através da aprendizagem e manutenção das mesmas estratégias de *coping* inadequadas recorridas pelo grupo social onde se inserem. Assim, como sugerem muitas investigações, crianças filhas de pais desempregados dispõem de uma probabilidade maior de virem a viver no desemprego durante longos períodos de tempo (A. B. Costa, 2007; Grotenhuis & Meijers, 1994; K. Roberts, 1997; Tezanos, 2001). Desta forma, os desempregados de longa duração podem ser considerados uma subclasse da sociedade caracterizada pela resignação e isolamento social, os indivíduos que a compõem dispõem de uma educação empobrecida, fortemente incapacitados por um baixo nível de auto-eficácia que se juntam aos vários

problemas sociais emanam deste grupo social (Grotenhuis & Meijers, 1994). Para Weestergard (1992, in K. Roberts, 1997) a designação de subclasse obedece a quatro condições: primeira, dispõem de estrato social desfavorecido visto que são a classe mais baixa de empregados, ganhando os salários mais baixos do mercado; segunda, esta situação deve ser persistente tanto para os indivíduos, como para as suas famílias, terceiro, esta subclasse está separada social e culturalmente da sociedade geral de empregados, uma vez que dispõem de valores e estilos de vida próprios, e por último, a cultura de subclasse foi desenvolvida inicialmente como uma resistência à exclusão económica, não deixando ela própria de ser uma forma de exclusão social (Tezanos, 2001).

Mortimer (1994) avança com a hipótese de que as diferenças individuais baseadas nos factores psicossociais poderão prever percursos pelo desemprego por períodos mais ou menos longos, mediante a intervenção destes factores. Assim, como refere Feather (1986, in Mortimer, 1994) no âmbito dos trabalhos que desenvolveu dentro do tema da motivação para o trabalho, a necessidade de realização, o sentimento de auto-eficácia, as expectativas e as percepções de oportunidades poderão constituir indicadores de sucesso no trabalho. Com base nos trabalhos deste autor Feather (1986), Mortimer decide agrupar estes recursos em quatro categorias distintas: a primeira diz respeito às orientações psicológicas do indivíduo onde se incluem os valores, as “propensões”, os gostos e preferências; a segunda integra os atributos do autoconceito, auto-estima e auto-eficácia; a terceira refere-se a factores psicológicos como os níveis de stress e psicopatia; a última categoria refere-se às diferenças de comportamento, como o consumo de substâncias psicoactivas, poucos hábitos de trabalho, ausência de comportamentos proactivos e absentismo escolar, que em interacção com outras variáveis contextuais, poderão prever percursos no desemprego e insucesso no trabalho (Mortimer, 1994).

Como pudemos constatar anteriormente, pelas hipóteses avançadas por Grotenhuis e Meijers (1994), a exclusão social e o crime poderão constituir duas rotas para quem o emprego precário e/ou o desemprego assumiu o protagonismo nas suas vidas. A inversão destas rotas caberá sobretudo a medidas políticas capazes de fazer face à tendência de exclusão experimentadas por um número significativo de pessoas em situação de desemprego. O emprego assume neste contexto uma forma de acesso aos bens e aos serviços, e a um nível de consumo aspirado pela maior parte dos cidadãos. Da mesma forma, possibilita a

manutenção laços ao mercado de trabalho fundamentais no que concerne à socialização e à integração social (Caetano, 2007).

Cientes desta realidade que assola os territórios dos países ocidentais, tanto os Estados Unidos como da União Europeia, tornaram consciente nas medidas políticas de emprego e de formação, a preocupação de prevenir o desemprego e consequentemente a exclusão social e o crime. A aposta no conhecimento, no desenvolvimento de competências e a promoção de comportamentos empreendedores parece ser uma aposta comum a estes países.

Fazer da Europa a economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo constituiu o grande objectivo da Estratégia de Lisboa proposta pelos países membros do Conselho Europeu em 2000 (Estratégia de Lisboa, 2010). Este objectivo marca uma *Era* em que se reconhece que o investimento em capital intelectual assume um retorno importante em termos económicos e, consequentemente, na elevação dos índices de desenvolvimento humano. A educação e a formação constituem, desta forma, factores críticos para o desenvolvimento de competências e alavancas fundamentais para o sucesso empresarial e para a qualidade do emprego (Caetano, 2007).

Perante um objectivo que ficou por cumprir, após uma década da definição da Estratégia de Lisboa, a Comissão Europeia elaborou uma nova estratégia para fazer face à crise com o objectivo de preparar a economia da União Europeia para a próxima década. Assim, a nova estratégia económica para a Europa 2020 propõe que o crescimento dos países dever-se-á focar em três vertentes: ao nível do conhecimento, ao nível da sustentabilidade e ao nível da inclusão social. A aposta no conhecimento é novamente reforçada pela Comissão Europeia por directrizes específicas que os países membros deverão adoptar como forma de promover o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade digital (Comissão Europeia, 2010). O investimento no desenvolvimento dos recursos humanos no que diz respeito às suas qualificações profissionais e habilitações escolares deverá ser o enfoque fundamental para o acesso ao emprego, à preservação do mesmo e para o aumento da empregabilidade (Caetano, 2007).

Desta forma, a nova estratégia económica para a Europa preconizada pela Comissão Europeia a 3 de Março de 2010 (Estratégia Europa 2020) prevê que as acções que os países

deverão realizar, tendo em conta os objectivos preconizados pela Estratégia, deverão ser avaliados através de cinco objectivos representativos:

- 75% da população de idade entre os 20 e os 64 anos deve estar empregada
- 3% do PIB da EU deve ser investido em I & D (inovação e desenvolvimento)
- a taxa de abandono escolar deve ser inferior a 10% e pelo menos 40% da geração mais jovem deve dispor de um diploma do ensino superior
- 20 milhões de pessoas devem deixar de estar sujeitas ao risco de pobreza

Como podemos constatar estes objectivos vêm garantir acções no âmbito das políticas económicas e sobretudo sociais com vista ao crescimento inclusivo através do aumento das taxas de emprego, a redução dos índices de pobreza, o aumento da formação e redução das taxas de abandono escolar. A educação, a formação e o emprego deverão constituir, desta forma, o grande enfoque das políticas sociais da Europa como forma de assegurar a coesão social e territorial (in Estratégia Europa, 2020). Se por um lado a educação e formação com vista a qualificação profissional são condicionalismos a montante na questão do emprego, este por sua vez, é condição a montante para a qualidade de vida dos cidadãos e para a prevenção do corolário de problemas sociais que surgem acoplados ao problema do desemprego (Caetano, 2007).

3.2. Educação e Formação

Vários são os autores que apontam como factor crítico de competitividade, o investimento nas competências e nas qualificações da força de trabalho (Wiener, 1981; Barnett, 1987; Porter, 1990; Hutton, 1995 in Maguire & Maguire, 1997).

O debate crescente em torno do investimento em capital intelectual tem entusiasmado tanto políticos como empresas que perspectivam a inovação e o desenvolvimento como resultado do aumento de competência e eficácia dos colaboradores, aumentando o perfil de competitividade (Maguire & Maguire, 1997). O capital intelectual assume neste contexto um factor de extrema importância para as organizações “na medida em que promove um conjunto de actividades competitivas e optimiza os índices de produtividade existentes” (A. I. Ferreira & Martinez, 2008, p.145).

Para Caetano e Veladas (2007) a importância da formação como forma de providenciar as competências e conhecimentos rapidamente operacionalizáveis, em termos de práticas e aplicações, necessários e ajustados às constantes mudanças, é a condição de desenvolvimento e, em última instância, de sobrevivência quer individual quer colectiva. Como refere Salgado (1997), citando André Serieux, os países ocidentais conscientes da crise económica com que deparam, a aposta deverá recair numa maior qualidade e adequabilidade dos sistemas de ensino e formação.

Se para muitos, o investimento em capital intelectual constitui uma estratégia astuta no que concerne ao aumento de oportunidades de emprego e desenvolvimento para outros, ele é insuficiente. Na opinião de Hamilton (1994) as intervenções no que concerne ao desemprego não se deverá limitar ao aumento do capital intelectual ou humano, uma vez que isso apenas traduz no aumento da reserva de trabalhadores qualificados. Da mesma forma, os programas de educação e formação, com vista ao aumento do conhecimento e competências, apenas constituem salas de espera e não rampas de lançamento (Hamilton, 1994, p.248). Da mesma forma, Silva (2005) considera que no “quadro da reestruturação dos modelos de organização e gestão dos recursos humanos, de trabalho e do mercado de emprego se tem gerado uma excedentarização de mão de obra – qualificada, formada e certificada – no acesso ao mercado de trabalho e de emprego” (p.2073). Alguns autores (Schumpeter, 1965; Dubar, 2000, in Silva 2005) reconhecem neste processo de modernização uma racionalização e destruição criadora, que de acordo com Schumpeter (1965), é tecnicamente mais eficaz e financeiramente mais rentável. Para outros, “trata-se de uma racionalização mais destruidora que criadora e mais perigosa que prometedora, cujas regras são ainda demasiado insuficientes e incertas e as repercussões são visíveis na crise do trabalho e do emprego e nas trajectórias biográficas dos indivíduos” (Dubar, 2000, in Silva 2005, p.2073).

A aposta no capital humano, no ponto de vista de Hamilton (1994), baseia-se na crença que o problema de desemprego pode obter explicação nas diferenças individuais, no que concerne ao nível de educação e formação. Se isso pode explicar que indivíduos com diferentes níveis de educação possuem diferentes probabilidades na obtenção de emprego, não explica os elevados número de emprego com que actualidade se depara.

Corroborando e contrapondo ao mesmo tempo esta afirmação, Esteves (2002) defende que a formação além de perspectivar melhores oportunidades ao nível dos percursos profissionais, possibilita uma maior empregabilidade, ao mesmo tempo que possibilita a criação de uma

reserva de trabalhadores qualificados o que, por sua vez, permite às empresas melhorar a sua competitividade no mercado de trabalho. Neste aspecto, a formação ao longo da vida assume extrema importância na medida em que ela permite que tanto os jovens como os trabalhadores mais experientes assimilem novos conhecimentos, decorrente da constante mudança das sociedades tecnológicas, e os aliem ao saber e à experiência que vão adquirindo ao longo da vida (Esteves, 2002).

3.3. Aprendizagem ao Longo da Vida

A Aprendizagem ao Longo da Vida é neste contexto, um processo de desenvolvimento individual no que respeita os conhecimentos, as competências e os valores que se adquirem ao longo da existência, capacitando os indivíduos para a assumirem diversos papéis e funções no seu longo percurso pessoal e profissional. No contexto de mudanças constantes, com o qual se deparam as sociedades ocidentais, esta é uma estratégia que visa uma actualização dos indivíduos com o objectivo de melhorar os seus conhecimentos, aptidões, e competências aumentando as possibilidades de participação num ambiente contínuo de aprendizagem e desenvolvimento. (Caetano & Veladas, 2007).

Segundo o conselho Europeu de Lisboa (Novembro de 2006) a Aprendizagem ao Longo da Vida (Long Live Learning) deve entender-se como factor essencial para a transição bem sucedida para uma economia e uma sociedade assentes no conhecimento.

Para outros autores, a formação ultrapassa o seu papel instrumental no que concerne à inserção social, ela é um meio imprescindível para a melhoria da empregabilidade das pessoas (Pêgo, 2002). A empregabilidade é o termo a que se recorre para designar a capacidade específica dos indivíduos se adaptarem activamente ao mercado de trabalho, sabendo identificar e concretizar oportunidades de carreira no decorrer das suas trajectórias profissionais. É um construto psicossocial que compreende três dimensões básicas: adaptabilidade pessoal; identidade de carreira e capital social e humano (Caetano & Veladas, 2007).

Desta forma, a formação enquanto factor crítico para o desenvolvimento de competências, constitui uma alavanca fundamental para o sucesso empresarial e para a qualidade do emprego (Caetano, 2007, p.3).

Como refere Salgado (1997) “formar e/ou ensinar devem ser processos ao serviço da criação de emprego. A não se verificar esta dialéctica, o investimento efectuado traduzir-se-á em desperdício de esforço e de tempo (...) a escola existe para ‘vender’, no mercado de trabalho, o produto de formação – perfiz profissionais que prepara” (p.30).

É sobretudo na crença de que aposta na educação e formação gera melhores oportunidades de trabalho e emprego que muitos autores sustentam a hipótese de que o aumento do capital humano deverá constituir uma estratégia de desenvolvimento para as organizações e para as nações (A. I. Ferreira & Martinez, 2008).

Esta estratégia de desenvolvimento deverá ser alicerçada na formação e na forma como ela se articula com o sistema de ensino. A montante da formação profissional e ao longo da vida, está o sistema de ensino. Ele representa uma importância de relevo para o futuro da economia e desenvolvimento tecnológico, social e cultural do país na medida em que a escola é responsável por despertar no jovem “o reconhecimento da dignidade do exercício de uma profissão, que o pode inserir num mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente” (Esteves, 2002, p.167)

Nos mercados globais emergentes, o ensino representa um factor de poderoso de produção na medida em que ele é essencial para que os indivíduos possam adquirir aptidões profissionais necessárias ao emprego e ao êxito como trabalhadores por conta própria, fomentando por sua vez, o crescimento económico das comunidades e das nações. A escola é desta forma uma das chaves da evolução da sociedade. Além de ser uma forma de garantia de qualidade de vida ela fornece conhecimentos, habilidades, competências curiosidade e hábitos de reflexão, instrumentos necessários à participação social e ao exercício da cidadania. (Comissão Independente População e Qualidade de Vida, 1998).

Não obstante do sistema de ensino constituir a esperança de um futuro económico e social melhor, perspectivando no horizonte onde coexistam o bem-estar comum e a coesão social, alguns autores como Hamilton (1994) referem que a regra que afirma que melhores escolas predizem melhores futuros, é demasiado importante para tomar como garantida. Desde os finais do Séc. XIX que se procura antecipar na formação a continuidade que o trabalho asseguraria, mantendo a coesão e a eficiência social, decorrente da crença de que “o défice das estruturas económicas e sociais é a consequência do défice de educação e formação

(...) Procura-se, assim, atribuir capacidades mágicas à educação e formação, de tal modo mágicas, que precisam manter-se activas ao longo da vida, deslocando mesmo a tarefa das instituições para os indivíduos – o sujeito aprendente ao longo da vida” (Dubar, 2000; Kliebard, 1999; Teodoro, 2001, in Silva, 2005, p. 2072).

À excepção dos países que dispõem de sistemas educativos muito enfraquecidos, fragilizados, insuficientes ou ineficazes, o sistema de ensino é o centro de formação de capital humano, encontrando uma relação directa entre melhores sistemas de ensino e maiores níveis de escolarização estão directamente associados a melhores níveis de emprego, empregabilidade, melhores estatutos, e maiores ganhos financeiros. Contudo, as escolas servem outros propósitos, como ocupar um considerável número de jovens, retardando a sua entrada no mercado de trabalho, evitando o engrossamento do número de desempregados (Hamilton, 1994).

Apesar da crença na relação directa entre formação e a produtividade, e no pressuposto de que a formação irá minorar as situações de desemprego e aumenta a produtividade das organizações, certo é que de acordo com o relatório do “Inquérito à Execução de Acções de Formação Profissional em 2003” foram realizadas em Portugal, nesse ano, um número significativo de acções de formações (127 mil acções), não sendo este número condicente com os níveis de produtividade, competências e empregabilidade esperados. As explicações para este facto desmultiplicam-se por variados factores e contingências, sendo importante avaliar sobretudo a qualidade da formação no que concerne à eficácia que dispõe para promover aprendizagens e para que essas aprendizagens sejam transferidas para o mercado de trabalho (Caetano & Veladas, 2007).

Não obstante de existirem falhas no que diz respeito à eficácia dos sistemas de ensino e formação, importa reter que melhores níveis de escolarização, programas de formação com ênfase na promoção de competências para o emprego e empregabilidade, no desenvolvimento de competências pessoais e sociais promovem a qualidade dos recursos humanos e contribuem para reduzir o desemprego. Da mesma forma, promovem o aumento de capital humano e removem temporariamente alguns jovens menos qualificados do mercado de trabalho com vista a melhorarem e optimizarem as suas competências (Hamilton, 1994).

A formação ao longo da vida parece uma estratégia viável para que os indivíduos actualizem os seus conhecimentos e competências, ajustando os seus percursos profissionais às mudanças experimentadas pela sociedade da informação e do conhecimento, constantemente renovada pela inovação, ciência e tecnologia. A empregabilidade assegurada pela renovação de conhecimentos aliada à capacidade dos indivíduos intervirem económica, social e politicamente na sociedade é condição implícita de cidadania e inclusão social plena (Caetano & Veladas, 2007). Inclusão social é pois o processo pelo qual a pessoa, em situação de exclusão, pode alcançar o acesso a vários direitos restituindo-lhe assim o exercício pleno de cidadania (Madeira, 2002). A cidadania, por seu turno, implica uma vida plena que se realiza em democracia e que pressupõe a valorização da inclusão social e experiência singular e universal do indivíduo em sociedade. Isto implica que este indivíduo esteja capacitado para se adaptar às mudanças, da mesma forma que as provoca, intervindo e participando activamente na vida política, económica, social e cultural

O sistema de ensino e a escola em particular, enquanto instância privilegiada de socialização e de cultura de valores democráticos e de cidadania inclusiva deve, nos primeiros anos de escolarização dos indivíduos, marcar a sua vida pela rejeição da exclusão, pela abolição das barreiras à aprendizagem priorizando currículos ricos, ajustados e aprendizagens em grupos assumidamente heterogéneos. Rejeitar esta exclusão significa “aceitar que nem tudo foi já feito para manter na escola jovens desmotivados, com problemas de comportamento, de linguagem, de estatuto socioeconómico, de deficiência etc” (D. Rodrigues 2007, in D. Rodrigues & Magalhães, 2007, p.10)

As crianças, os jovens e os adultos em formação são a riqueza do nosso país que reclamam urgência na qualidade dos dispositivos de ensino e formação. Pelo que, os países não podem desperdiçar mais tempo nesse provimento (Morgado, 2007), incorrendo no risco de hipotecar muitas das probabilidades dos cidadãos poderem contribuir económica, política e socialmente para esse bem-estar comum e de gozarem, eles próprios, de uma vida plena em sociedade.

Como refere Rogers (in Silveira, 2002, p.522) o conceito de “vida plena” não se trata de um estado de virtude, de contentamento, de nirvana ou de felicidade, é um processo e não um estado de ser. É uma direcção e não um destino.

Para quem a vida não foi capaz de reunir condições necessárias para garantir percursos educativos de sucesso que culminariam em situações de pleno emprego e inclusão social, há que reorientar as velas dos barcos que se perderam em derivas como as de exclusão e da criminalidade. A reinserção social surge neste cenário, como um bom vento que sopra para que os rumos sejam retomados.

3.3.1. Dispositivos para a qualidade da Formação: Motivação, Envolvimento e Participação

Como já foi referido, tem-se vindo a assistir a uma preocupação crescente pela formação de recursos humanos de qualidade, uma vez que o investimento no capital humano parece ser uma estratégia a privilegiar pelas empresas que querem competir futuramente nos mercados (A. I. Ferreira & Martinez, 2008). As mudanças operacionalizadas nos mercados de trabalho e as implicações que daí decorrem para os indivíduos, têm assegurado uma relação cada vez mais estreita e próxima entre o campo da formação e do emprego, tornando-se a concomitância destes dois campos uma questão inevitável (Santos, 1989; Dubar e Tripier, 1998 in Silva 2005). Esta, pelo menos aparente, inevitabilidade configura-se no quadro da reestruturação dos modelos de organização e gestão dos recursos humanos e de trabalho e do mercado de emprego com vista a providenciar indivíduos mais qualificados para aceder ao mercado de trabalho (Correia, 1996; Dubar, 2000; Piotet, 2002 in A.M. Silva, 2005).

O investimento no capital intelectual é assim a forma de dispor no futuro, de melhores recursos humanos, mais adaptados, mais criativos, empenhados e comprometidos com as empresas, instituições, sociedade e consigo próprios (A. I. Ferreira & Martinez, 2008). O enfoque no desenvolvimento das competências técnicas e científicas (saber fazer) conduzem a resultados, se este desenvolvimento for acompanhado por factores como a motivação, o envolvimento, a participação e o comprometimento (saber, saber ser, saber estar) (Vancouver & Kendall, 2006). Esta promoção combinada de competências técnicas pessoais e sociais aliadas a outras variáveis facilitadoras relacionadas com os contextos das organizações parecem confluir em melhores percursos individuais e organizacionais na operacionalização da mudança, inovação e desenvolvimento. Neste sentido, o aumento do *empowerment* nas organizações, nos grupos e nos indivíduos parece um caminho cada vez mais a experimentar, pelos resultados que tem produzido ao nível da autonomia, autoconfiança, responsabilidade, autodeterminação, autoeficácia, autoestima, e assertividade (Cox & Parsons, 2000).

3.3.1.1. Motivação

A motivação tem sido um dos assuntos mais estudados na Psicologia dada a sua interferência na produtividade organizacional (M. P. Cunha, Rego, Cunha, & Cardoso, 2007; A. I. Ferreira & Martinez, 2008). A literatura existente dá-nos conta da importância que a motivação assume nos contextos organizacionais, em especial, no que concerne ao papel que protagoniza nos processos empresariais como o estabelecimento de objectivos, qualidade e intensidade dos comportamentos no trabalho (A. I. Ferreira & Martinez, 2008).

Apesar de em Portugal a prioridade das empresas se concentre nos activos tangíveis, certo é que, a nível internacional, a motivação tem vindo a assumir um protagonismo essencial no que toca à política da gestão dos recursos humanos, uma vez que existem factores intrínsecos associados a de níveis de motivação que irão estabelecer as diferenças individuais e influenciar os comportamentos (Ackermen, 2000, in A.I. Ferreira & Martinez, 2008).

Conscientes deste facto, muitos têm sido os investigadores que se têm debruçado sobre a motivação enquanto factor preponderante para o alcance de altos níveis de satisfação, desempenho e produtividade. O enfoque do estudo da motivação tem incidido sobretudo na formulação de teorias, definição de conceitos e situações motivadoras, interpretação de comportamentos e atitudes, estabelecimento de metas e objectivos no processo motivacional e propondo modelos e planos de acção, apresentados sempre sob vários pontos de vista (Ramos, 1990). Apesar da multiplicidade de trabalhos de investigação produzidos e da diversidade de perspectiva, parece haver algum consenso quanto à sua definição. Motivação parece “pressupor a existência de um fenómeno individual, intencional e sujeito a variações específicas que influenciam os comportamentos, neste âmbito a motivação promove um conjunto de comportamentos que leva o indivíduo para a acção” (A. I. Ferreira & Martinez, 2008, p. 208).

Para Pinder (1998) a motivação diz respeito “a um conjunto de forças que têm origem quer no indivíduo quer fora dele, e que dão origem ao comportamento de trabalho, determinado a sua forma, direcção, intensidade e duração” (p.11).

Para Cunha et al (2007) a motivação integra quatro elementos fundamentais que parecem estar presentes nas diferentes perspectivas sobre este constructo; o primeiro refere-se à *estimulação* que integra as forças energéticas responsáveis pelo despoletar do comportamento; o segundo diz respeito à *acção e esforço*, o comportamento observado; e terceiro reporta-se ao movimento e persistência que diz respeito ao prolongamento no tempo do comportamento motivado e por último, o elemento *recompensa* no que concerne ao reforço das acções anteriores.

Segundo os mesmos autores a motivação divide-se em motivação intrínseca e extrínseca, referindo-se a primeira aos comportamentos estimulados pelo entusiasmo e a segunda aos comportamentos levados a cabo com vista à obtenção de uma recompensa material e/ou social e como forma de evitar alguma forma de punição (M. P. Cunha, Rego, Cunha, & Cardoso, 2007).

A motivação intrínseca reveste-se de extrema importância no que concerne aos comportamentos em contextos organizacionais na medida em que esta tende a manter-se ao longo do tempo, ao passo que a motivação extrínseca deixa de reforçar comportamentos assim que seja removido o factor motivador externo (Pinder, 1998).

Com base na definição de Deci (1971) Cunha et al, (2007) referem que as pessoas intrinsecamente motivadas são aquelas que dispõe de um *locus* de controlo elevado e que tendem a esforçar-se em função de objectivos que lhes tragam recompensas que lhes satisfaçam as necessidades internas. Assim Deci e Ryen (1975) definem motivação intrínseca como “a necessidade inata dos organismos para a competência e para a autodeterminação (...) funcionando como elemento desencadeador de comportamentos (p.50).

Não obstante da pertinência das diferentes perspectivas e dos diferentes modelos propostos para o entendimento da motivação, foquemo-nos na articulação que motivação assume com as expectativas, auto-eficácia, autodeterminação, empenhamento e participação, dada a importância que estas abordagens assumem nos contextos da formação e do trabalho.

Motivação, expectativas e participação

Tendo em conta a Teoria das Expectativas de Vroom (1964) o processo de motivação deve ser explicado em função dos objectivos e das escolhas pessoais e as suas

expectativas para atingir esses objectivos. A equação proposta por Vroom para a determinação da motivação ($M = V \cdot E$) defende que a força da motivação (M) de determinada pessoa corresponde ao produto do valor previsto por si atribuído a um objectivo (V=Valência) pela probabilidade de alcançar esse mesmo objectivo (E=Expectativa). Assim definido, a motivação é nula quer no caso em é indiferente atingir ou não determinado objectivo, quer no caso em que não existe qualquer expectativa em atingir o resultado. Da mesma forma, ocorre desmotivação sempre que a valência é negativa, isto é, quando a pessoa prefere não atingir o objectivo (A. I. Ferreira & Martinez, 2008).

Segundo esta teoria, o comportamento resulta de uma escolha consciente entre várias alternativas, estando as escolhas ligadas a processos psicológicos, particularmente no que diz respeito à percepção e formação de atitudes e crenças. O comportamento é estimulado por valências (valor afectivo atribuído às consequências do desempenho), instrumentalidade (relação entre o desempenho e valência) e expectância (grau de convicção de uma dada consequência) (A.I Ferreira & Martinez, p.112).

O modelo de Porte e Lawer acrescentam a esta teoria a influência da performance actual, em que a performance, o desempenho e a participação não dependem somente do esforço investido mas também das competências/conhecimentos para a realização das tarefas e da percepção daquilo que é necessário para a sua realização e de quais os resultados pretendidos. O grau de satisfação será também influenciado pela performance do desempenho percebida (Azevedo, 1997)

Motivação e Auto-eficácia

Segundo a teoria cognitiva social a motivação diz respeito a um comportamento dirigido a um objectivo, activado e sustentado através das expectativas acerca dos resultados antecipados das acções e da percepção de auto-eficácia para executar essas mesmas acções (Azevedo, 1997). Por seu turno, a auto-eficácia é a crença na própria capacidade de organizar e executar cursos de acções requeridas para produzir determinadas realizações” (Bandura, 1997, p.3). De forma resumida, pode-se afirmar que a auto-eficácia compreende um julgamento pessoal da capacidade que o indivíduo possui num determinado domínio. Não se refere especificamente à capacidade de um indivíduo, mas sim ao que o mesmo acredita ser capaz de realizar num determinado conjunto de circunstâncias (Bandura, 1997). Vancouver e

Kendall (2006) definem auto-eficácia como a crença que o indivíduo tem na sua capacidade para realizar determinadas actividades e atingir determinados níveis de desempenho.

Os efeitos e consequências que a motivação produz ao nível na percepção da auto-realização têm suscitado a atenção de muitos investigadores no âmbito da aprendizagem e da formação (Bandura, 1986, in Vancouver & Kendall, 2006). Diversos estudos evidenciaram que auto-eficácia é não só um indicador de sucesso na formação como constitui um importante mediador entre o desempenho durante a intervenção na formação e os resultados da formação. Esta evidência levou a que muitas das acções levadas a cabo no campo da formação não se limitassem à intervenção no domínio das competências e do conhecimento, como passaram a actuar directamente no campo das percepções da auto-eficácia, promovendo-as (Vancouver & Kendall, 2006).

Circunscrevendo-se à teoria cognitiva social, Bandura (1997) centrou os seus trabalhos no estudo do impacto da auto-eficácia no processo de alcance dos objectivos. Segundo este autor a auto-eficácia produz um impacto significativo na escolha dos objectivos (e.g. aumentando a probabilidade de escolher um objectivo mais difícil); na persistência no objectivo ou na tarefa (e.g. aumentando a probabilidade de despende esforços no alcance de um objectivo mesmo após algumas tentativas frustradas); na revisão dos objectivos (e.g. aumentando a probabilidade de elevar o grau de dificuldade dos objectivos após experiências de sucesso); e ainda na determinação de novos objectivos após a experiência e o sentimento de “objectivo cumprido”. Desta forma, a teoria cognitiva social propõe que, no decorrer deste processo de alcance de objectivos, o aumento da auto-eficácia faz aumentar determinados elementos motivacionais tais como a direcção, o esforço e a persistência. Da mesma forma, se as estratégias e as actividades forem adequadas e ajustadas às capacidades dos indivíduos estão reunidas as condições para que o aumento da percepção da auto-eficácia produza melhores desempenhos (Vancouver & Kendall, 2006).

Neste contexto, um objectivo refere-se à quantidade, qualidade ou frequência dum desempenho antecipado. Três características dos objectivos podem afectar as autopercepções, a motivação e a aprendizagem: a especificidade; a proximidade; e a dificuldade. Assim interessa referir que são mais eficazes os objectivos específicos, próximos, desafiantes e exequíveis (Azevedo, 1997).

Importantes estudos levados a cabo por Bandura (1977, in Vancouver & Kendall, 2006) ainda no campo da formação revelaram que a auto-eficácia medeia o efeito produzido pelas estratégias de intervenção, na aprendizagem e na transferência dos conhecimentos. Neste contexto, Goldstein (1991, in Vancouver & Kendall, 2006) refere que as diferenças individuais em termos dos conhecimentos, capacidades e competências, também desempenham um papel importante no que concerne à actuação da percepção da auto-eficácia nos resultados de desempenho e da aprendizagem. Neste sentido, Goldstein (1991) afirma que antes dos formandos serem sujeitos às intervenções no âmbito da formação devem estar preparados para aprender, isto significa que devem possuir alguma experiência de background necessária ao programa de formação e devem estar motivados. Assim, segundo Bandura (1986, in Azevedo, 1997) existem quatro aspectos a ter em conta no que concerne à percepção de auto-eficácia: experiência actuante no desempenho anterior da tarefa e na consecução de objectivos; a experiência vicariante; a persuasão verbal ou social ou crença induzida na capacidade de desempenho; e sintomas fisiológicos

Estudos levados a cabo por Colquitt, LePine & Noe (2000, in Vancouver e Kendall, 2006) provaram que a auto-eficácia dos formandos estava fortemente associada ao conhecimento declarativo, à aquisição de competências e à habilidade para utilizar os materiais recorridos durante a formação, posteriormente, em contexto de trabalho. Neste sentido, Vancouver e Kendall (2006) afirmam que os indivíduos adquirem mais conhecimentos e desenvolvem mais competências, e de uma forma mais rápida porque a percepção da sua auto-eficácia é elevada.

3.3.1.2. Envolvimento e Participação

O grau de envolvimento que os indivíduos adquirem ou dispõe nas organizações onde trabalham surge na literatura associado ao conceito de *empenhamento organizacional*, na literatura inglesa e/ou americana sob o termo “*commitment to organization*”.

Numa acepção simples, o empenhamento pode ser entendido como o laço psicológico que caracteriza a ligação dos indivíduos à organização produzindo implicações na vontade ou na decisão dos indivíduos continuarem ou não nas organizações. A partir daqui deduz-se que as pessoas mais empenhadas apresentam maior probabilidade de permanecerem mais tempo ligadas às organizações, de se envolverem e participarem mais nas actividades e na vida

organizacional e ainda de se empenharem nos objectivos organizacionais (M. P. Cunha, Rego, Cunha, & Cardoso, 2007).

O estudo do empenhamento tem sido objecto de múltiplas investigações nas últimas três décadas. Um dos primeiros investigadores do empenhamento foi Porter (1974, in Rashid & Zhao, 2010) que associou o empenhamento aos seguintes aspectos no indivíduo: uma forte crença e aceitação dos valores e dos objectivos da organização; vontade de exercer esforços consideráveis em prol da organização; e um desejo de se manter definitivamente como membro da organização.

Cunha et al (2007) identifica duas grandes abordagens ao conceito de empenhamento organizacional, uma decorrente dos trabalhos de O'Reilly (1976) e seus colaboradores e outra decorrente dos trabalhos de Allen e Meyer (1990, 1996, 2000). A primeira abordagem refere a existência de três formas distintas de ligação psicológica do indivíduo à organização: a complacência, quando os indivíduos adoptam atitudes e comportamentos em função de determinadas recompensas ou como forma de evitar punições; a identificação, quando os indivíduos aceitam a influência com vista a satisfazer os seus desejos de afiliação para com a organização, adequando os seus comportamentos que reflecte as expectativas da organização face ao seu desempenho, e por último a internalização, quando os indivíduos se identificam com os objectivos da organização e alinham os seus objectivos e comportamentos em função desses objectivos. Este último tipo de envolvimento pressupõe que os valores e os objectivos da organização estão, em última instância, integrados no seu auto-conceito (M. P. Cunha, Rego, Cunha, & Cardoso, 2007).

A segunda abordagem dá-nos conta de três tipos de empenhamento: afectivo, normativo e instrumental ou de continuidade. O empenhamento afectivo traduz o “grau em que o colaborador se sente emocionalmente ligado, identificado e envolvido na organização”; o empenhamento normativo traduz “o grau em que o colaborador possui o sentimento da obrigação ou dever moral de permanecer na obrigação”; e, por último o empenhamento instrumental traduz “o grau em que o colaborador se mantém ligado à organização devido ao reconhecimento dos custos implicados à sua saída” no que concerne à falta de alternativa de emprego e aos sacrifícios pessoais a tomar (Cunha et al, 2006, p.225).

A literatura e a investigação na questão do empenhamento tem fundamento na necessidade que as organizações têm, face aos ambientes turbulentos onde se inserem (e.g., alterações constantes nas tecnologias, gostos/necessidades do consumidor, mercados, estruturas) em encontrar pessoas dispostas a enfrentar desafios, inovar, adoptar comportamentos espontâneos em resposta a problemas inesperados, a identificarem-se com os objectivos das organizações e a actuarem como bons cidadãos organizacionais (M. P. Cunha, Rego, Cunha, & Cardoso, 2007). Da mesma forma, diversos autores consideram que diferentes níveis de empenhamento se encontram associados a diferentes níveis de desempenho (nas tarefas e na organização); satisfação; ausência psicológica; turnover; absentismo; pontualidade; comportamento organizacional e aceitação da mudança (Johnson, Chang, & Yang, 2010).

No que concerne à aceitação da mudança estudos levados a cabo por Herscovich e Meyer (2002, in Rashid & Zhao, 2010) confirmaram que as pessoas que estão comprometidas/empenhadas com as organizações estão mais disponíveis para aceitar e encetar a mudança do que as menos empenhadas. Da mesma forma, Armenakis, Harris e Field (1999, in Rashid & Zhao, 2010) enfatizam o papel da comunicação na mudança organizacional.

Os estudos de Rashid & Zhao (2010) vieram complementar o papel do empenhamento na mudança organizacional na medida em que as suas descobertas levaram-nos a afirmar que mais do que o empenhamento organizacional está o papel do empenhamento que os indivíduos têm para com a sua carreira profissional. Ou seja, os indivíduos que estão empenhados com a sua carreira estão mais susceptíveis às mensagens que preconizam a mudança levando-os a adoptarem uma atitude geral de mudança, incorporando e apoiando a mudança organizacional (Rashid & Zhao, 2010).

3.3.1.3. Comunicação, Empenhamento e Mudança Organizacional

Armenakis, Bernerth, Pitts & Walker (2007, in Rashid & Zhao, 2010) colocam a tónica da mudança organizacional na comunicação, ou seja, no papel que as mensagens de mudança têm na aceitação da mudança organizacional por parte dos colaboradores. Em qualquer organização onde ocorrem processos de mudança, os colaboradores começam a integrar as transformações ocorridas com base naquilo que ouvem, vêem e experienciam. É a

partir destas experiências ‘cognitivas’ e ‘sensoriais’ que as crenças começam a ser formuladas servindo de ponto de partida para o apoio ou resistência à mudança. As mensagens de mudança (crenças) são operacionalizadas através da interacção social que se verificam a vários níveis na organização; líderes da administração; supervisores; chefias e pares profissionais. A comunicação para a mudança é realizada sob vários tipos de estratégias dependendo das necessidades, do estágio ou ciclo de vida em que se encontra o indivíduo e da iniciativa para a mudança (Armenakis et al , 2007, in Rashid & Zhao, 2010).

Armenakis (1999, in Rashid & Zhao, 2010) identifica cinco tipos de comunicação específicos: discrepância, adequação, eficácia, apoio principal, valência pessoal. No que concerne à mensagem de discrepância ela ajusta-se a situações em que os indivíduos se interrogam sobre a necessidade de mudança. A grande questão é tentar saber até que ponto aquela mudança é mesmo necessária e se ela está de acordo com os valores de referência. Neste contexto, a eficácia da mensagem para a mudança consiste na tentativa de convencer os indivíduos de que as coisas vão mal e a mudança é essencial. A adequação distingue-se da discrepância na medida em que os indivíduos consideram que apenas algumas mudanças deverão ocorrer, e portanto, a mudança não deve ser geral. Neste sentido, a mensagem para a mudança deverá focar na tentativa de convencer os indivíduos a tomar certas decisões de forma a haver alguma adequação em função de algumas mudanças particulares. A adequação surge nos trabalhos de Rashid & Zhao (2010) muito próxima do conceito de empenhamento afectivo.

A eficácia aborda as questões da confiança que os indivíduos depositam no seu sucesso e diz respeito ao conceito de auto-eficácia de Bandura (1986). A teoria das expectativas de Vroom (1964) preconiza que as pessoas estão dispostas a encetarem mudanças se houver possibilidades de sucesso. A importância do apoio reside no facto das mudanças organizacionais exigirem um conjunto de recursos e um nível de empenhamento que é transversal a toda a hierarquia, pelo que um apoio prestado pela hierarquia, quando é fraco, conduz a uma hesitação por parte dos colaboradores, não permitindo que eles se envolvam activamente na mudança até que lhes seja dado o suporte ou apoio devidos. As valências pessoais também dispõem de alguma importância na medida em que os indivíduos quando recebem as notícias de mudança, uma das questões que se levantam é “que consequências isso vai acarretar para mim?”. Neste sentido, quando a mudança é justa e protege os seus interesses, os indivíduos estão dispostos a incorrer nela.

Em suma, os estudos levados a cabo por Rashid & Zhao (2010) preconizam que o empenhamento na carreira produz um impacto maior na eficácia da comunicação para a mudança, face ao empenhamento organizacional. Porém, enquanto que o empenhamento organizacional produz um efeito directo no comportamento para a mudança, o empenhamento na carreira produz um efeito indirecto, sendo o seu efeito no comportamento para a mudança verificado por meio da eficácia da comunicação. Estes estudos comprovaram que a dimensão do efeito é maior no que concerne ao impacto que a comunicação produz no comportamento para a mudança face ao impacto que o empenhamento organizacional produz neste mesmo comportamento.

Após percorridos os assuntos que integram a motivação e a auto-eficácia podemos considerar o fenómeno da motivação como sendo um processo de tomada de decisões que, em contextos de trabalho ou formação, leva os indivíduos a executarem os seus papéis e tarefas pondo em marcha as suas melhores capacidades e despendendo os esforços suplementares com vista a obtenção dos melhores resultados. Da mesma forma, o empenhamento na carreira bem como na organização leva as pessoas a adoptarem comportamentos favoráveis à mudança individual e organizacional com vista à inovação, melhores desempenhos, melhores resultados e maior produtividade.

Em síntese, a motivação e a percepção da autoeficácia parecem determinar o envolvimento e a participação dos indivíduos nas tarefas e na prossecução dos objectivos. Quer sejam determinados pelo próprio, quer sejam determinados pelas organizações onde se incluem. A motivação parece ser representado por um processo de tomada de decisões que, numa situação de trabalho ou no desenrolar de um conjunto de tarefas ou projectos leva os indivíduos a participarem e a desempenharem as suas funções recrutando as suas melhores capacidades e um maior esforço.

CAPÍTULO II – MÉTODO

1. Tipo de Estudo

Apesar do empreendedorismo ser um tema de grande interesse nomeadamente para as áreas da psicologia social e das organizações pouco se tem discutido sobre o seu contributo para a reinserção social e no mercado de trabalho de grupos minoritários em situação de exclusão, como sejam os reclusos.

Para a realização do presente estudo optou-se por uma abordagem qualitativa que permitisse aprofundar o conhecimento acerca das percepções dos técnicos relativamente ao contributo que o Programa de Empreendedorismo para a Reinserção Social de Reclusos (PERSR), levado a cabo em cinco Estabelecimentos Prisionais Piloto portugueses no desenvolvimento de competências pessoais e sociais necessárias ao ingresso no mercado de trabalho por parte dos reclusos, para o sucesso da sua reinserção social; e ainda o nível de motivação e envolvimento dos Directores, Técnicos e Guardas durante a implementação do PERSR, enquanto aspectos preditores do seu investimento e desempenho no decorrer do programa.

Como referem Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa de carácter descritivo privilegia a fonte natural como a fonte directa dos dados, sendo o investigador, o instrumento principal. A investigação qualitativa “sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, bem como o funcionamento organizacional” (Strauss e Corbin, 1998, p.11) pelo seu carácter menos estruturado, permite uma relação mais próxima, longa e flexível na qual a transacção de informações subjectivas é crucial para o aprofundamento das percepções (Dias, 2000).

A abordagem qualitativa distingue-se da quantitativa uma vez que não se caracteriza por procedimentos observados e analisados sob as lentes afuniladas dos métodos de análise de dados e das suas inferências (Dias 2000; Strauss & Cobin, 1998) mas sim por uma metodologia que permite ao investigador imergir no contexto onde se insere o seu objecto de estudo (Dias, 2000). As diferenças entre o método qualitativo e o quantitativo subjazem no carácter indutivo, holístico e naturalista do primeiro (Bogman & Biklen, 1984; Patton, 1990).

Ao analisarem a informação de uma forma “indutiva” os investigadores desenvolvem conceitos e chegam à compreensão dos fenómenos a partir de padrões provenientes da recolha de dados. É designada a ‘Teoria Fundamentada’ (Glaser & Strauss, 1967, in Carmo e Ferreira, 1998). No âmbito da investigação qualitativa, os investigadores reduzem os indivíduos, grupos e situações às variáveis em estudo sem nunca perder de vista o ‘Todo’. Integra-se todo o conhecimento de uma forma holística. A fonte directa dos dados constitui os contextos e as relações que tentam ser compreendidas o mais próximo da realidade natural possível. Da mesma forma, os investigadores estão sensíveis ao contexto pelo que os gestos, os actos e as palavras contam como informação útil a retirar. Os significados neste método de investigação assumem uma importância crucial na medida em que os investigadores procuram compreender as perspectivas daqueles que estão a estudar, à luz dos seus próprios quadros de referência, abandonando as suas perspectivas e convicções pessoais (Carmo e Ferreira, 1998).

A metodologia compreendeu a realização de entrevistas semi-estruturadas de forma a recolher as diversas opiniões, ideias e percepções dos participantes. A opção pela entrevista seguiu a ideia de Dias (2000) quando este autor afirma “ a entrevista é o meio mais adequado para realizar uma análise construtiva da situação” e “ é mais democrática do que a observação ou a experimentação, pois, permite a participação dos sujeitos de uma forma aberta” (p.77). Kaufmann (1995, cit in Dias, 2000) entende que o recurso à entrevista pode ter fins distintos: por um lado, pode constituir um instrumento complementar da pesquisa ou, por outro, constituir um instrumento principal que permite a compreensão, descrição ou até medida do objecto de pesquisa. Assim sendo, a entrevista pode ser usada como “suporte de exploração” ou “uma técnica da exploração”.

No presente estudo a entrevista surge como “suporte da exploração” e é “orientada para a informação” (Powney & Watts, 1987, cit in Dias, 2000) obedecendo a uma estrutura imposta pelo entrevistado de quem se pretende conhecer a opinião.

2. Participantes

Para a realização deste estudo foi constituída uma amostra não aleatória por conveniência, uma vez que a população alvo se restringiu aos Directores dos Estabelecimentos Prisionais, Técnicos Superiores de Reeducação e Guardas Prisionais

participantes no Programa de Empreendedorismo para a Reinserção Social de Reclusos (PERSR).

O estudo contou com um total de 9 participantes dos quais um Director de Estabelecimento Prisional, seis Técnicos Superiores de Reeducação e dois Guardas Prisionais (elementos da vigilância). As idades dos participantes compreenderam os 36 e os 55 anos de idade e incluíram indivíduos de ambos os sexos.

Foi elaborada uma entrevista que pretendeu averiguar as posições de cada elemento face ao contributo do PERSR para desenvolvimento de competências nos reclusos, essenciais à inserção no mercado de trabalho e, consequentemente, na comunidade.

Com o objectivo de averiguar as características sócio-demográficas da amostra foi construído um questionário que incluiu um conjunto de indicadores como o género, idade, habilitações académicas, área de formação académica e anos de serviços na actual profissão.

O Quadro 1 que se segue descreve a distribuição dos técnicos, directores e guardas prisionais entrevistados por cada estabelecimento prisional onde foi implementado Programa de Empreendedorismo para a Reinserção Social de Reclusos (PERSR), do qual participaram.

Quadro1 – Frequências absolutas respeitantes aos grupos amostrais por Estabelecimento Prisional (N=9)

	<i>Estabelecimento Prisional de Beja</i>	<i>Estabelecimento Prisional de Leiria</i>	<i>Estabelecimento Prisional de Castelo Branco</i>	<i>Estabelecimento Prisional de Sintra</i>
Directores	1	0	0	0
Técnicos	1	2	1	2
Guardas Prisionais	1	1	0	0

O Quadro 2 refere-se às frequências absolutas das características sócio-demográficas dos participantes organizadas pelas categorias anteriormente referidas. É uma amostra equilibrada em termos de distribuição por sexos idade, quatro homens e cinco mulheres com idades compreendidas entre os 36 e os 55 anos. Quase todos os indivíduos dispõem de

licenciatura sendo as áreas das ciências sociais e/ou sociologia as mais frequentes na formação dos participantes.

Quadro 2 – Características Sociodemográficas da amostra de participantes (N=9)

Variável	Categorias	Fi
Idade	[30-40[4
	[40-50[2
	[50- 60[3
Sexo	Feminino	5
	Masculino	4
Habilitações Académicas	12º ano	1
	Licenciatura	5
	Licenciatura + Pós-Graduação	2
	Mestrado	1
Área de Formação Académica	Psicologia	2
	Ciências Sociais/Sociologia	4
	Educação	1
	Artes Plásticas e Multitmédia	1
Anos de Profissão nos	[10-15[3
Serviços Prisionais	[15-20[4
	[20-25[2

3. Instrumentos

Os instrumentos recorridos para a elaboração do presente estudo consistiram num questionário de caracterização sócio-demográfica (ver anexo 1) e num guião de entrevista (ver anexo 2) que serviu de base para inquirir os técnicos, directores e guardas prisionais.

A entrevista semi-estruturada utilizada foi especificamente construída para esta investigação e as questões tiveram em conta o nível de literacia dos participantes, dispondo de uma linguagem simples e objectiva. As questões colocadas seguiram uma ordem específica, sendo que foram apresentadas do geral para o particular.

Neste guião de entrevista constam um total de 55 perguntas que pretenderam averiguar as opiniões dos participantes acerca de todo o processo de implementação do PERSR. As perguntas foram divididas em cinco grupos com o objectivo de recolher informação relativa de cinco assuntos distintos: Motivação & Expectativas (grupo I); Pertinência do PERSR (grupo II); Avaliação da Qualidade do PERSR (grupo III); Resultados do PERSR (grupo IV) e importância do PERSR para o processo de inclusão/exclusão dos ex-reclusos na comunidade (grupo V).

4. Procedimentos

Para a realização do presente estudo de investigação contou-se com a participação de elementos (Directores, Técnicos Superiores de Reeducação e Guardas Prisionais), dos quatro estabelecimentos prisionais que participaram no projecto-piloto levado a cabo pela Direcção Geral dos Serviços Prisionais com a parceria de uma empresa privada. Assim, durante os meses de Outubro de 2009 a Fevereiro de 2010 foram recolhidas entrevistas nos Estabelecimentos Prisionais de Leiria, Beja, Castelo Branco e Sintra.

Todos os Estabelecimentos Prisionais foram formalmente contactados e fim de informar acerca do propósito e a natureza do estudo. De forma a obedecer aos princípios éticos subjacentes à elaboração de qualquer investigação procedeu-se a um consentimento informado, antes da entrevista, para que todos os participantes fossem esclarecidos acerca dos objectivos do estudo e da confidencialidade dos dados.

As entrevistas foram realizadas nos próprios estabelecimentos prisionais, em gabinetes disponibilizados pelo Director (a) de cada Estabelecimento Prisional.

No início das entrevistas foi feita uma apresentação pessoal do entrevistador (neste caso a investigadora) bem como do estudo a levar a cabo por si. Os participantes foram informados que a conversa iria ser gravada com o objectivo de ser tratada toda a informação por eles disponibilizada. Realçou-se a importância da veracidade e honestidade das respostas explicando que toda a informação teria fins estritamente académicos sem outras implicações. Foram disponibilizados todo e qualquer tipo de esclarecimentos adicionais face às questões colocadas.

É de referir que houve dois momentos de visitação a cada Estabelecimento prisional, o primeiro para estabelecer o primeiro contacto pessoal e o segundo para proceder à entrevista. Assim, após a investigação ser autorizada pelos Serviços de Centrais da Direcção dos Serviços Prisionais, estabeleceu-se um primeiro contacto, via telefone, com os cinco Estabelecimentos Prisionais (E.P's) a fim de marcar um encontro com os respectivos directores e técnicos. Neste primeiro encontro deu-se a conhecer o objectivo da investigação e foi feito, por parte de alguns técnicos e directores, o enquadramento do projecto-piloto em cada estabelecimento prisional em particular. O momento foi também oportuno para os directores e técnicos fazerem uma pequena caracterização da população de reclusos, referindo a faixa etária, o género, e o tipo de pena. Deram a conhecer também a oferta formativa e o tipo de dinâmica recorrida a fim de estimular à participação. O segundo encontro foi marcado igualmente por telefone onde foi comunicado o objectivo da entrevista a realizar a todos os técnicos, directores e guardas prisionais que acompanharam e participaram directamente no Programa de Empreendedorismo para Reinserção social de Reclusos.

A entrevista foi realizada numa sala que os técnicos e directores estabeleceram para o efeito, tendo tido esta duração média de 1,5 horas. A entrevista foi gravada após o consentimento informado ter sido feito oralmente.

4.1. Procedimentos de tratamento de dados

Após a realização das entrevistas procedeu-se à sua transcrição para que a toda a informação disponibilizada fosse submetida a análise do seu conteúdo.

Segundo Bardin (2007) a análise de conteúdo pressupõe um conjunto de técnicas de análise das comunicações que, através de procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não), permitem a inferência de conhecimentos relativos a condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Bardin (2007) identifica as fases que devem constituir a análise de conteúdo. Numa primeira fase ocorre a pré-análise, a fase que a autora designa de “fase de organização propriamente, na qual se considera o problema em estudo e os seus objectivos bem como o quadro teórico que o suporta. Após constituído o *corpus*, composto pelo material a analisar,

segue-se a fase de exploração do material que inclui a codificação e categorização. A codificação refere-se à “ escolha do tipo de recorte ou unidade de registo do dado simbólico, que inclui a definição de categorias e a quantificação dos mesmos, se for o caso (Souza Filho, 1996, p.329). No caso específico da análise de conteúdo aplicada às entrevistas privilegia-se a unidade de registo, em possível detrimento de outros tipos de unidade (Ghiglione & Matalon, 2001). A unidade de registo refere-se ao “segmento determinado de conteúdo que se caracteriza colocando-o numa determinada categoria” (Vala, 1986, p.114) podendo derivar de diferentes campos: “executam-se certos recortes a nível semântico, “o tema”, por exemplo, se bem que, por vezes, exista uma correspondência com unidades formais (exemplos: palavra e palavra-tema; frase e unidade significativa)” (Bardin, 2007, p.98).

A fase seguinte diz respeito à categorização, construindo-se as categorias em análise “compostas por termos chave que identifica a significação central do conceito que se quer apreender e de outros indicadores que descrevem o campo semântico do conceito” (Vala, 1986, p.111). Segundo Vala (1997) a categorização refere-se a uma condensação da realidade em estudo de modo a estabiliza-la identifica-la ordena-la e atribuir-lhe sentido. “A formação de categorias facilita a apreensão do significado central da uma dada parcela da realidade que é observada, tomando-a como a mais preponderante, de acordo com os indicadores definidos ou que podem ser estipulados ao longo da sua própria codificação” (Vala, 1997, cit in, Simões e Alarcão, 2010, p.53).

Em síntese e considerando a definição de Vala (1997) o processo de codificação resume-se a associação de uma determinada unidade de análise a uma certa categoria que se encontra num sistema de categoria, podendo este ser constituído a priori a posteriori e simultaneamente.

No presente estudo optou-se por um procedimento misto em numa primeira fase optou por um sistema aberto dos quais emergiram algumas categorias sendo estas depois afinadas mediante um quadro teórico, segundo um procedimento mais fechado (Pais, 2004).

CAPÍTULO III – RESULTADOS

Os resultados obtidos neste estudo derivam de uma metodologia qualitativa através da qual se pretendeu conhecer as ideias e opiniões da amostra inquirida acerca dos contributos provenientes da implementação do PERSR nos cinco EP's piloto.

Perante as respostas produzidas pelos inquiridos, atendo aos objectivos dos estudos e com base na literatura foram criadas categorias e subcategorias organizadas por quatro dimensões distintas: razões, motivações e expectativas; envolvimento e participação; perspectiva crítica do PERSR; e por último, processo de inclusão/exclusão.

Para algumas das dimensões em estudo foram apresentados mais do que um quadro de categorização de forma a conduzir a leitura de uma forma mais fácil e coerente. Algumas das dimensões estão feitas em função dos três grupos alvo, uma vez que as percepções são realizadas em função desses três grupos. Logo as categorias são assim discriminadas.

Em cada uma das subcategorias são apresentados extractos das respostas dadas ilustrativos das mesmas. No sentido de averiguar as convergências e divergências das opiniões acerca dos assuntos em análise é apresentada uma síntese referente às categorias e subcategorias mais frequentes em cada dimensão.

Dimensão1: Razões, motivações e expectativas

A dimensão motivação e expectativas pretendeu investigar o comportamento motivado dos directores, técnicos, e guardas prisionais. Mediante a revisão da literatura aqui apresentada, o comportamento motivado é um comportamento dirigido a um objectivo, activado e sustentado através das expectativas acerca dos resultados antecipados das acções e da percepção de auto-eficácia para executá-las. O tipo de motivação está intimamente ligado a atribuição causal que os indivíduos fazem quando enunciam as razões da sua participação no projecto, oscilando entre factores internos e externos.

A partir das várias razões e motivos apresentados pelos sujeitos no que concerne à sua participação no PERSR e tendo por base a revisão da literatura foram criadas duas subcategorias: “factores internos” e “factores externos”. Assim, a categoria “Razões e motivação para a participação no PERSR” foi dividida em grupos de sub-categorias distintas em função

das razões e motivos apontados pelos inquiridos quando se dirigem a cada um dos três grupos alvo em específico: Direcção, Técnicos e Reclusos. Desta forma, para a sub-categoria “factores internos” foram enunciadas razões e motivos de ordem interna que visaram: o desenvolvimento de competências, a inovação e altruísmo, em referência o EP; razões pessoais; interesse; curiosidade; motivação, no que concerne aos técnicos; interesse, utilidade e oportunidade para os reclusos. A sub-categoria “factores externos” incluiu as razões de ordem externa que visaram: características do EP e escolha induzida, no que diz respeito ao EP; delegação, convite e razões institucionais, no que concerne aos técnicos; e regime de cumprimento de pena e razões institucionais, para os reclusos (ver quadro 3).

Quadro 3 – Razões e motivação para a participação no PERSR

Categoria	Sub - Categoria	Estabelecimento Prisional (EP)	Técnicos e guardas	Reclusos
<i>A. Razões e motivação para a participação no PERSR</i>	<i>A.1 Factores Internos</i>	Desenvolvimento de	Razões pessoais	Utilidade
		competências	Interesse	Oportunidade
		Inovação	Curiosidade	Interesse
			Motivação	
			Altruísmo	
	<i>A.2 Factores Externos</i>	Características do EP	Delegação	Razões
		Escolha Induzida	Convite	Institucionais
			Razões	Regime de
			Institucionais	cumprimento da Pena

Factores internos

Ao nível dos factores internos foram evocados motivos e razões mais variados em referência aos técnicos e reclusos comparativamente às razões apontadas, de ordem externa, para a participação no PERSR para os mesmos grupos alvo.

Estabelecimento Prisional (EP)

No que diz respeito às razões para a participação do EP no PERSR, foram referidos motivos relacionados com o interesse que o EP tem em inovar e dotar os seus colaboradores e os reclusos de competências técnicas, pessoais e sociais. Estas razões de ordem interna são ilustradas pelas seguintes afirmações:

“Provavelmente acharam (direcção) (...) que o programa seria um programa interessante aqui para a região e ao mesmo tempo inovador” (sujeito A)

“(...) foi no sentido de lhes dar também mais alguma formação para quando saíssem daqui e quando fossem em liberdade” (sujeito C)

“(...) suspeito que os motivos eram encontrar algumas soluções para reinserir estes jovens que nós temos cá... o nosso trabalho principal é esse. (sujeito D)

“Portanto a nossa intenção e a da Direcção era que estas pessoas tivessem um pouco mais de ideias, que tentassem melhorar... fundamentalmente era um curso voltado para a inovação, para o criar da ideia e por outro lado voltado para aumentar as capacidades pessoais e sociais, como a resiliência, porque eles à mínima coisa explodem” (sujeito I)

Técnicos e guardas

No que concerne aos factores internos apontados como razões e motivos para a participação dos técnicos no PERSR, a curiosidade (N=5) e o interesse (N=6) surge com mais frequência logo a seguir à motivação (N=2) e razões de ordem pessoal. As razões de ordem pessoal evocadas, surgem com menos frequência e dizem respeito à utilidade que os técnicos reconhecem no contributo dos conhecimentos no âmbito do empreendedorismo para a sua vida futura (N=2), razões de progressão na carreira (N=2) e razões de altruísmo (N=1).

“Pareceu-me que poderia ser interessante tendo em conta o tema (...) e eu pronto, sim vou ver (...) vou ver o que é.” (sujeito A)

“Decidi participar por curiosidade, um desafio... de hoje para amanhã também poderei precisar destes conhecimentos...quem sabe eu próprio com os conhecimentos que adquirir poderei, no futuro, aplicá-los na prática.” (sujeito C)

“(...)também estava curioso e expectante.” (sujeito D)

“Era um desafio, era uma situação que era nova e fui ver o que era.” (sujeito G)

“(...)o que seja para melhorar e colaborar na reinserção dos indivíduos, tudo o que possa vir, é uma mais valia.” (sujeito D)

“Também por motivos de carreira, se tiver mais conhecimentos é melhor para a minha carreira.” (sujeito D)

Reclusos

No que diz respeito aos factores internos referentes aos motivos de participação dos reclusos, foram apontadas razões que se prenderam com a utilidade do PERSR na aquisição de conhecimentos para a vida e para o mercado de trabalho, como oportunidade de aprender e por interesse dos reclusos em participar.

“Eles geralmente estão interessados nas formações (...) acolheram a ideia só por si, pelo interesse suscitado pelo tema (...) poderia ser algo de novo e útil para a vida deles.” (sujeito A)

Factores Externos

Estabelecimento Prisional (EP)

No que concerne às razões de natureza externa para a participação do EP na formação foram evocadas as características do EP e escolha induzida, ou seja uma escolha que adveio das decisões dos Serviços Centrais dos Serviços Prisionais sugerindo a não participação dos Directores dos EP's nessa escolha ou decisão.

“Penso que isto veio dos Serviços Centrais, este EP foi escolhido devido às suas características (...) este estabelecimento prisional foi escolhido como cadeia piloto.” (sujeito G)

“Este EP foi designado para o efeito. Foi designado pela Direcção Geral dos serviços Prisionais (...) convinha ter uma representação neste projecto, para o empreendedorismo, de serviços prisionais centrais, regionais e especiais. E que entre eles centrais e regionais fossem mais ou menos equivalentes. Houve critérios também de distância Trás-os-Montes era impensável, Algarve também, então escolheu-se este EP.” (sujeito F)

Técnicos e guardas

No que diz respeito às razões de natureza externa apontadas pelos inquiridos como motivos da participação nos PERSR, as justificações fundaram-se no facto dessa participação ter decorrido de uma ordem superior (delegação), um convite também de um superior ou por razões institucionais ou porque não havia mais nenhum técnico para participar.

“Fui convidada,” (sujeito A)

“Fui convidado pela chefia, quer dizer... fui notificado.” (sujeito C)

“Eu também estava numa situação que não podia, logo no início, dizer que não.” (sujeito D)

“Foi-me delegada esta função de facilitadora.” (sujeito E)

“(...) nós, não temos, independentemente de termos ou não termos condições, de decidir diferente dos Serviços Centrais, da Direcção Geral. A hipótese de dizer que não, nem sequer se coloca. Eu trabalho num sistema hierárquico e não digo que não faço.” (sujeito F)

“Fui convidado e eu aceitei.” (sujeito I)

No que diz respeito às razões de participação dos reclusos foram evocadas razões de ordem externa relativas ao regime de cumprimento de pena e razões institucionais. As razões institucionais disseram respeito à dimensão do grupo que era necessário constituir para a realização da formação. Assim alguns dos reclusos foram influenciados a participar no PERSR.

“Porque se realmente decorresse bem... conseguiram aceder ao regime aberto.” (sujeito A)

“Porque passam muito tempo fechados e os EP’s não dispõem de muitas actividades e actividades diversificadas para ocupar os reclusos, e tudo o que seja oportunidade, independentemente de ser boa ou má, de ter conhecimento ou não, isso já é meio caminho para eles aderirem.” (sujeito B)

“(...) alguns dos reclusos participaram porque, devido à dimensão exigida para a realização do PERSR, precisávamos de ter reclusos, então eles foram influenciados a participar.” (sujeito F)

Da análise global das respostas no que diz respeito a estas duas sub-categorias os factores externos mais referidos enquanto razões e motivos para a participação no PERSR, relativamente aos técnicos e guardas foram o convite e a delegação. No que concerne aos motivos dos reclusos, os de ordem interna foram os mais focados, sobretudo o interesse e a oportunidade.

Expectativas

Segundo a Teoria das Expectativas de Vroom o processo de motivação deve ser explicado em função dos objectivos e das escolhas de cada pessoa e nas suas expectativas em atingir esses mesmos objectivos. Assim entendida, a motivação é nula quer no caso em é indiferente atingir ou não determinado objectivo, quer no caso em que não existe qualquer

expectativa em atingir o resultado. Da mesma forma, ocorre desmotivação sempre que a valência é negativa, isto é, quando a pessoa prefere ou prevê não atingir o objectivo.

Estando esta categoria incluída na dimensão Razões e Motivação para a Participação no PERSR, e dada a importância do papel das expectativas no comportamento motivado, tentou-se saber quais eram as expectativas dos inquiridos face ao contributo do PERSR para o clima organizacional dos EP's, para os Técnicos e Guardas e para os reclusos.

Quadro 4 – Expectativas face ao contributo do PERSR

Categoria	Clima Organizacional	Técnicos	Reclusos
B. Expectativas face aos contributos do PERSR	Melhoria do clima organizacional	Desenvolvimento de competências técnicas	Desenvolvimento de competências técnicas/profissionais
	Interferência no Clima Organizacional	Desenvolvimento de competências	Ausência ou baixo nível de expectativas
	Ausência ou baixo nível de expectativas	Pessoais	nível de expectativas
		Progressão na carreira	

Clima Organizacional

No que diz respeito às expectativas dos inquiridos face aos contributos dos PERSR para o clima organizacional, as respostas distribuíram-se pela melhoria do clima organizacional; interferência no clima organizacional e ausência ou baixo nível de expectativas. Com base nestes resultados percebemos foram mais os inquiridos que apresentaram baixas expectativas, ou não apresentavam expectativas em relação ao contributo do PERSR para o clima organizacional dos EP's.

Melhoria do clima organizacional

“Quanto mais alternativas institucionais existem, mais vantagens em termos de impacto organizacional. Isso alivia termos de situações de conflito. As pessoas estão ocupadas e se estiverem motivadas, se estiverem direccionadas para o trabalho, estão alinhadas com os objectivos do projecto, da instituição e isso, em termos de institucionais de organização é uma mais valia. (...) Há menos conflitos, há menos tensões e depois como havia uma

contrapartida económica, que é importante, os indivíduos estão mais motivados, as pessoas (em geral) que estão envolvidas na formação, em regra, pensam duas vezes antes de ter comportamentos mais desajustados, e isso tudo tem impacto em termos organizacionais. Por isso, as minhas expectativas eram positivas face ao impacto que isto iria ter no clima organizacional.” (sujeito F)

Interferência no Clima Organizacional

“Só que naquela altura estava a implementar-se vários programas do PGISP e isto veio destabilizar um pouco esse clima organizacional.” (sujeito A)

“(…) para o clima organizacional esta formação atrapalhou. Pelo menos eu senti. Porque as pessoas, quando estes projectos...Para já isto contribuiu para que houvesse algum distanciamento por parte daqueles que não foram escolhidos (...) Não sei se realmente contribuiu para melhoria do clima organizacional. Se calhar piorou.” (sujeito B)

Ausência ou baixo nível de expectativas

“Eu achei que ia ser muito difícil, porque era tudo muito diferente do que fazíamos aqui com os reclusos. Era um programa completamente inovador, com metodologias que nunca tínhamos utilizado (...) e houve assim uma série de coisas que nós achamos logo não vai ser possível (...) fiquei na duvida que pudesse ser possível implementar porque havia uma série de decisões que tinham que ser tomadas ao nível da direcção geral....porque muita coisa não dependia de nós que estávamos no terreno e que estávamos a desenvolver ou aplicar o programa no dia a dia. Mas achei... “ não sei se vai para a frente” (...) Achei que não iria ser nada fácil (...) Então foi mais uma novidade entre muitas.” (sujeito A)

Técnicos e Guardas

Quanto às expectativas relativas aos contributos dos PERSR para os técnicos e guardas as os inquiridos acharam que estes contributos iriam ser ao nível do desenvolvimento de competências técnicas, desenvolvimento de competências pessoais e ao nível da progressão da carreira .

Dos resultados apresentados podemos concluir que as expectativas dos inquiridos recaíram sobretudo no contributo que o PERSR poderia ter no desenvolvimento de competências técnicas, nos técnicos e guardas.

Desenvolvimento de competências técnicas

“Precisava mesmo da formação senão eu não conseguiria implementar o programa. Era importante para perceber qual era o programa, para ver como é que ele era implementado, para esclarecer algumas dúvidas. Para mim foi muito importante.” (sujeito A)

(...) a minha expectativa foi maior quando tomei conta do que era isso do empreendedorismo (...) porque a formação é sempre uma mais valia ainda por cima agora com a era da globalização, a troca de conhecimentos e experiências entre instituições e países...isso pode ser sempre uma vantagem.” (sujeito E)

“Em termos de contributos (...) poderia trazer-me alguns contributos porque tenho uma loja aberta e parecendo que não, deu para partilhar algumas experiências e aprender a melhorar algumas coisas.” (sujeito H)

Desenvolvimento de competências pessoais

“(...) esta formação também foi interessante até para a própria pessoa pensar, isto até é interessante (...) o que se pretendia com o programa era realmente adquirir uma série de competências, entre elas também ser mais proactiva, procurar ultrapassar obstáculos (...) pensei que ali ia adquirir competências interessantes.” (sujeito A)

“Tinha era muita a sensação que iria trazer coisas novas para mim (...) Eu acho que consegui mais naqueles dois anos do que se calhar...foi um crescimento muito grande, eu hoje sinto alguma falta daquela dinâmica que nos éramos exigida (...) foi muito positivo e cresci muito.” (sujeito G)

Progressão na carreira

“Quando decidi participar achei sempre que isto era para continuar e que eu iria ficar ligado a isto. O que o PGISP disse é que isto seria para se prolongar e eu continuaria a trabalhar nisto, arranjaría mais outro grupo de dez ou doze e continuaria assim sucessivamente.” (sujeito I)

“Depois senti que estar neste projecto, para alguns isso poderia, ou contribuiu para que pensassem que isto iria ser o trampolim para ter outras benesses e enfim, subir na carreira.” (sujeito B)

Reclusos

As expectativas manifestadas pelos inquiridos face ao contributo do PERSR para os reclusos foram nulas ou muito reduzidas pelo que manifestaram ausência ou baixo nível de

expectativas (N=5) ou prenderam-se sobretudo com a esperança que o PERSR pudesse desenvolver competências técnicas/profissionais (N=2) e pessoais (N=1) nos reclusos.

Inexistência ou baixo nível de expectativas

“(...) posso dizer que sempre achei que com a nossa população abrir o seu próprio negócio era algo que era um bocadinho difícil de acontecer (...) era irrealista porque os jovens têm poucos hábitos de trabalho, nunca tiveram no mercado de trabalho, ou tiveram muito fugazmente não, não me pareceu que fosse uma solução muito viável (...) seria complicado.” (sujeito A)

“Não tinha grandes expectativas, sinceramente. Nem em relação aos benefícios e contributos para mim nem no que diz respeito aos reclusos, não tinha expectativas...” (sujeito B)

“Em relação aos reclusos as minhas expectativas não eram muitas (...) o facto de serem jovens, (...) nunca tiveram hábitos de trabalho, hábitos de nada (...) iria ser muito difícil mesmo, muito difícil.” (sujeito C)

“Temos que ser realistas porque a maior parte deles o nível de escolarização é muito baixo.” (sujeito H)

Desenvolvimento de competências técnicas/profissionais

“As minhas expectativas em relação aos reclusos era que pudessem adquirir mais conhecimentos, mais ferramentas para que quando saíssem conseguissem uma melhor reinserção.” (sujeito E)

“Foi a possibilidade efectiva que os formandos fiquem apetrechados e com competências para terem maior capacidade de gerir e reorientar e orientar a sua vida quer em termos de adequação ao mercado de trabalho. (...) esta formação tinha aqui uma componente diferente e mais prolongada no tempo e previsivelmente as coisas seriam mais cimentadas e consolidadas e, desta forma, as expectativas fossem, nesse sentido, um bocadinho, maiores.” (sujeito F)

Desenvolvimento de competências pessoais/sociais

“(...) é que era benéfico em todos os aspectos. Primeiro quebravam um bocadinho da chamada cultura prisional ou seja aquela desresponsabilização, infantilização que o encarceramento causa, próprio de uma instituição total em que o controlo é total, esta infantilização era quebrada porque havia uma responsabilização que ia ao ponto de haver um comprometimento sério com os horários.” (sujeito I)

No que diz respeito às expectativas dos inquiridos face ao contributo do PERSR para os reclusos é de salientar a ausência ou presença de baixas expectativas por parte dos mesmos. As razões evocadas pelos sujeitos no sentido de justificar este nível de expectativas dizem respeito ao facto dos reclusos serem muito jovens, não disporem de experiência ou de hábitos de trabalho e possuírem baixas habilitações académicas.

Dimensão 2: Envolvimento e participação

O envolvimento foi auscultado através da intenção voluntária para participar neste projecto piloto, se houve preocupação por parte dos serviços centrais em envolver os directores, técnicos e guardas no desafio através de um enquadramento e comunicação adequados e que tipo de canal recorrido para esta comunicação e se por seu turno, estes se sentiram envolvidos na tarefa. Foram ainda investigados o conhecimento e experiência prévios acerca de formações no âmbito do empreendedorismo que facilitassem a integração do desafio desta formação. Assim, para a dimensão envolvimento e participação foram constituídas três categorias: conhecimento prévio, sistema de comunicação utilizado na divulgação do PERSR e a aceitação institucional. Dentro da categoria ‘conhecimento prévio’ foram constituídas as subcategorias: tema; perfil de necessidades; perfil das características; oferta formativa disponível no EP; preferência formativa dos reclusos. Na categoria ‘sistema de comunicação’ utilizado na divulgação do PERSR foram incluídas as subcategorias: emissor; canal; forma de comunicação; qualidade da mensagem. Na categoria ‘aceitação institucional’ foram incluídas as subcategorias referentes à direcção e técnicos e reclusos. Por, último na categoria ‘participação’ foram incluídas as subcategorias participação no planeamento e implementação do PERSR.

Quadro 5 – Envolvimento e participação no PERSR

Categoria	Subcategoria
<i>C.1 Conhecimento prévio</i>	<i>C.1.1 Tema</i>
	<i>C.1.2 Perfil das necessidades</i>
	<i>C.1.3 Perfil das características</i>
	<i>C.1.4 Oferta formativa disponível no EP</i>
	<i>C.1.5 Preferência formativa dos reclusos</i>

<i>C.2 Sistema de comunicação</i>	<i>C.2.1 Emissor</i>
<i>recorrido na divulgação do</i>	<i>C.2.2 Canal</i>
PERSR	
<i>C.3 Aceitação Institucional</i>	<i>C.3.1 Direcção e Técnicos</i>
	<i>C.3.2 Reclusos</i>
C.4 Participação	<i>C.4.1 Planeamento</i>
	<i>C.4.2 Implementação do PERSR</i>

Conhecimento Prévio

Tema

No que diz respeito ao conhecimento prévio do tema os inquiridos referiram, na sua maioria (N=9) não conhecer a temática em questão. A maioria referiu que o tema empreendedorismo era completamente novo e que portanto iam para o programa com uma perspectiva de descoberta. Apenas uma pessoa admitiu estar familiarizado com o tema (N=1).

“(...) sabia....palavra e o conceito empreendedorismo é recente, assim como tudo o que gira à volta dela”. (sujeito G)

“Foi novo, na altura, para nós, foi realmente novo (...).” (sujeito B)

“(...) agora o termo empreendedorismo tive que ir quase ao dicionário ver o que era isso do empreendedorismo, para ser franco.” (sujeito D)

“Não, não tinha. Para mim foi tudo novo.” (sujeito E)

Perfil das necessidades

Relativamente ao conhecimento do perfil das necessidades dos reclusos os inquiridos a maioria dos inquiridos mostrou desconhecer (N=3) as necessidades formativas dos reclusos evocando ausência de um diagnóstico previamente elaborado, ou disponibilizado pelos EP's.

“Sim, sabia Mas não há um perfil traçado.” (sujeito D)

“Não existe um diagnóstico formal do perfil dos reclusos. Tudo o que sabemos é informalmente, daquilo que conhecemos deles.” (sujeito E)

“Não... não há um diagnóstico preciso.” (sujeito B)

Perfil das características dos reclusos

Relativamente às características dos reclusos a totalidade dos directores, técnicos e guardas mostrou conhecer muito bem as características dos reclusos que participaram nos PERSR.

“Sim, também estávamos a par (...) desenvolvemos uma pequena entrevista de avaliação (...) fizemos uma série de perguntas em que estávamos realmente à procura daquelas características que também nos foram transmitidas que eram importantes para a selecção.”
(sujeito A)

“Tinham que pelo menos saber ler e escrever.” (sujeito B)

“Tinha, participei na selecção daquele grupo.” (sujeito C)

“Sim, os critérios de selecção estavam estipulados.” (sujeito D)

Oferta formativa disponível no EP

Relativamente à oferta formativa disponível no EP para os reclusos os inquiridos conhecer o tipo de oferta formativa, dando conta da existência de formação académica até ao 12º ano; cursos de dupla certificação e cursos profissionais. As áreas referidas, associadas aos cursos de dupla certificação e os cursos profissionais foram as áreas da construção civil, agricultura e tecnologias da informação. A oferta formativa disponibilizada pelos EP's prende-se com as directrizes e opções formativas disponibilizadas pelos serviços centrais e está limitada também à disponibilidade de formadores especializados para o efeito.

“Tem o ensino (da primeira classe ao 12º ano e depois tem em diversas áreas o que nós chamamos os cursos de dupla certificação que dá equivalência escolar, geralmente ao nono ano (...) cursos na área da electricidade, na área das alvenarias, da construção civil, temos operador agrícola (...) também já tivemos canalização e tanoaria.” (sujeito A)

“E depois também temos cursos que é só a parte profissional, geralmente nestas áreas também, geralmente ligadas a construção civil, mais ligadas (...) Mas são sempre mais relacionados com a construção civil e agricultura.” (sujeito A)

“(...) depois temos pedido algumas formações que temos resposta (...) houve uma altura que tivemos cursos relacionados com as TIC (...) estamos a terminar agora o curso de empregado comercial em parceria com a escola profissional aqui da cidade. Éramos para ter um de calçado mas acabámos por ter dificuldade em encontrar formador na área.” (sujeito G)

Preferência formativa dos reclusos

Relativamente ao conhecimento prévio sobre as preferências formativas dos reclusos, os inquiridos mostraram conhecê-las, apontando para os cursos profissionais e de dupla certificação como sendo os mais preferidos pelos reclusos. A justificação por este tipo de preferência formativa deve-se sobretudo ao facto de serem cursos remunerados e pelo facto de integrarem uma componente mais prática, face ao ensino.

“(...) gostam mais da área da civil do que os cursos relacionados com a agricultura (...) Mas eles estão sempre bastante interessados. Preferem os da formação profissional ao ensino que não tem esta componente profissional.” (sujeito A)

“Eles preferem os cursos de pintura, construção civil, serralharia, canalização, obras, electricidade.” (sujeito C)

“Os do CPJ porque são remunerados (...) É por isso que eles procuram muito os cursos de formação profissional e os do CPJ.” (sujeito D)

“Estes que estão a decorrer, os de operador florestal, serralharia, jardinagem, estas áreas oficinais são muito solicitadas (...) que dão equivalência escolar, eles preferem, porque eles têm umas habilitações muito baixas e, estes cursos, que são EFAS, eles preferem.” (sujeito E)

Sistema de comunicação utilizado na divulgação do PERSR

Emissor

Relativamente aos emissores apontados pelos entrevistados como sendo aqueles emitiram a mensagem sobre o evento da formação foram sobretudo a direcção/chefias (N=6) e os serviços centrais (N=3).

“(...) eu fui notificado através da minha chefia (...) (sujeito C)”

“Foi o director que nos comunicou.” (sujeito A)

“Foi o director. A questão foi colocada assim: “temos um projecto que é do empreendedorismo, onde nós vamos trabalhar com um grupo de reclusos e precisávamos de técnicos superiores para esta área. Tinha pensado em si (...).” (sujeito D)

“Foi a direcção que me comunicou.” (sujeito I)

“Foi através da Direcção dos Serviços Prisionais (...).” (sujeito B)

Canal

Os canais mais recorridos como forma de transmitir a mensagem foram: a via presencial e a via ofício/notificação. É de salientar que a via presencial (N= 7) surge com mais frequência nas respostas em relação à via ofício/notificação (N=2).

“Foi o director que nos comunicou. Chamou os Técnicos de Reeducação e Guardas aqui do EP para uma reunião e comunicou-nos que o programa para o empreendedorismo viria cá para esta região (...). ” (sujeito A)

“(...) fomos convidadas pessoalmente, neste caso, fomos convidadas para realmente participar neste projecto.” (sujeito B)

“(...) eu fui notificado através da minha chefia (...). ” (sujeito C)

“ Não fui informada pessoalmente (...) vem um ofício para cá, a directora informa a adjunta e a adjunta informa a coordenadora ou fala connosco.” (sujeito E)

Aceitação Institucional

A aceitação institucional referiu-se, sobretudo, ao tipo de aceitação que a direcção, os técnicos, guardas e os reclusos tiveram do PERSR.

Relativamente à aceitação do PERSR por parte dos três grupos profissionais *Direcção, Técnicos e Guardas* as opiniões que salientaram aceitação fraca/indiferente (N=5) foram preponderantes face às que evidenciaram uma aceitação positiva (N=4).

No que diz respeito aos reclusos as opiniões convergiram em salientar a boa aceitação por parte dos reclusos (N=6). As razões evocadas para tão boa aceitação por parte dos reclusos prenderam com o facto do PERS ser uma oportunidade para deixarem de estar fechados e porque o programa suscitou interesse e curiosidade por parte dos mesmos.

Aceitação fraca/indiferente (Direcção, Técnicos e Guardas)

(...) haviam outros que não achavam interessante mas pronto, também não ligavam...”(sujeito A)

“Houve algumas dúvidas. As dúvidas que eu tinha em relação portanto...Da parte da direcção havia algumas dúvidas, por parte dos técnicos também”. (sujeito C)

“(...) em relação aos técnicos...na altura havia uma saturação enorme de projectos e os técnicos que foram, foi quase tudo, e também foi por isso que também fui, foram porque tinha que ir alguém. Não foi por livre e espontânea vontade. Isto para ser sincero. (sujeito D)

“A direcção geral, os serviços centrais, não aceitou muito bem, não ligaram muito. Foram eles que compraram mas o que querem é estatísticas (...) Os guardas, numa primeira fase, aceitaram mal (...) era complicado.” (sujeito I)

Aceitação positiva (Direcção, Técnicos e Guardas)

“(...) eu acho que sempre foi muito bem aceite, bem acolhido. (...) Por parte dos técnicos, alguns aceitaram bem.” (sujeito A)

“Em relação à direcção penso que sim...não sei. Em relação aos técnicos houve no princípio, durante a formação em Lisboa, alguma reactividade mas depois viram que era possível.” (sujeito E)

“Por parte dos técnicos, sim ela acompanhou a formação de alma e coração (...).” (sujeito F)

“Pela direcção sim, sem duvida. Por parte dos técnicos foi bem aceite.” (sujeito G)

Aceitação positiva (Reclusos)

“(...) porque os reclusos estavam fechados, estavam confinados ao espaço do sistema prisional e, de repente, vêem-se a poder ir ao exterior (...) eles estavam realmente motivados e aceitaram muito bem”. (sujeito B)

“Pelos reclusos foi bem aceite. Era também curiosidade por parte deles (...).” (sujeito D)

“Pelos reclusos foi bem aceite. No início até houve bastantes inscrições (...) depois tiveram que ser eliminados porque havia critérios de selecção.” (sujeito E)

“Aceitaram com uma certa curiosidade e interesse (...).”(sujeito I)

Participação

No que diz respeito a esta categoria foram integradas as considerações dos inquiridos sobre a sua participação em duas fases distintas do PERSR: Durante a fase do planeamento e durante a fase da implementação do PERSR.

Planeamento

No que diz respeito à participação no planeamento do PERS a maior parte dos inquiridos que se pronunciaram sobre este aspecto referiram não ter participado, uma vez que também não houve esse espaço. Os manuais parecem ter determinado o nível de participação (nula) no planeamento uma vez que as sessões já estavam pré-determinadas pelos mesmos. Houve contudo, algumas adaptações das actividades pelo que houve pequenas alterações ao planeado.

Nível de participação

No que se refere à subcategoria nível de participação, os inquiridos referiram ter participado razoavelmente dentro das suas possibilidades e âmbito de competências. Apesar de algumas opiniões evocarem uma participação empenhada no PERSR houve outras que sugeriram ter participado por razões institucionais, e portanto foi a indispensável.

Técnicos

“(...) participei sim...poderia ter participado de outra forma, se tivesse tido tempo de preparar melhor as coisas, as actividades, o programa... os manuais também vinham em cima da hora e não dava para preparar muito bem...foi razoável.” (sujeito A)

“(...) sim, tive que participar depois de lá estar também não ia dizer que não.” (sujeito C)

“Todos participámos dentro do âmbito das nossas possibilidades e competências, a motivação e o empenho dos técnicos sempre foi bastante...”(sujeito F)

Quanto ao nível de participação dos reclusos, a maioria considerou que estes tiveram uma boa participação, tendo em conta o nível de competências.

Reclusos

“(...) sim participaram bem...era uma forma de fugir à rotina e sair da cela (Sujeito A)

“Eu acho que eles estiveram sempre interessados...participaram à sua medida (...).”

(sujeito B)

“(...) eles participaram sempre (...) os que estavam realmente interessados e motivados.”

(sujeito C)

“ Eles participaram mediante as suas possibilidades efectivas, mas estavam interessados, sim.” (sujeito F)

Dimensão 3: Perspectiva crítica do PERSR

Na perspectiva crítica do PERSR foram integradas as opiniões acerca da pertinência, oportunidade e ajustamento, adequação, qualidade e resultados do PERSR, as quais constituíram as categorias em estudo. Na categoria ‘pertinência’ foram incluídas as seguintes subcategorias: as necessidades formativas dos reclusos; pré-requisitos dos reclusos e pré-requisitos dos técnicos. Na categoria ‘oportunidade e ajustamento’ foram incluídas as subcategorias: contexto prisional e temporal (*timing*). A categoria ‘adequação’ incluiu as subcategorias: idade; habilitações académicas e mercado de trabalho. A categoria ‘qualidade’ incluiu as subcategorias: duração; carácter inovador; conteúdos, informação sobre os apoios e articulação inter-instituições. Por fim, a categoria ‘resultados’ incluiu as subcategorias: alteração de expectativas iniciais; concretização dos objectivos; desenvolvimento de competências; mudança nas representações pessoais e avaliação de custo/benefícios.

Quadro 6 – Perspectiva Crítica do PERSR

Categoria	Sub – Categoria
<i>D.1 Pertinência</i>	<i>D.1.1 Necessidades formativas dos reclusos</i>
	<i>D.1.2 Pré-requisitos dos reclusos</i>
	<i>D.1.3 Pré-requisitos dos técnicos e guardas</i>
<i>D.2 Oportunidade e ajustamento</i>	<i>D.2.1 Contexto prisional</i>
	<i>D.2.2 Temporal (Timing)</i>
<i>D.3 Adequação</i>	<i>D.3.1 Idade (reclusos)</i>
	<i>D.3.2 Habilitações Académicas (reclusos)</i>
	<i>D.3.3 Mercado de trabalho</i>
<i>D.4 Qualidade</i>	<i>D.4.1 Duração</i>
	<i>D.4.2 Carácter Inovador</i>
	<i>D.4.3 Conteúdos e Metodologias</i>
	<i>D.4.4 Informação sobre os apoios</i>
	<i>D.4.5 Articulação Inter-instituições</i>

D.5 Resultados***D.5.1 Alteração das expectativas iniciais******D.5.2 Concretização dos objectivos******D.5.3 Desenvolvimento de competências******D.5.4 Mudança nas representações sociais******D.5.5 Relações interpessoais******D.5.6 Avaliação custo/benefícios***

Pertinência

Nesta categoria estão incluídas as opiniões dos participantes no que diz respeito à pertinência do PERSR. As considerações dos inquiridos foram orientadas para a pertinência do programa tendo em conta as necessidades formativas dos reclusos e os pré-requisitos que estes acharam que presumidamente deveriam ter os reclusos e os técnicos

Necessidades formativas dos reclusos

Tendo em conta as necessidades formativas dos reclusos as opiniões dos inquiridos distribuíram entre o ajustado e o desajustado. Sendo que as opiniões sobre o desajustado (N=5) foram preponderantes sobre o ajustado (N=2) Aqueles que consideraram o PERSR ajustado às necessidades formativas dos reclusos salientaram o facto deles serem jovens estando mais prontos para a aprendizagem. Ainda considerando que este programa foi ajustado, outras opiniões referiram o facto de se tratar de uma formação que também integrou uma componente de competências psicossociais, indo de encontro às suas necessidades.

“Acho que, como lhe expliquei no início, para os jovens, sim (...).” (sujeito A)

“Na medida, em que este curso de empreendedorismo ao mesmo tempo que aborda a parte técnica do empreendedorismo, também tinha as componente das (...) competências psicossociais (...) vai de encontro às suas necessidades porque eles têm muita necessidade de desenvolver essa componente pessoal e social.” (sujeito E)

As opiniões que consideraram ser um programa desajustado ao diagnóstico de necessidades, evidenciaram precisamente o factor que os anteriores referiram como uma mais valia. Assim, alguns dos inquiridos consideraram que como os reclusos eram muito jovens não tinham experiência e que portanto, não iam usufruir do PERSR da mesma maneira que

reclusos mais adultos usufruíam. Outras opiniões consideraram que o modelo do PERSR não se ajustava, seria mais apropriado num contexto externo da prisão. Numa fase de saída os reclusos estão mais preocupados com a opinião do juiz do que beneficiar de formações.

“Pois, infelizmente, em relação à pertinência desta formação, tendo em conta a oferta formativa que este EP já tem... acho que foi mais uma coisa (...) Sinceramente acho que esta formação não se ajustou ao diagnóstico de necessidades de formação dos reclusos (...) este tipo de projecto tinha mais a ver com adultos (...) para indivíduos que já tivessem um profissão, mais velhos com alguma orientação... ao nível dos jovens estava um bocadinho desajustado.” (sujeito B)

“Eu acho que para o meio prisional, e eu falo por esta cadeia e porque são jovens adultos, não se encaixa bem.” (sujeito C)

“No modelo que nos aplicaram não (...) É preciso é pô-los no caminho certo (sujeito D)
Isto (...) era mais um manual de competências. Isto era ajustável às necessidades se fosse feito como disse, fora da prisão, já numa fase de saída sem estarem preocupados se o juiz vem se não vem.” (sujeito I)

Pré-requisitos dos reclusos

Leitura e escrita

No que diz respeito aos pré-requisitos dos reclusos as opiniões dos sujeitos consideraram que o PERSR se ajustou sobretudo aos pré-requisitos leitura e escrita adquirida. Na opinião dos inquiridos este pré-requisito era ajustável uma vez que o PERSR contemplava a baixa escolaridade dos reclusos, ressaltaram contudo, a facilidade que os reclusos com mais habilitações tiveram na assimilação dos conteúdos.

“Em relação aos reclusos acho que sim, tem que haver... realmente houve aqui uma preocupação. Eles pelo menos tinham que saber ler e escrever, e a maioria que integrou o curso sabia, e o curso teve isso em consideração. Mas, obviamente que só sabiam ler e escrever tinham mais dificuldades que aqueles que tinham mais habilitações.” (sujeito B)

Habilitações académicas

Outras opiniões divergiram das anteriores ao considerarem que o PERSR não se ajustou às habilitações académicas. As razões evocadas prenderam-se com o facto do curso ter-se intensificado ao longo do tempo e muitos reclusos, por falta de capacidade e competência, não conseguiram acompanhar.

“Em relação as habilitações académicas (...) intensificando ao longo do ano especialmente, aquela parte mais técnica, mais económica, de contabilidade e gestão. (...) exigia mais competências que eles claramente não tinham.” (sujeito E)

“Tendo o 2º ciclo, eles deixam de conseguir acompanhar porque depois a segunda parte do curso já se exige outras coisas e depois têm já que apresentar um plano de negócio, e penso que menos do 9º ano é difícil (...) Tem de haver capacidade e alguma competência mínimos. O curso é exigente (...) depois em termos de resultados ficam muito aquém.” (sujeito F)

Idade

A idade também foi apontada como um factor de desajustamento do PERS uma vez que os reclusos que participaram eram muito jovens, e um dos pré-requisitos apontados como ideais foi a idade adulta. Um dos sujeitos referiu, porém que a idade não tem que ser pré-requisito, toda a altura é boa para começar

“A idade era importante (...) pelo menos 30 anos (...) com maturidade (...).” (sujeito E)

“Indivíduos entre os 20/40 preferencialmente.” (sujeito F)

“(...) a idade não sei (...) qualquer altura da vida pode-se começar de novo.” (sujeito G)

Ausência de patologias e situação jurídico-penal

A ausência de patologias e situação jurídico-penal também foi um pré-requisito apontado como sendo importante. Em relação a este pré-requisito, não foi possível satisfazê-lo porque havia poucos reclusos para constituir um grupo de formação tendo-se recorrido aos indivíduos toxicodependentes. Foi referido que os reclusos, com dependência de substâncias psicoactivas, são muito frequente nas prisões.

“Depois em termos de perfil, não convém ter indivíduos com perturbações mentais e/ou emocionais e cognitivas. E definitivamente não haver toxicodependentes nem burlões. Aqui, muitos dos reclusos que participaram tinham problemas com a droga e nós tínhamos que constituir uma amostra de qualquer maneira, não havendo alternativas...” (sujeito F)

“Penso que o consumo de estupefacientes, penso que tem que ter algum tempo de abstinência sendo que a pessoa tem que estar completamente livre de drogas, de medicamentos e de consumo de álcool. Depois a situação jurídico-penal tem que estar estabilizada.” (sujeito G)

Pré-requisitos dos técnicos e guardas

Relativamente aos pré-requisitos dos técnicos foram salientados como aspectos mais relevantes: a capacidade de liderança democrática, a capacidade de resiliência e de adaptação, motivação e empenho, capacidade de auto-avaliação de competências, competências conhecimentos e experiência. Nesta categoria as opiniões convergiram na posição de que o PERSR se ajustou a estes pré-requisitos sempre que lhes eram solicitadas competências no domínio da sua área de formação (dinâmicas de grupo, promover o desenvolvimento de competências sociais e pessoais nos reclusos). Quando as exigências entraram no domínio das áreas da informática, contabilidade, gestão economia a percepção de auto-eficácia diminuía pelo que consideram que os pré-requisitos exigidos não eram ajustados às suas capacidades. Houveram algumas referências ao papel dos guardas, na medida em que os inquiridos consideraram que os pré-requisitos requeridos aos técnicos e guardas eram mais desajustados em relação a estes últimos, dadas as suas funções de vigilância e manutenção da ordem.

Capacidade de liderança

A capacidade de liderança foi referido como um requisito essencial para a implementação do PERSR na medida em que era necessário um “espírito aberto”, “pensar fora da caixa” e ao mesmo tempo assumir o controlo das coisas, sendo por isso necessário uma forte capacidade de raciocínio, espírito de missão e sobretudo estabelecer relações de confiança.

“ (...) têm que ser pessoas (...) abertas a novidades e a coisas diferentes, não podem ser pessoas muito rígidas e fechadas (...) estar dispostas a aprender coisas novas e coisas que não sabiam.(...) pelo próprio programa (...) tem que ser uma relação (...) aberta, de confiança, em que é um pouco diferente do papel que os técnicos têm com os reclusos. Aí, os técnicos que participaram tinham à partida estes requisitos, já os guardas ... é uma cultura mais fechada...é diferente, tendo em conta o papel e funções que desempenham.” (sujeito A)

“(...) um indivíduo não conflituoso, empático ter boa capacidade de raciocínio encarar isso como um missão (...) ter a capacidade de pensar fora da caixa, não aceitar as coisas conforme lhe são apresentadas. Todos nós, pela formação que temos, estávamos preparados (...).” (sujeito I)

Capacidade de resiliência e de adaptação

As opiniões perscrutadas revelaram que os técnicos (mais os técnicos que os reclusos) detinham capacidade de resiliência essencial para a dinamização e implementação dos PERSR.

“Ter alguma tolerância à frustração porque este curso é longo (...) não é fácil (...) a pessoa está envolvida todos os dias. Em que algumas dificuldades surgem, que nem têm a ver com o curso, mas tem a ver com a população com a qual se está a trabalhar (...) tem que ir bastante preparadas. Sim, nós temos que ter essas características.” (sujeito A)

“Tentar fazer arranjar soluções para as pequenas coisas que vão surgindo, tem que adaptar o seu modo de trabalhar a cada um dos formandos porque os formandos têm tempos diferentes de aprendizagem e até modos diferentes de aprendizagem e aceitar isso. Já os guardas têm mais dificuldades, dada a sua condição de manter a ordem. Isso era difícil para eles.” (sujeito I)

Motivação e empenho

A motivação e empenho foi referida com muito ênfase nas respostas dadas, mostrando o grau de importância que este pré-requisito representa para a dinamização do PERSR

“Na vida nós só conseguimos uma coisa, seja ela qual for, se estivermos motivados. O principal é a motivação.” (sujeito D)

“Penso que qualquer técnico mediano que tenha motivação para este tipo de trabalho (...) Portanto é preciso técnicos com: interesse, motivação, preparação e experiência institucional. (...). Experiência de vida e bom senso, isso é para tudo.” (sujeito F)

Capacidade de auto-avaliação de competências

A capacidade de auto-avaliação de competências também foi mencionada por alguns sujeitos que consideraram que os técnicos deveriam ter consciência das suas capacidades, determinantes no seu desempenho durante a implementação do PERSR. A crença na auto-eficácia parece constituir um aspecto importante enquanto pré-requisito mediador de desempenho.

“As pessoas também têm que, por iniciativa própria, avaliar-se a elas mesmas. Se me disserem assim “ epá queres levar a cabo esta formação?” depois eu tenho que ver se tenho capacidades ou não. Não me inscrevo e não aceito.” (sujeito C)

“Temos sobretudo saber até que ponto isto era adaptado aos técnicos. Uma coisa é o domínio das dinâmicas de grupo, as competências que nos são exigidas para esse efeito, outra coisa já são conhecimentos que à partida não temos...contabilidade, gestão e assim... Essa parte a nossa formação não inclui e isso foi-nos exigido... porque acabámos por fazer tudo.” (sujeito I)

Competências, conhecimentos e experiência

As afirmações contempladas nesta categoria vêm de algum modo reforçar as anteriores, na medida em que os indivíduos referem que é necessário possuir as competências necessárias à implementação do PERSR, quer no domínio das ciências sociais e psicológicas, quer no domínio da vertente técnica associada às áreas da gestão, contabilidade, economia. A experiência institucional é preponderante quando aliada aos outros dois tipos de competências.

“(...) conhecimento (...) alguém deve transmitir a ideia do que é um curso de empreendedorismo, quais são as qualidades das pessoas empreendedoras. (...) para dar estes cursos têm que perceber do que estão a fazer, têm que estar mais dentro da área, têm que saber de informática (...) perceber de gestão sobretudo.” (sujeito C)

“Também temos que ter formação, se não a tivermos, vamos à procura dela.” (sujeito D)

“(...) que se prepare, que já tenha alguma experiência de trabalho no terreno e institucional (...)Portanto é preciso técnicos com: interesse, motivação, preparação e experiência institucional. (...) Experiência de vida e bom senso, isso é para tudo (...) o que quero dizer é que chegamos aqui com uma série de competências e depois deixamo-las cair em vez de as alimentarmos e mantermos. Portanto é preciso técnicos com: interesse, motivação, preparação e experiência institucional. (...)” (sujeito F)

Oportunidade e Ajustamento

Nesta categoria estão incluídas as opiniões dos sujeitos no que concerne à oportunidade do PERSR quanto ao *Timing* em que foi implementado e o seu ajustamento ao contexto de cada EP.

Contexto Profissional

Começando pelo ajuste ao contexto a maioria das opiniões (N=5) convergiu em reconhecer que o PERSR não se ajustou ao contexto EP evocando razões de inadaptação do

próprio modelo de formação. O único indivíduo que concordou ser ajustado, referiu ser um programa que se adapta tanto dentro, como fora, do meio prisional.

“É uma área que faz todo o sentido quer dentro das prisões (...) empreendedorismo poderia ser uma solução (...) alguma coisa de interessante.” (sujeito A)

“(...) foi uma experiência nova que me parece que não resultou... e que provavelmente, se tivesse sido feita noutros moldes (...) (sujeito B)

“Eu acho que para o meio prisional, e eu falo por esta cadeia e porque são jovens adultos, não se encaixa bem.” (sujeito C)

“(...) estou em desacordo com este modelo. Não estou em desacordo com a formação nem com o tema.” (sujeito E)

“Na altura penso que não houve a preocupação de ser oportuna ou não. Na altura a preocupação era pôr o projecto em acção nos EP’s que foram escolhidos para EP piloto.” (sujeito G)

“Foi mais um curso... era ajustável às necessidades se fosse feito como disse, fora da prisão, já numa fase de saída sem estarem preocupados se o juiz vem se não vem.” (sujeito I)

Timing

Os indivíduos que referiram o timing como sendo um factor de inoportunidade do PERSR, evocaram razões de excesso de trabalho e falta de tempo, na altura em que o PERSR foi implementado.

“Posso dizer que naquela altura havia muitos projectos do PGISP a acontecer (...) foi muito rápido (...) estava toda a gente muito atarefada(...) e nós temos prazos a cumprir.”(sujeito A)

“Não ... Tinha que ser uma equipa talvez de fora (...) na altura estávamos com os reclusos fazíamos acompanhamento, relatórios (...) havia prazos a cumprir.” (sujeito B)

Adequação

Nesta categoria estão incluídas as opiniões acerca da adequação do PERSR tendo em conta a idade, as habilitações académicas e mercado de trabalho, que constituíram as subcategorias em análise.

Idade

Relativamente à idade algumas opiniões convergiram em considerar que o curso estava adaptado à idade dos jovens, constituindo uma vantagem, na medida em que aprendem com maior facilidade. Outras consideraram que não estava adequado à idade pois, nos EP’s

em que tinham reclusos mais adultos, o programa atrasou-se nas sessões porque os reclusos tiveram mais dificuldade em acompanhar.

“Sim, penso que sim”. (sujeito C)

“(…) aqui neste EP, apesar disso, eram os que trabalhavam mais rapidamente, que entendiam e aprendiam mais rapidamente e isso tem a ver com o facto de serem jovens... a aprendizagem ainda é bastante fácil.” (sujeito A)

“(…) Nas prisões em que os reclusos eram mais adultos houve sessões que realmente ficaram para trás, tiveram que repetir vários conceitos e tiveram e que adaptar as pessoas com quem estavam a trabalhar.” (sujeito A)

“Pois não me parece, apesar de nós termos miúdos extremamente inteligentes”. (sujeito B)

Habilitações académicas

No que diz respeito às habilitações académicas as opiniões distribuíram-se por ‘adequado’ e ‘inadequado’. As razões favoráveis à adequação evocaram a metodologia recorrida pelo PERSR uma vez que as dinâmicas de grupo adaptam-se bem a toda a gente, alguns dos inquiridos consideraram que os reclusos que detinham o 9º ano conseguiam acompanhar o programa sem dificuldades.

“Acho que no mínimo o que se exigia era que eles tivessem o 9º ano de escolaridade e os reclusos tinham essas habilitações.” (sujeito C)

“Sim. Aquela primeira fase, das dinâmicas de grupo serve para toda a gente. Porque uma dinâmica de grupo tanto se faz com pessoas licenciadas como com as analfabetas. E isso funcionou e está de acordo com as características deles. Voltando à pergunta, a formação era ajustada às características dos reclusos mas muito saturante e repetitiva.” (sujeito D)

Os indivíduos que consideraram desajustado evocaram razões ao nível da insuficiência de habilitações académicas tendo em conta as exigências do PERSR. Houve EP’s em que os reclusos tinham baixos níveis de literacia, pelo que isso foi insuficiente para poder acompanhar o programa.

“Tivemos que fazer muitas adaptações porque realmente os nossos reclusos têm habilitações escolares muito pobres e houve muitas coisas nos manuais que tivemos que realmente adaptar por causa disso. A própria escolha dos reclusos... houve uma série de reclusos que não tinham condições para integrar isto porque tinha que ser alguém que soubesse, escrever, ler, ter outras habilitações.” (sujeito A)

“Assim não. Precisamos de ter certos requisitos como tempo de permanência no EP, idade, mínimo de competências, perfil (sem serem toxicodependentes e nós aqui tínhamos mais que metade – latamente perverso) etc. (...) O nosso grupo é tão heterogéneo que a formação não resulta, não tem sucesso e nós nem acabamos por perceber porquê. Isto porque as variáveis são muitas.” (sujeito F)

Mercado de trabalho

No que diz respeito a esta subcategoria, as opiniões foram ambíguas. Se por um lado o curso está voltado para o mercado de trabalho, mobilizando metodologias e estratégias que se aproximam da prática, engendrando cenários reais de trabalho e trabalhando as competências adequadas, quando confrontados com a realidade da aplicabilidade do PERSR no mercado de trabalho, consideram que a adversidade do mercado de trabalho é muita, até para os que detêm competências. Neste sentido, um curso para o empreendedorismo para reclusos pode ser irrealista. Houve outras opiniões que consideraram que existem outros cursos mais apropriados, sem ser o PERSR.

“Acabo por achar que é um pouco realista com os jovens (...) mesmo com um brilhante plano de negócios vai ser difícil arranjar financiamento para isso (...) entretanto com a crise mundial (...) vais ser difícil montar o seu próprio negócio.” (sujeito A)

“Os conteúdos podem ser aplicados (...) debateram-se assuntos actuais (...) mas não é fácil (...) temos aqui cursos mais pequenos com menos tempo mas mais práticos, dão mais ferramentas práticas e vão de encontro ao que eles precisam no mercado de trabalho, uma profissão, um saber mais prático, tem mais resultados.” (sujeito E)

“O programa trabalha muito bem essa área das competências profissionais. O curso é muito prático, tem muito pouco de teoria. A prática era na sala de aula sempre imaginávamos um contexto, era um contexto imaginário daí que as situações que eram colocadas em espaço de sala de aula são situações que eles podem perfeitamente replicar na realidade (...) Como o curso é muito prático discutiam-se situações muito actuais, debatiam-se situações do dia a dia, da realidade.” (sujeito G)

Qualidade

A categoria ‘qualidade’ incluiu as apreciações dos sujeitos face à duração, carácter inovador, conteúdos e metodologias do PERSR e ainda a avaliação dos mesmos face à qualidade da informação disponibilizada sobre os apoios financeiros ou institucionais que os

reclusos poderão usufruir aquando a aplicabilidade do plano de negócios e ainda a avaliação sobre a articulação inter-instituições. Todas estas questões constituíram as subcategorias em análise.

Duração

No que diz respeito à duração todos os inquiridos (N=5) que se pronunciaram sobre esta questão, consideraram ser um programa longo e até saturante.

Carácter Inovador

No que diz respeito ao carácter inovador do PERSR um número considerável de pessoas (N=7) achou que o PERSR trouxe bastante inovação, pelo tema, pelas metodologias e até pelo impacto que causou.

“Acho que metodologia foi a parte mais inovadora (...).” (sujeito A)

“Inovadora acho que sim.” (sujeito B)”

“O termo foi...e só pelo impacto que isto causou (...).” (sujeito D)

“Sim (...) o empreendedorismo é uma área inovadora” (sujeito E)

“Inovadora porque logo é nova (...) Depois foi um programa diferente porque (...) a questão de um empreendedor por um dia e terem que ir para a rua, o facto de abirmos a Internet para eles fazerem pesquisa de preços e valores, a participação de um guarda em sala de aula e trabalhar em conjunto com um técnico. O guarda aqui nesta EP despiu a farda por um tempo, despiu a farda física e psicológica. Ele despiu a farda não deixou de ser guarda mas estava em sala de aula como está um técnico. O trabalho em equipa com as várias categorias profissionais logo aí é inovador e muito positivo. E valeu a pena porque os técnicos e os guardas apercebemo-nos o que é que uns e outros fazemos, não é cada um está no casulo e não comunicamos tão bem.” (sujeito F)

Conteúdos e Metodologias

A subcategoria metodologias integrou a perspectiva dos reclusos face à qualidade dos assuntos e das estratégias preconizadas pelo PERSR. Os resultados evidenciaram a importância atribuída à metodologia por descoberta, aos momentos em que os reclusos realizaram actividades junto da comunidade - “Empreendedor por um dia”, ao recurso à Internet para pesquisa, às competências promovidas pelos conteúdos e métodos recorridos e à filosofia geral do curso. Outros foram da opinião que os conteúdos apenas serviram para os reclusos adquirirem algumas bases.

“(...) em termos de conteúdos a área da descoberta foi muito importante, estar a desenvolver competências pessoais (...) gostei muito dessa filosofia.” (sujeito A)

“(...) se estivermos a falar daquelas dinâmicas de grupo que foi a parte que mais desenvolvemos, acho que sim eles melhoraram muito a nível pessoal.” (sujeito D)

“(...) eles tiveram umas basezinhas ... só serviu para terem umas noções” (sujeito E)

“(...) os conhecimentos que foram adquiridos tendo em conta os conteúdos foram bons (...) depois a questão de ‘um empreendedor por um dia’ e terem que ir para a rua, o facto de abrimos a Internet para eles fazerem pesquisa de preços e valores (...) foi muito importante.” (sujeito G)

Informação sobre os apoios

Esta subcategoria integrou a avaliação dos inquiridos sobre a qualidade da informação sobre apoios institucionais ou financeiros que os reclusos poderiam recorrer para montar o negócio por conta própria. Relativamente a este assunto a maioria considerou que esta informação foi passada durante a formação, embora nem sempre em suficiência.

“(...) os reclusos receberam informação sobre os apoios ao longo do curso, já tinham pessoas convidadas para esse efeito (...) isso foi muito importante.”(sujeito A)

“(...) essa informação foi transmitida durante o curso” (sujeito B)

“(...) houve alguma informação que passou, mas muita ficou também por dizer (...) (sujeito D)

Articulação inter-instituições

Inferindo as opiniões dos inquiridos no âmbito desta subcategoria podemos concluir que houve uma fraca articulação entre as instituições, não havendo um papel de realce no acompanhamento dos reclusos por parte da Direcção Geral de Reinserção Social, por parte do Instituto do Emprego e da Solidariedade Social, nem do EP. As opiniões confluíram na consideração de que é indispensável esta articulação durante a implementação do PERSR para que a transição para a vida activa seja acompanhada e/ou tutorada.

“(...) deveria haver um articulação entre o EP e a Direcção Geral de reinserção social (...) eu acho que eles ficam muito desacompanhados.” (sujeito A)

“(...) penso que não O EP não tem acompanhado os reclusos lá fora ” (sujeito B)

“(...) a direcção Geral de Reinserção social também deveria informar o EP do que vai acontecendo com os reclusos.” (sujeito C)”

“(...) eles deveriam ter alguém que os acompanhasse aqui e no mundo do trabalho, uma espécie de tutor” (sujeito D)

“Ou seja os indivíduos acabaram de fazer a acção e depois não houve mais acompanhamento nenhum. Nem por parte da empresa GV e nem pela DGRS nem pela nossa parte. E isso deveria estar previsto pelo menos durante 9 meses ou assim. Mesmo estando na instituição, ou fora. Seria importante o acompanhamento e articulação nos dois contextos.” (sujeito F)

Resultados

Na categoria ‘resultados’ foram incluídas opiniões que consideraram o efeito de insucesso ou sucesso do PERSR na alteração de expectativas iniciais; concretização dos objectivos do PERSR, desenvolvimento de competências nos reclusos, na mudança das representações sociais (por parte dos técnicos e guardas, face aos reclusos), nas relações interpessoais. Foram também as opiniões acerca do custo/benefício.

Alteração de expectativas iniciais

No que diz respeito à alteração das expectativas iniciais o que podemos inferir dos resultados das opiniões dos inquiridos é que a maioria detinha, afinal (quando comparadas com as respostas às expectativas iniciais presentes na categoria ‘expectativas’ da dimensão1) uma expectativa inicial elevada que foi, em parte frustrada face aos resultados obtidos. Algumas pessoas referiram que os resultados surpreenderam face às expectativas iniciais.

“Eu estava um bocadinho céptica (...) estava com receios quando iniciei (...) surpreendeu-me o sucesso.” (sujeito A)

“Não correspondeu às expectativas iniciais ... de longe.” (sujeito B)

“Não correspondeu, longe disso.” (sujeito C)

“Não... mesmo que o sucesso tenha sido pouco e tenham reincidido, fica sempre qualquer coisa de bom.” (sujeito D)

Concretização dos objectivos

No que diz respeito à concretização dos objectivos estipulados pelo PERSR (prosecução de estudos; implementar o próprio negócio; trabalhar por conta de outrem e não reincidir num espaço de dois anos), os inquiridos referiram, na sua maioria (N=5), que não se conseguiu atingir os objectivos, ou foram atingidos parcialmente (N=3). As razões evocadas

para o insucesso prenderam-se com a falta de acompanhamento no exterior, a insuficiência do carácter prático do curso.

“Tendo em conta os resultados acho que não atingiram os objectivos(...)por mais brilhante que um plano de negócios seja, precisa de um acompanhamento lá fora (...).” (sujeito A)

“ Os objectivos não foram atingidos, nem todos (...) arranjar um emprego e montar o seu negócio, não (...) tinha que ser um curso mais prático, que cativasse mais.” (sujeito C)

“ Os objectivos foram atingidos minimamente (...) parcialmente (...) apesar do sucesso fica sempre qualquer coisa (...) houve um reclusos que conseguiu montar uma empresa própria mas ele já era um indivíduo desse mundo do trabalho.” (sujeito D)

“ Não sei... acho que não. Sei de um ou outro que tiveram sucesso, mas acho que a maioria não.” (sujeito E)

“Foram atingidos os objectivos possíveis tendo em conta o grupo que se constituiu.” (sujeito F)

Desenvolvimento de competências

No que diz respeito a esta subcategoria as opiniões referiram que o PERSR produziu alguns resultados ao nível do desenvolvimento de competências pessoais e sociais com ênfase nas questões da comunicação assertiva, na expressividade da comunicação, análise de situações e contextos e ao nível do saber estar. Competências como a autonomia e responsabilidade, ficaram por resolver.

“Ao nível da comunicação, competências pessoais (...) acho que houve bastantes avanços.” (sujeito A)

“(...) só a parte das competências pessoais e sociais, muitas ficaram por desenvolver, tais como a autonomia e a responsabilidade.” (sujeito D)

“(...) diminuição de comportamentos disruptivos, menos reactivos, mais assertivos, melhorar no fundo, as suas competências pessoais e sociais...(...).” (sujeito F)

“(...) a parte das competências pessoais, do eu, do saber estar, saber ouvir, saber comunicar (...) no que tem a ver com as competências pessoais (...) a forma como se expressam e a clareza das ideias, capacidade que eles depois já têm de expor aos outros as suas ideias, porque fazem umas auto-escopias pelo meio daquilo.” (sujeito G)

Mudança nas representações pessoais

No que diz respeito à alteração das representações pessoais as opiniões dividiram-se. Uns consideraram ter havido alterações (N=4), outros consideraram que não (N=2).

“Não foi importante para isso, o tratamento aqui é igual para todos.” (sujeito C)

“Sim. Como eu disse acho que o trabalhar com eles no dia a dia conseguimos ter a percepção de como o crescimento vai acontecendo e é muito gratificante. No meio disto tudo é muito gratificante ver como é que eles crescem (...) isso é muito positivo e é claro que altera completamente a nossa visão se não trabalhássemos desta forma com eles.” (sujeito G)

Relações interpessoais

Em relação esta subcategoria as opiniões também se dividiram. Para uns houve melhoria das relações enquanto que para outros essa melhoria não foi significativa, ou foi mesmo inexistente. Sobre as relações interpessoais houve alguns sujeitos que referiram a complexidade da relação técnico/recluso neste contexto de formação e a ambivalência que isso pode constituir. Nesse aspecto, as relações foram de difícil gestão.

“Apenas os técnicos que trabalharam com os reclusos...fora disso acho que não.” (sujeito A)

“Entre técnicos reclusos é óbvio que isso é verdade.” (sujeito B)

“Com a proximidade melhoram sempre as relações. Era mau se assim não fosse (...) ficou ali um vínculo e isso é benéfico.” (sujeito D)

“Sim, contribuiu para uma melhor relação entre técnicos e reclusos embora isso às vezes possa ser complicado porque nós, eu por exemplo, não acompanhava todos mas acompanhava alguns e há que saber separar um bocadinho as coisa (...) É natural que as pessoas que lidam dia adia os relacionamentos começam a ser diferentes.” (sujeito G).

Avaliação custo/benefício

A avaliação custo benefício foi avançada por dois dos inquiridos que consideraram que os resultados da formação ficaram aquém do investimento.

“É um investimento não rentável.” (sujeito C)

“Se correspondeu ao investimento.... Temos aqui muitas fragilidades neste grupo. Considerando que os objectivos eram criar o próprio negócio, prosseguir estudos, trabalhar por conta de outrém e não reincidir, temos dois que já voltaram ao sistema... Porque o investimento é muito grande. Ou então nós não queremos saber. Investimentos indevidamente.” (sujeito F)

Dimensão 4: Processo de inclusão/exclusão

Esta dimensão inclui as concepções dos entrevistados acerca do processo de inclusão e exclusão, considerando a possibilidade dos mesmos integrarem o PERSR como um dos facilitadores ao processo de inclusão. São também consideradas as suas opiniões acerca da responsabilidade e papel do Instituto do Emprego e Formação Profissional, da Direcção Geral de Reinserção Social e do Estabelecimento Prisional neste processo de inclusão/exclusão.

Assim no âmbito da categoria ‘Factores de Inclusão’ emergiram as seguintes subcategorias: família; educação e formação; emprego; comunidade e apoio social. Para a categoria ‘Factores de Exclusão’ foram constituídas as subcategorias: família, estigma, comunidade, ausência de competências, ausência de sentido e projecto de vida, ausência de auto-controlo, falta de motivação, situação económica nacional (desemprego) e falta de apoio social.

Na categoria ‘papel do PERSR’ estão incluídas as considerações dos inquiridos acerca do papel do PERSR no processo de inclusão dos ex-reclusos, enquanto facilitador na reinserção e promotor de competências dos mesmos, que determinaram as subcategorias aqui a incluir.

A categoria ‘papel institucional’ incluiu as percepções dos sujeitos acerca do papel do Instituto do Emprego e Formação Profissional, da Direcção Geral de Reinserção Social e ainda do EP no processo de inclusão social dos reclusos. Estas três instituições constituíram as subcategorias em análise na categoria ‘papel institucional’.

Quadro 7 – Perspectiva acerca do processo inclusão/exclusão

Categoria	Sub – Categoria
<i>E.1 Factores de Inclusão</i>	<i>E.1.1 Família</i>
	<i>E.1.2 Educação e formação</i>
	<i>E.1.3 Emprego</i>
	<i>E.1.3 Comunidade e apoio social</i>
<i>E.2 Factores de Exclusão</i>	<i>E.2.1 Família</i>

	<i>E.2.2 Estigma</i>
	<i>E.2.3 Comunidade</i>
	<i>E.2.4 Ausência de competências</i>
	<i>E.2.5 Ausência de sentido e projecto de vida</i>
	<i>E.2.6 Ausência de auto-controlo</i>
	<i>E.2.7 Falta de motivação</i>
	<i>E.2.8 Situação Económica Nacional (desemprego)</i>
	<i>E.2.9 Falta de Apoio Social</i>
<i>E.3 Papel do PERSR</i>	<i>E.3.1 Facilitador na reinserção</i>
	<i>E.3.2 Promotor de competências</i>
<i>E.4 Papel Institucional</i>	<i>E.4.1 Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)</i>
	<i>E.4.2 Direcção Geral de Reinserção Social</i>
	<i>E.4.3 Estabelecimento Prisional (EP)</i>

Factores de Inclusão

Mediante a análise das respostas dos inquiridos os factores considerados mais importantes no processo de inclusão dos ex-reclusos, aquando o seu regresso à sociedade foram: a família, a educação e formação, o emprego, a comunidade e apoio social. De entre todos os factores apontados, o emprego surge como o mais evidenciado (N=9), logo seguido da família (N=4).

Família

A subcategoria família vem como um dos factores mais pronunciados pelas opiniões enquanto factor de inclusão. A família surge como suporte social e apoio económico fundamentais no processo de condução de vida em liberdade dos ex-reclusos.

“Ter uma boa família que os acolhesse e os orientasse na vida.” (sujeito C)

“O único caso de sucesso que nós temos tem a ver com todo apoio familiar e económico que ele teve por detrás. Esse apoio é um facilitador.” (sujeito E)

Educação e formação

A educação e formação surge como um dos aspectos menos referidos enquanto factor de inclusão social (N=2). Quando pronunciadas a educação e formação surgem como uma via de desenvolvimento de competências pessoais e profissionais ajustadas ao mundo do trabalho, bem como uma forma de adoptar comportamentos necessários ao exercício da profissão.

“Uma formação realmente virada para o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais ajustadas ao mundo do trabalho.” (sujeito A)

“Era sobretudo adoptarem aqui uma conduta e um comportamento que lhes permitisse ter um emprego lá fora e mantê-lo. No fundo trata-se de uma boa base educativa.” (sujeito D)

Emprego

A subcategoria emprego integra as opiniões dos inquiridos que consideraram este factor como um aspecto importante no processo de inclusão dos reclusos. Ele surge nas opiniões enquanto peça chave para a inserção na sociedade.

“O emprego é uma peça importantíssima...” (sujeito B)

“Sem um emprego eles não conseguem inserir-se na sociedade. E alguns que reincidem queixam-se disso. Não conseguem um emprego e é o que eles apresentam como justificação o facto de voltarem à prisão.” (sujeito D)

“É importante. Mas o emprego é tão mal pago que não vale a pena. Mas ainda assim é o maior factor de inclusão.” (sujeito I)

Comunidade e apoio social

A comunidade enquanto suporte social aparece enquanto factor de inclusão na medida em que ela é vista, por alguns dos inquiridos, como uma ajuda e um incentivo à aquisição de um emprego. O apoio social de uma figura de referência também surge como um factor importante de suporte, na medida em que essa figura seria alguém com quem os ex-reclusos pudessem estabelecer uma relação de confiança, sem sofrerem as consequências da estigmatização.

“Uma comunidade que os ajudasse e os incentivasse a arranjar emprego e acreditar neles. Que os ajudassem a ser homens, bons homens.” (sujeito C) *“Interessa existir alguém que os acompanhe, que sejam uma garantia par eles, com quem eles tenham uma relação, com quem*

possam conversar, com quem não se sintam estigmatizados, porque não os podemos estigmatizar e andar sempre atrás deles.” (sujeito D)

Factores de Exclusão

De entre os aspectos mais referidos pelos sujeitos, enquanto factores de exclusão encontram-se a família (N=7), o estigma (N=5) associado à condição de ex-recluso, a comunidade (N=5) e ausência de competências (N=4).

É de referir que, nesta categoria, à semelhança da categoria anterior, integram-se as sub-categorias a comunidade e a família. Segundo a convicção dos entrevistados, estes dois aspectos funcionam simultaneamente como factores de exclusão e de inclusão.

Família

A proveniência social das famílias associada a meios social e economicamente desfavorecidos, a educação empobrecida, a presença de culturas criminais na família e amigos bem como, a ausência da suporte familiar são os aspectos mais evocados pelos inquiridos, associados às questões da família, que viabilizam ou reforçam as situações de exclusão dos ex-reclusos. Assim, voltar à família pode não ser um facilitador, pelo contrário, ainda que os reclusos disponham de competências adicionais para a reinserção, as culturas delinquentes presentes na família e/ou na comunidade próxima acaba por diluir essa vantagem.

“Eu acho pronto muitos deles vem de famílias muito desestruturados com muitos problemas, de meios de socio-económicos muito baixos, de bairros muito complicados e infelizmente voltam exactamente para esses sítios. Mesmo que se vão com outras competências acabam por ser como que quase engolidos por isso...” (sujeito A)

“...a própria família para onde voltam (...) sem suporte familiar, sem suporte para poderem ter uma ocupação não sei...” (sujeito B)

de pessoas que já passaram pela cadeia, tem haver com a educação, alguns não conhecem pai nem mãe (...) Sobretudo aqueles que não tinham apoio familiar...” (sujeito C)

“Eles vêm de uma situação de exclusão e se calhar vêm para cá para dentro e essa situação não é modificada (...) às vezes são a família e os amigos que os incentivam muitas vezes a reingressar no mundo do crime.” (sujeito E)

Estigma

A rotulagem associada à condição de ex-recluso, o estigma e o preconceito são, nas opiniões dos sujeitos factores importantes de exclusão social. A comunidade que inclui também exclui pelo preconceito e pelo estigma. Da mesma forma, os próprios reclusos, enquanto membros de uma cultura e de uma sociedade que categoriza negativamente os ex-reclusos, se auto-excluem quando assumem essa identidade, esse estigma. Este factor é assim, motivo de desistência na procura de trabalho e na tentativa de reinserção.

“...alguma mentalidade que “eu sou o excluído e vou continuar sempre a ser a excluído”...eles assumem esse estigma, à partida, e acham que ninguém lhes vai dar trabalho “...tem a ver com o problema na reinserção no mundo do trabalho porque vão rotulados porque tiveram presos (...) os empregadores que os vêem de uma forma menos positiva, que os discriminam... a sociedade em si que se desresponsabiliza.” (sujeito B)

“Mas repare que o estigma, o preconceito não está só do outro lado também está neles. Não são só os outros a excluírem eles também se auto-excluem. Colocam-se numa posição de vitimização e não vão em frente. É mais fácil e acomodam-se.” (sujeito E)

Comunidade

A comunidade surge nas opiniões dos sujeitos como um factor de exclusão importante na medida em que as culturas que os acolhem são culturas criminais e isso constitui uma barreira à reinserção e ou inclusão social dos reclusos.

“...acho que tem a ver com os meios em que estavam inseridos antes e é para onde eles vão (...) as vivências nos bairros onde vivem...” (sujeito A)

“Primeiro, a origem do recluso quando nasce. Recluso, não porque ele não nasce recluso. A proveniência sócio-económica e sociocultural, essa condição é determinante (...) Há muita gente aqui não tem problema, o único problema deles é ter nascido onde nasceu, de ter vivido como viveu, de ter sido educado ou deseducado...” (sujeito D)

“Eles vêem de uma situação de exclusão e se calhar vêm para cá para dentro e essa situação não é modificada (...) às vezes são a família e os amigos que os incentivam muitas vezes a reingressar no mundo do crime.” (sujeito E)

Ausência de competências

Nesta subcategoria estão incluídas algumas das opiniões dos sujeitos que consideraram que a não disposição de competências profissionais, sociais bem como hábitos de trabalho

podem constituir entraves importantes à sua reinserção, actuando desta forma como factores de exclusão.

“Porque a partir do momento que dizemos vais trabalhar para aquela empresa ele não suporta isso porque não tem hábitos de trabalho. Nós aqui desformatamos tudo o que seja hábitos de trabalho, mesmo que eles venham com alguns nós acabamos com tudo (...) Nós não estamos a preparar ninguém para o mundo do trabalho porque lá fora isto não funciona assim.” (sujeito D)

“Falta de competências pessoais e profissionais (...) muita falta de formação de base que muitas vezes não há tempo no estabelecimento prisional para eles receberem.” (sujeito G)

“Há depois outra questão que tem a ver com as habilitações e formação. (...) Hoje em dia os reclusos não têm competências pessoais, nem profissionais e nem sociais e como tal é-lhes muito difícil integrar.” (sujeito I)

Ausência de sentido e projecto de vida

A ausência de sentido e projecto de vida, na consideração das opiniões perscrutadas um aspecto de impeditivo de uma boa reinserção.

“A exclusão muitas vezes dá jeito porque nós queremos e temos condições para inclui-los eles é que não querem. Não querem porque dá jeito viver no mundo das facilidades. Um assalto, muitas vezes, dá para viver uns meses sem trabalhar, sem preocupações para não falar do mundo das drogas que movimenta milhares de contos.” (sujeito D)

“Falta de projectos de vida.” (sujeito G)

Ausência de auto-controlo

A ausência de auto-controlo foi referida como aspecto de exclusão por alguns dos entrevistados na medida em que ela é impeditiva de da aquisição de hábitos de trabalho.

«Eles voltam à cadeia porque não têm regras.» (sujeito D)

«Além disso a sociedade hoje em dia tem muitas atracções e eles vão para a noite e acordam tarde e chegam tarde e não conseguem manter um emprego. Existem depois outros estímulos que apelam constantemente ao consumo (...) e quando caem na vida real, quando vêm que o que há é um emprego mal remunerado com uns trocos ao fim do mês desmotivam e portanto o risco é sempre ponderado.» (sujeito I)

Falta de motivação

A falta de motivação também é outros os aspectos considerados como factores de exclusão, considerando os inquiridos que, as situações de exclusão social de alguns indivíduos devem-se à sua vontade própria (N=3).

“...às vezes também é a própria mentalidade deles; se calhar não são tão excluídos com eles pensam que à partida que são (...) Muitas das vezes é a mentalidade de “eu não vou conseguir, nem vale a pena ir, eles vão saber que sou ex-recluso, nem vale a pena...” (sujeito A)

“...eles próprios, não têm a vontade necessária à mudança...” (sujeito B)

“Falta de vontade deles, motivação.” (sujeito G)

Situação económica nacional

Nesta categoria estão incluídas as opiniões que evocaram a conjuntura económica actual do país como barreira à inclusão social. O desemprego surge como desencadeador de percursos criminais que conduzem inevitavelmente à prisão e a situações de exclusão.

“...também não ajuda a situação que nos estamos a viver agora, claramente com uma taxa desemprego muito grande, com muita dificuldade isso também vai contribuir para que eles não conseguiram arranjar trabalho.” (sujeito A)

“Os jovens que acabam por cair nesse processo e acabam, por vir cair aqui na prisão isso deve-se sobretudo ao desemprego...” (sujeito C)

Falta de apoio social

A falta de apoio social e institucional também constituiu um aspecto importante e enfatizado pelos inquiridos (N=5) como aspecto concorrente para situações de exclusão. Nesta subcategoria as opiniões consideraram que a falta de meios, apoio à saúde, apoio ao emprego, apoio económicos dificultam a reinserção dos reclusos na sociedade agilizando os processos emergentes de exclusão.

“Concorre (...) o distanciamento que existe pela própria direcção geral de reinserção, que realmente deveria ter um papel muito mais activo na saída dos reclusos (...) Faltam imensos, imens meios, por exemplo casas de saída (...) até a nível de saúde, eles aqui tem facilidades, vários facilidades a esse nível, até os toxicodependentes, um apoio, um suporte muito grande e depois lá fora eles ficam desamparados...” (sujeito B)

“Muitos deles saem daqui sem apoio de nada, o apoio que levam é nada. Absolutamente nada, nem o dinheiro para o comboio. Eles para irem para casa, muitas vezes, têm que

infringir logo regras. Ou seja entrar dentro do comboio e andar a fugir do revisor para chegarem a casa porque não têm dinheiro para chegar a casa. Alguns chegam esse ponto (...) Muitos nem têm casa para onde ir e preferem debaixo da ponte às casas de saída que têm muitas regras. Depois é a falta de formação, de educação, de não terem ninguém para os orientar.” (sujeito D)

Papel do PERSR

Facilitador na reinserção

As considerações feitas pelos sujeitos acerca do papel do PERSR enquanto facilitador de reinserção foram na sua grande maioria não favoráveis a esta condição (N=8). Os apoiantes da consideração de que o PERSR poderia desempenhar algum papel na reinserção, foram menos frequentes, e fizeram-no com pouco ênfase na afirmação (N=2)

“Esta formação sim, mas não por si só infelizmente.” (sujeito A)

“Não, não me parece sinceramente (...) se isto contribuiu, de alguma forma, para que eles não tivessem reincidido, e que se tornassem indivíduos com uma percepção melhor da vida isso já é importante, agora é obvio que não me parece que isso, muito sinceramente, tenha acontecido.” (sujeito B)

“Não, acho que não. O tipo curso deveria ser mais prático. Uma formação que cativasse mais as pessoas, que tivesse mais trabalho pratico e não teórico (...).” (sujeito C)

“Não (...) Não. Não contribuiu nada.” (sujeito D)

“Não, acho que não (...) Teria que ser uma coisa muito bem pensada, muito bem organizada para ser consistente e ter resultados (...) Para inclusão na sociedade ajudou uma percentagenzinha, alguma coisinha lá ficou...” (sujeito E)

“Não... é preciso mais coisas, mais apoios...” (sujeito G)

“Sim futuramente poderá contribuir, se a coisa for encaminhada correctamente, poderá acontecer.” (sujeito H)

Promotor de competências

Enquanto promotor de competências, o PERSR teve apoio de alguns dos sujeitos (N=3) que consideraram que algumas competências pessoais e sociais ganhas ao nível dos hábitos de trabalho, responsabilidade e organização bem como capacidade de raciocínio e pensamento planeado, foram determinantes para a eventualidade de conseguirem um trabalho e do conseguirem manter.

“Acho que sim, foi importante. Algumas coisas, algumas noções porque muitos estavam muito por fora da realidade e então ajudou-os a pensar, a organizar-se mentalmente, a planear.” (sujeito E)

“Isto foi importante para tentarem arranjar um emprego, para manter o emprego, para fazer um esforço para se levantarem a horas, ter tempo de se arranjar e ir para o trabalho, a tal responsabilização. Estas competências ganhas no curso foram determinantes.” (sujeito I)

Papel Institucional

No que diz respeito ao papel institucional no processo de inclusão exclusão, os inquiridos referenciaram o papel do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), da Direcção Geral de Reinserção Social (DGRS) e do Estabelecimento Prisional, que constituíram as subcategorias desta categoria.

Instituto do Emprego e Formação e profissional

No que diz respeito a esta subcategoria as opiniões consideraram que o papel do IEFP no processo de inclusão deverá incidir no acompanhamento pós-liberdade e na articulação com os EP's. Sendo a primeira posição fortemente apoiada pelos inquiridos (N=5).

“Deveriam ser mais activos, pelo menos saber encaminhá-los após a saída. Por isso já é um serviço que não nos compete que é acompanhá-los lá fora. Ver se precisam de apoio, que tipo de apoio.” (sujeito H)

“Na fase de transição, quando o recluso sai o IEFP pode ter um papel pedagógico importante numa primeira fase e depois um papel de apoio e tentar fazer com que o empregador esteja esclarecido quanto às capacidades e características dos reclusos.” (sujeito I)

Direcção Geral de Reinserção Social

Relativamente a esta subcategoria, os indivíduos consideraram que, à semelhança da categoria anterior, do processo de inclusão deverá incidir no acompanhamento pós-liberdade e na articulação com os EP's. Sendo a primeira posição também fortemente apoiada pelos inquiridos (N=7).

“(…) Mas a Direcção Geral de Reinserção Social tem esse dever de saber se arranja trabalho se não arranja só enquanto liberdade condicional, mais nada.” (sujeito D)

“Acho que se houvesse essa articulação com as Ep's já era muito bom (...) a DGRS como lhe disse ainda há pouco já colaborou e participou muito mais do que está a colaborar...” (sujeito B)

Estabelecimento Prisional

No que concerne a esta subcategoria, as considerações dos inquiridos relativamente ao papel do EP no processo de inclusão dos ex-reclusos recaíram sobre a importância que este deverá ter no acompanhamento pós-liberdade, na monitorização do processo de inclusão; na condução do processo de reeducação e reinserção; no trabalho de prevenção nas escolas, no mercado de trabalho e na sociedade.

“Eu acompanho. Não faz parte das minhas competências mas eu acompanho (...) Eu acho que as EP’s deveriam acompanhar o processo de reinserção no mundo do trabalho mas a maior parte dos meus colegas não estão para aí virados. (...) Apesar de eu achar que deveria ser outro organismo, outra instituição a acompanhar os reclusos lá fora, reconheço que é muito importante haver um elo de ligação e não os largar assim e aí o EP tem o papel preponderante.” (sujeito I)

“...acho que as EP’s deveriam monitorizar depois os resultados, o impacto deste tipo de acções no terrenos. Mas como sempre nós fazemos as coisas e não sabemos de nada coisíssima nenhuma. (...) Efectivamente estou em crer que não temos meio e recursos para o efeito. Mas acho que sim, deveríamos monitorizar.” (sujeito F)

“O que deveriam fazer era a tal reeducação de tentar identificar as necessidades desses reclusos, identificar as causas: o que é que contribuiu para estar na situação que está, o que é que ele precisa para se re-integrar, se se vai o nível de saúde, educação habilitações, competências, tentar encaminhar para isso enquanto ele esta preso (...) Existem uns programas de competências pessoais sociais e profissionais e então em teoria, e em geral tenta-se fazer isso. Claro que, os meios e os recurso, mais uma vez, todas essas coisas acabam por dificultar o processo mas, basicamente o que a prisão e o sistema prisional tenta fazer é que o recluso enquanto esteja preso e tentar adquirir o máximo de competências e conhecimentos para reintegrar-se a sociedade de uma forma diferente.” (sujeito A)

“...os estabelecimentos prisionais deveriam ter algum papel também na articulação com a escola, numa primeira fase, e depois com o mundo do trabalho. Nós sabemos que a escola é meio de exclusão de alguns miúdos que acabam depois por entrar em processos de crime e de exclusão...” (sujeito B)

“Tem que se apostar sobretudo na prevenção, tem que se criar grupos de trabalho lá fora do que propriamente dentro das cadeias. Mais funcionários fora das cadeias, com formação na prevenção de crime.” (sujeito C)

“Então eu acho que o Sistema Prisional português tem estado atento a essas áreas, tem tentado abrir mais caminho a esse nível é muito importante porque muitos dos empresários não têm a noção de que isto pode ser uma boa bolsa de trabalho.” (sujeito A)

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO

Atendendo a que, o grande objectivo deste estudo consistiu em saber quais os contributos do PERSR (Programa de Empreendedorismo para Reinserção Social dos Reclusos) no processo de reinserção social dos reclusos sob a perspectiva dos TSR, guardas e director, importou conhecer as suas expectativas; as motivações; o nível de envolvimento e participação no PERSR; a sua perspectiva crítica ao nível da qualidade e resultados do PERSR; e finalmente as suas considerações acerca do processo inclusão/exclusão social.

Motivação e Expectativas

Conhecer a motivação e as expectativas dos intervenientes neste programa de formação pode constituir um aspecto determinante, na medida em que estas podem influenciar e mediar a pré-disposição dos participantes para se envolverem nas actividades e investiram no alcance dos objectivos determinados por esses mesmos programas.

Segundo a revisão da literatura, a motivação diz respeito a um comportamento dirigido a um objectivo, activado e sustentado através das expectativas acerca dos resultados antecipados das acções, e da percepção de auto-eficácia para executar essas mesmas acções (Azevedo, 1997). Por seu turno, a auto-eficácia é a crença na própria capacidade de organizar e executar cursos de acções requeridas para produzir determinadas realizações (Bandura, 1997). Atendendo à teoria das expectativas de Vroom, a força de motivação (M) do indivíduo corresponde ao produto do valor previsto por si atribuído a um objectivo (V=Valência) pela probabilidade de alcançar esse mesmo objectivo (E=Expectativa), tudo isto traduzido pela equação ($M = V \cdot E$).

Com base nos resultados obtidos nas categorias ‘expectativas’ e ‘motivações’ concluímos que a maioria dos inquiridos possuía baixas expectativas no que concerne aos contributos que o PERSR poderia trazer para a reinserção dos reclusos no mercado de trabalho e na sociedade.

O baixo nível de expectativas revelou-se sobretudo nas respostas de alguns TSR, que evidenciaram alguma descrença nas capacidades, competências e atitudes dos reclusos para integrarem com sucesso esta formação: “(...) posso dizer que sempre achei que com a nossa população abrir o seu próprio negócio era algo que era um bocadinho difícil de acontecer (...) não, não me pareceu que fosse uma solução muito viável (...) seria complicado”; Temos que ser realistas porque a maior parte deles o nível de escolarização é muito baixo”.

Outras respostas evidenciaram descrença na auto-eficácia do contexto organizacional do EP para acolher o PERSR, na medida em que este programa se revelou completamente inovador, o que iria, por um lado, interferir com algumas práticas, rotinas e normas institucionais e por outro, a natureza da inovação suscitava algumas dúvidas no que concerne à prossecução dos objectivos propostos junto dos reclusos: “Eu achei que ia ser muito difícil, porque era tudo muito diferente do que fazíamos aqui com os reclusos. Era um programa completamente inovador, com metodologias que nunca tínhamos utilizado (...) e houve assim uma série de coisas que nós achamos logo não vai ser possível (...) fiquei na dúvida que pudesse ser possível implementar porque havia uma série de decisões que tinham que ser tomadas ao nível da Direcção Geral.”

Com base nas respostas apresentadas, os técnicos, os reclusos e os guardas dispunham de baixas expectativas no que concerne à condução com sucesso do PERSR, bem como ao nível dos resultados a atingir tendo em conta os seus objectivos. Enquanto actores fundamentais e intervenientes na vida organizacional do EP, os inquiridos dispunham de crenças reduzidas ao nível da auto-eficácia, o que poderá ter influenciado as suas expectativas e determinado o próprio envolvimento e compromisso na condução de todo o processo do PERSR, como discutiremos adiante. Assim, com base no que preconizam os investigadores, o comportamento motivado e orientado para uma actividade depende não só das expectativas, como da percepção da auto-eficácia (Azevedo, 1997). Por sua vez, a auto-eficácia, enquanto crença na própria capacidade de organizar e executar cursos de acções requeridas para produzir determinadas realizações (Bandura, 1997) é não só, um indicador de sucesso na formação, como constitui um importante mediador entre o desempenho durante a sua intervenção e os resultados obtidos (Vancouver & Kendall, 2006). Assim, no decorrer deste processo de alcance de objectivos, o aumento da auto-eficácia faz aumentar determinados

elementos motivacionais, tais como a direcção, o esforço e a persistência (Vancouver & Kendall, 2006; Bandura, 1997).

No que diz respeito ao envolvimento nos projectos, bem como na perseguição do sucesso dos seus objectivos, a motivação intrínseca parece desempenhar um papel determinante. Avaliando as respostas dos participantes deste estudo, damos-nos conta que a motivação para a participação no PERSR se deve sobretudo a motivos extrínsecos, nomeadamente por razões institucionais (porque não havia mais ninguém para participar no PERSR) ou por delegação/notificação atribuídas pelas chefias. A falta de motivação intrínseca poderá assim ter determinado o fraco empenho e envolvimento dos técnicos, guardas e director e, influenciado as suas expectativas e previsões dos resultados a obter na sua participação neste Programa.

Como refere a literatura, a presença de motivação intrínseca reveste-se de extrema importância no que concerne os comportamentos em contextos organizacionais, na medida em que esta tende a manter-se ao longo do tempo, ao passo que a motivação extrínseca deixa de reforçar comportamentos assim que seja removido o factor motivador externo (Pinder, 1998).

Envolvimento e participação

A análise das respostas que integraram a dimensão ‘participação e envolvimento’ pretendeu compreender a que nível, e de que forma, os guardas, técnicos e director estiveram envolvidos na condução do PERSR, e ainda saber se houve preocupação por parte das entidades promotoras (Direcção Geral, Empresa GV) do PERSR em envolver os mesmos. Com base na revisão da literatura deste estudo, os autores que se preocuparam em investigar as variáveis motivação, auto-eficácia e empenhamento concluíram que a motivação aliada à percepção de auto-eficácia, intervém na forma e no nível de empenhamento nas actividades das organizações. Definindo o empenhamento como o laço psicológico que caracteriza a ligação dos indivíduos às organizações, as pessoas mais empenhadas apresentam maior probabilidade de se envolverem e participarem mais nas actividades e na vida organizacional e ainda de se empenharem nos objectivos organizacionais (M. P. Cunha, Rego, Cunha, & Cardoso, 2007). Os tipos de empenhamento identificados por Allen e Meyer (1990, 1996, 2000, in Cunha et. al, 2007): afectivo, normativo e instrumental, traduzem, por ordem de referência, o grau em que o colaborador se sente emocionalmente ligado, identificado e

envolvido na organização; o grau em que o colaborador possui o sentimento da obrigação ou dever moral de permanecer na obrigação; e o grau em que o colaborador se mantém ligado à organização devido ao reconhecimento dos custos implicados à sua saída. Pela análise das categorias presentes na dimensão ‘envolvimento e participação’ e ainda com base nos dados sociobiográficos sobre o ingresso na carreira nos serviços prisionais, podemos enquadrar o empenhamento da maioria dos técnicos, guardas e director que participaram no PERSR, nos tipos de “empenhamento normativo e instrumental”. Este tipo de empenhamento evidenciado poderá ser ainda reforçado pela motivação extrínseca, já aqui referida, que muitos dos entrevistados revelaram possuir quando decidiram integrar o desafio PERSR: *“Vim para Guarda Prisional porque calhou, não sendo uma profissão que ambicionasse ter”; “Tive duas profissões antes da de sub-chefe: trabalhei em hotelaria no período das férias, estive na tropa e depois fui para guarda-fiscal. Essas funções acabaram e decidi vir para os serviços prisionais, não porque gostasse mas porque havia desemprego noutras áreas”; “(...) sim, tive que participar depois de lá estar também não ia dizer que não”; “(...) participei sim...poderia ter participado de outra forma, se tivesse tido tempo de preparar melhor as coisas, as actividades, o programa... os manuais também vinham em cima da hora e não dava para preparar muito bem...foi razoável”.*

Da mesma forma, os estudos de Rashid e Zhao (2010) sobre o papel do empenhamento nas carreiras na mudança organizacional, vieram corroborar as afirmações anteriores na medida em que, as conclusões destes autores indicam que os indivíduos que estão empenhados com a sua carreira estão mais susceptíveis às mensagens que preconizam a mudança, levando-os a adoptarem uma atitude geral de apoio à mudança organizacional (Rashid & Zhao, 2010).

Os resultados da subcategoria ‘aceitação’ também revelaram uma forte evidência sobre os tipos de envolvimento referidos anteriormente, na medida em que a maioria dos entrevistados assumiu aceitar o compromisso neste projecto por razões externas e não por motivos intrínsecos ou de crença no sucesso e resultados do PERSR.

No que concerne à aceitação da mudança estudos levados a cabo por Herscovich e Meyer (2002, in Rashid & Zhao, 2010) confirmaram que as pessoas que estão comprometidas/empenhadas com as organizações estão mais disponíveis para aceitar e

encetar a mudança do que as menos empenhadas. Por seu turno, pessoas menos comprometidas resistem mais à introdução de mudança e inovação nas organizações.

Dado o relevo que a comunicação assume na mudança organizacional e no acolhimento de novos projectos e desafios, foram analisadas na categoria “comunicação”, tendo em conta as suas subcategorias ‘emissor’ e ‘canal’, as considerações acerca da forma como foi anunciado o PERSR, enquanto o próximo projecto a acolher pelo EP. As percepções também foram importantes para analisar a forma como esta comunicação foi conduzida, contemplando a necessidade ou preocupação, ou não, de envolver os seus actores, recrutando opiniões sobre a sua pertinência, utilidade e adequação, dada a oferta disponível nos EP’s. Pelas respostas obtidas acerca de como foi conduzido este processo, podemos concluir que o PERSR foi implementado nos EP’s piloto, sem que antes fossem auscultadas as opiniões dos seus principais intervenientes e dinamizadores (guardas, técnicos e directores). A sua participação no Programa foi comunicada por notificação, através das chefias, ou através de uma reunião onde os técnicos e guardas foram convocados a participarem no PERSR, tal como ilustram as afirmações: “Foi o director. A questão foi colocada assim: temos um projecto que é do empreendedorismo, onde nós vamos trabalhar com um grupo de reclusos e precisávamos de técnicos superiores para esta área. Tinha pensado em si...”; “Eu fui notificado pela minha chefia”.

As conclusões dos estudos de Armenakis, Bernerth, Pitts e Walker (2007, in Rashid & Zhao, 2010) fazem sobressair a importância nas mudanças experimentadas pelas organizações, uma vez que as crenças começam a ser formuladas com base nas experiências ‘cognitivas’ e ‘sensoriais’ decorridas da interacção social a vários níveis dentro da organização: liderança e administração; supervisores; chefias e pares profissionais. É a partir destas experiências ‘cognitivas’ e ‘sensoriais’ que as crenças começam a ser formuladas servindo de ponto de partida para o apoio ou resistência à mudança. Neste sentido, uma comunicação eficaz pressupõe um forte comprometimento dos decisores em passar uma mensagem eficaz sobre as probabilidades de sucesso dos programas de formação, atendendo aos benefícios e vantagens que isso poderá constituir para todos os intervenientes. Tal como preconiza Vroom (1964) no âmbito da formulação de expectativas, as pessoas estão dispostas a encetar mudanças se houver possibilidades de sucesso. A importância do apoio reside no facto das mudanças organizacionais exigirem um conjunto de recursos e um nível de empenhamento que é transversal a toda a hierarquia, pelo que um apoio prestado pela

hierarquia, quando é fraco, conduz a uma hesitação por parte dos colaboradores, não permitindo que eles se envolvam activamente na mudança até que lhes seja dado o suporte ou apoio devidos.

A informação incluída na categoria ‘conhecimento prévio’ revelou que os futuros dinamizadores do PERSR não sabiam quase nada acerca do tema, nem como iria decorrer todo o processo. Sabiam porém, quais as necessidades formativas dos reclusos e as suas preferências, pelo que isso poderia conduzir, logo à partida, à formulação de expectativas (possivelmente enviesadas) acerca deste programa. Se por um lado, o desconhecimento do tema poderá ter suscitado em alguns indivíduos uma certa curiosidade, o certo é que isso poderá ter contribuído para sentimentos mais fragilizados em termos de auto-eficácia e interferência na motivação e desempenho. Assim os estudos de Goldstein (1991) sugerem que, antes dos indivíduos serem sujeitos às intervenções no âmbito da formação, devem estar preparados para aprender, isto significa que devem possuir alguma experiência de background necessária ao programa de formação e devem estar motivados. Assim, segundo Bandura (1986, in Azevedo, 1997) existem quatro aspectos a ter em conta no que concerne à percepção de auto-eficácia: experiência actuante no desempenho anterior da tarefa e na consecução de objectivos; a experiência vicariante; a persuasão verbal ou social ou crença induzida na capacidade de desempenho; e sintomas fisiológicos.

Perspectiva crítica do PERSR

No que diz respeito à perspectiva crítica do PERSR foi importante perceber a avaliação que os intervenientes fizeram da pertinência, da oportunidade e ajustamento, adequação, qualidade, resultados e avaliação custo/benefício em relação à implementação deste programa de empreendedorismo.

Através da análise dos resultados incluídos nestas seis categorias, podemos concluir que, num computo geral, o PERSR não se constituiu num projecto pertinente, uma vez que, nas percepções dos inquiridos, surge como desajustado às necessidades dos reclusos, à idade e às suas habilitações académicas. As opiniões que apoiaram este desajuste referiram que este programa adaptar-se-ia melhor a uma população mais adulta e a um contexto externo à prisão. As habilitações académicas que os reclusos dispunham também os impossibilitou de acompanhar com eficácia o programa, impedindo-os de atingir os objectivos pré-determinados. A maior parte dos inquiridos referiu ser um programa adequado aos pré-

requisitos dos técnicos, na medida em que a sua formação académica e natureza das suas funções lhes providenciaram as características e competências necessárias: capacidade de liderança democrática, resiliência e adaptação, motivação e empenho, auto-avaliação de competências, conhecimentos, competência e experiência institucional.

No que concerne à ‘oportunidade e ajustamento’, os sujeitos referiram que o PERSR surgiu numa altura em que estavam a decorrer outros projectos que absorviam o empenho, o interesse e o entusiasmo do EP. Assim, os recursos humanos para a dinamização do PERSR dispunham de excesso de trabalho e falta de tempo, pelo que as suas percepções sobre a sua auto-eficácia no alcance dos objectivos propostos pelo PERSR sugeriam que estes estavam à partida condicionados. Este acumular de funções dos técnicos não se prende apenas com esta situação, em específico, visto ser um problema que tem afectado o desempenho dos técnicos desde a implementação do Dec. Lei 346/91 de 18 de Setembro, que marcou a transição da carreira de Técnico de Educação para TSR, no âmbito dos serviços prisionais. Na obstante da ênfase colocada na vertente técnica e científica suscitada por esta alteração no que respeita a intervenção do TSR, algumas críticas se levantam quando à eficácia subjacente à multiplicidade de papéis e de funções. Assim, alguns investigadores (Gonçalves e Vieira, 1997) afirmam que as funções dos técnicos não vão muito além do imediato, circunscrevendo-se muitas vezes a um papel de “apaga fogos”. Não existe tempo nem lugar para a planificação, para a inovação, para a criatividade no que concerne ao providenciamento de estratégias eficazes para a intervenção com os reclusos.

Relativamente ao ajuste ao mercado de trabalho, os inquiridos referiram que os conteúdos e metodologias do PERSR, reuniam à partida condições para promover as competências e conhecimentos necessários ao ingresso no mercado de trabalho por parte dos reclusos. Contudo, a adversidade do mercado de trabalho pode comprometer esse investimento, pelo que o curso por si só, não determina a inserção no mercado de trabalho com sucesso, uma vez que parecem existir variáveis externas ao programa que determinam a viabilidade de sucesso do mesmo.

Tendo em conta a ‘avaliação da qualidade’ sobressaíram as opiniões positivas relativamente ao carácter inovador e às metodologias utilizadas. As opiniões positivas e negativas dividiram-se no que diz respeito à avaliação da qualidade dos conteúdos. Fortes críticas foram dirigidas à duração do PERSR, enfatizando a saturação por parte dos reclusos e

técnicos, e ainda à articulação inter-instituições nomeadamente: na insuficiência de apoio prestado pela empresa privada no apoio técnico e científico ao nível dos conteúdos de contabilidade e gestão; na falta de acompanhamento e monitorização dos reclusos no exterior, por parte da DGRS e do IEFP. Esta falta de articulação poderá ter comprometido o sucesso no estabelecimento e desenvolvimento dos planos de negócio construídos no âmbito do PERSR pelos reclusos e ainda na procura de emprego.

No que diz respeito aos ‘resultados’, os inquiridos referiram que o PERSR não produziu efeito na alteração das expectativas iniciais. O sentimento de dúvida relativamente ao sucesso a alcançar junto dos reclusos foi correspondido, pelo que podemos quase afirmar que estamos perante, segundo a teoria da cognição social, numa situação de “auto-realização de profecias”. Ainda na opinião dos inquiridos, os objectivos inicialmente propostos pelo PERSR não foram atingidos, pelo que os principais propósitos do PERSR junto dos reclusos, ficaram por cumprir: a implementação de um negócio seu ou por conta de outrem; prossecução de estudos e não reincidir no prazo de dois anos.

A avaliação dos resultados sob a relação custo/benefício sugeriu, mediante as percepções recolhidas, que os resultados ficaram aquém do investimento.

Ainda no que concerne à apreciação dos resultados por parte dos inquiridos é de salientar a avaliação positiva do PERSR no que concerne ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais, com ênfase nas questões da comunicação e comportamento assertivo e expressividade da comunicação.

A avaliação das opiniões traduzidas nestas seis categorias foi importante, uma vez que interessou saber até que ponto a avaliação da qualidade e pertinência do PERSR influenciou a apreciação dos resultados por parte dos sujeitos. Da mesma forma, as percepções acerca da pertinência do PERSR no enquadramento espacio-temporal e organizacional dos EP’s também foram importantes, na medida em que, o contexto organizacional e o *timing*, aspectos externos ao programa, constituíram-se como factores condicionantes da implementação do PERSR.

Perspectiva sobre o processo de inclusão/exclusão

Conhecer as percepções gerais sobre o processo de inclusão/exclusão dos indivíduos, determinando as barreiras e os facilitadores, permitiu avaliar em que medida a formação e a

educação, tal como o emprego são factores determinantes para o sucesso da inclusão social dos reclusos.

Segundo a análise dos resultados, a formação e a educação não surgem nas percepções dos sujeitos, como aspectos preponderantes, sendo a família e o emprego, os verdadeiros factores determinantes da inclusão. A sociedade criminogénica, o estigma, a família, a comunidade onde se inserem as sub-culturas delinquentes e a ausência de competências, constituem, segundo as percepções inquiridas, factores de relevo na exclusão social.

O PERSR surge nas opiniões com um fraco desempenho no que diz respeito ao seu papel facilitador na reinserção, ao passo que o IEPF e a DGRS assumem um papel preponderante no acompanhamento dos pós-liberdade dos reclusos no que concerne à implementação do seu próprio negócio, na angariação de emprego e na reinserção social.

Estes resultados vêm corroborar a posição de Hunter e Boyce (2009) que, ao constatarem que aspectos como: problemas sociais, baixo nível de escolaridade, pouca experiência laboral, suporte familiar deficitário, entre outros, concorrem para a reincidência dos reclusos, consideram fundamental a implementação de estratégias junto dos reclusos que visem a motivação para a mudança e para a criação de projectos de vida. As barreiras ao emprego, e por sua vez, à reinserção social, também vão, em parte, ao encontro das barreiras identificadas pelos autores anteriores: qualificações académicas ou vocacionais limitadas, problemas de literacia, falta de competências ou nenhuma experiência profissional recente e baixa auto-estima; pobreza, problemas de dependência de substâncias e doença mental; e ainda, as atitudes dos empregadores, que no recrutamento tendem a excluir ex-reclusos (Hunter & Boyce, 2009).

Mediante esta conjectura de opiniões no que concerne o processo de inclusão/exclusão, é de salientar que a pouca valorização da educação e formação enquanto factores de inclusão, poderá explicar, em parte, a apreciação pouco positiva sobre o papel do PERSR na reinserção, bem como as expectativas dos técnicos face aos contributos positivos para os reclusos, mesmo antes da implementação do PERSP.

No que concerne ao emprego enquanto factor preponderante no processo de inclusão/exclusão, as opiniões vêm ao encontro das posições de muitos autores que

salientam a centralidade do trabalho na vida social das pessoas. Assim sendo, as vítimas do desemprego estão sujeitas a forças de rejeição uma vez que ficam votadas aos espaços externos da esfera dos bens e dos privilégios económicos, uma vez que quem não tem a capacidade de participar neste mercado é percebido como excluído (Xiberras, 1998). Da mesma forma, o mercado de trabalho, surge neste contexto, não como fonte de rendimento (nível económico), mas como local e factor de socialização e integração social.

A importância atribuída à sociedade criminogénica, por parte dos inquiridos, vem ao encontro das perspectivas sociológicas do crime, nomeadamente as funcionalistas, na medida em que estas preconizam que o crime é um produto da sociedade que corrompe e produz o indivíduo criminoso. Da mesma forma, a limitação de oportunidades produzidas pela estrutura social, incita os jovens a cometerem crimes de forma a satisfazer as suas necessidades de consumo e estilo de vida desejado. À medida que estes indivíduos assimilam as novas regras e normas destas sub-culturas delinquentes em substituição das anteriores (Dias & Andrade, 1997; Giddens, 2001; Gonçalves, 2008; Marsh & Keating, 2006), a identificação com estas culturas marginais vai decorrendo e consolidando-se. Pelo que, a comunidade e a família envolvente, onde *habitam* estas normas e estes modos de vida (Tezanos, 2001) poderá ter um efeito diluente das acções e dos resultados positivos provenientes de formações em contexto prisional, como é o caso do PERSR. Esta teoria poderá explicar, em parte, a descrença dos sujeitos no papel de reinserção do PERSR, na medida em que as opiniões evocaram a família e a comunidade como barreiras à inclusão e como aspectos diminuidores dos resultados positivos do PERSP junto dos reclusos.

Importa pois, perante estes resultados, reflectir sobre a sobrevalorização do papel da sociedade e da comunidade no reforço e na implementação das forças de rejeição em direcção à exclusão social. Como refere Gonçalves (2008) o perigo desta ideia, está sobretudo no incorrer no risco de acreditar “que não se poder intervir no comportamento dos indivíduos uma vez que não dispomos de meios para intervir na sua matriz original” (Gonçalves, 1998, p.71). O princípio de que nada se pode fazer, tem talvez alimentado a parcimónia que se tem desenvolvido na forma de encarar os problemas das prisões, quer dos políticos quer dos agentes que actuam directamente com os reclusos (directores, técnicos e guardas).

No computo geral e mediante uma análise SWOT, a partir das percepções recolhidas, verificamos que as forças coadjuvantes da implementação do PERSR nos quatro EP's piloto consistiram: na competência dos técnicos superiores de reeducação; na qualidade da dinâmica

instituída por este programa, nomeadamente através de metodologias inovadoras e que aproximam o EP à comunidade; e a inovação associada ao tema ‘empreendedorismo’. As fraquezas foram associadas: à falta de articulação inter-instituições; a disponibilidade de materiais atempadamente (os manuais); não cumprimento de prazos; falta de apoio técnico e científico por parte da empresa parceira; falta de comunicação entre os serviços centrais, as direcções e os recursos humanos, produzindo implicações ao nível do envolvimento e participação dos mesmos. As ameaças ao sucesso da preconização dos objectivos do PERSR, nomeadamente ao nível da implementação do próprio negócio por parte dos reclusos, reportaram-se: à conjectura económica nacional; à família; sociedade; comunidade e sub-culturas delinquentes de origem; exclusão e auto-exclusão associados ao processo de estigmatização do recluso.

Dado este cenário, estamos de acordo com Caetano (2007), quando realçamos a importância de se harmonizar os objectivos da organização com os da formação, adaptando os conteúdos às diferentes estratégias e necessidades de intervenção. Sobretudo, é preciso envolver os actores, passando uma mensagem objectiva e pormenorizada dos objectivos da formação, com vista aos resultados a atingir. É pois necessário que esta mensagem acolha as motivações e as expectativas, e implique o comprometimento e de todos os intervenientes no contexto prisional (reclusos, directores, TSR e guardas prisionais). A esperança de um modelo prisional assente na dinâmica de sistema aberto (Gonçalves, 2008), reside no empenhamento e compromisso dos recursos humanos dos sistemas prisionais, na mobilização de esforços para investir no capital humano que os EP’s dispõem (técnicos e reclusos), com vista aos propósitos ressocializadores dos EP’s, fazendo com que o modo de vida pertencente às *instituições totais* de outrora passe a um cenário fora de moda uma vez por todas.

CAPÍTULO V – CONCLUSÕES

Inclusão deriva do latim *includere* e significa fechar, encerrar, meter dentro envolver, introduzir. Incluir significa estar incluso. Como alguém disse um dia, ‘incluir é antes de mais meter dentro da nossa cabeça que a todos cabe ter direito à cidadania’. A inclusão por oposição à exclusão social, tenta encontrar caminhos de retorno aos que foram postos de parte e desbravar o caminho para aqueles que nunca chegaram a ser incluídos.

A situação económica e social actual determina que parte significativa dos jovens das nossas sociedades abandonam precocemente a escola com baixos níveis de escolaridade e/ou sem qualquer tipo de formação, partindo para o mercado de trabalho em posição de desvantagem. Esta situação é potenciadora da reprodução de gerações já acostumadas a viver em situações precárias, nas quais abundam o desemprego, os salários baixos, educação empobrecida e poucas qualificações profissionais.

A procura de novos rumos e destinos mais prósperos, quando as oportunidades são limitadas podem desembocar nas clareiras da delinquência e do crime. O encarceramento é, em última instância, os percalços e situações de insucesso na condução de carreiras criminais.

Inverter estes rumos visa antes de mais minimizar e compensar a falta das oportunidades que a vida e os contextos sociais se encarregaram de determinar.

A educação e a formação podem providenciar novos caminhos através da viabilização de capacidades e competências para fazer face às exigências do mundo do trabalho e da vida em sociedade.

Essa foi a grande finalidade do Programa de Empreendedorismo para Reinserção Social de Reclusos (PERSR) implementado em cinco EP's piloto nacionais.

Atendendo aos objectivos deste trabalho podemos concluir que, mediante as ideias e opiniões dos inquiridos, participantes neste programa (técnicos, guardas e director), os objectivos primordiais do PERSR: obtenção de emprego por conta própria e/ou por conta de outrem e prossecução dos estudos e não reincidência, não foram atingidos pela maioria dos reclusos. A expressão dos resultados positivos revelou-se ao nível da melhoria de competências pessoais e sociais, nomeadamente ao nível da comunicação e comportamento

assertivo e ao nível do desenvolvimento das capacidades de raciocínio e pensamento planeado.

O tipo de envolvimento mais próximo do instrumental e normativo evidenciado pela maioria inquiridos, associado a baixas expectativas e a um comportamento extrinsecamente motivado para a participação neste projecto, poderá explicar as apreciações menos positivas no que diz respeito à implementação do PERSR, bem como o seu comprometimento no alcance dos objectivos determinados pelo programa.

Este estudo dispõe de algumas limitações na medida em que a amostra em estudo foi constituída por conveniência e dispões de um número reduzido de participantes, não permitindo generalizar os resultados para outros programas equivalentes.

Em investigações futuras recomenda-se o recurso a um estudo quantitativo de forma a complementar os dados do estudo qualitativo. Interessava também auscultar as opiniões dos promotores, Direcção Geral dos Serviços prisionais, bem como as da empresa privada parceira, de forma a obter resultados com base em perspectivas múltiplas de todos os intervenientes.

Face aos resultados, vale a pena reequacionar as estratégias de implementação destes programas procurando forma a agilizar a comunicação vertical e horizontal na estrutura hierárquica dos serviços prisionais, criando condições para a participação, envolvimento e comprometimento de todos no alcance dos objectivos conjuntamente pré-determinados.

A articulação do Estabelecimentos Prisionais com a Direcção Geral de Reinserção Social e com o Instituto de Formação Profissional e do Emprego é determinante.

A formação contínua dos recursos humanos dos serviços prisionais no âmbito da prática da intervenção nas prisões coadjuvada com a investigação actual realizada ao nível das Ciências Humanas e do Direito, não esquecendo a ética e deontologia, poderá contribuir para a melhoria das práticas e na aceitação e acolhimento de programas como o PERSR, com vista os objectivos ressocializadores dos EP's.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agra, C., Queirós, C., Manita, C., & Fernandes, L. (1997). Separata da revista do Ministério Público. *Biopsicossociologia do comportamento*, 69, 33-53.
- Anckarsäter, H. (2006). Central nervous changes in social dysfunction: Autism, aggression, and psychopathy. *Brain Research Bulletin*, 69, 259-265.
- Azevedo, M. (1997). Percepção de auto-eficácia e motivação. Retrieved Outubro de 2010
- Bandura, A. (1997). *Self-efficacy: The exercise of control*. New York: Freeman.
- Bardin, L. (2007). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bolognini, M., Plancherel, M., Winnington, B., Bernard, M., Stéphan, P., & Halfon, O. (2007). Substance use early initiation among violent and nonviolent antisocial adolescents. *Addiction Research and Theory*, 15(6), 561-574.
- Caetano, A. (2007). A formação profissional e a sua avaliação. In A. C. Miguel, A. Caetano, M. J. Fonseca & R. Velada (Eds.), *Avaliação da Formação: Estudos em Organizações Portuguesas* (pp. 9-31). Lisboa: Livros Horizonte.
- Caetano, A., & Veladas, R. (2007). O problema da transferência na formação profissional. In A. C. Miguel, A. Caetano, M. J. Fonseca & R. Velada (Eds.), *Avaliação da Formação - estudos em organizações portuguesas* (pp. 13-31). Lisboa: Livros Horizonte.
- Canavarro, J. M. P. (2004). *Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar*. Lisboa: Ministério da Educação e Ministério da Segurança Social e do Trabalho.
- Capucha, L. M. A. (2002). Novas desigualdades sociais e novas oportunidades de inserção. In A. Sequeira (Ed.), *Globalização, solidariedade e inserção social* (pp. 51-76). Lisboa: Ispa Edições
- Caria, T. H. (2005). Os saberes profissionais técnico-intelectuais nas relações entre educação, trabalho e ciência. In *Educação Crítica e Utopia: Perspectivas para o século XXI*. Porto: Edições Afrontamento.
- Cavadino, M., & Digman, J. (2002). *The penal system: an Introduction* (3 rd ed.). London: Sage.
- Centeno, L. G. (2001). Exclusão social e desenvolvimento: como o novo mercado de trabalho pode ser um gerador de exclusão. *Sociedade e Trabalho*, 14/15, 33-46.
- Costa, A. B. (2007). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Costa, A. B. d. (2007). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.

- Cox, E. O., & Parsons, R. J. (2000). Empowerment-Oriented Practice: From Practice Value to Practice Model. In P. Allen-Meares & C. Garvin (Eds.), *The Handbook of Social Work Direct Practice* (pp. 113-119). London: Sage Publications.
- Cunha, M. I. (2002). *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e Trajectos*. Lisboa: Fim de Século.
- Cunha, M. P., Rego, A., Cunha, R. C., & Cardoso, C. C. (2007). *Manual de Comportamento Organizacional e Gestão*. Lisboa: Editora RH.
- Deci, E. L., & Ryan, R. M. (1975). Intrinsic Motivation and Self Determination in Human Behaviour. In R. M. Steers & L. W. Porter (Eds.), *Motivation and Work Behaviour* (pp. 44-57). New York: Mc Graw-Hill.
- Demartins, L. (2006). *Compêndio de Sociologia*. Lisboa: Edições 70.
- Dias, J. F., & Andrade, M. C. (1997). *Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Dolan, M., Matos, A., Vieira, C., Nogueira, S., Boavida, J., & Alcoforado, L. (2008). Contributos para a compreensão das bases neurobiológicas dos distúrbios de personalidade anti-social, incluindo a psicopatia. In *A Maldade Humana: Fatalidade ou Educação?* (pp. 153-192). Coimbra: Almedina.
- Esteves, J. M. (2002). O mercado de trabalho como modelo de inserção. In D. Rodrigues & M. B. Magalhaes (Eds.), *Globalização, solidariedade e inserção* (pp. 163-168). Lisboa: Ispa Edições.
- Fatela, J. (1996). Système Pénitentiaire et abolition de la peine de mort au Portugal. *Sociétés et Representations*, 277-286.
- Fernandes, A. T. (1991). Formas e mecanismos de exclusão social. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, I(1), 9-66.
- Ferreira, A. I., & Martinez, L. F. (2008). *Manual de Diagnóstico e Mudança Organizacional*. Lisboa: Editora RH
- Ferreira, E. V., Nogueira, S. S., & Esteves, A. (2002). Atitudes Face à Justiça Restaurativa na Área Metropolitana de Lisboa. *Temas Penitenciários, Série II*, 45-58.
- Fonseca, V. d. (2004). *Dificuldades de aprendizagem: abordagem neuropsicológica e psicopedagógica ao insucesso escolar*. Lisboa: Âncora.
- Foucault, M. (1980). *La verdad Y Las formas jurídicas*. Barcelona: Gedisa.
- Geremek, B. (1996). Coesão, solidariedade e exclusão. In *Educação um tesouro a descobrir: Relatório para a Unesco*. Lisboa.
- Giddens, A. (2001). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Goffman, E. (1996). *Manicômios, Prisões e Conventos* (5th ed.). São Paulo: Editora Perspectiva.
- Gonçalves, R. A. (1998). Tratamento Penitenciário: Mitos e Realidades, Ilusões e Desilusões. *Temas Penitenciários, Série II*, 65-82.
- Gonçalves, R. A. (2000). *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*. Coimbra: Quarteto.
- Gonçalves, R. A. (2008). *Crime e Adaptação à Prisão*. Coimbra: Quarteto.
- Gonçalves, R. A., & Vieira, H. (1997). Educar na Prisão. *Temas Penitenciários, I, II, III*, 111-127.
- Gonçalves, R. A., & Vieira, S. (2005). Atitudes face aos reclusos em guardas prisionais: implicações para a formação do pessoal penitenciário. *Temas Penitenciários, Série III*, 23-28.
- Grotenhuis, H. T., & Meijers, F. (1994). Societal Consequences of Youth Unemployment. In A. C. Peterson & J. T. Mortimer (Eds.), *Youth Unemployment and Society* (pp. 227-247). Cambridge: Cambridge University Press.
- Hamilton, S. F. (1994). Social roles for Youth: Interventions in unemployment. In A. C. Peterson & J. T. Mortimer (Eds.), *Youth Unemployment and Society*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hespanha, P., Damas, A., Ferreira, A. C., Nunes, M. H., Hespanha, M. J., Madeira, R., et al. (2001). Globalização Insidiosa e Excludente. Da incapacidade de organizar respostas à escala local. In *Risco Social e Incerteza*. Porto: Edições Afrontamento.
- Human Development Report 2010*. (2010).). New York: United Nations Development Programme.
- Hunter, G., & Boyce, I. (2009). Preparing for Employment: Prisoners' Experience of Participating in a Prison Training Programme. *The Howard Journal*, 48(2), 117-131.
- Johnson, R. E., Chang, C.-H., & Yang, L.-Q. (2010). Commitment and Motivation at Work: the relevance of employee identify and regulatory focus. *Academy of Management Review*, 35, 226-245.
- Knepper, P. (2007). *Criminology and Social Policy*. London: Sage Publications.
- Kuenzer, A. Z. (S.D.). Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural e objectiva das novas relações entre trabalho e educação. Retrieved 11st October, 2010
- Kunh, A. (2009). É possível uma sociedade sem sanções penais? *Ousar Integrar*, 65-74.
- Lacey, N. (2008). *The Prisoners' Dilemma*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Lambropoulou, E. (1999). The Sociology of Prison and the Self-Referential Approach to Prison Organization and Correctional Reforms. *Systems Research and Behavioural Science*, 239-252.
- Larrauri, E. (1991). *La herencia de la criminología crítica*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores.
- Liu, J., & Wuerker, A. (2005). Biosocial Bases of Aggressive and Violent Behavior *International Journal of Nursing Studies*, 42, 229-241.
- Lucas, R. (1988). On the mechanics of economic development *Journal of Monetary Economics*, 22, 3-42.
- MacDonald, R. (1997). *Youth the 'Underclass' and social exclusion*. New York: Routledge.
- Machado, H. (2008). *Manual de Sociologia do Crime*. Porto: Edições Afrontamento.
- Madeira, M. J. R. (2002). A integração como processo de desenvolvimento. In A. Sequeira (Ed.), *Globalização, solidariedade e inserção* (pp. 137-161). Lisboa: Ispa Edições.
- Maguire, M., & Maguire, S. (1997). Young People and the Labour Market. In *Youth, the 'underclass' and social exclusion* (pp. 26-39). New York: Routledge.
- Manita, C. (1997). Personalidade Criminal e perigosidade: da "perigosidade" do sujeito criminoso ao(s) perigo(s) de se tornar objecto de uma "personalidade criminal". *Biopsicossociologia do comportamento desviante*, 55-80.
- Mantle, G., Fox, D., & Dhami, M. K. (2005). Restorative Justice and Three Individual Theories of Crime [Electronic Version]. *Internet Journal of Criminology*, 1-36. Retrieved 7th September.
- Marsh, I. (2006). *Sociology: making sense of society* (3rd ed.). Edinburgh: Pearson Prentice Hall.
- Marsh, I., & Keating, M. (2006). Crime and punishment. In *Sociology: Making sense of society* (3rd ed.). Edinburgh: Pearson Prentice Hall.
- Marshall, T. H. (1997). Citizenship and social class. *Revista Espanola de Investigaciones Sociológicas*, 297-344.
- McClelland, D. (1961). *Achieving Society*. Princeton NJ: D. Von Nostrand.
- Mednick, S., Brennan, P., & Kandel, E. (1988). Predisposition to violence. *Aggressive Behavior*, 14, 25-33.
- Moreira, S. (1994). *Vidas Encarceradas: estudo sociológico de prisão masculina*. Lisboa: Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do Centro de Estudos Judiciários.
- Morgado, J. (2007). Contributo para a definição de uma política (de facto) inclusiva. In D. Rodrigues & M. B. Magalhaes (Eds.), *Aprender juntos para aprender melhor* (pp. 37-

- 51). Lisboa: Forum de Estudos de Educação Inclusiva - Universidade Técnica de Lisboa.
- Mortimer, J. T. (1994). Individual differences as precursors of youth unemployment. In A. C. Peterson & J. T. Mortimer (Eds.), *Youth Unemployment and Society* (pp. 173-187). Cambridge: Cambridge University Press.
- OCDE. (2010). OECD Economic Surveys: Portugal, September 2010. Retrieved 11 st October, 2010
- Pedro, A. (2007). Decisões éticas, neurociências, emoção e razão. *Interações*, 4-13.
- Pêgo, A. (2002). Formação: Instrumento Fundamental na inserção profissional. In *Globalização, solidariedade e Inserção social* (pp. 169-176). Lisboa: Ispa Edições.
- Pinder, C. C. (1998). *Work Motivation in Organizational Behavior*. New Jersey: Prentice Hall.
- Porter, M. (1990). *The Competitive Advantage of Nations*. New York: Free Press.
- Puntniš, A. (2006). Substance use among young offenders: Thrills, bad feelings, or bad behavior? *Substance Use & Misuse*, 41, 415-422.
- Queirós, C. (1997). A importância das abordagens biológicas no estudo do crime. *Biopsicossociologia do comportamento desviante* 37-53.
- Ramos, J. P. (1990). Motivação no trabalho: abordagens teóricas. *Psicologia USP*, 1(2), 127-140.
- Rashid, H., & Zhao, L. (2010). The significance of career commitment in generating commitment to organizational change among information technology personnel. *Academy of Information and Management Sciences Journal*, 13(1), 111-131.
- Renate Weber, S. i. t. V., Marielle De Sarnez, Marielle De Sarnez, Cecilia Wikström, Niccolò Rinaldi, Sonia Alfano, Ramon Tremosa i Balcells, Leonidas Donskis, Olle Schmidt, Metin Kazak, Luigi de Magistris, Alexander Alvaro, Nathalie Griesbeck,. (2010). *Proposta de Resolução apresentada na sequência de declarações do Conselho e da Comissão Europeias nos termos do n.º 2 do artigo 110.º do Regimento a expulsão de ciganos de França*. Retrieved. from.
- Roberts, J., Stalans, L. V., Indermaur, D., & Mike, H. (2003). *O Populismo e a Opinião Pública*. New york: Oxford University Press.
- Roberts, K. (1997). Is there an emerging British 'underclass'? In *Youth the 'Underclass' and social exclusion*. New York: Routledge.

- Rodrigues, D. (2007). A "sopa de pedra" e a educação inclusiva. In D. Rodrigues & M. B. Magalhaes (Eds.), *Aprender juntos para aprender melhor* (pp. 9-15). Lisboa: Forum de Estudos de Educação Inclusiva - Universidade Técnica de Lisboa.
- Rodrigues, E. V. (2000). Estado Providência e os processos de Exclusão Social: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso Português. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 10, 173-200.
- Rodrigues, M., & Ferrão, L. (2006). *Formação Pedagógica de Formadores*. Lisboa: Lidel.
- Roger, H. B. (2005). *An introduction to Criminal Theory*. Mill Street City: Willian Publishing.
- Ruggiero, V. (2001). *Crime and markets: essays in anti-criminology* Oxford: Oxford University Press.
- Salgado, C. M. T. (1997). *Avaliação da Formação - Interface Escola/Empresa*. Lisboa: Texto Editora.
- Sawaia, B. B. (2004). Identidade - uma ideologia separativista? As Artimanhas da Exclusão Social. In M. L. Martinelli (Ed.), .
- As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petropolis: Editora Vozes.
- Sexton, D., & Landstrom, H. (2000). *The Blackwell Handbook of Entrepreneurship*. Malden MA: Blackwell.
- Shepherd, J. (2007). Preventing alcohol-related violence: A public health approach. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 17, 250-264.
- Silva, S. T., & Gonçalves, R. A. (1999). Sobrelotação Prisional. In *Actas do Congresso Crimes Ibéricos Práticas e Testemunhos*. Minho: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Silveira, M. J. (2002). O universal e o singular nos processos de reabilitação e inserção social. In A. Sequeira (Ed.), *Globalização, solidariedade e inserção* Lisboa: Ispa edições.
- Simões, M. C. R. (2007). *Comportamento de risco na adolescência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Swift, S. (2009). *Experiences of Violent Victimisation and Attitudes to Knife Crime: Young black urban males' experiences of victimisation and a comparison of two group's attitudes towards knife crime*. Unpublished Master Dissertation, University of Leicester, Leicester.
- Teodoro, A., & Torres, C. A. (2005). *Educação Crítica e Utopia*. Porto: Edições Afrontamento.
- Tezanos, J. F. (2001). *La Sociedad Dividida*. Madrid: Biblioteca Nueva.

- Vala, J. (1997). Análise de Conteúdo. In A. Silva & J. Pinto (Eds.), *Metodologias das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Vancouver, J. B., & Kendall, L. N. (2006). When Self-Efficacy Negatively Relates to Motivation and Performance in a Learning Context
Journal of Applied Psychology 91(5), 1146-1153.
- Vieira, H. (1998). Intervenções em Meio Prisional. *Temas Penitenciários, Série II*, 45-54.
- Vieira, H. (2005). Prisões: Da Intervenção Institucional à Desinstitucionalização. *Temas penitenciários, Série III*, 35-41.
- Walker, N. (1991). *Why Punish*. Oxford: Oxford University.
- Xiberras, M. (1998). *Les théories de l'exclusion* (2nd ed.). Paris: Armand Colin.

ANEXOS

Anexo 1: Descrição resumida do PERSR

Projecto "Empreendedorismo para a Reinserção Social de Reclusos/as"

O projecto "Empreendedorismo para a Reinserção Social de Reclusos/as" tem por base conteúdos elaborados pela *CG Internacional* em colaboração com a *Gesventure* e foi adaptado pela DGSP para os Serviços Prisionais Portugueses. Tem por objectivo criar opções viáveis e sustentáveis de reinserção sócio-profissional de reclusos/as e evitar a sua reincidência na prática de crimes. Trabalhar por conta própria, criando o próprio negócio, trabalhar por conta de outrem, retomar a frequência escolar ou a formação profissional são saídas possíveis no final deste projecto. Com duração total de 10 meses, a implementação do projecto piloto foi realizada nos Estabelecimentos Prisionais de Castelo Branco, Leiria, Sintra e Beja.

O projecto é constituído por 4 fases:

Fase de **Avaliação** (1-2 semanas): conjunto de actividades que visam a auto e heteroavaliação dos/as reclusos/as e a apresentação de todas as fases do projecto aos participantes.

Fase da **Descoberta** (12 semanas): os participantes aprofundam a noção de empreendedorismo e aprendem a definir objectivos pessoais e profissionais. Descobrem por si próprios as respectivas características empreendedoras, os seus métodos de aprendizagem e as suas capacidades de adaptação. Treinam métodos de resolução de problemas e de tomada de decisão. As actividades realizadas estimulam a capacidade de comunicação, a criatividade, a autoconfiança e a auto-estima.

Fase das **Ideias e Oportunidades** (14 semanas): desenvolvimento das aptidões dos participantes no planeamento de um negócio e na definição de um projecto de vida. Os/as reclusos/as adquirem conhecimentos sobre temas como a geração de ideias, identificação de oportunidades, pesquisa de mercado, marketing e publicidade, planeamento financeiro e outros aspectos ligados à criação do próprio negócio.

Fase **Planear o Meu Negócio** (15 semanas): os participantes elaboram individualmente o seu plano de negócio, que inclui o trabalho de pesquisa, a redacção e o preenchimento da sua matriz financeira.

Este projecto, inserido na parceria PGISP (Gerir para Inovar os Serviços Prisionais), é cofinanciado pela Iniciativa Comunitária Equal.

Anexo 2: Questionário Sociodemográfico

Sujeito ...

Dados Sociodemográficos - Sujeito ...
Gênero
Idade
Cargo ocupado na EP
Anos de Serviço nos Serviços prisionais
Habilitação Académica
Área de Formação
Grupo de abrangência do EP
Resumo do percurso profissional

Anexo 3: Dados Sociodemográficos do Sujeito A

Dados Sociodemográficos - Sujeito A	
Género	Feminino
Idade	37 anos
Cargo ocupado na EP	Técnico Superior de Reeducação
Anos de Serviço nos Serviços prisionais	12 anos
Habilitação Académica	Mestrado
Área de formação	Psicologia
Grupo de abrangência do EP	Jovens (16 aos 21 anos)
Resumo do percurso Profissional	<p>Entrou para esta EP de um programa de apoio a reclusos toxicodependentes, sendo-lhe dito na entrevista que para além do trabalho previsto no âmbito do programa também teria a função de prestar apoio psicológico aos reclusos no geral, coisa que lhe agradou muito. Ficou na EP por três anos a recibos verdes e depois passou para um contrato referente a desempenho de funções no âmbito da Psicologia Clínica, para acompanhamento psicológico. No âmbito do sistema prisional Português não existia, nem existe, a figura de psicólogo clínico. As que existem são apenas pessoas afectas a empresas privadas, não afectas aos quadros do sistema prisional. Assim sendo, a Direcção dos Serviços Prisionais alertou todos os profissionais que estavam na condição do Sujeito A, que se quisessem manter funções teriam que concorrer ao um concurso a nível nacional para Técnico Superior de Reeducação. O sujeito A concorreu e ficou. Assume as funções de Técnico Superior de Educação embora mantenha ainda o acompanhamento psicológico de alguns reclusos. Quem ficou encarregue do acompanhamento psicológico dos reclusos foi uma empresa prestadora de serviços de saúde (com médico, psiquiatra, enfermeiros, psicólogos) vindo ao estabelecimento um psicólogo clínico para esse efeito. O sujeito A considera insuficiente apenas um psicólogo para prestar os serviços necessários no âmbito do apoio psicológico. Neste momento existem dois técnicos de reeducação no EPL, o Sujeito A e o colega que ficou responsável pela escola, a formação profissional e as actividades. O sujeito A ficou responsável pelos programas que têm a ver com terapias em grupo, pelo o apoio psicológico de alguns reclusos, tarefa que deixará de desempenhar de uma forma gradual. Todos os reclusos que entrarem de novo serão acompanhados pelo colega da empresa privada.</p>
<u>Nota Síntese</u>	<p><u>Nota Síntese</u> : O sujeito A apesar de motivação inicial para exercer funções no âmbito do contexto prisional tivessem a ver com a natureza dessas mesmas funções (âmbito da intervenção da psicologia clínica, a sua área profissional) continuou satisfeito com o seu trabalho enquanto Técnico Superior de Reeducação, quando se viu obrigado a aceitar essas funções caso quisesse fazer carreira nos Serviços Prisionais</p>

Anexo 4: Dados Sociodemográficos do Sujeito B

Dados Sociodemográficos - Sujeito B	
Género	Feminino
Idade	51 anos
Cargo ocupado na EP	Técnico Superior de Reeducação
Anos de Serviço nos Serviços prisionais	16 anos
Habilitação Académica	Licenciatura
Área de formação	Serviço Social
Grupo de abrangência do EP	Jovens (16 aos 21 anos)
Resumo do percurso Profissional	Após a licenciatura fez formação em Lisboa, em Caxias no Centro de Formação. Não fez pós-graduações

Anexo 5: Dados Sociodemográficos do Sujeito C

Dados Sociodemográficos - Sujeito C	
Gênero	Masculino
Idade	36 anos
Cargo ocupado na EP	Sub-chefe Corpo de vigilância
Anos de Serviço nos Serviços prisionais	16 anos
Habilitação Acadêmica	12º ano
Área de formação	Segurança e vigilância
Grupo de abrangência do EP	Jovens (16 aos 21 anos)
Resumo do percurso Profissional	Teve duas profissões antes da de sub-chefe: trabalhou em hotelaria no período das férias, esteve na tropa e depois foi para guarda-fiscal. Essas funções acabaram e decidiu vir para os serviços prisionais, não porque gostasse mas porque havia desemprego noutras áreas. Depois fez pequenas formações realizados na EP tais como, gestão de conflitos, liderança e gestão etc.

Anexo 6: Dados Sociodemográficos do Sujeito D

Dados Sociodemográficos - Sujeito D	
Género	Masculino
Idade	40 anos
Cargo ocupado na EP	Técnico Superior de Reeducação
Anos de Serviço nos Serviços prisionais	16 anos (7 anos como guarda prisional, 9 anos como Técnico Superior de Reeducação)
Habilitação Académica	Licenciatura
Área de formação	Educação
Grupo de abrangência do EP	Jovens e Adultos (25 aos 35 anos)
Resumo do percurso Profissional	Era guarda prisional e fez o curso de Educação Física. Acabou por ser uma consequência normal de carreira. Ainda deu aulas mas acabou por optar pela carreira nos serviços prisionais porque se sentiu mais motivado. Gosta do que faz.

Anexo 7: Dados Sociodemográficos do Sujeito E

Dados Sociodemográficos - Sujeito E	
Género	Feminino
Idade	47
Cargo ocupado na EP	Técnica Superior de Reeducação
Anos de Serviço nos Serviços prisionais	21 anos
Habilitação Académica	Licenciatura
Área de formação	Serviço Social
Grupo de abrangência do EP	Jovens e Adultos (25 aos 35 anos)
Resumo do percurso Profissional	Entrou nos serviços prisionais já como Técnica de Reeducação trabalhou o primeiro numa EP e os outro 20 anos na EP onde trabalha actualmente.

Anexo 8: Dados Sociodemográficos do Sujeito F

Dados Sociodemográficos - Sujeito F	
Género	Feminino
Idade	50
Cargo ocupado na EP	Directora de EP
Anos de Serviço nos Serviços prisionais	20 anos
Habilitação Académica	Licenciatura
Área de formação	Psicologia Educacional
Grupo de abrangência do EP	Jovens e Adultos (25 aos 35 anos)
Resumo do percurso Profissional	<p>Antes de vir trabalhar para os Serviços Prisionais trabalhou no ensino, na CERCI e no Centro de Paralisia Cerebral. A entrevistada refere que “ a profissão aconteceu, não foi nunca uma perspectiva de um sonho nada disso, aconteceu... foram as circunstâncias”. Trabalhou no EP como técnica de educação até 1996 e depois assumiu funções de direcção numa situação de “vazio” porque não havia ninguém. Não era funções que lhe agradassem ou que gostasse de desempenhar. Não tinha uma má representação daquilo que é ser director, mas não lhe agradava ter que ter aquelas funções.</p>

Anexo 9: Dados Sociodemográficos do Sujeito G

Dados Sociodemográficos - Sujeito G	
Género	Feminino
Idade	39 anos
Cargo ocupado na EP	Técnico Superior de Reeducação
Anos de Serviço nos Serviços prisionais	12 anos
Habilitação Académica	Licenciatura em Investigação Social Aplicada Pós-graduação em Ciências Criminais
Área de formação	Ciências Sociais
Grupo de abrangência do EP	Jovens e Adultos (25 aos 35 anos)
Resumo do percurso Profissional	Leccionou francês, trabalhou como auxiliar de acção educativa numa escola na cidade onde trabalha como TSR, trabalhou no notário e, por fim, começou a trabalhar enquanto Técnica Superior de Reeducação na EP de Beja.

Anexo 10: Dados Sociodemográficos do Sujeito H

Dados Sociodemográficos - Sujeito H	
Género	Masculino
Idade	38 anos
Cargo ocupado na EP	Técnico Superior de Reeducação
Anos de Serviço nos Serviços prisionais	15 anos
Habilitação Académica	Licenciatura em Artes Plásticas e Multimédia
Área de formação	Artes Plásticas e Multimédia
Grupo de abrangência do EP	Jovens e Adultos (25 aos 35 anos)
Resumo do percurso Profissional	Veio para Guarda Prisional porque calhou, não sendo um profissão que ambicionasse ter.

Anexo 11: Dados Sociodemográficos do Sujeito I

Dados Sociodemográficos - Sujeito I	
Género	Masculino
Idade	55 anos
Cargo ocupado na EP	Técnico Superior de Reeducação
Anos de Serviço nos Serviços prisionais	14 anos
Habilitação Académica	Licenciatura em Sociologia Pós-graduação em Requalificação de Agentes Sociais
Área de formação	Ciências Sociais e Humanas
Grupo de abrangência do EP	Jovens e Adultos (25 aos 35 anos)
Resumo do percurso Profissional	Veio para esta profissão de Técnico Superior de Reeducação por gosto. Na obstante de poder ganhar mais dinheiro na anterior profissão como técnico de informática, preferiu esta profissão.

Anexo 12: Guião da Entrevista

Data:; **Hora:** **Duração:**

I – Motivação/ expectativas

1. Quais foram os motivos que levaram este Estabelecimento Prisional (EP) a integrar o projecto-piloto Programa de Empreendedorismo para a Reinserção Social de Reclusos (PERSR)? O EP candidatou-se ou foi seleccionado? Porquê?
2. Como soube da realização deste programa de formação para o Empreendedorismo? (Quem lhe comunicou e como lhe foi comunicada a realização desta formação?)
3. Já tinha ouvido falar da existência de programas para o Empreendedorismo ou para si este era um tema de formação completamente novo?
4. Porque decidiu participar neste programa para o Empreendedorismo?
5. Decidiu participar voluntariamente (interessava-lhe muito), foi convidado ou foi-lhe delegada esta função (de facilitador)?
6. Quais eram as suas expectativas em relação aos contributos/benefícios que o PERSR iria trazer para si? Para os reclusos? Para o clima organizacional do EP?
7. A proposta desta formação foi bem aceite por parte da direcção? E por parte dos reclusos? Porquê?
8. Quais foram os principais motivos que levaram os reclusos a participarem no PERSR?
9. Se dividíssemos a implementação do PERSR em quatro fases (I Comunicação da realização do programa; II Formação dos facilitadores em Lisboa; III Dinamização do PERSR ; IV Avaliação), em que fases se sentiu mais e menos motivado? Porquê?
10. Como classifica o nível de motivação da direcção, técnicos/guardas e reclusos no acolhimento e desenvolvimento desta formação.

II - Pertinência do PERSR

11. Que oferta formativa costuma ter este estabelecimento prisional destinada aos reclusos? E destinada aos técnicos?
12. Quais os cursos mais solicitados e frequentados por parte dos reclusos? E técnicos?
13. Considera que um curso para o empreendedorismo se ajusta ao diagnóstico de necessidades de formação dos reclusos?
14. Considera que a escolha deste curso por parte dos decisores foi oportuna, considerando a oferta de formação que existe para os reclusos e considerando o contexto organizacional deste estabelecimento prisional? Porquê?
15. A formação foi adequada às características da população alvo (reclusos) tendo em conta a sua idade, formação e/ou habilitação académica?

16. Que pré-requisitos considera essenciais aos técnicos e aos reclusos para a participação neste curso?
17. Houve critérios na selecção dos técnicos e dos reclusos? Quais?

III - Avaliação da qualidade do PERSR

18. Recorda-se de como estava estruturado PERSR? Descreva sucintamente as várias fases deste programa.
19. Participou no planeamento desta formação? Se sim, especifique em que tarefas (definição de objectivos, metodologias de formação, conteúdos, avaliação das aprendizagens, avaliação da qualidade da formação).
20. Detinha ou recebeu informação acerca do perfil dos reclusos e as suas necessidades de formação?
21. Detinha ou recebeu informação sobre as características que os reclusos deveriam possuir para integrarem o PERSR?
22. Recebeu informação (ou esta informação foi salientada) no que diz respeito o processo de transferência das aprendizagens para o contexto de trabalho dos formandos?
23. Em que extensão são os conteúdos ministrados aplicáveis no contexto social e de trabalho que os reclusos irão encontrar (ou encontram) quando saem do estabelecimento prisional?
24. Qual foi o módulo/evento da formação que considerou mais importante ? Porquê?
25. A duração do curso foi adequada? Porquê?
26. Considera que esta formação foi inovadora? Porquê?
27. Houve alterações/desvios no desenvolvimento/execução da formação em relação ao planeamento inicial? Se sim, especifique.
28. As características do grupo de formação que se constituiu (homogeneidade/heterogeneidade; formação; origem sócio-cultural; conhecimentos) condicionaram a concretização dos objectivos a alcançar?
29. Uma vez que a versão original deste curso é Canadiana, considera que é adequada à população Portuguesa?
30. Teve acesso aos resultados da avaliação da qualidade da formação relativamente aos resultados obtidos junto dos reclusos? Junto dos técnicos?

IV - Resultados do PERSR

31. Qual foi a grande finalidade de implementação deste curso?
32. Quais foram os principais objectivos que este EP definiu para os reclusos que participassem do PERSR?
33. Esses objectivos foram atingidos?
34. Considera que os reclusos saíram deste programa com as competências necessárias para implementar o seu plano de acção (negócio)?

35. Que outras competências são necessárias desenvolver para que os reclusos tenham sucesso na implementação do seu negócio?
36. Quais foram os grandes benefícios/vantagens que esta formação trouxe para os reclusos? Para os técnicos? Para o clima organizacional do E.P.?
37. Considera que esta formação (pela sua natureza) influenciou as representações que os técnicos têm dos reclusos?
38. Melhoraram as relações entre técnicos/reclusos?
39. Considera que esta formação (tal como está desenhada) por si só é suficiente para que os reclusos integrem, com sucesso, o mundo do trabalho por sua conta ou por conta de outrem?
40. O estabelecimento prisional tem acompanhado o processo de integração no mundo do trabalho dos reclusos que frequentaram esta acção de formação? Se sim? Quais foram os aspectos facilitadores/barreiras dessa integração?
41. Acha que o estabelecimento prisional deveria monitorizar este processo de integração no mundo do trabalho?
42. Após a conclusão do curso os reclusos receberam informação acerca dos facilitadores (Sponsors, IEF, modelos de financiamento por parte dos bancos, estratégias de abordagem) para angariação de recursos para a implementação dos seus projectos?
43. Que papel deveria ter o Instituto Emprego e Formação Profissional ou o Instituto de Reinserção Social neste processo?
44. Quais foram os aspectos menos conseguidos desta formação?
45. Se voltasse a participar na concepção/desenho de uma acção de formação do mesmo género, que alteração (ões) introduziria?
46. A realização deste curso correspondeu às suas expectativas iniciais?
47. Recorrendo à Análise SWOT, que forças e fraquezas encontra na implementação do PERSR no contexto prisional deste EP? Que oportunidades e ameaças se verificam?

V - Importância do PERSR para o processo de inclusão/exclusão

48. Na sua opinião que aspectos mais concorrem para a situação de exclusão dos ex-reclusos na sociedade?
49. Considera que o facto de ter um emprego facilita a integração de um indivíduo na sociedade?
50. Esta formação contribui para uma boa inclusão dos ex-reclusos na comunidade?
51. Que outros factores poderão contribuir para a inclusão dos ex-reclusos na comunidade?
52. Que barreiras à inclusão acha que os ex-reclusos encontram quando saem daqui?
53. Que papel deveriam ter os Estabelecimentos Prisionais no processo de inclusão dos reclusos na sociedade?
54. Qual é o principal função social que os EP's têm na sociedade?
55. Considera que o modelo de EP que temos serve a sociedade actual?

Anexo 13: Categorização da Dimensão 1

Dimensão 1. - Razões e motivação para a participação no PERSP e expectativas

Categoria A.1. – Razões e motivação para a participação no PERSP

Relativamente ao técnicos...

Subcategoria A.1.1. – Factores Internos

Interesse e Curiosidade

«Decidi participar por curiosidade, um desafio... de hoje para amanhã também poderei precisar destes conhecimentos... quem sabe eu próprio com os conhecimentos que adquiri poderei, no futuro, aplicá-los na prática, também.» (Sujeito C)

«Pareceu-me que poderia ser interessante tendo em conta o tema (...) e eu pronto, sim vou ver (...) vou ver o que é.» (Sujeito A)

«Pela novidade, achei interessante ...» (Sujeito C)

«(...) também estava curioso e expectante.» (Sujeito D)

«Era um desafio, era uma situação que era nova e fui ver o que era.» (Sujeito G)

«Pareceu-me que poderia ser interessante tendo em conta o tema (...) e eu pronto, sim vou ver (...) vou ver o que é.» (sujeito A)

«(...) também estava curioso e expectante .» (sujeito D)

Atitudes de Altruísmo

«(...) o que seja para melhorar e colaborar na reinserção dos indivíduos, tudo o que possa vir, é uma mais valia.» (Sujeito D)

Subcategoria A.1.2. – Factores Externos

Convite

«Fui convidada. Sim, todos nós fomos convidados, nenhum dos programas do PGISP foi imposto a ninguém.» (Sujeito A);

«Eu fui quase convidada, no fundo... é assim, ao Estabelecimento Prisional foi solicitado, portanto à Direcção, para que intervissem alguns técnicos e, na altura, fui escolhida pelo director.» (Sujeito B)

«Fui convidado pela chefia, quer dizer... fui notificado.» (Sujeito C)

«Fui convidado e eu aceitei.» (Sujeito I)

Delegação/Notificação

«Fui notificado...» (Sujeito C)

«Eu também estava numa situação que não podia, logo no início, dizer que não.» (Sujeito D)

«Foi-me delegada esta função de facilitadora.» (Sujeito E)

« (...) nós, não temos, independentemente de termos ou não termos condições, de decidir diferente dos Serviços Centrais, da Direcção Geral. A hipótese de dizer que não, nem sequer se coloca. Eu trabalho num sistema hierárquico e não digo que não faço.» (Sujeito F)

Relativamente aos Reclusos

Subcategoria A.1.1. – Factores Internos

Interesse/Vontade Própria

«Eles geralmente estão interessados nas formações profissionais (...) Então eles acolheram bem a ideia só por si (...) poderia ser algo de novo e de útil para a vida deles.» (Sujeito A)

Subcategoria A.1.2. – Factores Externos

Razões Institucionais

«Porque se realmente decorresse bem...conseguiam aceder ao regime aberto.» (Sujeito A)

«Porque estavam fechados e tudo o que seja oportunidade, independentemente de ser boa ou má, de ter conhecimento ou não, isso já é meio caminho para eles aderirem.» (Sujeito B)

«Porque se realmente decorresse bem...conseguiam aceder ao regime aberto (sujeito A)»

«Porque passam muito tempo fechados e os EP's não dispõem de muitas actividades e actividades diversificadas para ocupar os reclusos, e tudo o que seja oportunidade, independentemente de ser boa ou má, de ter conhecimento ou não, isso já é meio caminho para eles aderirem». (sujeito B)

« (...) alguns dos reclusos participaram porque, devido à dimensão exigida para a realização do PERSR, precisávamos de ter reclusos, então eles foram influenciados a participar (...)» (Sujeito F)

Relativamente ao Estabelecimento Prisional

Subcategoria A.1.1. – Factores Internos

Desenvolvimento de Competências

« (...) foi mais numa perspectiva de ocupar os reclusos e no sentido de lhes dar também mais alguma formação para quando saíssem daqui e quando fossem em liberdade.» (Sujeito C)

“«Provavelmente acharam (direcção) (...) que o programa seria um programa interessante aqui para a região e ao mesmo tempo inovador». (sujeito A)

« (...) foi no sentido de lhes dar também mais alguma formação para quando saíssem daqui e quando fossem em liberdade». (Sujeito C)

« (...) suspeito que os motivos eram encontrar algumas soluções para reinserir estes jovens que nós temos cá... o nosso trabalho principal é esse». (Sujeito D)

«Portanto a nossa intenção e a da Direcção era que estas pessoas tivessem um pouco mais de ideias, que tentassem melhorar... fundamentalmente era um curso voltado para a inovação, para o criar da ideia e por outro lado voltado para aumentar as capacidades pessoais e sociais, como a resiliência, porque eles à mínima coisa explodem». (Sujeito I)

Subcategoria A.1.2. – Factores Externos

Características do EP

«Provavelmente ele e os adjuntos dele acharam que este EP reunia condições para participar e que o programa seria um programa interessante aqui para a região.» (Sujeito A)

«Tinha a ver com o facto de ser um Estabelecimento Prisional para jovens, o único estabelecimento no país.» (Sujeito B)

Categoria B.1 Expectativas face aos contributos do PERSP

Subcategoria B.1.1. - Técnicos

Desenvolvimento de Competências Técnicas

«Precisava mesmo da formação senão eu não conseguia implementar o programa. Era importante para perceber qual era o programa, para ver como é que ele era implementado, para esclarecer algumas dúvidas. Para mim foi muito importante.» (Sujeito A)

«Sim... qualquer formação, para mim é sempre bem vinda é uma mais valia em termos de conhecimentos, é óptimo.» (Sujeito C)

«Era um tema novo, agora ouve-se falar mas na altura não de ouvia falar (...) se eu não imaginasse vantagens para mim e para os reclusos eu não estava lá fazer nada portanto tinha que ter algumas expectativas positivas sobre este curso.» (Sujeito D)

«No início eram muitas as expectativas. No início achei aquela formação muito interessante (...) a minha expectativa foi maior quando tomei conta do que era isso do empreendedorismo e tomei conta do que era o programa (...) equacionei que poderia trazer vantagens para mim e para os reclusos, porque a formação é sempre uma mais valia ainda por cima agora com a era da globalização, a troca

de conhecimentos e experiências entre instituições e países...isso pode ser sempre uma vantagem.» (Sujeito E)

«Primeiro era uma novidade o tema era completamente novo e havia a possibilidade de trabalhar com pessoas de outras nacionalidades e isso agradou-me bastante.» (Sujeito H)

Desenvolvimento de competências pessoais

« (...) esta formação também foi interessante até para a própria pessoa pensar, isto até é interessante (...) o que se pretendia com o programa era realmente que a pessoa fosse mais Adquirisse uma série de competências, entre elas também ser mais proactiva, procurar ultrapassar obstáculos, uma série de coisas assim, que acho que é benéfico para qualquer pessoa...mesmo que eu chego ao fim e não abro o próprio negócio vou ali adquirir ali competências interessantes.» (sujeito A)

«Tinha era muita a sensação que iria trazer coisas novas para mim. Foi uma experiência, naqueles dois anos, única. Eu acho que consegui mais naqueles dois anos do que se calhar...foi um crescimento muito grande, eu hoje sinto alguma falta daquela dinâmica que nos éramos exigida (...) foi muito positivo e cresci muito.» (Sujeito G)

«Em termos de contributos ao nível pessoal o curso também poderia trazer-me alguns contributos porque tenho uma loja aberta e parecendo que não, deu para partilhar algumas experiências e aprender a melhorar algumas coisas.» (Sujeito H)

Progressão de carreira

«Quando decidi participar achei sempre que isto era para continuar e que eu iria ficar ligado a isto. O que o PGISP disse é que isto seria para se prolongar e eu continuaria a trabalhar nisto, arranjaría mais outro grupo de dez ou doze e continuaria assim sucessivamente.» (Sujeito I)

«Depois senti que estar neste projecto, para alguns isso poderia, ou contribuiu para que pensassem que isto iria ser o trampolim para ter outras benesses e enfim, subir na carreira.» (Sujeito B)

Inexistência ou baixo nível de expectativas

« (...) na altura as minhas expectativas não foram muitas... Como era uma experiência nova, nós pensávamos “ O que é que vai ser?” Portanto, foi um pouco nessa situação. Não tinha grandes expectativas, sinceramente.» (Sujeito B)

«Ao início (...) não acreditei nisto (...) dizia que isto era uma utopia, o projecto no seu todo era muito grande. O projecto era exigente à participação de todos os profissionais e em que todos trabalhassem em conjunto (...) então eu logo achei aquilo muito em grande, e poderia ser difícil de por em prática (...) antes de começar eu não pensei nos contributos que esta formação poderia ter para mim.» (Sujeito G)

« (...) as minhas expectativas não eram muita e vou-lhe dizer porquê, porque o curso foi-nos mostrado aos bocadinhos (...) nós sabemos sempre que há o risco de nos apresentarem um “palácio” quando na

verdade é um “palheiro”. As minhas expectativas não eram muitas, pensei que era mais uma formação, mais um curso.» (Sujeito I)

Subcategoria B.1.2 Reclusos

Inexistência ou baixo nível de expectativas

«(...) posso dizer que sempre achei que com a nossa população abrir o seu próprio negócio era algo que era um bocadinho difícil de acontecer (...) era irrealista e nem sequer desejável porque jovens com vinte e poucos anos que têm poucos hábitos de trabalho, que nunca tiveram no mercado de trabalho, ou tiveram muito fugazmente não, não me pareceu que fosse uma solução muito viável (...) desde o início eu achei que para esta idade é complicado.» (Sujeito A)

«Não tinha grandes expectativas, sinceramente. Nem em relação aos benefícios e contributos para mim nem no que diz respeito aos reclusos, não tinha expectativas...» (Sujeito B)

«Em relação aos reclusos as minhas expectativas não eram muitas, portanto eu conhecendo a casa onde trabalho, a população reclusa até à data como conheço, o facto de serem jovens, jovens adultos muitos deles nunca tiveram hábitos de trabalho, hábitos de nada, eu achei que a partida iria ser muito difícil mesmo, muito difícil.» (Sujeito C)

«Para os reclusos... para alguns penso que sim, que este curso poderia trazer alguns contributos. Talvez para dois ou três reclusos isto poderia ser importante, porque estes reclusos tinham capacidade para abrir o seu próprio negócio. Estes, não todos. Temos que ser realistas porque a maior parte deles o nível de escolarização é muito baixo.» (Sujeito H)

Desenvolvimento de competências técnicas/profissionais

«As minhas expectativas em relação aos reclusos era realmente eles poderem adquirir através desta formação mais conhecimentos, mais ferramentas, mais vantagens para que um dia quando saíssem conseguissem uma melhor reinserção.» (Sujeito E)

«É a possibilidade efectiva que os formandos fiquem apetrechados e com competências mais diferenciadas que lhes permitam e que sejam um contributo efectivo para terem maior capacidade de gerir e reorientar e orientar a sua vida quer em termos de adequação ao mercado de trabalho. No fundo é que eles adquiram competências suficientes para que atinjam um grau de diferenciação maior do que aquele que tinham (...) Por isso as expectativas tinha naturalmente, mas como tinha em relação as acções em geral e formação em geral. Embora esta formação tenha aqui uma componente diferente e mais prolongada no tempo e previsivelmente as coisas seriam mais cimentadas e consolidadas e, desta forma, as expectativas fossem, nesse sentido, um bocadinho, maiores.» (Sujeito F)

Desenvolvimento de competências pessoais/sociais

« (...) é que era benéfico em todos os aspectos. Primeiro quebravam um bocadinho da chamada cultura prisional ou seja aquela desresponsabilização, infantilização que o encarceramento causa, próprio de uma instituição total em que o controlo é total, esta infantilização era quebrada porque havia uma responsabilização que ia ao ponto de haver um comprometimento sério com os horários.» (Sujeito I)

Subcategoria B.1.3. – Clima Organizacional

Melhoria do clima organizacional

«Quanto mais alternativas institucionais existem, mais vantagens em termos de impacto organizacional. Isso alivia termos de situações de conflito. As pessoas estão ocupadas e se estiverem motivadas, se estiverem direccionadas para o trabalho, estão alinhadas com os objectivos do projecto, da instituição e isso, em termos de institucionais de organização é uma mais valia. (...) Há menos conflitos, há menos tensões e depois como havia uma contrapartida económica, que é importante, os indivíduos estão mais motivados, as pessoas (em geral) que estão envolvidas na formação, em regra, pensam duas vezes antes de ter comportamentos mais desajustados, e isso tudo tem impacto em termos organizacionais. Por isso, as minhas expectativas eram positivas face ao impacto que isto iria ter no clima organizacional.» (Sujeito F)

Interferência/destabilização do clima organizacional

«Só que naquela altura estava a implementar-se vários programas do PGISP e isto veio destabilizar um pouco esse clima organizacional.» (Sujeito A)

«É assim, para o clima organizacional esta formação atrapalhou. Pelo menos eu senti. Porque as pessoas, quando estes projectos... Para já isto contribuiu para que houvesse algum distanciamento por parte daqueles que não foram escolhidos (...) Não sei se realmente contribuiu para melhoria do clima organizacional. Se calhar piorou.» (Sujeito B)

Ausência ou baixo nível de Expectativas

«Eu achei que ia ser muito difícil, porque era tudo muito diferente do que fazíamos aqui com os reclusos. Era um programa completamente inovador, com metodologias que nunca tínhamos utilizado (...) e houve assim uma série de coisas que nós achamos logo não vai ser possível (...) fiquei na duvida que pudesse ser possível implementar porque havia uma série de decisões que tinham que ser tomadas ao nível da direcção geral... porque muita coisa não dependia de nós que estávamos no terreno e que estávamos a desenvolver ou aplicar o programa no dia a dia. Mas achei... “ não sei se vai para a frente” (...) Achei que não iria ser nada fácil (...) Então foi mais uma novidade entre muitas (sujeito A)

« (...) eu presumi que isto não iria dar frutos...» (Sujeito C)

«Eu desconhecia o termo. Quando lhe disse que desconhecia o termo isso diz tudo. A única coisa que eu sabia é que era um trabalho de grupo, onde se ia seleccionar um grupo, onde iríamos trabalhar com um grupo de indivíduos e no fim apareceu o termo empreendedorismo.» (Sujeito D)

Anexo 14: Categorização da Dimensão 2

Dimensão 2. – Envolvimento e Participação

Categoria C.1 – Conhecimento prévio

Subcategoria C.1.1 – Tema

Existente

« (...) sabia mas há uns tempos atrás não lhe chamávamos empreendedorismo, ao invés desta palavra chamávamos criar o próprio negócio, era a pessoa tornar-se empresário. A palavra e o conceito empreendedorismo é recente, assim como tudo o que gira à volta dela.» (Sujeito G)

Inexistente

«Naquela altura era tudo muito recente. Falava-se pouco. Então dentro do sistema prisional não se falava de todo. (...) Não era uma área que eu dominava ou que eu estivesse à vontade ou tivesse muito conhecimento.» (Sujeito A)

«Foi novo, na altura, para nós, foi realmente novo (...)» (Sujeito B)

«Foi novo, para mim foi novo.» (Sujeito C)

« (...) agora o termo empreendedorismo tive que ir quase ao dicionário ver o que era isso do empreendedorismo, para ser franco.» (Sujeito D)

«Não, não tinha. Para mim foi tudo novo.» (Sujeito E)

«Para reclusos foi mesmo novo.» (Sujeito F)

«Mas para mim na altura foi uma coisa completamente nova, estava fora da minha esfera de acção então era um assunto completamente novo.» (Sujeito G)

«Não, não tinha. Era um tema completamente novo.» (Sujeito H)

«Não, não tinha. Era um tema completamente novo.» (sujeito I)

Subcategoria C.1.2. – Perfil das necessidades

Existente

«Sim, sabia Mas não há um perfil traçado.» (Sujeito D)

«Não existe um diagnóstico formal do perfil dos reclusos. Tudo o que sabemos é informalmente, daquilo que conhecemos deles.» (Sujeito E)

Inexistente

«Não!» (Sujeito A)

«Não... não há um diagnóstico preciso.» (Sujeito B)

«Não.» (sujeito C)

Subcategoria C.1.3. – Perfil das características

Existente

«Sim, também estávamos a par (...) desenvolvemos uma pequena entrevista de avaliação (...) fizemos uma série de perguntas em que estávamos realmente à procura daquelas características que também nos foram transmitidas que eram importantes para a selecção.» (Sujeito A)

«Tinham que pelo menos saber ler e escrever...» (Sujeito B)

«Tinha, participei na selecção daquele grupo.» (Sujeito C)

«Sim, os critérios de selecção estavam estipulados.» (Sujeito D)

«Eram os pré-requisitos...» (Sujeito E)

Subcategoria C.1.4. – Oferta formativa disponível no EP

Relativamente aos técnicos

Formação especializada

«A formação para os técnicos foi para conferir competências para este programa do empreendedorismo, mas não só (...) há programas que pertencem ao sistema prisional e a (...) formação existe para saber como se há-de aplica-los, dessa forma nós vamos receber formação nessa área (...) em geral, sobre o tratamento penitenciário; a formação dá-nos a conhecer que programas existem, como é que nós aplicamos (...) alguns de desenvolvimento de competências importantes para a comunicação, mediação de conflitos.» (sujeito A)

«A oferta formativa para os técnicos... na Direcção Geral, ninguém se pode queixar, especialmente enquanto tivemos estes projectos relacionados com o EQUAL.» (sujeito D)

Relativamente aos reclusos

Formação Académica até ao 12º ano

«Tem o ensino (da primeira classe ao 12º ano) apesar de que, este ano, não tivemos secundário. Não tínhamos elementos suficientes para uma turma do secundário.» (sujeito A)

(...) agora não temos tudo mas leccionou-se desde o primeiro ciclo até ao secundário. Só o ano passado por falta de reclusos para esse nível escolar deixamos de ter o secundário, realmente o

equivalente ao secundário e este ano também não temos 3º ciclo. Só temos o chamado B1 e B2, o primeiro e segundo ciclo.» (Sujeito B)

«Nós temos formação desde a alfabetização até ao 12º ano.» (Sujeito D)

«Temos a parte do ensino que é a alfabetização.» (Sujeito E)

«Em termos de formação académica temos até ao 12º ano (...) Temos muitos reclusos aqui em alfabetização.» (Sujeito F)

«Aqui o que temos garantidos são os quatro graus de ensino.» (Sujeito G)

Cursos de dupla certificação

«E depois tem em diversas áreas o que nos chamamos os cursos de dupla certificação que dá equivalência escolar, geralmente ao nono ano: são reclusos que já tem o sexto ano e uma parte profissional. Neste momento temos a decorrer cursos na área da electricidade, na área das alvenarias, da construção civil, temos operador agrícola (temos quase todos os anos, porque realmente isto é uma quinta, temos espaço para isso) também já tivemos canalização e tanoaria.» (Sujeito A)

«Depois temos e aí é o que os motiva mais é realmente os cursos de dupla certificação, uma componente lectiva e componente profissional e até agora temos tido cursos que lhes dão equivalência ao 9º ano de escolaridade. Ao nível da formação profissional há bastantes cursos.» (Sujeito B)

« (...) Só na parte escolar temos o EFA (Ensino e Formação de Adultos) com cerca de 100 reclusos. Estão a funcionar os anos todos até ao secundário, que é o EFA secundário (...) temos um protocolo com o CPJ em que da parte deles temos sempre dois a três cursos por ano. Tudo cursos certificados. Neste momento temos um EFA B2 de produção florestal, temos um EFA B3 de serralharia e um EFA B3 de jardinagem e espaços verdes. Quando tivemos aqui o PGISP tivemos formações mais curtas por trimestre que tinham de várias áreas (exemplo mecânica auto).» (Sujeito D)

« (...) Em termos de cursos temos em quase tudo porque temos os EFA's.» (Sujeito F)

Cursos profissionais

«E depois também temos cursos que é só a parte profissional, geralmente nestas áreas também, geralmente ligadas a construção civil, mais ligadas (...) Mas são sempre mais relacionados com a construção civil e agricultura.» (Sujeito A)

«Há muitos os cursos para aqui para os reclusos. Muitos.» (Sujeito C)

« (...) e depois temos a componente de formação profissional.» (Sujeito E)

« (...) depois temos pedido algumas formações que temos resposta (...) houve uma altura que tivemos cursos relacionados com as TIC (...) estamos a terminar agora o curso de empregado comercial em parceria com a escola profissional aqui da cidade. Éramos para ter um de calçado mas acabámos por ter dificuldade em encontrar formador na área.» (Sujeito G)

Subcategoria C.1.5. – Preferência formativa dos técnicos

Formação complementar

« (...) os cursos geralmente tem a ver com área que a pessoa está.» (Sujeito A)

«Os técnicos talvez as áreas que lhes são mais próximas...» (Sujeito B)

Subcategoria C.1.6. – Preferência formativa dos reclusos

Cursos profissionais e dupla certificação

« (...) gostam mais da área da civil do que os cursos relacionados com a agricultura (...) Mas eles estão sempre bastante interessados. Preferem os da formação profissional ao ensino que não tem esta componente profissional.» (Sujeito A)

«Eles preferem os cursos com componente profissional.» (Sujeito B)

«Eles preferem os cursos de pintura, construção civil, serralharia, canalização, obras, electricidade.» (Sujeito C).

«Os do CPJ porque são remunerados (...) É por isso que eles procuram muito os cursos de formação profissional e os do CPJ.» (Sujeito D)

«Estes que estão a decorrer, os de operador florestal, serralharia, jardinagem, estas áreas oficinais são muito solicitadas (...) que dão equivalência escolar, eles preferem, porque eles têm umas habilitações muito baixas e, estes cursos, que são EFAS, eles preferem.» (Sujeito E)

«Ultimamente há um interesse muito grande (...) que são as áreas das TIC e informática. Depois há interesse em coisas viradas para o turismo (...) As profissões mais tradicionais, há um corte, parece-me que eles não estão tão interessados (tirando a electricidade que eles continuam interessados.» (Sujeito F)

«Mas na altura ia muito na linha da mecânica, da electricidade, informática.» (Sujeito G)

«Os que têm dinheiro. Os que são pagos (...) Mas os que eles gostam mais são as actividades mais tradicionais, a mecânica, a electricidade, cursos de pedreiro, canalizador, alvenaria, pintores, construção civil, mais práticos. Os de carpintaria e marcenaria eram os menos solicitados porque esses cursos exigem alguns conhecimentos.» (Sujeito I)

Categoria C.2. – Sistema de Comunicação utilizado na divulgação do PERSP aos técnicos e aos guardas

Subcategoria C.2.1 – Emissor

Direcção/Chefias

«(...) eu fui notificado através da minha chefia (...)» (Sujeito C)

«Foi o director que nos comunicou.» (Sujeito A)

«Foi o director. A questão foi colocada assim: “temos um projecto que é do empreendedorismo, onde nós vamos trabalhar com um grupo de reclusos e precisávamos de técnicos superiores para esta área. Tinha pensado em si...”» (Sujeito D)

«Fui informada ou pela directora, adjunta, ou através coordenadora. Não fui informada pessoalmente, porque isto é assim vem um ofício para cá, a directora informa a adjunta e a adjunta informa a coordenadora ou fala connosco.» (Sujeito E)

«Foi através da senhora directora que me pediu para participar.» (Sujeito H)

«Foi a direcção que me comunicou.» (Sujeito I)

Serviços Centrais

«Foi através da Direcção dos Serviços Prisionais...» (Sujeito B)

«A comunicação foi feita através da Dra. PV porque na altura estávamos numa formação e a Dra. PV foi a primeira pessoa a apresentar esta possibilidade.» (Sujeito F)

«O projecto PGISP na sua globalidade surgiu e depois falaram-nos nos vários sub-projectos.» (Sujeito G)

Subcategoria C.2.2. – Canal

Via presencial

«Foi o director que nos comunicou. Chamou os Técnicos de Reeducação e Guardas aqui do EP para uma reunião e comunicou-nos que o programa para o empreendedorismo viria cá para esta região e que alguns de nós iria para formação para conhecer o programa e para saber como é que o haveríamos de o aplicar aqui.» (Sujeito A)

«Foi através da Direcção dos Serviços Prisionais, fomos convidadas pessoalmente, neste caso, fomos convidadas para realmente participar neste projecto.» (Sujeito B)

«Foi o director. A questão foi colocada assim: “temos um projecto que é do empreendedorismo, onde nós vamos trabalhar com um grupo de reclusos e precisávamos de técnicos superiores para esta área. Tinha pensado em si...”» (Sujeito D)

«A comunicação foi feita através da Dra. PV porque na altura estávamos numa formação e a Dra. PV foi a primeira pessoa a apresentar esta possibilidade.» (Sujeito F)

«O projecto PGISP na sua globalidade surgiu e depois falaram-nos nos vários sub-projectos. E pelo facto desta EP ter poucos técnicos nós não tínhamos muitas hipóteses...» (Sujeito G)

«Foi através da senhora directora que me pediu para participar. Esse pedido foi feito e eu aceitei...» (Sujeito H)

«Foi a direcção que me comunicou e depois fui convidado achando que eu deveria ter algum perfil para este tipo de formação.» (Sujeito I)

Via ofício/notificação

« (...) eu fui notificado através da minha chefia para ir fazer uma formação na área do empreendedorismo.» (Sujeito C)

«Fui informada ou pela directora, adjunta, ou através coordenadora. Não fui informada pessoalmente, porque isto é assim vem um ofício para cá, a directora informa a adjunta e a adjunta informa a coordenadora ou fala connosco.» (Sujeito E)

Categoria C.3. – Aceitação Institucional

Subcategoria C.3.1. – Direcção E Técnicos

Fraca/Indiferente Aceitação

« (...) haviam outros que não achavam interessante mas pronto, também não ligavam...» (Sujeito A)

«Em relação aos técnicos, é claro que o que é novidade, sabe perfeitamente... e então no nosso país e em meio prisional que é um meio extremamente fechado há sempre um bocadinho de dúvida.... Há sempre um bocadinho de dúvida relativamente ao sucesso ou insucesso seja do que for. Mas estavam mais ou menos...» (Sujeito B)

«Houve algumas dúvidas. As dúvidas que eu tinha em relação portanto... Da parte da direcção havia algumas dúvidas, por parte dos técnicos também.» (Sujeito C)

«Por parte da direcção não posso dizer porque eu não conhecia praticamente a direcção. Agora em relação aos técnicos...na altura havia uma saturação enorme de projectos e os técnicos que foram, foi quase tudo, e também foi por isso que também fui, foram porque tinha que ir alguém. Não foi por livre e espontânea vontade. Isto para ser sincero.» (Sujeito D)

«A direcção geral, os serviços centrais, não aceitou muito bem, não ligaram muito. Foram eles que compraram mas o que querem é estatísticas (...) Os guardas, numa primeira fase, aceitaram mal, porque ir com os presos e presas na mesma sala sem guarda nenhum era complicado.» (Sujeito I)

Aceitação positiva

«Sim porque o nosso director sempre esteve muito empenhado neste tipo de programas. Então ele foi o motor de isto tudo. “ Sim, vamos implementar isto é possível!” (...) eu acho que sempre foi muito bem aceite, bem acolhido. (...) Por parte dos técnicos, alguns aceitaram bem (...) Havia os técnicos que até achavam interessante não fizeram nenhum boicote, nem nada que se parecesse para impedir as coisas. Mas acho que quem esteve mais envolvido foram as pessoas que se interessaram mais. Mas nem todos os técnicos acharam muito bem, nem todos técnicos participaram. Não, isso não aconteceu. Não, resistências no sentido de boicotar, não.» (Sujeito A)

«Em relação à direcção penso que sim...não sei. Em relação aos técnicos houve no princípio, durante a formação em Lisboa, alguma reactividade porque como eu digo, as pessoas que estavam lá já tinham muitos nãos de serviço e perceberam-se que implementar um programa destes não ia ser fácil. Mas depois parece-me que as pessoas foram alterando a maneira de ver, e no dia a dia foi-se construindo as coisas e viram que era possível.» (Sujeito E)

«Tudo o que tenha a ver com acções e dinâmicas que nos proporcionem a melhoria do desempenho daquilo que são as nossas funções, faz sentido. Por parte dos técnicos, sim ela acompanhou a formação de alma e coração (...)» (Sujeito F)

«Pela direcção sim, sem duvida. Por parte dos técnicos foi bem aceite.» (Sujeito G)

«Pela parte da direcção, sem duvida que sim. Por parte dos técnicos sim.» (Sujeito H)

Subcategoria C.3.2. – Reclusos

Fraca/Indiferente Aceitação

«Na generalidade, em relação aos formandos que tivemos lá, todos tínhamos dúvidas...» (Sujeito C)

Aceitação positiva

«Para os reclusos, sim, foi (...) porque, reclusos estavam fechados, estavam confinados ao espaço do sistema prisional e, de repente, vêem-se a poder ir ao exterior e ter este tipo de experiências e, portanto, realmente eu senti que inicialmente eles estavam realmente motivados.» (Sujeito B)

«Por parte dos reclusos foi bem aceite. Era também curiosidade por parte deles mas também foi como outra formação qualquer. Não foi diferente.» (Sujeito D)

«Pelos reclusos foi bem aceite. No início até houve bastantes inscrições, agora também já não me recordo...mas depois tiveram que ser eliminados porque havia critérios de selecção.» (Sujeito E)

«Por parte dos reclusos também foi aceite.» (Sujeito G)

«Por parte dos reclusos alguns, porque houve uma parte que desistiu. Eu penso que a maior parte dos reclusos na altura aceitou por vontade própria...» (Sujeito H)

«Aceitaram com uma certa curiosidade (...) depois o curso tinha a particularidade de misturara homens e mulheres e isso foi muito bom e claro que contribuiu para que eles aceitassem logo a ideia muito bem.» (Sujeito I)

Categoria C.4 – Participação no planeamento do PERSP

Subcategoria C.4.1. – Participação moderada

«O que aconteceu é que nós recebemos os manuais, já todos prontos. Os manuais são só: “dia um este; procedimentos, este; material, este; forma de dinamizar este...” e nós fomos adaptando. Mas pronto, recebemos as coisas já feitas e nós íamos adaptando.» (Sujeito A)

«Participei inicialmente mas depois tive outras prioridades e já não acompanhei tão bem...» (Sujeito D)

Subcategoria C.4.2. – Ausência da participação

«Já não me recorda... e depois deixei de participar.» (Sujeito B)

«Não, não cheguei a participar.» (Sujeito C)

«As coisas já estavam mais ou menos determinadas, vinha tudo expresso no manual.» (Sujeito E)

Subcategoria C.4.3 – Nível de Participação do PERSR

Reclusos

« (...) sim participaram bem...era uma forma de fugir à rotina e sair da cela (Sujeito A)

« Eu acho que eles estiveram sempre interessados...participaram à sua medida (...)»

(Sujeito B)

« (...) eles participaram sempre (...) os que estavam realmente interessados e motivados.»

(técnicos e guardas) (Sujeito C)

«(...) num primeiro momento a participação foi maior, depois acabou por complicar e também ficou mais saturante, o entusiasmo diminuiu e isso notou-se ao nível da participação» (Sujeito E)

«(...) eles participaram mediante as suas possibilidades efectivas, mas estavam interessados, sim» (Sujeito F)

Técnicos

«(...) participei sim...poderia ter participado de outra forma, se tivesse tido tempo de preparar melhor as coisas, as actividades, o programa... os manuais também vinham em cima da hora e não dava para preparar muito bem...foi razoável» (sujeito A)

«(...) inicialmente sim....» (sujeito B)

«(...) sim, tive que participar depois de lá estar também não ia dizer que não» (Sujeito C)

« (...) foi razoável, também veio um bocadinho numa altura...mas sim participei» (sujeito D)

« Posso dizer sim, dentro do possível e das minhas competências» (Sujeito E)

« Todos participámos dentro do âmbito das nossas possibilidades e competências, a motivação e o empenho dos técnicos sempre foi bastante...(Sujeito F)

« Eu e os meus colegas participámos sim, bastante...e ao início empenhámo-nos bastante e apesar de todos os problemas lá estivemos...sempre (Sujeito I)

Anexo 15: Categorização da Dimensão 3

Dimensão 3 – Perspectiva Crítica do PERSR

Categoria D.1 - Pertinência

Subcategoria D.1.1- Necessidades formativas dos reclusos

Ajustado

«Acho que, como lhe expliquei no início, para os jovens, sim (...).» (sujeito A)

«Na medida, em que este curso de empreendedorismo ao mesmo tempo que aborda a parte técnica do empreendedorismo, também tinha as componente das competências básicas que são as competências psicossociais, então nesse aspecto sim, vai de encontro às suas necessidades porque eles têm muita necessidade de desenvolver essa componente pessoal e social. Portanto essas como são as básicas, são mais importantes de desenvolver os reclusos.» (sujeito E)

Desajustado

«Pois, infelizmente, em relação à pertinência desta formação, tendo em conta a oferta formativa que este EP já tem... acho que foi mais uma coisa... acho que infelizmente foi por aí... (...) Pois.... Sinceramente acho que esta formação não se ajustou ao diagnóstico de necessidades de formação dos reclusos. Para já este tipo de projecto tinha mais a ver com adultos. Penso que está mais direccionado para indivíduos que já tivessem um profissão, mais velhos com alguma orientação... ao nível dos jovens estava um bocadinho desajustado». (sujeito B)

«Eu acho que para o meio prisional, e eu falo por esta cadeia e porque são jovens adultos, não se encaixa bem.» (sujeito C)

«No modelo que nos aplicaram não. Se fosse num modelo diferente era importante, poderia ser válido, porque era uma mais valia para eles. Há indivíduos até pela experiência de vida que têm, estão muito habituados ao negócio, a saber gerir pequenas coisinhas. É preciso é pô-los no caminho certo.» (sujeito D)

«Na altura pareceu-me que não.» (sujeito G)

Isto não era um curso, era mais um manual de competências. Isto era ajustável às necessidades se fosse feito como disse, fora da prisão, já numa fase de saída sem estarem preocupados se o juiz vem se não vem. (sujeito I)

Subcategoria D.1.2 – Pré-requisitos dos reclusos

Leitura e escrita adquirida

Em relação aos reclusos acho que sim, tem que haver... realmente houve aqui uma preocupação. Eles pelo menos tinham que saber ler e escrever, e a maioria que integrou sabia, e o curso também teve isso em consideração. Mas obviamente que só sabiam ler e escrever tinham mais dificuldades que aqueles que tinham mais habilitações. (Sujeito B)

Habilitações académicas mínimas

Em relação as habilitações académicas aí também acho que deveria haver requisitos porque este curso foi-se intensificando ao longo do ano especialmente, aquela parte mais técnica, mais económica, de contabilidade e gestão. (...) Aquilo abordava conceitos da matemática e gestão e exigia mais competências que eles claramente não tinham. (Sujeito E)

Aos reclusos penso que, daquilo que conheço do curso, no mínimo teriam de ter 9º ano. Tendo o 2º ciclo, eles deixam de conseguir acompanhar porque depois a segunda parte do curso já se exige outras coisas e depois têm já que apresentar um plano de negócio, e penso que menos do 9º ano é difícil (...) Tem de haver capacidade e alguma competência mínimos. O curso é exigente. Não quer dizer que não se possa fazer, mas depois em termos de resultados fica muito aquém.. (Sujeito F)

Os reclusos tinham que ter o 6º ano de escolaridade, saber ler e escrever correctamente. (sujeito G)

Motivação para a aprendizagem

Que tenham muita motivação. (Sujeito E)

Idade

Em termos de idade era importante, eles terem pelo menos 30 anos, pessoas com mais maturidade para poderem acompanhar este curso. (Sujeito E).

Indivíduos entre os 20/40 preferencialmente. (Sujeito F)

E depois a idade não sei se tem que ser um critério assim tão tido em conta porque eles são adultos e qualquer altura da vida pode-se começar de novo (Sujeito G)

Ausência de patologias e adicções

Depois em termos de perfil, não convém ter indivíduos com perturbações mentais e/ou emocionais e cognitivas. E definitivamente não haver toxicodependentes nem burlões. Aqui, muitos dos reclusos que participaram tinham problemas com a droga e nós tínhamos que constituir uma amostra de qualquer maneira, não havendo alternativas...(Sujeito F)

Penso que o consumo de estupefacientes, penso que tem que ter algum tempo de abstinência sendo que a pessoa tem que estar completamente livre de drogas, de medicamentos e de consumo de álcool. Depois a situação jurídico-penal tem que estar estabilizada, (Sujeito G)

Subcategoria D.1.3 – Pré-requisitos dos técnicos

Capacidade de Liderança Democrática

Acho que têm que ser pessoas, à partida, abertas a novidades e a coisas diferentes, não podem ser pessoas muito rígidas e fechadas. Isso seria difícil, terem que estar a partida, estar dispostas a aprender coisas novas e coisas que não sabiam.(...) e o próprio programa e relação que se estabelece ente os facilitadores e os formandos do programa, tem que ser uma relação, tem que ser aberta, de confiança, em que é um pouco diferente do papel que os técnicos têm com os reclusos. Aí, os técnicos que participaram tinham à partida estes requisitos, já os guardas ... é uma cultura mais fechada...é diferente, tendo em conta o papel e funções que desempenham (Sujeito A)

O técnico tem que ser um indivíduo não conflituoso, empático ter boa capacidade de raciocínio encarar isso como um missão e não como um trabalho qualquer com hora marcada, ter a capacidade de pensar fora da caixa, não aceitar as coisas conforme lhe são apresentadas. Todos nós, pela formação que temos, estávamos preparados (...) (Sujeito I)

Capacidade de resiliência e de adaptação

Ter alguma tolerância à frustração porque este curso é longo, são 32 semanas, então não é fácil. É um programa todos os dias, em que a pessoa está envolvida todos os dias. Em que algumas dificuldades surgem, que nem têm a ver com o curso, mas tem a ver com a população com a qual se está a trabalhar e, por isso tem que ir bastante preparadas. Sim, nós tínhamos essas características. (Sujeito A)

Tentar fazer arranjar soluções para as pequenas coisas que vão surgindo, tem que adaptar o seu modo de trabalhar a cada um dos formandos porque os formandos têm tempos diferentes de aprendizagem e até modos diferentes de aprendizagem e aceitar isso. Já os guardas têm mais dificuldades, dada a sua condição de manter a ordem. Isso era difícil para eles. (Sujeito I)

Motivação e empenho

Na vida nós só conseguimos uma coisa, seja ela qual for, se estivermos motivados. O principal é a motivação. (Sujeito D)

Penso que qualquer técnico mediano que tenha motivação para este tipo de trabalho (...) Portanto é preciso técnicos com: interesse, motivação, preparação e experiência institucional. (...). Experiência de vida e bom senso, isso é para tudo. (Sujeito F)

Capacidade de auto-avaliação de competências

As pessoas também têm que, por iniciativa própria, avaliar-se a elas mesmas. Se me disserem assim “ epá queres levar a cabo esta formação?” depois eu tenho que ver se tenho capacidades ou não. Não me inscrevo e não aceito. (sujeito C)

Temos sobretudo saber até que ponto isto era adaptado aos técnicos. Uma coisa é o domínio das dinâmicas de grupo, as competências que nos são exigidas para esse efeito, outra coisa já são conhecimentos que à partida não temos...contabilidade, gestão e assim... Essa parte a nossa formação não inclui e isso foi-nos exigido... porque acabámos por fazer tudo (sujeito I)

Competências, conhecimentos e experiência

Os requisitos... primeiro devem que ter conhecimento. Alguém deve transmitir a ideia do que é um curso de empreendedorismo, quais são as qualidades das pessoas empreendedoras. (...) As pessoas para dar estes cursos têm que ter muitas qualidades, têm que perceber do que estão a fazer, têm que estar mais dentro da área, têm que saber de informática, têm que perceber muito disso. Têm que perceber de gestão sobretudo. De gestão. (Sujeito C)

Também temos que ter formação, mas se não a tivermos, vamos à procura dela. (Sujeito D)

(...) que se prepare, que já tenha alguma experiência de trabalho no terreno e institucional (...)Portanto é preciso técnicos com: interesse, motivação, preparação e experiência institucional. (...) Experiência de vida e bom senso, isso é para tudo (...) o que quero dizer é que chegamos aqui com uma série de competências e depois deixamo-las cair em vez de as alimentarmos e mantermos. Portanto é preciso técnicos com: interesse, motivação, preparação e experiência institucional. (...). Experiência de vida e bom senso, isso é para tudo. (Sujeito F)

Categoria D.2 - Oportunidades e Ajustamento

Subcategoria D.2.1 – Contexto prisional

Ajustado

Eu acho que sim. Na altura ele (Director do EP) fez bem (...) É uma área que faz todo o sentido quer dentro das prisões, quer fora, por isso eu compreendo que ele, nessa altura, tivesse achado que o empreendedorismo poderia ser uma solução e que poderia ser alguma coisa de interessante. Então eu acho que sim (sujeito A)

Desajustado

(...) foi uma experiência nova que me parece que não resultou... e que provavelmente, se tivesse sido feita noutros moldes, com mais essa ajuda por parte da empresa, ajuda na dinamização e não só.... Penso que as coisas teriam realmente corrido de outra forma (sujeito B)

É um investimento não rentável. (sujeito C)

Eu acho que para o meio prisional, e eu falo por esta cadeia e porque são jovens adultos, não se encaixa bem. (sujeito C)

Neste modelo não. Porque estou em desacordo com este modelo. Não estou em desacordo com a formação nem com o tema. (sujeito E)

“Na altura penso que não houve a preocupação de ser oportuna ou não. Na altura a preocupação era pôr o projecto em acção nos EP’s que foram escolhidos para EP piloto” (sujeito G)

“Foi mais um curso... Isto não era um curso, era mais um manual de competências. Isto era ajustável às necessidades se fosse feito como disse, fora da prisão, já numa fase de saída sem estarem preocupados se o juiz vem se não vem.” (sujeito I)

Subcategoria D.2.2 – Temporal (timing)

Inoportuno

Posso dizer que naquela altura havia muitos projectos do PGISP a acontecer (...) foi muito rápido (...) estava toda a gente muito atarefada (...) e nós temos prazos a cumprir (sujeito A)

Não ... Tinha que ser uma equipa talvez de fora (...) na altura estávamos com os reclusos fazíamos acompanhamento, relatórios (...) havia prazos a cumprir (Sujeito B)

Categoria D.3 – Adequação

Subcategoria D.3.1 – Idade (reclusos)

Adequado

Em relação às habilitações e idade ajustou-se, temos aqui muita variedade, dá para escolher (sujeito E)
Sim, penso que sim. (sujeito C)

(...) aqui neste EP, apesar disso, eram os que trabalhavam mais rapidamente, que entendiam e aprendiam mais rapidamente e isso tem a ver com o facto de serem jovens... a aprendizagem ainda é bastante fácil (sujeito A)

Inadequado

(...) Nas prisões em que os reclusos eram mais adultos houve sessões que realmente ficaram para trás, tiveram que repetir vários conceitos e tiveram e que adaptar as pessoas com quem estavam a trabalhar (sujeito A)

Pois não me parece, apesar de nós termos miúdos extremamente inteligentes. (sujeito B)

Subcategoria D.3.2 – Habilitações académicas

Adequado

“Houve um ou outro com mais dificuldades mas aprendiam bem. (sujeito B)

Acho que no mínimo o que se exigia era que eles tivessem o 9º ano de escolaridade e os reclusos tinham essas habilitações”. (sujeito C)

“Sim. Aquela primeira fase, das dinâmicas de grupo serve para toda a gente. Porque uma dinâmica de grupo tanto de faz com pessoas licenciadas como com as analfabetas. E isso funcionou e está de acordo com as características deles. Voltando à pergunta, a formação era ajustada às características dos reclusos mas muito saturante e repetitiva” (sujeito D)

“Em relação às habilitações e idade ajustou-se, temos aqui muita variedade, dá para escolher” (sujeito E)

Inadequado

Tivemos que fazer muitas adaptações porque realmente os nossos reclusos têm habilitações escolares muito pobres e houve muitas coisas nos manuais que tivemos que realmente adaptar por causa disso. A própria escolha dos reclusos... houve uma série de reclusos que não tinham condições para integrar isto porque tinha que ser alguém que soubesse, escrever, ler, ter outra habilitações. (sujeito A)

Assim não. Precisamos de ter certos requisitos como tempo de permanência no EP, idade, mínimo de competências, perfil (sem serem toxicodependentes e nós aqui tínhamos mais que metade – latamente perverso) etc (...) O nosso grupo é tão heterogéneo que a formação não resulta, não tem sucesso e nós nem acabamos por perceber porquê. Isto porque as variáveis são muitas. (sujeito F)

Subcategoria D.3.3 – Mercado de trabalho

“Acabo por achar que é um pouco realista com os jovens (...) mesmo com um brilhante plano de negócios vai ser difícil arranjar financiamento para isso (...) entretanto com a crise mundial (...) vais ser difícil montar o seu próprio negócio” (sujeito A)

“ Eu acho que para aqueles que quiserem, este curso é uma mais valia (...) alguns saíram daqui com vontade de montar o seu negócio (...) mas para o mercado de trabalho precisam de cumprir regras, horários, as funções do dia a dia, ter bom comportamento (...)” (sujeito C)

“ (...) as outras áreas, de montar o próprio negócio, não são aplicáveis porque ficaram à quem (sujeito D)

“ Os conteúdos podem ser aplicados (...) debateram-se assuntos actuais (...) mas não é fácil (...) temos aqui cursos mais pequenos com menos tempo mas mais práticos, dão mais ferramentas práticas e vão de encontro ao que eles precisam no mercado de trabalho, uma profissão, um saber mais prático, tem mais resultados” (sujeito E)

“ O programa trabalha muito bem essa área das competências profissionais. O curso é muito prático, tem muito pouco de teoria. A prática era na sala de aula sempre imaginávamos um contexto, era um contexto imaginário daí que as situações que eram colocadas em espaço de sala de aula são situações que eles podem perfeitamente replicar na realidade (...) Como o curso é muito prático discutiam-se situações muito actuais, debatiam-se situações do dia a dia, da realidade. Na parte da fase dois que é quando se trabalha a parte do plano de negócios, mas também se trabalha muito a parte das competências pessoais, do eu, do saber estar, saber ouvir, saber comunicar, fazia-se muito o rol playing, simulava-se situações do telefone, enfim, situações do dia a dia. Isso penso que era muito útil, no que tem a ver com as competências pessoais” (sujeito G)”

Categoria D.4 – Qualidade

Subcategoria D.4.1 – Duração

“(...) Achei que foi demasiado longa (...) as pessoas também se cansaram (...) foi repetida (...)”(sujeito A)

“(...)Em relação à duração acho que foi muito, muito extensa (...)” (sujeito B)

“(...) não concordo com este modelo, tem que ser um modelo mais curto, mais consistente e com regras bem definidas (...) foi muito longo, muito saturante” (sujeito D)

“Um ano é muito para esta cadeia (...) por causa das penas” (sujeito E)”

“Não, é muito longo” (sujeito G)

Subcategoria D.4.2 – Carácter Inovador

“ Acho que metodologia foi a parte mais inovadora (...)” (sujeito A)

“Inovadora acho que sim” (sujeito B)”

“Acho que não, não trouxe muitas inovações (...)” (sujeito C)

“ O termo foi...e só pelo impacto que isto causou (...)” (sujeito D)

“ Sim (...) o empreendedorismo é uma área inovadora” (sujeito E)

“Inovadora porque logo é nova (...) Depois foi um programa diferente porque (...) a questão de um empreendedor por um dia e terem que ir para a rua, o facto de abriremos a Internet para eles fazerem pesquisa de preços e valores, a participação de um guarda em sala de aula e trabalhar em conjunto com um técnico. O guarda aqui nesta EP despiu a farda por um tempo, despiu a farda física e psicológica. Ele despiu a farda não deixou de ser guarda mas estava em sala de aula como está um técnico. O trabalho em equipa com as várias categorias profissionais logo aí é inovador e muito positivo. E valeu a pena porque os técnicos e os guardas apercebemo-nos o que é que uns e outros fazemos, não é cada um está no casulo e não comunicamos tão bem.

“ Penso que sim, foi bastante inovador” (sujeito G)

“Inovador? Muito!!! “ (sujeito I)

Subcategoria D.4.3 – Conteúdos

“(…) em termos de conteúdos a área da descoberta foi muito importante, estar a desenvolver competências pessoais (...) gostei muito dessa filosofia” (sujeito A)

“(…) penso que em termos de conteúdos, a formação que estamos a fazer agora é mais interessante” (sujeito B)

“(…) se estivermos a falar daquelas dinâmicas de grupo que foi a parte que mais desenvolvemos, acho, que sim eles melhoraram muito a nível pessoal” (sujeito D)

“(…) eles tiveram umas basezinhas ... só serviu para terem umas noções” (sujeito E)

“(…) os conhecimentos que foram adquiridos tendo em conta os conteúdos foram bons (...) depois a questão de um empreendedor por um dia e terem que ir para a rua, o facto de abirmos a Internet para eles fazerem pesquisa de preços e valores (...) foi muito importante (sujeito G)

Subcategoria D.4.4 – Informação sobre os apoios

“(…) os reclusos receberam informação sobre os apoios ao longo do curso, já tinham pessoas convidadas para esse efeito (...) isso foi muito importante “(Sujeito A)

“(…) essa informação foi transmitida durante o curso” (sujeito B)

“(…) houve alguma informação que passou, mas muita ficou também por dizer (...) (Sujeito D)

Subcategoria D.4.4 – Articulação inter instituições

“(…) na fase inicial o estabelecimento acompanhou os reclusos lá fora...fui sabendo de alguns deles (...)” deveria haver um articulação entre o EP e a direcção Geral de reinserção social (...) eu acho que eles ficam muito desacompanhados” (sujeito A)

“(…) penso que não O EP não tem acompanhado os reclusos lá fora ” (sujeito B)

“(…) eu penso que o EP deveria acompanhar esse processo de reintegração dos reclusos “(...) a direcção Geral de Reinserção social também deveria informar o EP do que vai acontecendo com os reclusos” (sujeito C)”

“(…) eles deveriam ter alguém que os acompanhasse aqui e no mundo do trabalho, uma espécie de tutor” (sujeito D)

“(…) o estabelecimento prisional deveria monitorizar se tivesse recursos para isso (...) no mundo ideal a Direcção Geral de Reinserção e o Instituto do Emprego e da Solidariedade Social deveriam ter um papel mais activo (...) falta uma estrutura no exterior para dar apoio, algum parceiro mais competente sem ser a empresa GV” (sujeito E)

“Ou seja os indivíduos acabaram de fazer a cação e depois não houve mais acompanhamento nenhum. Nem por parte da empresa GV e nem pela DGRS nem pela nossa parte. E isso deveria estar previsto pelo menos durante 9 meses ou assim. Mesmo estando na instituição, ou fora. Seria importante o acompanhamento e articulação nos dois contextos” (sujeito F)

Categoria D.5 – Resultados

Subcategoria D.5.1 – Alteração das expectativas iniciais

“Eu estava um bocadinho céptica (...) estava com receios quando iniciei (...) surpreendeu-me o sucesso” (sujeito A)

“Não correspondeu às expectativas iniciais ... de longe (sujeito B)

“Não correspondeu, longe disso (sujeito C)

“Não... mesmo que o sucesso tenha sido pouco e tenham reincidido, fica sempre qualquer coisa de bom” (sujeito D).

“Não correspondeu às minhas expectativas iniciais (...) (sujeito E)

Subcategoria D.5.2 – Concretização dos objectivos

“Tendo em conta os resultados acho que não atingiram os objectivos (...) por mais brilhante que um plano de negócios seja precisa de um acompanhamento lá fora (...) os objectivos atingidos foram ao sentirem-se bem... em grupo (...) (sujeito A)

“ Os objectivos não foram atingidos, nem todos (...) arranjar um emprego e montar o seu negócio, não (...) tinha que ser um curso mais prático, que cativasse mais (sujeito C)

“ Os objectivos foram atingidos minimamente (...) parcialmente (...) apesar do sucesso fica sempre qualquer coisa (...) houve um reclusos que conseguiu montar uma empresa própria mas ele já era um indivíduo desse mundo do trabalho (sujeito D)

“ Não sei... acho que não. Sei de um ou outro que tiveram sucesso, mas acho que a maioria não” (sujeito E)

“Foram atingidos os objectivos possíveis tendo em conta o grupo que se constituiu” (sujeito F)

“Os objectivos foram atingidos minimamente. Aqueles que ficaram até ao fim e completaram o curso. Se os objectivos eram eles não voltarem a prisão no espaço de dois anos, e era sempre o que eu usava (...) estou aqui em dúvidas (...)” (sujeito G)

Subcategoria D.5.3 – Desenvolvimento de competências

“Ao nível da comunicação, competências pessoais (...) acho que houve bastantes avanços” (sujeito A)

“Experimentaram e adquiriam ali um conjunto de tópicos para o negócio” (sujeito C)

“(...) só a parte das competências pessoais e sociais, muitas ficaram por desenvolver, tais como a autonomia e a responsabilidade” (sujeito D)

“ Há sempre mudança de atitudes, mudança de comportamentos (...) mas este programa não se destacou face aos outros (sujeito E)

“(...) diminuição de comportamentos disruptivos, menos reactivos, mais assertivos, melhorar no fundo, as suas competências pessoais e sociais...(...) uns desenvolveram em parte (...) tiveram uma oportunidade efectiva de fazer um percurso pessoal que muita gente não tem possibilidade (sujeito F)

“a parte das competências pessoais, do eu, do saber estar, saber ouvir, saber comunicar, fazia-se muito o rol playing, simulava-se situações do telefone, enfim, situações do dia a dia (...) no que tem a ver com as competências pessoais é muito gratificante ver como é que eles crescem (...) na globalidade das suas acções (...) a forma como se expressam e a clareza das ideias, capacidade que eles depois já têm de expor aos outros as suas ideias, porque fazem umas auto-escopias pelo meio daquilo ” (sujeito G)

Subcategoria D.5.4 – Mudança nas representações sociais

“Sim acho que mudou... para alguns não ficaram muito surpreendidos porque já sabiam das suas capacidades ... mas para alguns talvez” (sujeito A)

“ Não me parece que esta formação tenha sido importante para isso (...)” (sujeito B)

“Não foi importante para isso, o tratamento aqui é igual para todos” (sujeito C)

“Não, os técnicos que foram para essa formação eram muito novos” (sujeito D)

“Não, eles (técnicos) conhecem-nos tão bem...mas quando eles saíram para a rua e viram o comportamento deles lá fora, também os surpreendeu (sujeito E)”

“ Sim. Como eu disse acho que o trabalhar com eles no dia a dia conseguimos ter a percepção de como o crescimento vai acontecendo e é muito gratificante. No meio disto tudo é muito gratificante ver como é que eles crescem, há mesmo um crescimento que é evidente (...) isso é muito positivo e é claro que altera completamente a nossa visão se não trabalhássemos desta forma com eles (sujeito G)”.

Subcategoria D.5.5 – Relações interpessoais

“Apenas os técnicos que trabalharam com os reclusos...fora disso acho que não” (sujeito A)

“Entre técnicos reclusos é óbvio que isso é verdade (Sujeito B)

“ Não pioraram mas também não melhoraram, não trouxe mais proximidade” (sujeito C)

“Com a proximidade melhoram sempre as relações. Era mau se assim não fosse (...) ficou ali um vínculo e isso é benéfico” (sujeito D)

“Isso oscila, houve períodos melhores e períodos piores (sujeito E)

“Entre os técnicos não melhorou e não sei se não provocou alguma tensão. As relações entre técnicos e reclusos, sem dúvida, que melhoraram (sujeito F).

“Sim, contribuiu para uma melhor relação entre técnicos e reclusos embora isso as vezes possa ser complicado porque nós, eu por exemplo, não acompanhava todos mas acompanhava alguns e há que saber separar um bocadinho as coisa, eles tem que estar ali porque querem estar ali mas eu depois quando tiver que dar pareceres e elaborara relatórios quer dizer também tenho que destringar, ali sou técnica e lá era facilitadora. Há aqui uma ambiguidade de papéis que é preciso separar mas eu a nível

de relação com reclusos não tenho tido, nunca tive problemas a esse nível. É natural que as pessoas que lidam dia adia os relacionamentos começam a ser diferentes (sujeito G).

Subcategoria D.5.6 – Avaliação custo/benefícios

“É um investimento não rentável” (sujeito C)

“Se correspondeu ao investimento.... Temos aqui muitas fragilidades neste grupo. Considerando que os objectivos eram criar o próprio negócio, prosseguir estudos, trabalhar por conta de outrem e não reincidir, temos dois que já voltaram ao sistema... Porque o investimento é muito grande. Ou então nós não queremos saber. Investimentos indevidamente. (sujeito F)

Anexo 16: Categorização da Dimensão 4

Dimensão 4 – Processo de Inclusão/Exclusão

Categoria E.1. - Factores de Inclusão

Subcategoria E.1.1. – Família

«O suporte familiar é essencial...» (Sujeito A)

«Ter uma boa família que os acolhesse e os orientasse na vida.» (Sujeito C)

«Como lhe disse o apoio familiar é importantíssimo. Sem apoio familiar é difícil.» (Sujeito D)

«O único caso de sucesso que nós temos tem a ver com todo apoio familiar e económico que ele teve por detrás. Esse apoio é um facilitador.» (Sujeito E)

Subcategoria E.1.2. – Educação e Formação

«Uma formação realmente virada para o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais ajustadas ao mundo do trabalho.» (Sujeito A)

«Era sobretudo adoptarem aqui uma conduta e um comportamento que lhes permitisse ter um emprego lá fora e mantê-lo. No fundo trata-se de uma boa base educativa.» (Sujeito D)

Subcategoria E.1.3. – Emprego

«Acho que sim, é mesmo por aí. O emprego é fundamental!» (Sujeito A)

«O emprego é uma peça importantíssima...» (Sujeito B)

«O emprego é importante sim.» (Sujeito C)

«Sem um emprego eles não conseguem inserir-se na sociedade. E alguns que reincidem queixam-se disso. Não conseguem um emprego e é o que eles apresentam como justificação o facto de voltarem à prisão.» (Sujeito D)

«O emprego é importante sim. Fundamental.» (Sujeito E)

«Os indivíduos com probabilidade de reincidência, os indivíduos reincidentes, os indivíduos que vêm de um meio delinquente e marginal, o emprego para eles não é valorizado, pelo contrário, isso é coisa para parvos. E não raras vezes, eles próprios, entre eles, há até alguma discriminação e rejeição daquele que sai do grupo em prol de actividades mais estruturantes.» (Sujeito F)

«O emprego é fundamental; agora há uma questão que temos aqui como lá fora que é competência.» Não há. Hoje as pessoas estão com muita falta de saber fazer.» (Sujeito G)

«Sim, claro. Mas eles nem sempre o valorizam. Valorizam se calhar um emprego e não um trabalho. Porque se for para as obras eles não querem saber.» (Sujeito H)

«É importante. Mas o emprego é tão mal pago que não vale a pena. Mas ainda assim é o maior factor de inclusão.» (Sujeito I)

Subcategoria E.1.4. – Comunidade e Apoio Social

«Uma comunidade que os ajudasse e os incentivasse a arranjar emprego e acreditar neles. Que os ajudassem a ser homens, bons homens.» (Sujeito C)

«Interessa existir alguém que os acompanhe, que sejam uma garantia par eles, com quem eles tenham uma relação, com quem possam conversar, com quem não se sintam estigmatizados, porque não os podemos estigmatizar e andar sempre atrás deles.» (Sujeito D)

Categoria E.2. – Factores de Exclusão

Subcategoria E.2.1. – Família

«Eu acho pronto muitos deles vem de famílias muito desestruturados com muitos problemas, de meios de socio-económicos muito baixos, de bairros muito complicados e infelizmente voltam exactamente para esses sítios. Mesmo que se vão com outras competências acabam por ser como que quase engolidos por isso...» (Sujeito A)

«...a própria família para onde voltam (...) sem suporte familiar, sem suporte para poderem ter uma ocupação não sei...» (Sujeito B)

«...isso já vem também das próprias famílias, dos bairros das grandes cidades vê de famílias de pessoas que já passaram pela cadeia, tem haver com a educação, alguns não conhecem pai nem mãe (...) Sobretudo aqueles que não tinham apoio familiar...» (Sujeito C)

«Depois a educação que vai tendo, da educação que vai tendo. Se é dentro de um padrão que nós consideramos normal ou não.» (Sujeito D)

«...quem não tem apoio familiar e económico, é difícil porque há que prevenir as necessidades básicas do dia a dia. Têm que subsistir.» (Sujeito E)

«Eles vêm de uma situação de exclusão e se calhar vêm para cá para dentro e essa situação não é modificada (...) às vezes são a família e os amigos que os incentivam muitas vezes a reingressar no mundo do crime.» (Sujeito E)

«Falta de enquadramento familiar...» (Sujeito G)

Subcategoria E.2.2. – Estigma

«...alguma mentalidade que “eu sou o excluído e vou continuar sempre a ser a excluído”...eles assumem esse estigma, à partida, e acham que ninguém lhes vai dar trabalho (...) o preconceito, o estigma da sociedade face aos reclusos...mas se calhar também não é tão significativa quanto eles (reclusos) possam pensar... que existir, existe, nós vimos no dia a dia, mas se calhar não é tão significativa quanto eles acham...» (Sujeito A)

«...tem a ver com o problema na reinserção no mundo do trabalho porque vão rotulados porque tiveram presos (...) os empregadores que os vêem de uma forma menos positiva, que os discriminam... a sociedade em si que se desresponsabiliza.» (Sujeito B)

«Mas repare que o estigma, o preconceito não está só do outro lado também está neles. Não são só os outros a excluírem eles também se auto-excluem. Colocam-se numa posição de vitimização e não vão em frente. É mais fácil e acomodam-se.» (Sujeito E)

«Vai pedir emprego e diz que é ex-recluso ou dá a morada e é logo excluído. É uma questão de estigma. A sociedade que é conservadora também não aceita coisas que saem muito da norma (...) Há ainda um estigma muito grande lá fora. As pessoas dizem que querem ajudar e que não discriminam mas querem é estes problemas longe.» (Sujeito I)

Subcategoria E.2.3. – Comunidade

«...acho que tem a ver com os meios em que estavam inseridos antes e é para onde eles vão (...) as vivências nos bairros onde vivem...» (Sujeito A)

«...tem a ver com a própria sociedade; tem a ver com o próprio meio para onde eles vão novamente porque são, por norma, bairros problemáticos» (Sujeito B)

«Primeiro, a origem do recluso quando nasce. Recluso, não porque ele não nasce recluso. A proveniência sócio-económica e sociocultural, essa condição é determinante (...) Há muita gente aqui não tem problema, o único problema deles é ter nascido onde nasceu, de ter vivido como viveu, de ter sido educado ou deseducado...» (Sujeito D)

«Eles vêm de uma situação de exclusão e se calhar vêm para cá para dentro e essa situação não é modificada (...) às vezes são a família e os amigos que os incentivam muitas vezes a reingressar no mundo do crime.» (Sujeito E)

«Se calhar o meio onde eles estão inseridos. Eles voltam para o meio onde todos o conhecem.» (Sujeito H)

Subcategoria E.2.4. – Ausência de competências

«Porque a partir do momento que dizemos vais trabalhar para aquela empresa ele não suporta isso porque não tem hábitos de trabalho. Nós aqui desformatamos tudo o que seja hábitos de trabalho, mesmo que eles venham com alguns nós acabamos com tudo (...) Nós não estamos a preparar ninguém para o mundo do trabalho porque lá fora isto não funciona assim.» (Sujeito D)

«São eles próprios. Eles como seres humanos. Eles se auto-excluem, auto-vitimizam. E depois se o problema que os traz para a cadeia, não é tratado, quando saem e tentam vão integrar-se na sociedade, não conseguem e depois voltam a reincidir...» (Sujeito E)

«Falta de competências pessoais e profissionais (...) muita falta de formação de base que muitas vezes não há tempo no estabelecimento prisional para eles receberem.» (Sujeito G)

«Há depois outra questão que tem a ver com as habilitações e formação. (...) Hoje em dia os reclusos não têm competências pessoais, nem profissionais e nem sociais e como tal é-lhes muito difícil integrar.» (Sujeito I)

Subcategoria E.2.5. – Ausência de sentido e projecto de vida

«A exclusão muitas vezes dá jeito porque nós queremos e temos condições para inclui-los eles é que não querem. Não querem porque dá jeito viver no mundo das facilidades. Um assalto, muitas vezes, dá para viver uns meses sem trabalhar, sem preocupações para não falar do mundo das drogas que movimenta milhares de contos.» (Sujeito D)

«Falta de projectos de vida» (Sujeito G)

Subcategoria E.2.6. – Ausência de auto-controlo

«Eles voltam à cadeia porque não têm regras.» (Sujeito D)

«Além disso a sociedade hoje em dia tem muitas atracções e eles vão para a noite e acordam tarde e chegam tarde e não conseguem manter um emprego. Existem depois outros estímulos que apelam constantemente ao consumo (...) e quando caem na vida real, quando vêm que o que há é um emprego mal remunerado com uns trocos ao fim do mês desmotivam e portanto o risco é sempre ponderado.» (Sujeito I)

Subcategoria E.2.7. – Falta de Motivação

«...às vezes também é a própria mentalidade deles; se calhar não são tão excluídos com eles pensam que à partida que são (...) Muitas das vezes é a mentalidade de “eu não vou conseguir, nem vale a pena ir, eles vão saber que sou ex-recluso, nem vale a pena”...» (Sujeito A)

«...eles próprios, não têm a vontade necessária à mudança...» (Sujeito B)

«Falta de vontade deles, motivação.» (Sujeito G)

Subcategoria E.2.8. - Situação Económica Nacional (Desemprego)

«...também não ajuda a situação que nos estamos a viver agora, claramente com uma taxa desemprego muito grande, com muita dificuldade isso também vai contribuir para que eles não conseguiram arranjar trabalho.» (Sujeito A)

«Os jovens que acabam por cair nesse processo e acabam, por vir cair aqui na prisão isso deve-se sobretudo ao desemprego...» (Sujeito C)

«De maneira que, sem duvida e talvez e cada vez mais as dificuldades que têm é ter uma ocupação e uma actividade laboral.» (Sujeito F)

«...o emprego não abunda mas o trabalho existe...» (Sujeito G)

Subcategoria E.2.9. – Falta de Apoio Social

«...falta de apoio do centro de emprego e IRS (...) eles têm consciência que não têm apoio nenhum, “saio lá fora e ninguém me vai arranjar emprego, ninguém me vai fazer isto, ninguém me vai fazer aquilo”» (Sujeito A)

«Concorre realmente esse distanciamento que existe pela própria direcção geral de reinserção, que realmente deveria ter um papel muito mais activo na saída dos reclusos (...) Faltam imensos, imensos meios, por exemplo casas de saída (...) até a nível de saúde, eles aqui tem facilidades, vários facilidades a esse nível, até os toxicodependentes, um apoio, um suporte muito grande e depois lá fora eles ficam desamparados...» (Sujeito B)

«Muitos deles saem daqui sem apoio de nada, o apoio que levam é nada. Absolutamente nada, nem o dinheiro para o comboio. Eles para irem para casa, muitas vezes, têm que infringir logo regras. Ou seja entrar dentro do comboio e andar a fugir do revisor para chegarem a casa porque não têm dinheiro para chegar a casa. Alguns chegam esse ponto (...) Muitos nem têm casa para onde ir e preferem debaixo da ponte às casas de saída que têm muitas regras. Depois é a falta de formação, de educação, de não terem ninguém para os orientar.» (Sujeito D)

«Faz falta uma estrutura de apoio no exterior para dar seguimento ao que foi feito a nível interno (...) Sozinhos eles não chegam lá. Ficam muito desapoiadadas. Agora, quem os deve apoiar... não poderia ser as pessoas que intervieram ao nível da instituição (...) Deveria haver um parceiro assim, capaz e competente para acompanhar. Alargar se calhar, o grupo de parceiros para haver alguém que desse continuidade. Isto não estava previsto» (Sujeito E)

«É muito importante eles sentirem que têm sempre alguém, uma espécie de tutor. » (Sujeito I)

Categoria E.3. – Papel do PERSP

Subcategoria E.3.1. – Facilitador na reinserção

«Esta formação sim, mas não por si só infelizmente.» (Sujeito A)

«Não, não me parece sinceramente (...) se isto contribuiu, de alguma forma, para que eles não tivessem reincidido, e que se tornassem indivíduos com uma percepção melhor da vida isso já é importante, agora é obvio que não me parece que isso, muito sinceramente, tenha acontecido (...) Se fosse bem orientada, noutros moldes, acredito que sim. Se realmente tivesse a ver com a nossa realidade e depois quando eles saíssem, haver alguém, alguma entidade que os colocassem... agora se tivessem a formação, tudo muito bonito, mas depois lá fora eles não têm realmente apoio, tem-se o mesmo problema.» (Sujeito B)

«Não, acho que não. O tipo curso deveria ser mais prático. Uma formação que cativasse mais as pessoas, que tivesse mais trabalho pratico e não teórico (...)» (Sujeito C)

«Não (...) Não. Não contribuiu nada.» (Sujeito D)

«Não, acho que não (...) Teria que ser uma coisa muito bem pensada, muito bem organizada para ser consistente e ter resultados (...) Para inclusão na sociedade ajudou uma percentagenzinha, alguma coisinha lá ficou...» (Sujeito E)

«Acho que sim está muito bem desenhada (...) É uma ferramenta para a reinserção. Depois cada um no seu texto e no seu contexto ...» (Sujeito F)

«Não... é preciso mais coisas, mais apoios...» (Sujeito G)

«Se eles quiserem sim...» (Sujeito G)

«Sim futuramente poderá contribuir, se a coisa for encaminhada correctamente, poderá acontecer.» (Sujeito H)

«Não. Nem esta formação nem nenhuma. Isto porque tem que haver uma acção concertada entre formação e o nosso papel enquanto técnicos. (...) Tem que haver uma preocupação na condução do processo formativo do recluso preparando-o para o mercado de trabalho. (...) Este programa de formação por si só não é suficiente, mas este junto com outro, junto com o trabalho é importante para formarmos bons cidadãos...» (Sujeito I)

Subcategoria E.3.2. – Promotor de competências

«Teve um papel importante, ajudou porque se arranjam trabalho lá fora pelo menos já sabem que são despedidos. Mas muito poucos saem daqui com outra maneira de pensar, muito poucos mudam de atitude, infelizmente.» (Sujeito C)

«Acho que sim, foi importante. Algumas coisas, algumas noções porque muitos estavam muito por fora da realidade e então ajudou-os a pensar, a organizar-se mentalmente, a planear. Isto foi quase um plano de contingência para vida deles, e eu acho que nessa óptica, o curso ajudou um bocadinho» (Sujeito E)

«Isto foi importante para tentarem arranjar um emprego, para manter o emprego, para fazer um esforço para se levantarem a horas, ter tempo de se arranjar e ir para o trabalho, a tal responsabilização. Estas competências ganhas no curso foram determinantes.» (Sujeito I)

Categoria E.4. – Papel Institucional

Subcategoria E.4.1. – Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Papel de Acompanhamento Pós-Liberdade

«Deveria, no mundo ideal deveria ser muito mais activo e muito mais participativo. Estar desde o início nestas acções todas para depois dar continuidade ao programa no exterior. Deveriam estar os dois institutos representados.» (Sujeito E)

«Acompanhar todo este processo, sobretudo, na fase final e eventualmente até mesmo isto passar-lhes para as mãos depois.» (Sujeito F)

«O Instituto de emprego passou por cá e veio fazer aí uma acção de sensibilização e informação sobre aquelas iniciativas de locais de emprego. Pronto, fizeram essa sensibilização e mais do que isso não foi feito.» (Sujeito G)

«Deveriam ser mais activos, pelo menos saber encaminhá-los após a saída. Por isso já é um serviço que não nos compete que é acompanhá-los lá fora. Ver se precisam de apoio, que tipo de apoio.» (Sujeito H)

«Na fase de transição, quando o recluso sai o IEFEP pode ter um papel pedagógico importante numa primeira fase e depois um papel de apoio e tentar fazer com que o empregador esteja esclarecido quanto às capacidades e características dos reclusos.» (Sujeito I)

Articulação com EP's

«Acho que se houvesse essa articulação com as EP's já era muito bom...quer dizer, em parte há alguma articulação, do centro de emprego ultimamente não, mas eles já colaboraram connosco noutra tipo de actividades...» (Sujeito B)

«Poderia haver no futuro uma articulação quando este programa tivesse a ser desenvolvido para que o centro de emprego também ficasse com estes dados e pudesse canalizar estas pessoas para empresas e encaminhamento para alguns negócios que sentissem como validos, com viabilidade e potencialidade.» (Sujeito G)

«Deveria haver aqui uma ponte entre EP e IEFEP.» (Sujeito I)

Subcategoria E.4.2. – Direcção Geral de Reinserção Social (DGRS)

Papel de Acompanhamento Pós-Liberdade

«...a Direcção Geral de Reinserção Social (DGRS) tem um papel importantíssimo ao nível do acompanhamento e pronto, acho que não a está a conseguir. Por falta de técnicos (...) tudo o que tem a ver com exterior tem a ver com Direcção Geral de Reinserção Social. Existem equipas da DGRS dentro das EP's e essas equipas até ao ano passado funcionavam dentro das EP's e agora não, estão na rua, na articulação.» (Sujeito B)

«Se sai daqui em condicional o contacto deve ser feito pelo DGIRS. Esse acompanhamento é feito pela Direcção de Reinserção Social mas esse acompanhamento é uma monitorização do corta e cola porque eles também não têm técnicos. Aquilo é: levanta a mão, baixa a mão e podes sair. Não se faz um acompanhamento devido, acho eu (...) Mas a Direcção Geral de Reinserção Social tem esse dever de saber se arranja trabalho se não arranja só enquanto liberdade condicional, mais nada.» (Sujeito D)

«Deveria, no mundo ideal deveria ser muito mais activo e muito mais participativo. Estar desde o início nestas acções todas para depois dar continuidade ao programa no exterior. Deveriam estar os dois institutos representados.» (Sujeito E)

«Acompanhar todo este processo, sobretudo, na fase final e eventualmente até mesmo isto passar-lhes para as mãos depois. Porque a direcção geral de reinserção social está completamente divorciada disto tudo (...) o seu papel nisto é zero.» (Sujeito F)

«A nível de Direcção Geral de Reinserção social poderia haver logo na altura mas não houve feedback. Eles foram convidados para aparecer mas não houve grande resposta. Mas a DGRS deveria haver, e ainda por cima quando eles saem em liberdade condicional até é dever deles ao acompanhar.» (Sujeito G)

«Deveriam ser mais activos, pelo menos saber encaminhá-los após a saída. Por isso já é um serviço que não nos compete que é acompanhá-los lá fora. Ver se precisam de apoio, que tipo de apoio.» (Sujeito H)

«O IRS não tem tempo para isso, andam muito aos papéis, fazem muito trabalho burocrático e têm falta de recursos humanos. Mas este deveria ser o papel deles.» (Sujeito I)

Articulação com EP's

«Acho que se houvesse essa articulação com as Ep's já era muito bom (...) a DGR como lhe disse ainda há pouco já colaborou e participou muito mais do que está a colaborar...» (Sujeito B)

«Mas o Instituto de Reinserção Social também deveria informar aqui o nosso EP do que vai acontecendo aos reclusos.» (Sujeito C)

«Agora, existir uma ponte entre EP e DGRS para o exterior, logicamente.» (Sujeito F)

«Mas eu ainda defendo que o nosso papel enquanto técnicos deveria ser dentro e fora da prisão e em parceria com os técnicos do IRS; nós trabalhávamos os reclusos e eles os ex-reclusos assim é que deveria ser, um trabalho consertado.» (Sujeito I)

Subcategoria E.4.3. – Estabelecimento Prisional (EP)

Acompanhamento Pós-Liberdade

«Numa fase inicial o estabelecimento acompanhou... numa fase inicial fui sabendo de alguns deles, dos que consegui contactar...mas isto não faz parte do programa nem das competências do estabelecimento prisional...» (Sujeito A)

«Penso que não...não sei.» (Sujeito B)

«Penso que não, não posso afirmar. Mas sim, a EP deveria acompanhar esse processo de reintegração (...) Eu penso que o acompanhamento dos reclusos deveria ser feito pelos estabelecimentos prisionais. Alguém especializado e afecto aos serviços prisionais, formado na área, para fazer a transição para o mundo do trabalho.» (Sujeito C)

«Esta pergunta eu não deveria responder porque isso era se o estabelecimento prisional acompanhasse depois os percursos deste indivíduos (...) Ao sistema prisional compete zero. Só cumprimento da pena. Da porta para dentro compete-nos, da porta para fora não é nada connosco.» (Sujeito D)

«Não. Não está no âmbito das nossas funções nem nós temos possibilidade.» (Sujeito E)

«É assim o EP poderia ter uma intervenção mais efectiva se as instituições funcionassem melhor.» (Sujeito F)

«Não há essa capacidade nem obrigatoriedade.» (Sujeito G)

«Não sei responder a isso. Dever devia, mas se calhar também têm falta de meios, de recursos humanos.» (Sujeito H)

«Eu acompanho. Não faz parte das minhas competências mas eu acompanho (...) Eu acho que as EP's deveriam acompanhar o processo de reinserção no mundo do trabalho mas a maior parte dos meus colegas não estão para aí virados. (...) Apesar de eu achar que deveria ser outro organismo, outra instituição a acompanhar os reclusos lá fora, reconheço que é muito importante haver um elo de ligação e não os largar assim e aí o EP tem o papel preponderante.» (Sujeito I)

Monitorização do processo de inclusão

«Se tivesse recursos sim. Talvez em articulação com a Direcção Geral de Reinserção Social.» (Sujeito A)

«Acho que poderiam ser outras instituições... é óbvio que nós poderíamos, deveríamos ter algum feedback de todos os reclusos que saem e é isso por norma que não acontece. Mas acho que deveriam ser outras entidades a fazê-lo...» (Sujeito B)

«Talvez...» (Sujeito C)

«Sim, se tivesse recursos para isso. Faria todo o sentido.» (Sujeito E)

«...acho que as EP's deveriam monitorizar depois os resultados, o impacto deste tipo de acções no terrenos. Mas como sempre nós fazemos as coisas e não sabemos de nada coisíssima nenhuma. (...) Efectivamente estou em crer que não temos meio e recursos para o efeito. Mas acho que sim, deveríamos monitorizar.» (Sujeito F)

«O EP não sei se tem que monitorizar mas haver um protocolo de cooperação com entidades aí no exterior que podem depois fazer essa articulação sim, não temos essa capacidade (...) Não temos essa função... mas se houvesse recursos era muito importante...a articulação com outras instituições como o IEFP ou DGRS.» (Sujeito G)

Papel de Reeducação e Reinserção

«O que deveriam fazer era a tal reeducação de tentar identificar as necessidades desses reclusos, identificar as causas: o que é que contribuiu para estar na situação que está, o que é que ele precisa para se re-integrar, se se vai o nível de saúde, educação habilitações, competências, tentar encaminhar para isso enquanto ele esta preso (...) Existem uns programas de competências pessoais sociais e

profissionais e então em teoria, e em geral tenta-se fazer isso. Claro que, os meios e os recursos, mais uma vez, todas essas coisas acabam por dificultar o processo mas, basicamente o que a prisão e o sistema prisional tenta fazer é que o recluso enquanto esteja preso e tentar adquirir o máximo de competências e conhecimentos para reintegrar-se a sociedade de uma forma diferente.» (Sujeito A)

«A principal função social sei lá...qual é que é...a função é que eles saíssem daqui melhor do que entraram, a reabilitação...» (Sujeito B)

«Deveria ser de reinserção.» (Sujeito D)

«Era fazer o seu papel. Torná-los mais competentes e com um comportamento mais ajustado às exigências do mercado de trabalho e da sociedade.» (Sujeito E)

«Agora no que se refere ao papel que a prisão tem para a promoção e facilitação da inclusão do indivíduo lá fora é trabalhar o indivíduo como um todo. Primeiro saber quem temos aqui (não sabemos), fazer um diagnóstico bem feito que caracterize e avalie quem temos aqui (...) Depois de saber o que é que temos e de acordo com aquilo que temos, termos programas de intervenção com provas dadas, para trabalhar o indivíduo (...) Então temos que ter programas de formação de intervenção que trabalhem estes factores internos (auto-motivação, auto-regulação, resiliência, saúde).» (Sujeito F)

«Penso que temos que continuar no caminho da formação, essencialmente na formação profissional e penso que temos que apostar em mais programas que insistam no saber fazer, não só a parte académica mas a parte do saber fazer é muito importante.» (Sujeito G)

Trabalho de Prevenção nas Escolas

«...os estabelecimentos prisionais deveriam ter algum papel também na articulação com a escola, numa primeira fase, e depois com o mundo do trabalho. Nós sabemos que a escola é meio de exclusão de alguns miúdos que acabam depois por entrar em processos de crime e de exclusão... com estes programas todos do PGISP começou a haver sugestões para essas diferentes áreas, por exemplo “Um dia na prisão” em que um grupo de crianças e jovens de uma escola (...) passam um dia dentro numa prisão como se fossem mesmo reclusos, fazem a entrada, todos os passos e depois no fim do dia fazem uma reflexão com os reclusos cá dentro... e curiosamente o que temos visto com os nossos reclusos cá dentro é que a mensagem principal para quase todos é “não deixes de estudar, foi o que eu fiz mal, foi ter saído da escola” e depois isto acaba por ser uma experiência bastante forte e também é extensível de ser disseminado para os outros colegas, para as outras turmas (...) vamos tentar fazer um trabalho de prevenção porque temos alguma possibilidade de, pelos menos pelos testemunhos, pelo menos pelo impacto...» (Sujeito A)

«Eu diria que deveria existir alguém que monitorizasse estes indivíduos lá fora. Eu diria que se o técnico, como por exemplo em Inglaterra existem os técnicos que acompanham dentro da prisão para depois quando saem, haver continuidade (...) eles deveriam ter alguém, que os acompanhasse aqui,

depois no mundo de trabalho, uma espécie de tutor, alguém com quem falar. Porque muitos deles não têm ninguém, nenhum apoio familiar, ninguém para os orientar.» (Sujeito D)

Trabalho de Prevenção no Mercado de Trabalho

«...sensibiliza-los para os recursos que têm dentro das prisões (...) por exemplo “eu preciso de pessoas com estas características (...) é bastante interessante porque além de chamar os empregadores também existe um a vertente de também dar formação e competências aos reclusos. Muitas vezes o empregador diz “eu nem me interessa muito o que ele sabe fazer porque eu ensino, o que me interessa é que ele venha com capacidade de se adaptar de aprender de estar e de tudo o resto. Então eu acho que o Sistema Prisional português tem estado atento a essas áreas, tem tentado abrir mais caminho a esse nível é muito importante porque muitos dos empresários não têm a noção de que isto pode ser uma boa bolsa de trabalho.» (Sujeito A)

Papel de Prevenção na Sociedade

«Tem que se apostar sobretudo na prevenção, tem que se criar grupos de trabalho lá fora do que propriamente dentro das cadeias. Mais funcionários fora das cadeias, com formação na prevenção de crime.» (Sujeito C)

Função Social do EP - Contenção

«...por um lado é a contenção, não é... As pessoas são condenadas a um a uma pena, a “um castigo”, e tem essa função de contenção e de receber estas pessoas...» (Sujeito A)

«A nossa principal função aqui é olhar por eles, enquanto estão privados da liberdade. É prevenção em relação a sociedade, é tê-los aqui, não deixá-los fugir. Se estão condenados têm que estar aqui.» (Sujeito C)

«O principal papel é mantê-los fora da cena. É salvaguardar a sociedade. Enquanto eles estão detidos, é proteger a sociedade. É proteger as pessoas que têm comportamentos adequados. Temos que os ter aqui.» (Sujeito E)

«...a função deve ser de castigo, de contenção e intimidatória, a pessoa ter medo da prisão.» (Sujeito I)

Função Social do EP – Reeducação

«...a reinserção e a reeducação do indivíduo para o prepara para sociedade.» (Sujeito A)

«É prepara-los como cidadãos.» (Sujeito C)

«É isso e depois dar-lhes competências para eles se reintegrarem. O estabelecimento prisional tem que fazer isso. Dá-lhes formação ao nível da escolaridade e a formação social e humana.» (Sujeito E)

«A função social de um EP deveria ser devolver ao exterior aquilo que recebeu de uma forma mais estruturada e o indivíduo mais estruturado. (...) Deveria sair daqui mais consciente daquilo que são os

seus deveres, os seus direitos (uma cidadania ensinada), aquilo que lhe é pedido e exigido enquanto cidadão.» (Sujeito F)

«Cada vez mais penso que há uma preocupação de estas aprendizagens e destes programa serem implementados nas EP's não deixa de ser uma forma uma forma de responsabilidade social depois quando eles regressam ao meio livre poderem voltar mais competentes, com comportamentos trabalhados, com auto-conhecimento mais consistente. Agora a responsabilidade social vais mais no apostar nos comportamentos, nos programas comportamentais e trabalhando essa parte acho que vamos chegar à outra.» (Sujeito G)

«...deve ser a de responsabilização no encaminhamento dos processos, ter casas de saída ligadas à prisão em que aí teria o papel de reeducação, reinserção e preparação para o mundo do trabalho e vida em sociedade.» (Sujeito I)

Modelo Actual do EP

«O modelo de prisão não nos serve. Acho que também não está.... E mais uma vez repito, questões como recursos materiais e tudo isso, não está desenvolvido, poderia estar melhor desenvolvido, nós não temos capacidades de ter todos estes reclusos aqui neste espaço.» (Sujeito A)

«Este modelo está fora Este modelo para jovens está mais que ultrapassado este, deste próprio estabelecimento porque eu acho que a própria estrutura, a logística já não tem nada a ver...» (Sujeito B)

«Devíamos ter outro modelo de prisão, aquele que nos prometeram há dois anos. Eram as 10 cadeias feitas de raiz em Portugal para fazer a separação dos reclusos conforme o tipo de crime. Isso ajudava-nos imenso.» (Sujeito C)

«Como lhe disse, não serve de todo. Ensinamos muito pouco ou então desensinamos...» (Sujeito D)

«Penso que não... temos que repensar tudo. Seria uma tarefa muito difícil.» (Sujeito E)

«Os reclusos deveriam estar divididos por idades porque com as mesmas idades têm interesses comuns por norma, são da mesma época da mesma geração, se entraram ao mesmo tempo na escola apanharam o mesmo currículo, estão com as mesmas aprendizagens, gostam das mesmas musicas. Há interesses em comum, pois as idades trazem interesses em comum. Não deveria haver o mesmo de tipo de oferta formativo nos diferentes EP's (...) O secundário não deveria funcionar com 6 pessoas, juntava-se tudo num EP e faziam-se turmas consistentes (...) Tem que se fazer uma conjugação de esforços, juntar as pessoas por interesses e por conseguinte por idades.» (Sujeito G)